

# O ESTADO NO CENTRO DA MUNDIALIZAÇÃO

*A sociedade civil e o tema do poder*



JAIME OSORIO

O ESTADO NO CENTRO DA  
MUNDIALIZAÇÃO  
*A sociedade civil e o tema do poder*

Tradução  
Fernando Correa Prado

1ª edição

EDITORA  
OUTRAS EXPRESSÕES

São Paulo – 2014

Copyright © 2014, by Outras Expressões

Conselho editorial: Gaudêncio Frigotto, Luiz Carlos de Freitas, Maria Victória de Mesquita Benevides, Paulo Ribeiro Cunha, Rafael Litvin Villas Bôas, Ricardo Antunes, Walnice Nogueira Galvão, Eliseu Sposito e Juvelino Strozake

Revisão: *Joana Tavares e Pedro Paulo Bocca*

Projeto gráfico, diagramação e capa: *ZAP Design*.

Impressão e acabamento: *Cromosete*

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desse livro pode ser utilizada ou reproduzida sem a autorização da editora.

1ª edição: outubro de 2014

OUTRAS EXPRESSÕES

Rua Abolição, 201 – Bela Vista

CEP 01319-010 – São Paulo – SP

Fone: (11) 3522-7516 / 4063-4189 / 3105-9500

[editora.expressaopopular.com.br](http://editora.expressaopopular.com.br)

[livraria@expressaopopular.com.br](mailto:livraria@expressaopopular.com.br)

[www.facebook.com/ed.expressaopopular](http://www.facebook.com/ed.expressaopopular)

# Sumário

Introdução: o retorno ao estado e ao problema do poder.....	9
--	---

## PRIMERA PARTE: ESTADO, PODER POLÍTICO E CLASSES SOCIAIS

I. O estado como questão política.....	17
II. O estado e a reprodução societária.....	71
III. Política e poder político.....	89
IV. As classes sociais no capitalismo .....	109
Anexo: A ruptura entre economia e política no mundo do capital .....	143

## SEGUNDA PARTE: ESTADO E DEMOCRACIA NA MUNDIALIZAÇÃO

V. Mundialização, imperialismo e estado-nação.....	161
Vi. O estado no centro da mundialização .....	179
Vii. O estado no capitalismo dependente.....	205
Viii. A transição para a democracia na américa latina ...	227
Ix. A ingovernabilidade da democracia: crítica a um discurso conservador .....	271

## TERCEIRA PARTE: ESTADO, SOCIEDADE CIVIL E PODER POLÍTICO

X. As fronteiras entre o estado e a sociedade civil.....	293
Xi. A sociedade civil e a questão do poder e da revolução .....	311
Bibliografia.....	331



À memória de Miguel Enríquez





# INTRODUÇÃO: O RETORNO AO ESTADO E AO PROBLEMA DO PODER

Nos debates do final do século XX e início do século XXI, os temas do Estado e do poder passaram a ocupar um lugar de destaque. Neles, tende a predominar uma visão que – com argumentos variados – defende que as mudanças derivadas da mundialização provocam o enfraquecimento ou até mesmo a desintegração do Estado, a morte anunciada do Estado-nação, em especial porque se nota uma crescente perda de soberania, uma espécie de atomização do poder político, seja pela emergência de novos centros de poder, seja pelo surgimento de diferentes novos atores (multinacionais, capital financeiro, sociedade civil, ONGs, novos movimentos sociais etc.). Em todos os casos o Estado parece condenado a ter um papel secundário na nova organização institucional e política.

Aqui pretendemos defender teses diametralmente opostas a essas: o capitalismo necessita de um sistema interestatal para se reproduzir e a atual etapa da mundialização, para operar, precisa do Estado-nação, tanto no centro quanto na periferia do sistema mundial capitalista, fazendo dele um ator funda-

mental das transformações econômicas e políticas. Estamos longe da desintegração do Estado-nação, já que, embora existam processos que parecem debilitá-lo, mais significativos são os processos que apontam para sua reorganização, no sentido de fortalecê-lo, de modo que os conflitos entre Estados se mantêm, assim como os limites para a gestão de um governo mundial.

Neste livro se argumenta que *é essencial para o sistema mundial capitalista operar com o exercício desigual da soberania entre centros e periferias*, sendo a soberania mais plena nos centros e mais limitada e restringida nas periferias. Não é neste ponto, portanto, que reside a novidade da mundialização<sup>1</sup>.

Mais do que uma divisão ou deslocamento, houve uma tremenda centralização do poder político, o que obriga as forças que querem mudar o atual estado de coisas não a deixá-lo de lado<sup>2</sup>, mas, ao contrário, a ter que considerá-lo como elemento crucial de qualquer projeto que busque caminhar em tal direção.

Este ponto de partida exige estabelecer uma discussão que defina a especificidade do Estado, seus limites e funções particulares, distanciando-se das análises nas quais o Estado tende a ser compreendido através de fronteiras difusas. Neste sentido, fazemos nossa a colocação de Gramsci, quando assinala que “ver a discussão (...) a propósito dos limites da atividade do Estado: é a discussão mais importante no plano da doutrina

---

<sup>1</sup> Tese que vai no sentido contrário daquelas postuladas por Michael Hardt e Antonio Negri em seu livro *Império*. Buenos Aires: Paidós, 2002. (Ed. bras.: *Império*, trad. de Berilo Vargas, Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001. N.T.).

<sup>2</sup> Conforme propõe, por exemplo, John Holloway em seu livro *Cambiar el mundo sin tomar el poder*. Buenos Aires: Herramienta-Universidad Autónoma de Puebla, 2002. (Ed. bras.: *Mudar o mundo sem tomar o poder*, trad. de Emir Sader. São Paulo: Boitempo, 2003. N.T.).

política”<sup>3</sup>. Isso também deve ser feito em relação aos temas do poder e da política, o que nos leva a colocar em questão um dos pressupostos que prevalece em algumas perspectivas atuais sobre a mundialização: a conformação de “uma sociedade sem interesses, sem estratégias, sem relações de poder, sem sujeitos”, proposta na qual “coincidem o neoliberalismo e vertentes significativas do pensamento pós-moderno”.<sup>4</sup>

Um dos terrenos onde o que é difuso apresenta particular relevância são as fronteiras entre o Estado e a sociedade civil, dada a generalização da ideia de que atualmente não é possível determinar os territórios de exercício da coerção e do consenso. Aqui apresentamos os critérios para diferenciá-los, para precisar suas funções específicas dentro de um sistema de dominação. O tema da sociedade civil, em especial, é abordado em vários capítulos, submetendo as concepções mais em voga a uma revisão crítica.

As respostas às questões sobre quem detém o poder e como o exerce constitui um tema central da análise política em geral. Relegar quaisquer destas perguntas ou mesmo esquecer algumas delas conduz a rumos teóricos e políticos com altos custos para a reflexão e para as tarefas políticas. Ao privilegiar a primeira questão, deixa-se de lado as diversas formas que

<sup>3</sup> *Notas sobre Maquiavelo, sobre política y sobre el Estado moderno*. México: Juan Pablos Editor, 1975, p. 151. (Ed. bras.: *Maquiavel, a política e o Estado moderno*, trad. de Luiz Mário Grazanneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. E *Cadernos do cárcere: Maquiavel – sobre o Estado e a política*, trad. de Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. N.T.).

<sup>4</sup> Edgardo Lander, “La utopía del mercado total y el poder imperialista”. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, v. 8, n. 2, Caracas, maio-agosto de 2002, p. 59. (Ed. bras.: artigo reproduzido no livro organizado por Marildo Menegat, Elaine Rossetti Behring e Virgínia Fontes, *Dilemas da humanidade*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008. N.T.).

os governos podem assumir, de modo que a tirania, a oligarquia, a aristocracia ou a democracia, por exemplo, tornam-se problemas que desaparecem do horizonte de reflexão ou são vistos como secundários.

Se, ao contrário, a ênfase é posta sobre a segunda pergunta, perderemos de vista os problemas que se referem aos interesses sociais e aos projetos que organizam o Estado, em relação à hegemonia que define as tarefas políticas, às articulações realizadas pelo bloco no poder e, em geral, às alianças sociais e políticas entre as diversas classes, frações e setores das classes dominantes. Esta tem sido, em nosso entender, uma das principais limitações das análises que giram em torno do tema da transição ou consolidação democrática. A ênfase na segunda pergunta deixou tais análises capengas para tratar das transformações estatais e do poder político em geral.

O livro contém onze capítulos, organizados em três partes. Para esta versão em português, além da introdução de um Anexo, os capítulos IV, VII e VIII foram modificados, com a finalidade de introduzir o problema das classes sociais (capítulo IV), as razões da ruptura entre economia e política no mundo construído pelo capital (Anexo), o tema do Estado no capitalismo dependente (capítulo VII) e as razões da transição para a democracia na região, seus limites e contradições (capítulo VIII).

O trabalho docente com estudantes de várias gerações da graduação em Sociologia e da área de Relações de Poder e Cultura Política, do Doutorado em Ciências Sociais na Universidade Autônoma Metropolitana (UAM) – unidade de Xochimilco –, onde leciono, abriram muitas das questões sobre as quais aqui procuramos obter respostas.

As discussões na área de pesquisa sobre Processo de Dominação, Classes Sociais e Democratização, do Departamento de Relações Sociais da mesma universidade, entre 1998 e 2002, foram um incentivo permanente para a elaboração e reelaboração de muitos dos capítulos. Meus acordos e desacordos com as análises dos companheiros desta área me obrigaram a repensar ideias e problemas. O que aqui se apresenta, contudo, é de minha responsabilidade.

A utilização de um período sabático que cobriu alguns meses de 2002 e parte de 2003, e outro em 2013, possibilitou o tempo para escrever alguns capítulos, reelaborar outros e revisar profundamente o conjunto dos materiais.

Resta apenas agradecer à Expressão Popular e a Roberta Traspadini pela publicação deste livro em português (que já conta com várias edições em espanhol), e muito especialmente a Carla Ferreira e Mathias Luce, pela amizade, estímulo e apoio incondicional neste e em outros trabalhos. Fernando Correa Prado contribuiu com seus conhecimentos para se responsabilizar pela tradução, mas sua colaboração e gentileza extrapolam muito esta tarefa, em si mesma árdua e exigente.



PRIMERA PARTE:  
ESTADO, PODER POLÍTICO E  
CLASSES SOCIAIS





## I. O ESTADO COMO QUESTÃO POLÍTICA

O Estado é uma entidade complexa. Esta constatação nos coloca diante de um problema, não de uma solução. Sua análise, como qualquer outra elaboração teórica, exige a busca de elementos simples e essenciais para, a partir daí, incorporar novos elementos que permitam reconstruir a complexidade do objeto de estudo.

De início, é preciso notar que, para nós, o Estado é muito mais do que dominação de classes. Mas *é essencialmente dominação de classes*. O Estado é muito mais do que a condensação de relações de poder, mas *é fundamentalmente a principal condensação das relações de poder*. O Estado é muito mais do que as relações que conformam uma comunidade, *mas é essencialmente uma comunidade, porém ilusória*. Enfim, o Estado é muito mais do que coerção. Mas *é principalmente violência concentrada*.

Na exposição a seguir enfatizaremos os elementos simples, que consideramos determinantes, muitos dos quais tendem a

se diluir e se esfumar, perdendo sua hierarquia, dada a complexidade do problema.<sup>1</sup>

### **Estado e poder político**

Dentre as inúmeras particularidades do Estado, há pelo menos quatro que sintetizam sua importância na moderna sociedade capitalista:

a) O Estado é a única instituição que tem a capacidade de fazer com que interesses sociais restritos possam aparecer como interesses de toda a sociedade. Esta tarefa não pode ser realizada por instituições tão importantes na organização societária moderna como as igrejas, os meios de comunicação, as corporações empresariais, os partidos políticos, os sindicatos ou outra qualquer, que não o Estado.

b) O Estado sintetiza costumes e valores compartilhados e projeta rumos e metas comuns para os membros da sociedade. O Estado se apresenta como comunidade.

c) O poder se reproduz em e a partir de todos os rincões e vasos capilares da sociedade, sendo o Estado o centro do poder político, *a condensação em que todas as redes e relações de poder encontram seu núcleo de articulação*.

d) As sociedades não apenas produzem, mas também se reproduzem, nos campos material, social, político e ideológico, e é o Estado a entidade que cumpre o papel essencial nesse

---

<sup>1</sup> Concorro com David Held quando este assinala – em discussão com Giddens – que “o Estado moderno se desenvolveu em parte como resposta às demandas de articulação e proteção de uma gama de direitos e interesses que não podem ser reduzidos a questões de propriedade e relações de classes”. Mas acredito que Giddens aponta para um tema central quando afirma – citado por Held – que o “Estado capitalista” está “submerso” em relações de classe. Ver David Held, “Cuidadanía y autonomía”, *La Política*, n. 3, Barcelona: Paidós, outubro de 1997, p. 61-63.

processo. Os tecidos fundamentais que geram a reprodução societária estão atravessados pelas funções estatais.

Estas quatro características deixam claro que estamos nos referindo a uma entidade particular e de vital importância na organização societária capitalista moderna.

Quando falamos de Estado, fazemos referência a elementos diversos, tais como:

- um conjunto de instituições;
- corpo de funcionários que administra e trabalha em tais instituições;
- leis, normas e regulamentos;
- uma particular condensação da rede de relações de poder, dominação, força e laços comunitários que atravessam a sociedade.

Os três primeiros elementos nos colocam diante do aparato de Estado ou Estado “visível”, isto é, dos aspectos mais palpáveis para o analista e para o observador comum. O último, ao contrário, nos remete ao Estado como relação social, em sua realidade mais oculta, aquela que precisa ser desvelada: o Estado em si mesmo ou Estado “invisível”. É este, contudo, *que acaba dando sentido ao primeiro*.

A presença de instituições, corpo de funcionários, leis e normas que organizam a convivência humana em sociedade pode ser uma exigência marcada pela complexificação da vida societária. Mas *damos o nome de Estado apenas quando esta tarefa está atravessada pelas funções de dominação e poder de classes sociais*. O elemento específico e essencial do Estado é, portanto, o poder e a dominação de classes<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> A diferenciação entre funções técnicas e administrativas (que operam sobre coisas) e funções políticas de dominação (que operam sobre grupos humanos)

*A sociedade como um espaço de forças*

As sociedades capitalistas constituem espaços de força, territórios nos quais se criam e se movimentam forças sociais, resultado da presença e da articulação de classes sociais confrontadas.

O mesmo processo que permite a reprodução material da sociedade gesta a reprodução dos agrupamentos humanos próprios da forma capitalista de organização societária, ou seja, as classes, frações e setores sociais, que, expressos de forma concentrada, remetem ao capital e ao trabalho<sup>3</sup>.

Gerar força para concretizar os interesses sociais contraditórios ou complementares dos agrupamentos humanos constitui uma necessidade primária e fundamental. A exploração somente é possível num campo de dominação e força. Delimitar a exploração, aparar suas arestas mais agressivas – e, mais ainda, eliminá-la – implica, por sua vez, gerar e acumular forças. Todas as atividades sociais expressam uma aguda luta de interesses sociais, que às vezes se dá à luz do dia e outras ocorre de forma soterrada e oculta. O poder acaba por se espalhar pelos mais diversos cantos da sociedade.

Mas a rede de relações de força e de poderes que atravessa o conjunto societário alcança densidades diferentes e específicas e se concentra em espaços particulares, *sendo o Estado a densidade e concentração de forças fundamental*.

---

oferece elementos para compreender o significado da tese da “extinção” do Estado, referindo-se ao fim destas últimas funções e não necessariamente das primeiras.

<sup>3</sup> “A produção capitalista (...) sob seu aspecto de processo conectado e contínuo, não apenas cria mercadorias e mais-valia, mas também produz e reproduz a própria relação do capital: ‘de um lado, o *capitalista*; de outro, o *assalariado*’”. Goran Therborn, *¿Cómo domina la clase dominante?* México: Siglo XXI, 1979, p. 162 (itálicos do original).

*Falamos de Estado, portanto, para nos referir a uma condensação particular de redes e relações de força numa sociedade, as quais permitem que sejam produzidas e reproduzidas relações de exploração e dominação.*

Nesta perspectiva, o Estado sintetiza interesses particulares e expressa o poder de determinados grupos sociais – o das classes dominantes – sobre os interesses das classes dominadas. O Estado capitalista é sempre um Estado de classes. Isto contrasta com as perspectivas contratualistas de Estado, para as quais este seria o resultado de uma cessão de soberania por parte dos membros da sociedade, possibilitando que, do estado natural e da não política – onde o homem é o lobo do homem ou prevalece a guerra de todos contra todos –, ingressemos no estado da política e da razão<sup>4</sup>. O Estado, nas diversas variantes da visão contratualista, é apresentado como um representante geral, o Estado de todos. Esta visão, como veremos, é *ilusória*, embora encontre apoio em elementos reais da forma como se constitui a sociedade capitalista e a política em particular.

## **O Estado como comunidade ilusória**

O que torna possível que, sendo uma condensação de relações que expressa de modo privilegiado os interesses sociais das classes dominantes, ligadas ao capital, o Estado possa se apresentar como o Estado de uma comunidade, como o

---

<sup>4</sup> Uma sucinta porém substancial exposição das bases das teorias contratualistas pode ser encontrada no ensaio de Norberto Bobbio, “El modelo iusnaturalista”, no livro de N. Bobbio e M. Bovero, *Orígenes y fundamentos del poder político*. México: Grijalbo, 1990.

Estado de todos? O que permite ao Estado velar ou ocultar seu caráter de classe?<sup>5</sup>

*A ruptura entre a economia e a política*

Uma característica da sociedade capitalista é a ruptura apresentada entre os processos econômicos e políticos. A compra-venda da força de trabalho, sua utilização e exploração aparecem como processos regidos por uma lógica alheia a coerções extraeconômicas, isto é, ao Estado. Uma vez estabelecida historicamente a separação entre os trabalhadores e seus meios de subsistência – processo realizado de forma massiva por mecanismos políticos violentos –, esta separação parece se reproduzir regida por sua própria lógica, sem a ingerência de fatores políticos. Os operários se apresentam nas fábricas sem a necessidade de uma coerção política. A necessidade de subsistência os leva a isso, na medida em que não contam com nada mais do que com sua força de trabalho para subsistir.

Assim, a economia (sujeitos desprovidos de meios de vida e de produção, compra-venda de força de trabalho, regresso cotidiano dos operários ao mercado de trabalho etc.) parece funcionar regida por suas próprias regras e aparece como autônoma em relação aos processos políticos (que tornam possíveis processos como aqueles anteriormente apontados). A política, por sua vez, é vista como desligada da economia,

---

<sup>5</sup> Neste mesmo sentido, Paschukanis se pergunta: “Por que a dominação de classe não segue sendo o que é, ou seja, a submissão efetiva de uma parte da população por outra? Por que adquire a forma de uma dominação oficial estatal ou – o que dá no mesmo – por que o aparato coercitivo estatal não foi criado como aparato privado da classe dominante, mas se separa dela, ganhando a forma de um aparato anônimo do poder público separado da sociedade?”. Citado por J. Hirsch, *El Estado nacional de competencia*. México: UAM-Xochimilco, 2001, p. 13.

como um processo independente e autônomo. Não se revela que são determinados projetos que prevalecem na organização da vida em comum. O Estado capitalista – sua principal cristalização – aparece assim como estranho à exploração e à reprodução das classes; em sua representação clássica o Estado capitalista democrático as dilui e as atomiza.

O Estado capitalista aparece como o resultado de um pacto *entre indivíduos* que decidem delegar sua soberania com a finalidade de encontrar condições de convivência em sociedade<sup>6</sup>. Mais do que isso, a condição cidadã se sustenta numa perspectiva individual, desdenhando os laços e as relações classistas que ligam o destino social de alguns agrupamentos humanos aos outros.

“O capital vive graças ao rompimento da totalidade de nossa existência em fragmentos aparentemente intemporais, a-históricos”, assinala Holloway<sup>7</sup>. No campo político, o princípio da cidadania – cada cabeça um voto – acaba moldando a ideia da igualdade política entre os homens, desligando-os das raízes econômicas e sociais nas quais se reproduzem e se relacionam de forma desigual. A condição cidadã oculta que os homens formam parte de classes sociais inter-relacionadas, em que prevalece a condição de desigualdade. O imaginário de igualdade apenas pode se sustentar, então, caso a existência social seja fragmentada, autonomizando a política e desligando-a da trama econômica e social.

No capitalismo, política e economia se movem em uma permanente tensão, mas com o predomínio – em condições

---

<sup>6</sup> Remetemos ao texto de Bobbio, “El modelo iusnaturalista”, *op. cit.*

<sup>7</sup> J. Holloway, “El Estado y la lucha cotidiana”, *Cuadernos Políticos*, n. 24, abril-junho de 1980, p. 12.

normais – do imaginário de um Estado de todos. Desta forma, o Estado pode se apresentar como uma entidade que busca o bem comum, e não apenas o benefício de alguns poucos. Mais do que expressar o reino da força, o Estado capitalista se mascara como o reino da razão<sup>8</sup>. O Estado, portanto, aparece como a expressão de uma comunidade de iguais, a comunidade dos cidadãos. Romper com esta ilusão-realidade é uma das tarefas da análise e da reflexão.

### *Reduccionistas e politicistas*

A separação das esferas econômicas e políticas – e de suas relações – apresenta para a análise do Estado pelo menos duas grandes correntes. Uma delas é considerada como “reducionista” e acaba privilegiando o campo da economia, de modo que o Estado (e o espaço da esfera política em geral) se constituiria como simples epifenômeno da economia. Esta corrente tem sido também qualificada de “economicista”, corrente na qual muitas vezes se inclui qualquer análise que trate de integrar a economia na reflexão dos problemas sociais e políticos, de for-

---

<sup>8</sup> Uma lúcida exposição dessas polaridades na visão estatal pode ser vista no ensaio de Norberto Bobbio, “Marx, el Estado y los clásicos”, no livro *Norberto Bobbio: el filósofo y la política*, antologia preparada por José Fernández Santillán. México: Fondo de Cultura Económica, 1996. Atilio Borón enfatiza a função ideológica do pensamento hegeliano “ao apresentar o Estado (...) burguês (...) como a esfera superior da eticidade e da racionalidade, como o âmbito no qual se resolvem as contradições da sociedade civil”, aspecto fundamental, como diz este autor, no momento em que a burguesia “tratou de construir sua hegemonia”. “Filosofía política y crítica de la sociedad burguesa: el legado teórico de Karl Marx”, em *La filosofía política moderna. De Hobbes a Marx*, A. Borón (comp.). Buenos Aires: Clacso-Eudeba, 2000, p. 297. (Ed. bras.: *Filosofia política moderna. De Hobbes a Marx*, trad. de Celina Lagrutta. São Paulo: Clacso-DCP/USP, 2006. N.T.).



ma a desqualificar as análises integradas da totalidade social<sup>9</sup>. Não se deve esquecer que para o capital é fundamental romper com a unidade entre economia e política, para que qualquer coisa que se dê na economia (como a desigualdade social, a concentração dos meios de produção etc.) apareça como um assunto não político e qualquer coisa que se dê na política (quem manda, quem obedece, os projetos de quem organiza a vida em comum) apareça como não econômico (mas como assuntos de cidadãos, indivíduos iguais em termos políticos, e não como assuntos de grupos econômicos ou de classes que dominam). O Estado e a política não são epifenômenos da economia. Mas tampouco constituem esferas independentes e autônomas, tal como prefere afirmar o pensamento dominante. São dimensões de uma unidade diferenciada.

O “reducionismo” econômico deriva de uma leitura mecânica da metáfora arquitetônica de Marx, em que as sociedades aparecem conformadas por um piso estrutural e outro superestrutural, sendo este último determinado pelo primeiro<sup>10</sup>. Com isso as esferas política e estatal perdem peso e especificidade, emergindo como simples derivações da esfera econômica<sup>11</sup>.

Frente às dificuldades analíticas deste enfoque, surge outro que defende a autonomia da esfera política, dando vida à corrente “politicista”, da qual Louis Althusser, Nicos Poulantzas

<sup>9</sup> Isso ocorre, por exemplo, em Norbert Lechner (Ed.), *Estado y política en América Latina*. México: Siglo XXI, 1981 (em especial no Epílogo).

<sup>10</sup> Os manuais de marxismo tendem a utilizar esta ideia.

<sup>11</sup> Autores como Stanley Moore e Ralph Miliband se situariam nesta corrente. Do primeiro, ver *Crítica de la democracia capitalista*. México: Siglo XXI, 1971. A polêmica entre Miliband e Nicos Poulantzas em torno dessas e de outras questões se deu nas páginas da revista *New Left Review*. Os principais materiais deste debate se encontram no livro de R. Miliband, N. Poulantzas e Ernesto Laclau, *Debates sobre el Estado capitalista*, Buenos Aires: Ediciones Imago Mundi, 1991.

em suas primeiras obras e certas interpretações da obra de Antonio Gramsci podem ser destacadas como seus principais representantes<sup>12</sup>.

Aqui o político se delimita e ganha tamanha autonomia que perde qualquer vinculação com os movimentos da reprodução do capital e da exploração<sup>13</sup>, impedindo a recuperação da análise integrada da sociedade capitalista e a compreensão dos próprios processos políticos, na medida em que restringe os elementos para a reflexão da complexidade societária. No fundo, esta corrente acaba não assumindo como problema a separação que a sociedade capitalista estabelece entre o econômico e o político<sup>14</sup>.

A análise do Estado deve dar conta da ruptura-integração dos processos políticos e econômicos na sociedade capitalista. O Estado capitalista é resultado e ao mesmo tempo reproduzidor da ruptura-integração das esferas política e econômica. A dominação e a exploração não são idênticas, mas não estão desligadas. Ao contrário, estão estreitamente imbricadas, pois o

<sup>12</sup> De Althusser, ver *Ideologia y aparatos ideológicos de Estado*, ENAH, México, 1975. (Ed. bras.: *Aparatos ideológicos de Estado*, trad. de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983. N.T.). De Poulantzas, *Poder político y clases sociales en el Estado capitalista*. México: Siglo XXI, 1976. (Ed. bras.: *Poder político e classes sociais*, trad. de Francisco Silva. São Paulo: Ed. Martins Fontes 1977. N.T.). Dos intérpretes latino-americanos de Gramsci, ver Juan Carlos Portantiero, *Los usos de Gramsci, Cuadernos de Pasado y Presente*, n. 54, México, 1977.

<sup>13</sup> De modo que se produz outro “reducionismo”, porém agora de caráter político.

<sup>14</sup> Como bem aponta Holloway, “as relações entre economia e política não são estudadas a partir da visão de base e superestrutura, mas a partir da pergunta sobre por que a sociedade burguesa mostra tais relações como separadas”. Em “Debates marxistas sobre el Estado en Alemania Occidental y en la Gran Bretaña”, *Críticas de la economía política*, n. 16-17, México: Ediciones El Caballito, julho-dezembro de 1980, p. 233.

capital é simultaneamente exploração e dominação, e o Estado é o ponto central dessa imbricação.

## **O Estado invisível e o poder político**

Estabelecer a especificidade do poder político tem sido uma preocupação permanente da teoria política. Para Locke, por exemplo, trata-se de “mostrar a diferença entre o governante de uma sociedade política, o pai de uma família e o capitão de uma galera”<sup>15</sup>.

### *O poder político*

Na sociedade capitalista existem inúmeras relações de poder que atravessam o conjunto das atividades sociais. Por isso é necessário diferenciar o poder político de outras formas de poder, pois aquele constitui o elemento fundamental na definição da reprodução societária. Denominamos de poder político aquela modalidade particular de relações que se estabelece entre classes sociais, como a capacidade de alguns em levarem adiante seus projetos e interesses, em detrimento dos interesses e projetos de outras classes<sup>16</sup>. Denominamos de Estado *a condensação destas relações e a reprodução das mesmas de tal forma que perdurem e organizem a vida em comum*. Tudo isso não é imediatamente perceptível. Constituem os aspectos mais ocultos ou *invisíveis* do Estado como relação social con-

---

<sup>15</sup> Citado por Bobbio e Bovero, em *Orígenes y fundamentos del poder político*. México: Grijalbo, 1990, p. 44.

<sup>16</sup> “Quando afirmamos que uma classe tem o poder, o que queremos dizer é que aquilo que ela faz através do Estado incide de forma positiva sobre a (re) produção do modo de produção do qual a classe em questão é o portador dominante.” G. Therborn, *¿Cómo domina la clase dominante? Op. cit.*, p. 171.

densada, sendo necessário o apoio de elementos conceituais para ser revelado.

Em outras palavras, o Estado tende a se apresentar de forma distorcida, invertido em relação ao que é; aparece como Estado de todos, como comunidade, como árbitro, mas não como síntese relacional do poder e da dominação de classe. E isso é possível pois as relações sociais se manifestam como relações entre coisas, ocultando-se e, assim, distorcendo-se. Esse processo recebe o nome de *fetichização*: outorgar a coisas processos que são resultado de relações entre homens (tal como se atribui a um boneco a propriedade de fazer mal a uma pessoa ou à pata de um coelho a propriedade de trazer boa sorte).

As relações de poder político redefinem o conjunto das outras formas de poder (em si mesmas, para diferenciá-las das primeiras), como as de gênero, étnicas, familiares (pais-filhos), escolares (professor-aluno), eclesiásticas (confessor-penitente), clínicas (médico-paciente), sendo estas algumas das mais relevantes.

O poder político, como uma rede de relações sociais, alcança sua condensação fundamental no Estado, mas tem a capacidade de produzir e se reproduzir a partir de todos os âmbitos da sociedade, sejam econômicos, políticos, culturais ou ideológicos. Neste sentido, a sociedade pode ser entendida como uma rede de poderes que atravessa todos os níveis societários. É no Estado, contudo, que se encontra o núcleo fundamental de articulação e reprodução desta rede. A rede de relações de poder tem especificidades conforme tratemos do campo econômico, político ou ideológico. No entanto, através de diversas mediações todas acabam se cristalizando em poder político e na relação Estado.

É pertinente distinguir poder e dominação, sendo o primeiro uma forma genérica que engloba a segunda, cuja particularidade seria o consentimento dos dominados<sup>17</sup>.

Os agrupamentos humanos que detêm o poder político podem fazer uso da força para alcançar seus objetivos sociais, mas também recorrem à reprodução da dominação gerada na base da sociedade, de modo a conseguir o acordo e a aprovação daqueles a quem impõem seus interesses.

De modo geral, pode-se afirmar que existe uma correlação entre estes dois aspectos da dominação: quanto maior é o acordo dos dominantes sobre os dominados, menores serão os mecanismos coercitivos. Por outro lado, estes mecanismos tenderão a crescer à medida que se debilem as formas consensuais. Veremos mais adiante que as tarefas de coerção e consenso têm espaços institucionais na sociedade, ainda que em todos estes espaços estas tarefas se integrem.

### *A centralidade do poder político*

Se algo diferencia o poder político no capitalismo em relação a formas sociais precedentes é sua centralidade, assentada e exercida no e a partir do Estado. Difere, por exemplo, do poder no feudalismo, onde se encontra atomizado em diferentes núcleos, como os feudos ou outras unidades<sup>18</sup>. Isto possibilitou que as rupturas da ordem feudal pudessem concretizar-se pela via das *conquistas parciais* daqueles núcleos de poder, sendo

<sup>17</sup> Este tema é abordado no ponto 1 (Poder, dominação, legitimidade) do capítulo II desta primeira parte.

<sup>18</sup> No mundo medieval, havia um “sistema político de poderes sobrepostos e de autoridade dividida”, formado por um “plexo de reinados, principados, ducados e outros centros de poder (...) alternativos nas cidades”. David Held, *La democracia y el orden global*. Barcelona: Paidós, 1977, p. 54-55.

a longa marcha de Mao Tse-tung na Revolução Chinesa um de seus exemplos mais significativos.

Com a formação do Estado capitalista há uma concentração do poder político nesta instância, e uma de suas expressões é o monopólio legítimo da violência por ele exercida. O poder político já não se encontra atomizado, mas sim fortemente centralizado, tal como as instâncias de exercício da violência estatal<sup>19</sup>. Isso não nega a presença de redes de poder e de dominação que atravessam todos os campos da atividade societária e, ao mesmo tempo, a existência de redes de resistência, dado que “onde há poder há resistência”, como diz Foucault<sup>20</sup>. Mas a ruptura do poder político no capitalismo tem um momento no qual é necessariamente centralizado e estatal, independentemente de onde se acumule forças.

Esta transformação no e do Estado não significa que as transformações da sociedade estejam acabadas, pois além do poder político estatal as classes dominantes contam com outras instâncias de dominação, como as igrejas, as escolas, os meios de comunicação, que dão vida à sociedade civil, instâncias estas que, junto com a família, os valores e os costumes enraizados na consciência coletiva, possibilitam a reprodução de suas posições mesmo na sociedade que tenha passado por uma transformação estatal<sup>21</sup>.

---

<sup>19</sup> Caracterizando o “Estado moderno” – capitalista, agregamos –, Held assinala: “O direito de deter o monopólio da força e dos meios de coerção (materializado no exército permanente e na polícia) se tornou realidade com a ‘pacificação’ dos povos – a *erradicação dos centros de poder e autoridade rivais* – dentro dos Estado-nação”. *Op. cit.*, p. 71 (itálicos nossos).

<sup>20</sup> *Historia de la sexualidad I. La voluntad de saber*. México: Siglo XXI, 1979, p. 116. (Ed. bras.: *História da sexualidade*, trad. de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. N.T.).

<sup>21</sup> Na seção “Estado e sistema de dominação”, do segundo capítulo deste livro, desenvolvemos a conceitualização para analisar essas questões.

Por certo, a ruptura das relações de poder<sup>22</sup> é apenas o início da revolução, que, em termos de poder, deve continuar desarticulando valores e projetos que expressam os interesses e as visões de mundo das antigas classes dominantes, arraigados – também fora do Estado – nos mais diversos territórios da sociedade.

### *O Estado-nação*

Quando o poder político centralizado é exercido sobre uma população em espaços territoriais definidos existe a possibilidade da conformação do Estado-nação. Este não implica necessariamente uma identidade linguística, étnica, religiosa ou cultural. Geralmente, a conformação dos Estados-nação pressupôs, na verdade, o predomínio de alguma nacionalidade sobre outras<sup>23</sup>, que foram submetidas, enquanto os vencedores tratam de estabelecer um imaginário de homogeneidade (normalmente através de uma ideologia “nacionalista”), sobre uma base real heterogênea, gerando uma identidade comum e uma consciência coletiva que favorece a coesão interna<sup>24</sup>. A

<sup>22</sup> Não compartilhamos a concepção de Holloway de que a luta pelo poder é um “método capitalista”, além de seu rechaço à ideia de que o Estado é o centro do poder. Ver seu ensaio “La lucha de clases es asimétrica”, em *Chiapas*, n. 12. México: ERA-IIEc-Unam, 2001. Neste mesmo número, Atilio Borón oferece uma resposta a Holloway, no texto “La selva y la polis. Interrogantes en torno a la teoría política del zapatismo”.

<sup>23</sup> “Praticamente não houve Estados ‘nacionais’, mas sim Estados de ‘uma nação’”, assinala Enrique Dussel; uma nação que se impõe sobre outras num espaço territorial determinado. Ver seu texto “Democracia en el ‘centro’ y crítica democrática global”, apresentado no Congresso sobre Democracia, Viena, 2001.

<sup>24</sup> Para uma exposição teórica e histórica do processo de formação da nação no capitalismo, ver Edelberto Torres Rivas, “La nación: problemas teóricos y políticos”, em *Estado y política en América Latina*, Norbert Lechner (ed.), *op. cit.*

formação do Estado-nação constituiu um passo fundamental para o desenvolvimento do capitalismo, na medida em que a centralização do poder permitiu não apenas resolver questões dos âmbitos político e ideológico – como o controle e disciplinamento das classes (e etnias) dominadas –, mas resolveu também questões do âmbito econômico – como o estabelecimento de moedas únicas no interior das “nações”, o que favoreceu a troca de mercadorias<sup>25</sup>. Existe, portanto, um processo de contradição necessária nos movimentos do capital. Sua vocação requer um sistema mundial para funcionar. Mas só pôde se realizar ao estabelecer um novo espaço-fronteira que impulsiona e, ao mesmo tempo, delimita tal vocação universal: o Estado-nação<sup>26</sup>. Esta contradição tem gerado agudos debates nos movimentos revolucionários, entre aqueles que enfatizam a necessidade da revolução mundial e aqueles que defendem que somente a partir de rupturas “nacionais” tal processo é possível.

### *A microfísica do poder*

Para além da riqueza de sua obra e da abertura que oferece para pensar inúmeras questões das modernas sociedades capitalistas, as colocações de Michel Foucault sobre o poder

---

<sup>25</sup> A discussão sobre o papel do Estado-nação e a soberania em tempos de mundialização é feita nos capítulos V e VI da segunda parte deste livro.

<sup>26</sup> “Do que se depreende o caráter inerentemente contraditório do capital: a um só tempo processo mundial de valorização do valor fundado na dominação sobre o trabalho vivo, é também um sistema internamente fragmentado em comunidades estatais-nacionais”. Rhina Roux, *El Príncipe mexicano. Dominación y comunidad en el Estado posrevolucionario*, Tese de Doutorado em Ciência Política, Faculdade de Ciências Políticas-Unam, México, 2003, p. 48-49.



têm tido um papel importante nos projetos intelectuais direcionados a diluir o poder, atomizá-lo e indeterminá-lo.

Determinados aspectos de seu argumento não podem ser desdenhados. Por exemplo, quando afirma que o poder “se produz a cada instante, em todos os pontos, ou melhor, em toda relação entre um ponto com outro”<sup>27</sup>, e que as relações de poder não se encontram em posição de exterioridade com respeito a outros tipos de relações (processos econômicos, relações de conhecimentos, relações sexuais), mas lhes são imanentes; (...) são as condições internas destas diferenciações; (...) possuem, lá onde atuam, um papel diretamente produtor.<sup>28</sup>

Foucault enfatiza que o poder acaba se tornando presente em todos os poros da sociedade, reproduzindo-se permanentemente. Uma das características da sociedade moderna burguesa é a de criar uma organização disciplinar na qual o poder se produz e se reproduz na consciência, nos corpos e nas operações sociais. O homem moderno é alvo de uma vigilância permanente numa sociedade carcerária que se inicia na consciência. Esta máquina disciplinadora acaba engolindo todos, governantes e governados, dominadores e dominados. Todos somos presas desta situação. Esta ideia “tem o mérito de desmontar a representação mecanicista sobre a ideologia dominante, que a descreve como uma mistificação totalmente

<sup>27</sup> *Historia de la sexualidad I. La voluntad de saber, op. cit.*, p. 113. É neste trabalho que Foucault desenvolve de forma mais clara e concisa sua visão sobre o tema do poder, embora este tema esteja presente no grosso de sua obra.

<sup>28</sup> *Ibid.*, p. 114. Em relação ao saber, Dominique Lecourt assinala que a “contribuição original” de Foucault “não consiste em afirmar que a posse de um saber equivale a deter um poder. Esta é uma tese clássica dos filósofos do século XVIII, enquanto que o tema que atravessa toda sua obra, e que ele foi o primeiro a teorizar, é o de que o poder *produz* saber”. “Microfísica del poder o metafísica”, em Lecourt *et al. Disparen sobre Foucault*. Buenos Aires: Ediciones El Cielo por Asalto, 1993, p. 74.

produzida ‘a partir do alto’ e cujas engrenagens teriam sido ajustadas, cuidadosamente e em segredo, pelos estados-maiores ideológicos”<sup>29</sup>.

Nossos problemas em relação à análise de Foucault comecem quando este afirma que “o poder vem de baixo; isto é, não há, no princípio das relações de poder, e como matriz geral, uma oposição binária e global entre os dominadores e os dominados (...)”<sup>30</sup>, de modo que o poder deveria ser analisado a partir de uma perspectiva ascendente. A análise não deveria partir de seu centro “mais alto”, o Estado – o que pressuporia uma análise descendente –, mas, sim, de sua base, inclusive a partir daquelas instâncias mínimas em que o poder se torna capilar. Chegamos assim à microfísica do poder.

“Onde há poder há resistência”, diz Foucault, e “esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder”<sup>31</sup>. Mais do que isso, “esses pontos de resistência estão presentes em toda a rede de poder”<sup>32</sup>. Contudo, ao inserir estas ideias no interior de “uma teoria do poder como um conjunto de relações infinitesimais sem um mecanismo de conjunto que regule suas menores ações”<sup>33</sup>, “não pode inspirar nenhum processo de organização das massas para a luta, apenas uma estratégia de ‘pequenas resistências’ que deixa de lado, negando sua existência, o núcleo principal de toda luta política que pretenda transformar as bases de determinada formação social: *o poder o Estado*”<sup>34</sup>.

---

<sup>29</sup> Dominique Lecourt, *op. cit.*, p. 79.

<sup>30</sup> Michel Foucault, *op. cit.*, p. 114.

<sup>31</sup> *Ibid.*, p. 116.

<sup>32</sup> *Ibid.*, p. 116.

<sup>33</sup> Dominique Lecourt, *op. cit.*, p. 78.

<sup>34</sup> *Ibid.*, p. 80.

A rede de relações de poder que se estende por todo o corpo de relações sociais apresenta *hierarquizações* quanto à sua condensação, *sendo o Estado a fundamental*. Ao não estabelecer esta precisão, *Foucault acaba perdendo de vista os núcleos que sustentam o conjunto do tecido de dominação na sociedade*, para onde – em última instância – terminarão convergindo as resistências gestadas nos diversos âmbitos societários. Desta forma, acaba privilegiando uma visão atomizada do poder, com a qual não é possível estabelecer nenhuma estratégia determinada de oposição<sup>35</sup>. Por isso,

a teoria foucaultiana do poder, em seu esforço para evitar a busca de um fundamento externo ao mesmo – como os processos econômicos, a classe dominante etc. –, de uma hierarquia e uma centralidade, teria acabado hipostasiando um novo primeiro princípio, onde ‘o poder perde qualquer determinação histórica: *já não existe possuidores específicos do poder* nem metas específicas para as quais sirva seu exercício’.<sup>36</sup>

Definitivamente, não há nada tangível contra o que se opor.

Outro problema nas colocações foucaultianas consiste em não distinguir entre as relações de poder que se apresentam entre pai-filho, psicanalista-paciente, homem-mulher, confessor-penitente etc., e as que se dão entre classes dominantes e classes dominadas. Apenas estas últimas chamamos de poder

<sup>35</sup> “Não deixa de ser notável”, assinala Poulantzas, “que este discurso – que tende a tornar invisível o poder, a pulverizá-lo na capilaridade de microrredes moleculares – tenha o êxito sabido num momento em que a expansão e o peso do Estado alcançam um grau sem precedentes”. Ver *Estado, poder y socialismo*. México: Siglo XXI, 1979, p. 47. (Ed. bras.: *O Estado, o poder, o socialismo*, trad. de Rita Lima. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980. N.T.).

<sup>36</sup> Perry Anderson, citado por Roy Hora e Horacio Tarcus, “Foucault y el marxismo”, em *Disparen sobre Foucault, op. cit.*, p. 23 (itálicos nossos).

*político*. Embora este poder se faça presente e se imbrique em todas aquelas outras relações, *ele é, contudo, de natureza distinta*.

Foucault não estabelece as diferenças entre poder político e poder ideológico – poderes que, tal como nos exemplos anteriores, também se imbricam, mas são diferentes –, de modo que não chega a distinguir as funções estatais e as funções da sociedade civil<sup>37</sup> nos processos de dominação e de reprodução da sociedade.

### **O Estado visível: aparato de Estado, corpo de funcionários, leis e normas**

Como condensação *material* das relações sociais de dominação e exploração – ou como *coisificação* daquelas relações –, o Estado se apresenta como um conjunto de “coisas”: o aparato de Estado, uma organização hierarquizada de instituições, regras, leis e um corpo de funcionários. O aparato de Estado constitui o Estado *visível*, que se encontra articulado e unificado pelos interesses e projetos das classes que detêm o poder político.

O Estado enquanto aparato diz respeito a funções administrativas e técnicas, tais como cobrar impostos, prover água, luz, estradas, vigilância e proteção, gerar leis e sancionar quem as viole, e contar com as instalações e funcionários para cumprir estas e outras tarefas.

O aparato de Estado é vital para o poder político, pois (quase) “tudo aquilo que o Estado faz é através do aparato

---

<sup>37</sup> Aqui a noção de sociedade civil aponta para as instituições localizadas fora do Estado, como a escola, os meios de comunicação, as igrejas etc. Este ponto é tratado com mais detalhe na seção “Estado e sistema de dominação”, do capítulo II, bem como nos capítulos XX e XXI.

de Estado, que funciona, consequentemente, como um filtro que determina a modalidade das intervenções econômicas e ideológicas do Estado”<sup>38</sup>.

O que não se pode perder de vista é que as funções administrativas – que em muitas ocasiões tendem a se apresentar como tarefas neutras do ponto de vista social – estão atravessadas pelo aspecto do poder do Estado, que significa assegurar a reprodução da sociedade sob a orientação de interesses sociais específicos.

### *As instituições estatais*

A clássica divisão de poderes do Estado nos oferece uma rápida aproximação a algumas de suas instituições: no poder Executivo, a presidência, os ministérios e as secretarias de Estado e, num lugar especial, o centro fundamental para o exercício da violência legítima: as Forças Armadas; no poder Legislativo, os parlamentos ou congressos; no poder Judiciário, os tribunais, as cortes, os ministérios e as prisões. A estas instituições deve-se agregar todo um espectro de dependências que crescem ou diminuem em diversos momentos históricos (bancos de desenvolvimento, empresas estatais, organismos culturais etc.), em função das necessidades da reprodução do capital e/ou dos acordos políticos e alianças que se estabelecem no seio das classes dominantes e entre estas e as classes dominadas.

Embora o Estado em seu conjunto seja a condensação das relações de poder político, no seu interior existe uma hierarquização de suas diversas instituições quanto ao significado que, em termos de poder político, tais instituições

---

<sup>38</sup> G. Therborn, *¿Cómo domina la clase dominante? Op. cit.*, p. 180.

chegam a ter, em momentos históricos específicos. Assim, por exemplo, determinadas secretarias ou ministérios têm maior relevância do que outros na definição dos aspectos centrais para os interesses das classes ou frações de classe que contam com as maiores quotas de poder no seio das classes dominantes.

Para a análise isso implica a necessidade de ponderar o papel diferenciado das diversas instituições e sua relevância no exercício do poder político. Como pano de fundo, as Forças Armadas e a polícia aparecem como as instituições que garantem a base primária do poder político e do Estado: a concentração material da violência e a coerção.

A hierarquização que as diversas instituições estatais apresentam em momentos determinados pode se modificar, possibilitando que *a condensação de poder político se desloque no interior do aparato estatal* e seja maior em algumas esferas e instituições do que em outras. Um exemplo disso é o papel que as Forças Armadas passaram a ter no Cone Sul da América Latina nos anos 1970, ultrapassando as fronteiras normais desta instituição e chegando a capturar as principais posições do aparato de Estado. Este movimento refletiu o fato de que as outras instituições estatais – parlamentos, as demais instituições do Poder Executivo e tribunais – revelaram-se incapazes de garantir a dominação, de modo que as relações de poder se reorganizaram em torno das instituições militares. O poder político, normalmente distribuído em diversos espaços do aparato estatal, tendeu a se concentrar particularmente em algumas instituições – neste caso, nas Forças Armadas –, modificando a *forma* do Estado.

Tudo isso expõe o aparato de Estado como um espaço flexível para que as classes dominantes possam se posicionar frente às diferentes situações derivadas da luta de classes.

*O corpo de funcionários do Estado*

Os funcionários do Estado também são hierarquizados. As funções de controle são maiores quanto mais altas sejam as posições na estrutura administrativa. Isso implica, por sua vez, diferentes graus de compromisso dos funcionários em relação aos poderes ou interesses sociais que prevalecem no Estado, tendendo a ser maior quanto mais alto se encontrem na pirâmide administrativa estatal.

*A noção de corpo de funcionários do Estado permite diferenciar quem detém o poder do Estado e quem o administra.* Quando não se faz esta diferenciação, tende-se a supor que os funcionários que ocupam os altos postos do aparato de Estado são aqueles que detêm o poder, limitando a análise política aos cenários mais visíveis e mantendo oculto tudo aquilo que não aparece imediatamente: os interesses de classe que esses funcionários acabam protegendo ou desenvolvendo.

O recrutamento e a formação dos funcionários do alto escalão hierárquico se modificam no tempo de acordo com as necessidades de reprodução material e política. Por exemplo, o Estado desenvolvimentista na América Latina de meados do século XX necessitou de quadros administrativos de natureza diferente em relação aos quadros necessários para o Estado neoliberal das últimas décadas desse mesmo século e início do século XXI, etapa na qual a tecnocracia tem um papel destacado.

Conforme veremos mais adiante, as classes, frações ou setores que detêm o poder político não precisam ocupar posições

no aparato de Estado para que seus interesses prevaleçam no Estado e na sociedade.

### *A classe reinante*

Denominamos de classe reinante o corpo de funcionários do Estado que ocupam as posições mais altas dentro do aparato de Estado, como: presidentes, ministros de Estado, funcionários de cargos superiores das secretarias e ministérios, autoridades parlamentárias, ministros da Corte, altos comandos militares etc.<sup>39</sup>

Do ponto de vista de sua procedência social, a classe reinante não pertence necessariamente às classes dominantes, ainda que, pela sua posição no aparato de Estado, nos grandes debates e nas definições políticas tenderá a se posicionar a favor dos interesses dessas classes.

Em situações de governos militares, os altos comandos das Forças Armadas passam a ocupar parte substantiva dos cargos da classe reinante, com o conseqüente deslocamento das franjas sociais que ocupavam essas posições. Isto, além de gerar mudanças na forma de governo, gera conflitos entre setores da classe política e setores da classe reinante, devido às posições perdidas e auferidas por uns e outros.

---

<sup>39</sup> Esta definição é diferente da que emprega Poulantzas, que considera a classe reinante como parte das classes dominantes e “cujos partidos políticos estavam presentes nos lugares dominantes da cena política”. Ver *Poder político y clases sociales en el Estado capitalista*, op. cit., p. 323. Consideramos necessário estabelecer diferenciações conceituais mais claras entre as classes dominantes, os funcionários que ocupam os altos cargos do aparato de Estado (classe reinante), as classes onde se recruta tais funcionários, bem como os funcionários que ocupam a “cena política”, que denominamos como “classe política”, tema que será desenvolvido mais à frente.



A ocupação de posições dentro de uma estrutura fortemente hierárquica e com funções e papéis definidos faz com que a classe reinante tenha limites precisos dentro dos quais pode se mover. Estas hierarquizações e funções estão delimitadas pelo caráter de classe do poder do Estado. Assim, *a classe reinante pode transmitir em sua gestão um estilo pessoal de governar, mas estará limitada pelas fronteiras demarcadas pelos interesses de classe que o Estado representa*. Este foi um dos principais problemas que figuras progressistas como Salvador Allende, no Chile, ou Hugo Chávez, na Venezuela – para citar alguns exemplos – não puderam superar.

Essas limitações relacionais (que podem se distender em momentos particulares, porém excepcionais) fazem com que, geralmente, a classe reinante acabe se integrando aos interesses das classes que detêm o poder político, sem contar os fatores relativos às prerrogativas materiais oriundos da ocupação desses cargos, bem como o papel das instituições de educação nas quais geralmente se prepara esta “classe” e o espaço que nelas têm os paradigmas que definem a visão de mundo e dos problemas sociais e de suas possíveis soluções – uma visão alinhada às classes dominantes.

A classe reinante é diferente do setor social que ocupa as posições médias e baixas do aparato de Estado (a baixa burocracia). Aqui a integração aos interesses sociais de quem detém o poder tende a ser menor e pode inclusive chegar a ser contraposta. As fontes sociais de onde se recruta esses funcionários são mais amplas, cobrindo várias franjas de classes e setores assalariados.

A presença de funcionários especializados na gestão do Estado, tendentes a se reproduzir socialmente em tais funções, permite que o Estado ganhe uma certa autonomia em

relação às classes dominantes, à medida que sua força e sua dominação se veem filtradas pela ação desses funcionários, que têm diversos estilos de governar e de administrar e que, com várias mediações, acabam ecoando as demandas das classes dominadas, embora sua tarefa central, num primeiro nível, seja a criação de condições de dominação e reprodução do capital em seu conjunto, de modo que, apenas num segundo nível, se integra aos interesses de frações e setores particulares do capital.

Isso representa ao mesmo tempo um custo e uma vantagem para as classes dominantes. Um custo, devido ao papel de filtro e mediação que a classe reinante estabelece para o poder das classes dominantes. Uma vantagem, pois a presença no Estado de funcionários que diferem das classes dominantes favorece a imagem de um Estado neutro socialmente, que expressaria uma vontade geral e não a vontade de determinados setores sociais.

### *Classe mantenedora do Estado*

Entendemos como classe mantenedora do Estado aquela onde o Estado realiza de forma predominante o recrutamento de seus funcionários<sup>40</sup>. A pequena burguesia não proprietária é talvez a principal classe mantenedora do Estado a partir da segunda metade do século XX. Certas franjas desta classe – como profissionais e técnicos cada vez mais especializados – tendem a se formar como classe reinante, funcionando inclusive como suporte para uma burocracia estatal média,

---

<sup>40</sup> Poulantzas reduz a noção de classe mantenedora para aquela em que se recruta os altos funcionários do Estado. Ver: *Poder político y clases sociales...*, op. cit., p. 323-324.

enquanto os setores menos especializados daquela mesma classe fornecem os funcionários para parte da média e sobretudo baixa burocracia estatal.

Como veremos mais adiante, esta função social da pequena burguesia e seus diversos setores é mais ampla pois proporciona os funcionários para parte significativa da classe política em geral.

### **Estado e classes dominantes**

Na sociedade capitalista o Estado é a única instituição que possibilita que os interesses de grupos sociais específicos possam ser apresentados para o resto da sociedade como se fossem interesses de toda a sociedade. *Alcançar o poder do Estado é, portanto, a tarefa fundamental de qualquer classe social em termos políticos*, pois isso permite que seu projeto societário se imponha sobre o resto dos agrupamentos humanos e porque *a partir do Estado essa capacidade se potencializa*.

Existem três esferas de funções exercidas pelo Estado: econômica, político-ideológica-repressiva e social. Em todas elas o Estado trata de resolver os problemas enfrentados pelos projetos das classes que detêm o poder político, ao mesmo tempo em que também impulsiona tais projetos.

#### *Instrumentalistas e estruturalistas*

O que torna possível que o aparato de Estado realize os interesses das classes dominantes? Esta questão toca num tema fundamental, pois remete às *mediações que se estabelecem entre as classes dominantes e o aparato de Estado*, duas instâncias sociologicamente diferentes.

A resposta a esta pergunta tem gerado inúmeras posições. Aqui nos deteremos em duas, tendo em vista a relevância de

ambas: as visões instrumentalistas e as visões estruturalistas<sup>41</sup>. Para as primeiras, a presença direta de figuras das classes dominantes em postos-chave do aparato de Estado garantiria a orientação estatal no sentido dos interesses dessas classes. O aparato de Estado seria, assim, um instrumento manipulável para determinadas posições sociais – as posições daqueles que dominam.

Esta formulação contém vários inconvenientes analíticos, sendo que o primeiro é não dar espaço para a reflexão sobre o hiato existente entre o aparato estatal e as classes dominantes. O segundo inconveniente é que entende estas classes como um bloco homogêneo, sem disputas, de modo que todas elas (bem como suas diversas frações e setores) encontrariam condições políticas e estatais semelhantes para se desenvolverem. Por outro lado, deixa margem para conceber o Estado e seu aparato como uma instância política neutra, que deve ser “ocupada” para definir sua orientação classista. Por último, não conduz à diferenciação entre classes dominantes e classes reinantes, isto é, entre agrupamentos sociais que detêm o poder e os funcionários que administram o aparato de Estado.

Para a visão estruturalista, em contraste, os interesses das classes dominantes estão resguardados pela organização estatal em si mesma, pois esta seria justamente uma relação de poder e dominação de classes, de modo que funcionaria politicamente nesta direção, independentemente de que as figuras que ocupam seus principais cargos sejam ou não membros das classes dominantes.

---

<sup>41</sup> Uma boa exposição sobre essas posições pode ser vista em Heinz Rudolf Sonntag e Héctor Valecillos, “Nota introductoria sobre la problemática teórica del Estado capitalista”, em H. R. Sonntag e H. Valecillos (comps.), *El Estado en el capitalismo contemporáneo*. México: Siglo XXI, 1977, p. 9-61.

Esta visão proporciona melhores condições para analisar o Estado e seu aparato, ao mesmo tempo em que permite acentuar a diferenciação entre classes reinantes e classes dominantes, que é de grande relevância para o estudo de situações concretas.

### *Frente de poder*

Esta proposta deve ser complementada com dois temas relevantes: o primeiro se refere à característica particular que as classes reinantes podem outorgar à gestão do aparato estatal. Algo assim como o “estilo pessoal de governar” dos altos funcionários da burocracia estatal, que suscita um traço específico para a solução estrutural da ligação do Estado e do aparato com os interesses das classes dominantes. O segundo tema aponta para as relações que as classes dominantes estabelecem com a classe reinante, facilitando o fluxo estrutural entre o Estado e os interesses das classes dominantes. Tais relações vão desde a convivência em eventos sociais (por exemplo, frequentar os mesmos clubes), até laços familiares (por exemplo, casamentos de familiares de empresários com familiares de altos funcionários).

Denominaremos de *frente de poder* a particular relação e aliança que se estabelece entre as classes dominantes e a classe reinante. Com esta noção busca-se ressaltar a aliança entre esses setores, ao mesmo tempo em que se destaca que na frente de poder é a classe reinante que aparece, ocultando o papel das classes dominantes quanto ao tema de quem detém o poder político.

Como condensação da rede de relações de exploração e dominação que o capital estabelece na sociedade, o Estado expressa um caráter classista constitutivo em sua essência.

No entanto, é uma forma particular de cristalização dessas relações, no contexto de uma organização social – a capitalista –, na qual o elemento econômico e o elemento político tendem a se apresentar como processos independentes. O Estado capitalista é a cristalização dessa separação.

O Estado condensa as relações antagônicas capital-trabalho, além das relações não antagônicas que se expressam no seio das classes do capital. Aqui, em contraste com a visão estruturalista, a ênfase recai sobre o aspecto relacional, mas sem desconhecer a importância da cristalização material desse aspecto relacional e considerando que sua natureza está marcada pela essência classista.

### *Hegemonia e bloco no poder*

Quando tratamos de classes dominantes, estamos nos referindo a um conglomerado social profundamente heterogêneo. Nele se agrupam classes sociais (burguesia e proprietário fundiário), frações (por exemplo, no caso da burguesia: industrial, comercial, agrária, mineradora e financeira) e setores (grande, mediano ou pequeno capital).

Cada um desses agrupamentos humanos tem interesses específicos e desenvolve ações para ganhar força e concretizá-los. Os diferentes graus de força se refletem no Estado, e seus portadores tratam de fazer com que tenham expressão no Estado, pois este tem a capacidade de potencializá-los. A luta entre as classes dominantes, suas frações e setores para controlar o Estado é vital e pode alcançar níveis elevados.

A articulação que as diversas classes, frações e setores das classes dominantes estabelecem entre si – em momentos históricos específicos e em função da força e do posicionamento que possam ter no Estado – conforma o que aqui chamamos

de *bloco no poder*<sup>42</sup>. A ideia de bloco no poder alude à unidade-confrontação das classes dominantes, ou seja, à base comum de dominação e exploração na qual estão sustentadas, bem como às contradições e conflitos que as atravessam, devido à forma diferenciada com que tratam de desenvolver seus interesses em momentos específicos.

Dentro desse bloco heterogêneo, uma classe, fração ou setor é *hegemônico* quando seus projetos e seus interesses prevalecem sobre o restante das classes, frações e setores das classes dominantes. Esta condição pode ser alcançada no bojo de agudas disputas que chegam a envolver não apenas os participantes do bloco dominante, mas também as classes dominadas, mediante a busca de apoio e de força nestas últimas.

Pode haver momentos de descompasso, mas geralmente o setor dominante que se encontra favorecido pelas tendências da reprodução do capital tratará de ganhar a direção do Estado no seio do bloco no poder<sup>43</sup>. Seu projeto, portanto, aglutinará e tensionará a aliança, deixando sua marca em um momento histórico particular.

Para alcançar esses objetivos, tal fração fará uso de recursos de consenso, bem como de coerção, buscando reordenar todos os agrupamentos das classes dominantes sob sua liderança e direção.

Esta tarefa também se estenderá para as classes dominadas e, quando isso é feito, privilegiando os mecanismos consen-

---

<sup>42</sup> Tomamos este conceito de bloco no poder e o conceito de hegemonia tal como trabalhado em Poulantzas, *Poder político y clases sociales en el Estado capitalista*, *op. cit.*

<sup>43</sup> Sobre a diferença e a relação entre poder econômico, poder político e poder ideológico trataremos na quinta seção do segundo capítulo.

suais, temos o estabelecimento de uma *hegemonia social*<sup>44</sup> (não apenas no seio do bloco no poder). Esse projeto hegemônico, que responde aos interesses particulares de algum setor do capital, terá a capacidade de se apresentar como o projeto de toda a sociedade.

O setor das classes dominantes que busca a hegemonia deve estabelecer alianças no seio do bloco no poder, fazendo acordos com os vários setores que o conformam. Mas também tratará de estabelecer alianças com as classes, as frações e os setores das classes dominadas.

Toda aliança implica dar e receber entre as partes que a estabelecem. Mas quando isso ocorre entre a fração ou o setor hegemônico e qualquer outro setor, seja das classes dominantes ou dominadas, são os interesses da fração ou setor hegemônico que prevalecem nessa troca. O setor social subordinado na aliança consegue prerrogativas e melhorias em suas posições (ou pelo menos não perde posições), enquanto o setor hegemônico acumula forças para impulsionar com maior vigor seus projetos e interesses.

Quanto mais amplas forem as alianças estabelecidas pelo setor hegemônico, mais estabilidade política pode apresentar em suas posições. Contudo, concessões econômicas muito extensas socialmente (que cobrem muitas classes, frações e setores) podem provocar um arrefecimento das tendências da

---

<sup>44</sup> Desta forma, a noção de hegemonia inclui tanto aspectos consensuais quanto coercitivos. Tomamos distância, portanto, de interpretações gramscianas que privilegiam o primeiro aspecto, relegando ou esquecendo o segundo. Sobre este ponto, ver, por exemplo, Juan Carlos Portantiero, *Los usos de Gramsci, op. cit.* Igualmente nos distanciamos das mais recentes visões sobre a sociedade civil de tipo habermasiano, como a proposta por Jean L. Cohen e Andrew Arato, *Sociedad civil y teoría política*. México: FCE, 2000.



reprodução do capital, o que, por sua vez, pode enfraquecer os projetos e interesses hegemônicos.

A heterogeneidade das classes dominantes e sua articulação política no Estado, como bloco no poder, permite pensar o Estado como uma condensação de forças contraditórias. O Estado não é, portanto, uma unidade isenta de conflitos, os quais derivam, numa primeira instância, das disputas no seio das próprias classes dominantes.

A força dos diversos componentes do bloco no poder, em situações de negociações não resolvidas, pode estar assentada em instituições diferentes dentro do aparato de Estado, que expressam posições de segmentos diversos das classes dominantes. A isso alude Poulantzas quando indica que “as contradições de classe assumem no seio do Estado a forma de contradições internas entre os diversos ramos e aparatos do Estado”<sup>45</sup>.

### *Pluralistas e elitistas*

A perspectiva até aqui desenvolvida tem pouco ou nada a ver com os debates entre *pluralismo* e *elitismo* no que diz respeito ao poder político. Isso porque o *pluralismo* supõe que *a moderna sociedade capitalista se organiza sobre a base de uma distribuição do poder político* entre diversos setores sociais e instituições (estatais e não estatais), o que levaria a um equilíbrio de interesses, criando uma dificuldade para o predomínio mais ou menos estável de alguns setores sociais sobre outros.

As teorias *elitistas*, em contraste, supõem que o poder político está sempre nas mãos de grupos reduzidos, *sem referência a classes, a partir de uma visão de sociedade estática, na qual a*

---

<sup>45</sup> Nicos Poulantzas, *Estado, poder y socialismo*. Op. cit., p. 159.

*única coisa que muda é a queda de quem detém o poder político até o momento em que uma nova elite assume o controle.*

É sintomático – comenta Therborn – que os teóricos clássicos do elitismo (...) defendessem que a sociedade não mudava em nada essencialmente. Isso é aplicável a todos eles: Gumprowicz, Mosca, Pareto, Michels. Em lugar da mudança, eles descrevem um ciclo eterno de surgimento, dominação, degeneração e queda das elites (...).<sup>46</sup>

Por não contar com os instrumentos analíticos que permitem vincular a ação das elites (classes reinantes) aos interesses sociais que, no final das contas, favorecem (classes dominantes), as teorias elitistas ficam limitadas a um marco autorreferencial: os interesses das elites que se reproduzem a si mesmas. Com isso também não se avança na compreensão sobre as formas particulares que, em diversos momentos históricos, as classes reinantes se constituem.

O poder político é uma relação concentrada em duplo sentido. Sua condensação dá forma ao Estado capitalista e, socialmente, quem o detém são as classes dominantes, que historicamente modificam seus graus de força e de expressão no Estado, tanto pelas variações de força no seio do bloco dominante, como entre este bloco e as classes dominadas, o que provoca readequações na formação do bloco no poder, na hegemonia e nas alianças de classes.

### *Alianças sociais e alianças políticas*

Aqui temos tratado de alianças em geral. É necessário, porém, diferenciar as alianças sociais das alianças políticas. Este tema será abordado quando entrarmos na questão das

---

<sup>46</sup> G. Therborn, *¿Cómo domina la clase dominante?* Op. cit., p. 157.

representações políticas<sup>47</sup>. Por enquanto, basta assinalar tal diferenciação.

### **Estado e classes dominadas**

*O Estado capitalista não expressa apenas uma correlação de forças na qual predominam os interesses das classes dominantes. É, antes de mais nada, uma relação social que cria força e modifica essas correlações em favor dos que dominam.*

Supor que o Estado “reflete” a luta de classes implicaria concebê-lo como uma entidade neutra, que revela o ponto em que se encontra a correlação de forças entre as classes, algo assim como um termômetro político. Mas, ao contrário, *o Estado tem um papel ativo na luta de classes a favor da integração e da organização das classes dominantes e da dispersão e desarticulação das classes dominadas.*

Apesar disso, o Estado burguês expressa de algum modo a força das classes dominadas. *Mas esta expressão se realiza como classes dominadas.* Isso significa que o Estado capitalista pode assumir e expressar posições das classes dominadas apenas de forma mediatizada e distorcida, à medida que a força e os interesses dessas classes se refletem ou se expressam numa instância que não existe para assumir qualquer força social ou para medir objetivamente e sem impurezas as correlações de força entre as classes, mas sim para incidir ativamente nessas correlações a favor das posições do bloco dominante.

A ideia de que o Estado burguês expressa “conquistas” dos dominados (direito à greve, sindicalização, partidos populares, fórmulas democráticas de dominação) deve ser entendida, por-

---

<sup>47</sup> Na seção “Representação política das classes”, deste capítulo.

tanto, dentro desses limites. São *conquistas*, porém *desvirtuadas e filtradas* pela ação estatal.

Por esta razão, *o Estado capitalista não é o melhor nem o mais fundamental lugar para as classes dominadas acumularem forças*, já que isso presumiria desconhecer a unidade de classe do Estado e assumir, portanto, a ideia de uma desarticulação que tornaria possível a coexistência de duplos poderes em seu interior. Esta é uma das razões pelas quais em todas as experiências de transformação das sociedades capitalistas – independentemente da avaliação e do balanço que se tenha dessas experiências – *as classes dominadas sempre tiveram que gerar embriões de um novo Estado fora do Estado capitalista* – gerando a chamada dualidade de poderes –, que expressaria melhor sua força social e as novas condensações de relações de poder, tais como exércitos revolucionários, conselhos operários e camponeses etc.

O Estado não apenas reflete de forma mediatizada e distorcida a luta de classes, mas também desempenha um papel ativo na definição dos rumos e das modalidades dos enfrentamentos classistas. Em relação às classes dominantes, o Estado favorece sua organização e apoia a unificação de suas forças (o que não implica que em seu seio também não se expressem disputas e rupturas), e em relação às classes dominadas trata de dispersá-las e atomizá-las. *Esta é uma das funções políticas básicas do Estado em sua participação na luta de classes.*

### **Representação política das classes**

Embora existam outras formas, o Estado é forma de organização política principal das classes dominantes enquanto condensação das relações de dominação e poder. Como as classes dominantes são heterogêneas, o Estado não pode re-

presentar todas igualmente do ponto de vista de seus interesses econômicos. Mas este aspecto central deve ficar velado, tendo em vista a finalidade de poder se apresentar como o Estado de toda a sociedade (a comunidade ilusória), o que favorece o desenvolvimento de suas funções centrais de dominação. Por isso “o Estado somente pode funcionar como Estado capitalista apelando a símbolos e fontes de apoio que *ocultam* sua natureza de Estado capitalista. A existência de um Estado capitalista pressupõe a sistemática *negação* de sua natureza de Estado capitalista”<sup>48</sup>.

A representação estatal das classes dominantes deve ficar oculta, gerando a imagem do Estado “invisível”: as relações de poder e de dominação condensadas no Estado não são visíveis. Entretanto, este aspecto de fortaleza obriga as classes dominantes a aceitarem uma debilidade iniludível: carecer de outros mecanismos de representação, visíveis, operantes no aparato estatal, com todas as vicissitudes e mediações que esta situação implica.

Todas as classes desenvolvem diversos mecanismos de representação política para impulsionar seus interesses sociais e alcançar seus objetivos, e tais mecanismos são como pontes que permitem estabelecer relações entre as classes e o aparato de Estado.

O aparato de Estado capitalista busca filtrar a ação política e fazer com que esta se concretize de determinadas formas e por vias institucionais específicas. Com isso o Estado capitalista estabelece uma camisa de força para as classes dominadas,

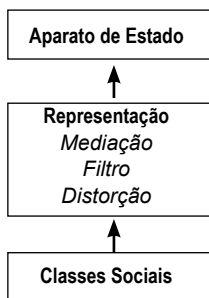
---

<sup>48</sup> Claus Offe, citado por M. Carnoy em *El Estado y la teoría política*. México: Alianza Editorial, 1993, p. 168-169 (itálicos no original). (Ed. bras.: *Estado e teoria política*, trad. da equipe da PUC-Campinas. Campinas: Ed. Papirus, 1986. N.T.).

tratando de restringir suas formas organizativas e os meios através dos quais buscam levar adiante seus projetos, para que operem num território específico e com regras de jogo impostas pelo aparato de dominação.

No campo do aparato de Estado todas as classes devem atravessar o deserto das representações políticas para interferir ou chegar ao aparato de Estado, o que coloca um problema significativo em relação às mediações: o papel de filtro e distorção que as representações políticas estabelecem sobre os interesses das classes e sua cristalização no Estado.

**Quadro 1: A representação como mediação e distorção**



Na moderna sociedade capitalista o instrumento de representação política fundamental são os partidos políticos, organizados sobre a base de cidadãos, fórmula que privilegia a visão da política como uma atividade entre iguais (cada cabeça um voto), bem como a desagregação e dissolução das classes, enquanto a cidadania se constitui com base nos indivíduos e não na relação entre agrupamentos humanos.

Considerar isso não implica desconhecer que existem partidos políticos que pretendem se tornar, explicitamente, representantes de classe e não de meros cidadãos. Estes esforços

são limitados pela cidadanização e individualização estrutural do Estado moderno capitalista. Apesar dessa limitação, os partidos políticos constituem uma das modalidades fundamentais de representação das classes, no sentido de que expressam e refletem – de modos mais ou menos difusos – interesses desses agrupamentos, sejam classes, frações e/ou setores.

No entanto, existem outras formas de representação classistas, como as organizações patronais e os sindicatos. Em um regime democrático, porém, essas formas ocupam um lugar secundário diante do papel dos partidos políticos.

As formas corporativas de organização estatal constituem modalidades de representação que estão mais próximas das representações medievais de grêmios e corporações do que das classes do capitalismo. Além disso, a própria representação dessas corporações (operários, camponeses, empresários, setores populares, militares ou outros) está regida mais pela dinâmica integradora que se dá para e a partir do Estado – e entre as próprias corporações – do que pela confrontação com o Estado.

Com todas as distorções e mediações anteriormente apontadas, as classes também buscam se representar em outras instâncias da organização societária, tais como os meios de comunicação, as igrejas, os programas e projetos das instituições educacionais, entre muitas outras.

### *A cena política*

O espaço em que operam as diversas organizações e figuras enquanto representações políticas conforma a cena política. A vinculação com a linguagem teatral não é casual. Os “atores” sociais atuam e cumprem seus papéis dentro de um marco relativamente definido, embora sempre exista margem para o traço particular, para o estilo pessoal.

Esse espaço tem suas próprias regras, protocolos e linguagens, que formam uma entre tantas outras barreiras que as classes dominantes impõem para filtrar e canalizar a política de acordo com as modalidades passíveis de serem digeridas pelos seus interesses. Mas estas modalidades também devem estar sujeitas a tais regras e protocolos.

A cena política se transforma em função dos movimentos da luta de classes. Há momentos em que se expande, pois os setores sociais que não encontram representação nos organismos existentes e/ou nas regulamentações que a definem tratam de se fazer ouvir, irrompendo sob novas formas de representação e estabelecendo novas normas<sup>49</sup>. Mas a cena política também pode se reduzir<sup>50</sup>. Na verdade, não constitui um espaço social e político cujos limites sejam estanques e indiferentes às vicissitudes dos enfrentamentos sociais.

### *A classe política*

Essas regras e protocolos também têm a ver com a classe reinante e a classe política, setores que tendem a monopolizar a gestão da política nos espaços e instâncias de representação e que, pelo domínio dos segredos e labirintos da política – e de suas normas e linguagens –, conseguem manter ou aumentar seus privilégios enquanto setores específicos.

Se considerarmos as pessoas que atuam na cena política, podemos afirmar que *a classe política é mais ampla que a classe reinante*, pois, além dos funcionários que ocupam as altas

---

<sup>49</sup> Isto foi o que ocorreu, por exemplo, no México em janeiro de 1994, com o aparecimento do Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN).

<sup>50</sup> Como aconteceu com o fechamento dos parlamentos e a proscrição dos partidos políticos em muitas experiências de ditaduras militares na América Latina nos anos sessenta e setenta do século XX.



esferas do aparato de Estado, a classe política engloba os altos quadros dos partidos políticos, dos sindicatos e das corporações empresariais, o alto clero que participa da política, diretores de jornais, editorialistas e formadores da opinião pública em geral.

Ao atuar na cena política, as classes acabam se submetendo às regras que nela operam e que definem as formas de representação. Assim, em um Estado capitalista democrático, as classes dominadas renunciam a atuar como classe na cena política e renunciam também às formas classistas de representação. Apenas em momentos particulares e conjunturais de enfrentamentos classistas esta situação chega a mudar, expandindo o espaço de ação política e as formas de representação.

As classes dominantes também devem estar regidas pelas regras que organizam a cena política e a representação política. Isso implica que devem fazer uma parte significativa da política sob as condições de partidos concorrentes entre si, atuar nos debates e nas lutas parlamentares, e operar sob presidentes e ministros que se alternam a cada determinado número de anos.

Desta forma, devem contar com partidos e figuras que tenham a capacidade de enfrentar os problemas e superar nesses espaços as situações estabelecidas pela luta política, com todo tipo de meandros legais, interstícios e labirintos institucionais que possam existir.

As classes dominantes fazem outra parte da política por fora da cena política e dos espaços de representação, tanto na convivência de seus membros com membros da classe política e da classe reinante – como frequentar os mesmos clubes, lugares de descanso etc. –, quanto na vida social – estabelecendo vínculos familiares –, enfim, em todas as atividades em que se dão os encontros e a busca de acordos para impulsionar políticas determinadas.

O recrutamento dos funcionários de níveis superiores do Estado é feito particularmente no seio da pequena burguesia não proprietária. O papel da educação na manutenção e ascensão de suas condições de classe faz desta fração um agrupamento social privilegiado para as tarefas políticas de partidos, dos meios de comunicação e dos altos cargos do aparato estatal.

Por certo, a tecnocracia é um bom exemplo desse processo em tempos recentes: funcionários com altos níveis acadêmicos e com uma boa visão técnico-administrativa dos problemas econômicos e políticos.

Retomando o tema das alianças, falamos de alianças *políticas* quando se estabelecem acordos entre instâncias de representação na cena política, particularmente – mas não de forma exclusiva – entre partidos. Se, por existir uma boa adequação com a representação esses acordos expressam compromissos entre classes, frações ou setores específicos, neste caso as alianças políticas também expressão alianças *sociais*.

### **Crises orgânicas como crises de representação**

A diferenciação entre as classes e as representações remete a um tema político da maior importância: a possibilidade de que ocorram inadequações entre ambas. É possível dizer que, em geral, existe esta inadequação, uma vez que as classes e as representações constituem entidades diferentes que se desenvolvem e se movem em espaços sociais particulares, nem sempre se deslocando no mesmo sentido. Isso gera representações que, como caixas vazias, acabam operando pela mera dinâmica e autonomia da cena política em determinado momento.

Há momentos em que o descompasso entre as classes e sua representação chega a níveis críticos, podendo dar origem

a uma crise de representação, que em graus agudos alcança a forma de “crise orgânica”, na formulação de Gramsci<sup>51</sup>.

As crises orgânicas são momentos em que a agudização da luta de classes e a ausência de canais acessíveis de expressão levam as classes a se mover e a buscar novas formas de representação, tomando instituições e espaços já existentes ou então criando novas instituições e espaços, com o objetivo de utilizar fórmulas mais adequadas para defender seus interesses.

As limitações que as classes dominantes no Chile enfrentaram durante os anos do governo de Salvador Allende (1970-1973) – primeiro para impedir sua ascensão e posteriormente para encontrar uma via legal para destitui-lo através dos partidos tradicionais e dos espaços do Parlamento e do Poder Judiciário – colocaram em evidência uma crise de representação. O recurso às Forças Armadas expressou assim um deslocamento das classes dominantes para outras formas de representação que possibilitassem resolver o conflito de classes num sentido favorável para elas. Neste contexto, as classes dominadas não contaram com formas de representação capazes de enfrentar e resolver os conflitos na escala que estes alcançaram, isto é, numa guerra de classes. Manifestaram, por sua vez, uma crise de representação. Embora ambas as crises de representação estivessem defasadas por um lapso breve no tempo, a sociedade chilena sofreu uma crise orgânica, uma crise generalizada de representação num momento crítico de enfrentamentos sociais.

---

<sup>51</sup> Ver *Notas sobre Maquiavelo, sobre política y sobre el Estado moderno*. México: Juan Pablos Editores, 1975. (Ed. bras.: *Maquiavel, a política e o Estado moderno*, trad. de Luiz Mário Grazanneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. E *Cadernos do cárcere: Maquiavel – sobre o Estado e a política*, trad. de Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. N.T.).

Do ponto de vista das classes dominadas os problemas de representação podem ser recorrentes e não darão origem a uma crise orgânica geral da sociedade, tendo em vista que a inadequação de representação dessas classes é um problema inerente à organização estatal capitalista. Quanto mais direta é a relação das classes dominadas com sua representação, mais próximo o Estado capitalista está de uma crise política profunda e a sociedade de uma revolução social. Isso porque tal relação tenderá a se gestar ou se desenvolver por fora da cena política institucional, apontando ao questionamento das bases de sustentação relacional e material do Estado capitalista.

### **Quem detém o poder? Como o exerce?**

Na análise política, tão importante quanto decifrar as *formas* assumidas pelo Estado é determinar as classes, frações ou setores que detêm o poder. Privilegiar uma questão em detrimento da outra conduz a desvios analíticos com altos custos em relação à compreensão e interpretação da realidade.

Parte significativa da produção teórica sobre esses temas está atravessada por tal polarização. Algumas análises colocam ênfase no estudo das formas de governo, apresentando questões e critérios para determinar se estamos diante de governos autoritários – civis ou militares – ou de governos democráticos. Nesta perspectiva de análise se encontra parte central do debate das três últimas décadas do século XX sobre as transições à democracia ou sobre a consolidação de governos democráticos<sup>52</sup>.

---

<sup>52</sup> Com trabalhos como os de Juan Linz, *La quiebra de las democracias*. México: Alianza Editorial Mexicana/Conaculta, 1990; de Guillermo O'Donnell, Philippe Schmitter e Laurence Whitehead, *Transiciones desde un gobierno autoritário*. Buenos Aires: Paidós, 1988; e de Samuel Huntington, *La tercera*

No outro extremo estão posições que, a partir da premissa de que o Estado capitalista é o Estado das classes dominantes, buscaram entender os mecanismos desta relação, dando pouca ou nenhuma atenção às diversas formas de organização estatal que tal relação pode apresentar.

Não é um tema menor as formas como o Estado se organiza em termos políticos, os espaços que englobam a cena política, os mecanismos de representação que ele reconhece, as instituições em que se organiza a política e todos os demais problemas referentes às formas de governo. Mas também não é tema de pouca importância a definição de quais projetos e interesses sociais prevalecem no Estado e como se conformam as alianças no seio das classes dominantes. Em suma, e articulando as duas questões: não tem as mesmas implicações o fato de que em nossos dias a grande burguesia (industrial, agrária, comercial ou financeira) apoie sua dominação em consultas cidadãs e não diretamente nas baionetas.

### *Quem detém o poder?*

A pergunta sobre quem detém o poder político requer respostas mais precisas do que a simples formulação: as classes dominantes. Sabemos que nelas convivem diversas classes (burguesia e proprietário fundiário), bem como frações (industrial, comercial, financeira e agrícola, para o caso da burguesia) e setores (grande, média e burguesia pequena), o que exige maior exatidão quando a resposta se refere a períodos históricos específicos.

---

ola. *La democratización a finales del siglo XX*. Buenos Aires: Paidós, 1994. (Ed. bras.: *A terceira onda. A democratização no final do século XX*, trad. de Sergio Goes de Paula. São Paulo: Ed. Ática, 1994. N.T.).

Na verdade, essa questão nos leva a determinar o problema da hegemonia e da constituição do bloco no poder, bem como os problemas de periodização da análise política para conseguir captar as mudanças nesses terrenos.

A reprodução do capital e suas tendências têm um papel fundamental na definição dos rumos dos processos econômicos e do espaço que define quais setores do capital podem hegemonizá-los, porque esses processos exigem, por exemplo, determinados montantes de capital, particulares alianças com o capital internacional etc.

### *Projetos políticos-ideológicos*

No entanto, como a política não é um simples reflexo da economia, cabe se perguntar como os setores favorecidos pelas tendências da reprodução do capital conseguem converter e transmutar essa posição em privilégios e posições hegemônicas no campo estatal.

Conseguir isso implica uma estratégia política capaz de resolver, em primeiro lugar, a *conformação de um projeto político e ideológico* que permita estabelecer alianças no seio das classes dominantes e com certas franjas das classes dominadas, convencer os aliados e as demais classes ou então utilizar mecanismos de coerção. Em suma, acumular forças para estabelecer um consenso ou impor suas posições. Tudo isso no marco de uma determinada cena política (ou recriando-a) e utilizando os instrumentos de representação adequados (velhos ou novos).

A preeminência que determinado projeto alcança – e, com isso, a posição privilegiada que alcança determinada classe, fração ou setor das classes dominantes – supõe articulações particulares das demais classes, frações e setores das classes dominantes, em função de sua aproximação ou afastamento

em relação aos interesses que prevalecem no Estado e, portanto, em função do avanço, estancamento ou retrocesso de seus próprios projetos e interesses. O bloco no poder acabará se rearticulando de um modo particular em função dos níveis de força que seus componentes sejam capazes de desenvolver. Esta rearticulação está em tensão permanente, propiciando mudanças que geram maiores ou menores privilégios em relação à gestão estatal ou, de fato, em relação ao poder do Estado. Esses são alguns dos problemas que surgem no horizonte quando nos perguntamos sobre quem detém o poder.

*As formas de governo: como se exerce o poder*

Entendemos como governo as formas e relações das instituições estatais, as modalidades de constituição da cena política, as características da representação, as formas de obter legitimidade e as alianças sociais e políticas que organizam o Estado em situações históricas. Tudo isso permite dirimir o problema específico de como se exerce o poder.<sup>53</sup>

Seguindo Bobbio, na teoria política é possível distinguir as seguintes formas de governo, a partir da relação das perguntas sobre quem governa e como governa.<sup>54</sup>

<sup>53</sup> Existe uma ampla discussão em torno de noções como “formas de Estado”, “formas de governo”, “regime político”, “sistema político”, entre outras, nas quais não ficam claras suas distinções conceituais e que não revelam os problemas centrais que poderiam elucidar. Para uma breve exposição sobre o tema, ver N. Bobbio, *Estado, gobierno y sociedad. Por una teoría general de la política*. México: Fondo de Cultura Económica, 1989, em particular o capítulo III (Ed. bras.: *Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política*, trad. de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. N.T.). Na sequência, assimilaremos “forma de governo” a “regime político”.

<sup>54</sup> N. Bobbio, *La teoría de las formas de gobierno en la historia del pensamiento político*. México: Fondo de Cultura Económica, 1987, p. 18. (Ed. bras.: A

Quadro 2: Formas de governo

Quem governa	Como governa	
	Bem	Mal
Um só	Monarquia	Tiranía
Poucos	Aristocracia	Oligarquia
Muitos	Democracia	Oclocracia

Cabe notar que quem governa, neste caso, está referido não às classes que dominam, mas àqueles que manejam (ou administram) o Estado, isto é, se a classe dominante está formada por um, poucos ou muitos. Na variável sobre como se governa, distinguem-se as formas que o fazem bem daquelas que o fazem mal. Tudo isso tem como resultado as seis formas clássicas de governo.

Contudo, as formas de governo são mais diversas se consideramos outras variáveis. Em relação ao poder que predomina (Executivo ou Legislativo), temos governos presidenciais e ou parlamentares. Se privilegiamos o tipo de classe reinante, temos governos civis ou militares. Quanto à vigência ou não de consultas eleitorais transparentes e a separação de poderes, temos governos democráticos ou ditatoriais. Se analisamos as alianças sociais e as formas de política aplicadas, temos, por exemplo, governos populistas, corporativos, tecnocráticos, de frentes etc. Diante das formas de representação, temos governos monopartidários, bipartidários ou multipartidários.

O cruzamento dessas diversas variáveis nos dará novas formas. Assim, por exemplo, fala-se de ditaduras militares tecnocráticas ou de ditaduras civis populistas.

---

*teoria das formas de governo*, trad. de Sergio Bath. Brasília: Ed. UnB, 1980. N.T.).



## **A democracia como forma de governo**

A noção de democracia remete a diversas concepções, como veremos mais adiante. Aqui nos concentraremos em duas visões que estão na base dos acordos e desacordos sobre o tema nos debates atuais.

### *Democracia procedimental*

Em sua versão liberal, ou seja, na definição de democracia adequada aos interesses das classes dominantes no capitalismo, trata-se fundamentalmente de um assunto procedimental, que enfatiza as questões referentes às regras do jogo e aos aspectos jurídico-institucionais: concorrência entre partidos, registro de cidadãos, organismos autônomos para organizar e prezar pelas eleições, transparência na contagem dos votos, fundos de campanha, utilização de meios de comunicação etc. A ênfase recai sobre questões formais. Por isso também é chamada de democracia formal.

Sua estrutura deixa intatos os eixos de sustentação do Estado capitalista, como a separação da esfera política da econômica e a percepção do indivíduo como unidade a partir da qual se pensa a construção social. Neste caso, o elemento básico para a construção do âmbito político é o cidadão, concebido de modo atomizado, desagregando e desconhecendo a presença de classes e dos fundamentos de sua constituição. Separado da economia, onde reina a desigualdade, o campo político se apresenta como o reino da igualdade; os cidadãos são concebidos de forma igualitária: cada cabeça é um voto.

Assim entendida, a democracia é basicamente um mecanismo através do qual a população decide quem administrará o aparato estatal. *Define fundamentalmente as substituições da classe reinante.* As desigualdades sociais são um resultado

natural de pontos de partida igualitários, de modo que tais desigualdades *não são de responsabilidade da política*, mas da economia e, em particular, do mercado. Política e economia se movem, portanto, em esferas separadas<sup>55</sup>.

Nesta perspectiva, os Estados que seguem aqueles procedimentos poderão ser qualificados como democráticos. E no limite a discussão se desloca para quão boa ou deficiente é a democracia – onde se inserem as atuais discussões sobre a qualidade da democracia, conforme se desenvolvem alguns procedimentos estabelecidos.

Em relação aos problemas da liberdade e da igualdade, as posições são simples: a liberdade consiste no desfrute e gozo dos bens privados, o que implica o direito de propriedade privada, assumida como direito natural, de modo que nenhuma autoridade, nem mesmo estatal, pode interferir nesta liberdade.

### *Democracia substantiva*

Frente a essa concepção de democracia, predominante no discurso corrente sobre as transições democráticas e sua consolidação<sup>56</sup>, aparece outra que se contrapõe aos princípios das classes dominantes. É a democracia social, comunitária, ética ou substantiva, segundo diversos adjetivos. Esta democracia entende a importância e a necessidade dos mecanismos procedimentais, mas os considera insuficientes.

---

<sup>55</sup> Uma apresentação breve e substancial desses problemas pode ser vista no livro de Norberto Bobbio, *Liberalismo y democracia*. México: Fondo de Cultura Económica, 1989. (Ed. bras.: *Liberalismo e democracia*, trad. de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Brasiliense, 1988. N.T.). Também em Giovanni Sartori, *Teoría de la democracia*, México: Alianza Universidad, 1989, em especial o segundo volume. (Ed. bras.: *Teoria da democracia revisitada*, trad. de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Ed. Ática, 1994. N.T.).

<sup>56</sup> No capítulo VIII fazemos uma análise mais extensa destas questões.

Esta visão da democracia coloca em questão a separação entre a esfera política e a esfera econômica, pois argumenta que a igualdade política, subjacente à ideia de cidadania (cada cabeça um voto), somente pode ser sustentada caso não esteja integrada com as desigualdades sociais oriundas da inserção dos indivíduos na economia – inserção esta que dá origem a classes diferenciadas, embora estreitamente relacionadas. A partir deste ângulo – que assume a unidade da vida social –, a igualdade política da democracia procedimental é tão somente uma ficção. Na verdade, há votos que valem mais que outros, não no sentido de sua unidade ou na contagem, mas porque existem setores sociais que têm maior incidência na definição dos votos. Por exemplo, o dono de uma empresa de televisão tem a possibilidade de orientar para seus interesses o voto dos telespectadores, algo que não está ao alcance do porteiro da mesma empresa.

Esta visão de democracia está baseada numa concepção da sociedade como uma unidade orgânica, com consistência própria, sendo a igualdade social de seus membros um dos objetivos centrais. Os indivíduos se fazem em sociedade, de modo que deve primar o bem da sociedade para que isso expresse o bem dos indivíduos, e não ao contrário, como ocorre na democracia procedimental.

Nesta perspectiva, o bem da sociedade e a liberdade dos indivíduos são assumidos como um conflito permanente a ser resolvido. Para isso não basta ditar uma lei sobre a igualdade de oportunidades (liberdade negativa), mas é necessário proporcionar efetivamente as oportunidades para todos (liberdade positiva).

Somente quando a sociedade consegue conciliar a existência de uma boa sociedade (igualitária em oportunidades e

com bem-estar generalizado) e, neste terreno, com liberdade individual, é possível falar de uma sociedade democrática.

### *Liberdade e igualdade*

Em termos de princípios, a democracia procedimental reconhece a igualdade perante as leis e a igualdade de direitos, mas se encontra limitada para assumir a igualdade social, pois esta vai contra a concorrência social. Em sua concepção liberal, a diferenciação social não somente é inerente à natureza humana, mas é também um princípio básico que permite as sociedades se desenvolverem. Sem concorrência não haveria progresso.

Entre a liberdade e a igualdade, a democracia procedimental privilegia a primeira, tendo como base a liberdade econômica e a propriedade privada. Somente se pode buscar a igualdade a partir da liberdade. Disso deriva o rechaço à ingerência do Estado na economia, que colocaria limites à liberdade econômica e ao desfrute dos bens que ela propicia. Sua fórmula estatal se aproxima assim à ideia de Estado *mínimo* em relação às funções estatais, manifestando as raízes liberais que a sustentam.

A democracia social, em contraste, privilegia a igualdade, afirmando que o campo das liberdades (econômicas) pode se desenvolver somente até o ponto em que não atentem contra o bem-estar da comunidade.

Enquanto a primeira se sustenta em princípios individualistas, a segunda é mais comunitária. À medida que o indivíduo lute para alcançar seu bem-estar, a sociedade toda será beneficiada e terá melhores condições de desenvolvimento, dirá a primeira. À medida que a sociedade crie condições para uma boa sociedade, os indivíduos terão melhores condições para se desenvolver, dirá a segunda. A liberdade *negativa* sustenta a primeira, tendo em vista que não nega a ninguém o direito

à felicidade e ao bem-estar, enquanto a segunda privilegia a liberdade *positiva*, o que implica que a sociedade deve criar as condições reais para que os membros da sociedade alcancem o bem-estar e a felicidade.

Os princípios filosóficos e políticos que alimentam cada uma dessas concepções de democracia são, portanto, radicalmente diferentes. A democracia procedimental se alimenta dos pressupostos individualistas e atomistas do liberalismo, enquanto a democracia substantiva se nutre de princípios organicistas e comunitários que têm origem na visão clássica de democracia.

Os elementos anteriores revelam duas posições polarizadas em torno ao tema, que dão origem a sérias discrepâncias e disputas no momento de se referir à democracia como forma de governo. Mas existem variantes em cada um dos campos, dando vida a formas históricas e teóricas diversas.

### *Capitalismo e democracia*

Os elementos antes mencionados revelam também que a relação entre a democracia e o capitalismo não é e não foi um processo isento de contradições. Contra as ideias que afirmam que a democracia é a forma de governo natural do capitalismo, é preciso assinalar que a história desmente essa suposição e que *somente quando se reduz a democracia às concepções procedimentais, parece possível alcançar certa adequação entre o capitalismo e a democracia*<sup>57</sup>. A forma histórica que esta adequação tomou é hoje conhecida como *democracia liberal*.

<sup>57</sup> Sobre este tema, recomendamos os textos de Bobbio e Sartori já referidos. E também o livro de Atilio Borón, *Estado, capitalismo y democracia en América Latina*. Buenos Aires: Ediciones Imago Mundi, 1991, em particular o capítulo II: "Entre Hobbes y Friedman: liberalismo económico y despotismo burgués en América Latina". (Ed. bras.: *Estado, capitalismo e democracia*, trad. Emir Sader. São Paulo: Paz e Terra, 1994. N.T.).



## II. O ESTADO E A REPRODUÇÃO SOCIETÁRIA

### **Poder, dominação e legitimidade**

Em contraste com a visão que põe ênfase na relação de dominação a partir daqueles que detêm o poder, Max Weber se pergunta sobre o que faz com que um determinado mandato seja obedecido, isto é, por que os dominados reconhecem a ordem do dominador.<sup>1</sup> Nesta pergunta está presente o tema da legitimidade, entendida como o reconhecimento por parte de quem recebe uma ordem de que quem manda tem o direito de mandar.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Max Weber, “Los tipos de dominación”, em *Economía y sociedad*. México: FCE, 1944. (Ed. bras.: *Economia e sociedade. Fundamentos da sociologia compreensiva*, trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Ed. UnB, 2009. N.T.)

<sup>2</sup> “Ao apresentar a legitimidade como uma categoria central da teoria do Estado, Weber trata de responder à pergunta comum sobre ‘qual é a razão principal para que em toda sociedade instituída e organizada exista governantes e governados e para que a relação entre eles se estabeleça não como uma relação de fato, mas sim entre o *direito* dos primeiros de mandar e o *dever* dos segundos de obedecer”. N. Bobbio, “Max Weber y los clásicos”, in: *Norberto Bobbio: el filósofo y la política*, op. cit. (itálicos no original).

O poder então deve ser visto não apenas como imposição, mas também como consentimento, pois é exercido pela coerção, mas conta também com ingredientes maiores ou menores de consenso. Após diferenciar se a obediência se deve à simples coerção ou ao reconhecimento do direito a mandar, Weber distingue entre poder (de fato ou *Macht*) e dominação (poder legítimo ou *Herrschaft*).

Weber assinala três formas de legitimidade, que dão lugar a três formas de dominação: a racional-legal, a tradicional e a carismática. Na primeira, aqueles que obedecem o fazem porque aqueles que mandam estão legitimados por um conjunto de leis sancionadas socialmente. Aqueles que governam estão submetidos ao direito e esse direito lhes dá a autoridade para mandar em aspectos específicos. Na segunda, a obediência existe porque se considera que aqueles que mandam têm o direito de fazê-lo devido à tradição. Na dominação carismática, por sua vez, as ordens do líder são cumpridas porque este reúne qualidades extraordinárias (coragem, qualidade moral etc.), elementos que ganham a atração dos governados.

O tema das razões da obediência é relevante. No entanto, a solução weberiana reduz o problema à questão de como se exerce o poder, deixando de lado o tema de quem socialmente detém o poder em qualquer uma das formas de dominação, pois Weber “se interessou mais pelos problemas referentes à potência do Estado (...) em relação aos outros Estados do que com os problemas relativos à luta de classes”.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> *Ibid.*, p. 97.



## Estado e sistema de dominação

São muitos os mecanismos através dos quais um Estado moderno pode alcançar o consentimento. Isso nos remete ao conjunto de redes e relações que permite que as classes dominantes dominem, um conjunto que abarca desde o Estado até as instituições da sociedade civil, como a escola, a religião e os meios de comunicação – entre os mais importantes<sup>4</sup> –, espaços onde se cristalizam outras formas de exercício de poder, em particular o ideológico.

Através dessas instituições os indivíduos e as classes são educados em torno de valores e regras daqueles que dominam e, em geral, devem perceber o mundo de acordo com esse horizonte.<sup>5</sup> Nessas condições, a dominação é internalizada em cada sujeito e se reproduz desde baixo<sup>6</sup>. Nesta perspectiva, o

<sup>4</sup> Destaco que a noção de sociedade civil aqui utilizada é diferente das propostas mais em voga sobre o associacionismo ou os movimentos sociais. Este tema será abordado com mais detalhe nos capítulos X e XI da terceira parte.

<sup>5</sup> Therborn faz uma detalhada síntese do papel da ideologia para a dominação. “A ideologia funciona moldando a personalidade. *Submete* a libido amorfa dos novos animais humanos a uma determinada ordem social e os *qualifica* para o papel diferencial que deverão desempenhar na sociedade. Ao longo desse processo de submissão-qualificação, as ideologias (...) interpelam o indivíduo de três formas fundamentais:

1. A formação ideológica diz para os indivíduos *o que existe*, quem são eles, como é o mundo, que relação existe entre eles e esse mundo. (...)

2. A ideologia diz *o que é possível*, e proporciona a cada indivíduo diferentes tipos e quantidades de autoconfiança e ambição, e diferentes níveis de aspirações.

3. A ideologia diz *o que é justo* e injusto, o que é bom e o que é mau, determinando assim não apenas o conceito de legitimidade do poder, mas também a ética do trabalho, as formas de entender o lazer e as relações interpessoais, da camaradagem ao amor sexual”. *¿Cómo domina la clase dominante*, op. cit., p. 206-207.

<sup>6</sup> Seguindo Foucault, Hardt e Negri afirmam que nas sociedades de controle “os mecanismos de comando se tornam (...) mais imanentes ao campo social, distribuídos por corpos e cérebros dos cidadãos. Os comportamentos

*Estado e a sociedade civil conformam um sistema de dominação*, uma complexa rede de relações que possibilitam a manutenção da ordem social em parâmetros de reprodução material e espiritual adequados às finalidades de dominação e exploração das classes dominantes.

Quando isso alcança resultados exitosos, as classes dominantes podem exercer seu poder predominantemente por mecanismos consensuais, uma vez que os dominados incorporam as formas dominantes de entender e explicar a realidade social, tanto no sentido comum, quanto nas elaborações mais complexas, ou mesmo em teorias e paradigmas. Os conflitos e a luta de classes são processados dentro dos parâmetros estabelecidos pela dominação.

Mas as instituições da sociedade civil são um campo de disputas sociais, de modo que em seu interior também surgem posições que questionam a ordem da dominação. Quando isso ocorre, a dominação tenderá a ser exercida fundamentalmente por mecanismos coercitivos, o que coloca em evidência a perda da capacidade de direção dos projetos das classes dominantes. Nesses casos, as primeiras fortalezas da dominação perdem capacidade de resistência e, se o processo se aprofunda, o Estado aparece como último recurso para manter a dominação. Quando isso acontece o Estado tende a ficar nu, evidenciando

---

de integração social e de exclusão do mando são, assim, cada vez mais interiorizados nos próprios súditos”. Mais ainda, num estágio em que o poder se converteu em biopoder, “uma situação na qual o que está diretamente em jogo é a produção e a reprodução da própria vida”, “o biopoder (...) regula a vida social por dentro, acompanhando-a, interpretando-a, absorvendo-a e rearticulando-a”. Ver M. Hardt e A. Negri, *Imperio*. Buenos Aires: Paidós, 2002, p. 38. (Ed. bras.: *Império*, trad. de Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2001. N.T.). Uma crítica das teses políticas desse texto pode ser vista no capítulo VI, “O Estado no centro da mundialização”.

sua natureza enquanto instituição que requer o monopólio da violência a serviço de determinados interesses sociais.

Fenômenos políticos dessa natureza não acontecem todos os dias na história das sociedades. Acontecem somente em períodos particulares, nos quais chega-se a colocar em questão o poder político como tal. Abre-se assim um período de revolução social, em que as lutas sociais se centram na disputa pelo poder e na possibilidade de constituição de um novo Estado, isto é, de uma nova condensação de relações, sob novas correlações de força, com o estabelecimento, portanto, de um novo poder político.

### *Aparatos ideológicos... de Estado?*

O papel da sociedade civil na dominação, bem como o avanço e o controle do Estado sobre suas instituições, em situações históricas particulares, abriram um complexo debate sobre as especificidades da sociedade civil, sobre a definição do tipo de poder que nela se exerce, e, mais a fundo, sobre a definição dos limites e fronteiras do próprio Estado e dos limites entre este e a sociedade civil.

Seguindo Althusser,<sup>7</sup> Poulantzas qualificou essas instituições como “aparatos ideológicos de Estado”,<sup>8</sup> ressaltando sua condição *estatal* e o papel que cumprem na dominação a partir do campo das ideias, dos costumes, da cultura, das visões de mundo, das interpretações teóricas sobre o mundo etc.

Contudo, ao assumi-las como instituições “de Estado”, acabou subsumindo suas relações na condensação de relações

<sup>7</sup> *Ideologia y aparatos ideológicos de Estado*, Comité de Publicaciones de los Estudiantes de la Escuela Nacional de Antropología e Historia, México, 1975. (Tomado de la Pensée, n. 10).

<sup>8</sup> Poulantzas, *Estado, poder y socialismo*, *op. cit.*, p. 27 e seguintes.

estatais. *Desta forma a totalidade do sistema de dominação se converte em Estado*, de modo que este último estende tanto suas fronteiras a tal ponto que desaparecem seus limites em relação à sociedade civil<sup>9</sup>. Com este passo, torna-se conceitualmente difícil fazer a diferenciação entre o tipo de poderes exercidos nas igrejas ou nas escolas e o poder que se realiza nas instituições propriamente estatais ou, mais especificamente, entre o poder ideológico e o poder político.

As dificuldades de precisar as fronteiras estatais ganharam novos ingredientes em certas interpretações da obra de Antonio Gramsci – com uma importante audiência nos anos 1970 e 1980<sup>10</sup> –, que acabam diluindo o campo especificamente estatal. Estas interpretações e suas confusões encontraram na própria obra de Gramsci bases para se apoiar,<sup>11</sup> particularmente em afirmações tais como “o Estado é igual à sociedade política mais sociedade civil, ou seja, hegemonia revestida de coerção”<sup>12</sup> ou que “a direção do desenvolvimento histórico pertence às

---

<sup>9</sup> Para Poulantzas, a inclusão dos aparatos ideológicos *no* Estado “tem o mérito de ampliar a esfera estatal, nela incluindo uma série de aparatos de hegemonia, geralmente ‘privados’, e de insistir na ação ideológica do Estado (...)”. *Op. cit.*, p. 34.

<sup>10</sup> Na Europa Ocidental devido ao auge do eurocomunismo, que busca em Gramsci as bases teóricas para suas posições políticas. A expressão mais acabada dessa releitura de Gramsci na América Latina naqueles anos é a obra de Juan Carlos Portantiero, *Los usos de Gramsci*, *op. cit.*

<sup>11</sup> Para uma análise dos problemas que se derivam das visões gramscianas em relação à sociedade civil, remetemos ao trabalho de Perry Anderson, “Las antinomias de Antonio Gramsci”, em *Cuadernos Políticos*, n. 13, julho-setembro de 1977. (Ed. bras.: “As antinomias de Gramsci”, em *Afinidades eletivas*. São Paulo: Boitempo, 2002. E aqui esta análise se faz também no capítulo X: “As fronteiras entre o Estado e a sociedade civil”.

<sup>12</sup> Antonio Gramsci, *Notas sobre Maquiavelo, sobre política y sobre el Estado moderno*, *op. cit.*, p. 165.

forças privadas, à sociedade civil, que é também Estado, ou melhor, *que é o próprio Estado*".<sup>13</sup>

Além dessas confusões, há também, desde os anos 1980, e agora vindo de fora do marxismo, as visões sobre a sociedade civil como expressão de novos associacionismos, atores e movimentos sociais, transvestidas nas propostas de autores como Alain Touraine, Jürgen Habermans e Alberto Melucci.<sup>14</sup>

É necessário diferenciar o Estado do resto das instituições que operam no sistema de dominação e que dão vida à sociedade civil, com a intenção de conseguir entender historicamente as múltiplas relações que se estabelecem entre elas. Por exemplo, é característico dos regimes autoritários que o Estado tenda a preencher espaços que não lhe pertencem, tais como sindicatos, meios de comunicação, igrejas, escolas e até mesmo a instituição familiar. Em contraste, quanto maior autonomia essas instituições apresentam frente ao Estado, mais próximo se estará de regimes formalmente democráticos. Mas esse avanço ou retrocesso somente é possível ser distinguido caso se perceba as fronteiras entre os diferentes componentes do sistema de dominação.

### **Estado e reprodução societária**

O interesse político central de toda classe que domina é perpetuar sua dominação. Para tanto, deve se assumir como a portadora do fim da história e transmitir esta visão à sociedade

<sup>13</sup> *Ibid.*, p. 164 (itálicos meus).

<sup>14</sup> Com um traço habermasiano, pode-se ver Jean L. Cohen e Andrew Arato, *Sociedad civil y teoría política*, México: FCE, 2000. E também o livro coordenado por Alberto Olvera, *La sociedad civil. De la teoría a la realidad*. México: El Colegio de México, 1999; neste livro as visões de Touraine e Melucci, nos ensaios sociológicos, constituem as fontes intelectuais predominantes.

como um todo, para que o resto das classes aceite a dominação e a exploração como um processo natural e não como um resultado histórico e, portanto, transitório. Para realizar esta tarefa as classes dominantes precisam da ação do conjunto de tramas sociais que conformam o sistema de dominação.

A reprodução societária pressupõe pelo menos os seguintes aspectos:

a) no campo social, a reprodução das classes sociais em torno das quais a sociedade historicamente se organiza;

b) no campo político, os processos e instituições que organizam as classes entre dominantes e dominadas e, dentro das primeiras, as condições para conformar blocos no poder e hegemonias. O Estado aparece aqui já não mais apenas como instância fundamental de reprodução societária, mas também como próprio produtor de Estado e demais instâncias do sistema de dominação;

c) no campo econômico, os processos que garantem a organização produtiva sob as modalidades de exploração próprias do capitalismo, questão que traz em si a concentração de capital e dos meios de produção nas mãos de certos agrupamentos humanos e o roubo e expropriação desses meios de outros agrupamentos humanos, que ficam à disposição para vender sua força de trabalho como fórmula básica de subsistência;<sup>15</sup>

d) no campo ideológico, as visões e interpretações do mundo social de acordo com os imperativos de dominação.

---

<sup>15</sup> “A produção capitalista (...) sob seu aspecto de processo conectado e contínuo, não apenas cria mercadorias e mais-valia, mas também produz e reproduz a própria relação do capital: ‘de um lado, o *capitalista*; de outro, o *assalariado*’”. Goran Therborn, *¿Cómo domina la clase dominante?* *Op. cit.*, p. 162 (itálicos do original).

Sobre esses alicerces básicos que dão forma à estrutura societária, a sociedade poderá gerar processos e movimentos de natureza diversa, em diferentes momentos históricos. Constituem o fundamento para que a sociedade se reproduza sob parâmetros específicos de dominação e exploração.<sup>16</sup> E em todos esses alicerces o Estado cumpre um papel central.

### **Estado e reprodução do capital**

O Estado cumpre funções econômicas em estreita relação com a reprodução do capital, que necessita de fatores políticos e ideológicos para se realizar<sup>17</sup>. A escola derivacionista, na qual se incluem autores como Elmar Altvater,<sup>18</sup> Joachim Hirsch<sup>19</sup> e John Holloway<sup>20</sup> – entre os mais destacados –, formula propostas de significativa importância sobre esses temas, propostas que têm também despertado críticas igualmente importantes.

<sup>16</sup> “Marx afirmava que o estudo de uma determinada sociedade não deve se centrar apenas nos sujeitos ou em sua estrutura, mas deve também, e ao mesmo tempo, investigar seus processos de *reprodução*. É significativo que seja ao examinar estes últimos processos que Marx analisa as relações de exploração e dominação de classe”. *Ibid.*, p. 161 (itálicos do original).

<sup>17</sup> Devido à divisão entre a esfera econômica e a esfera política no capitalismo, não se pode esquecer que “a reprodução das classes no processo de valorização do capital e na reprodução da dominação política não são idênticas”. J. Hirsch, “Observaciones teóricas sobre el Estado burgués y su crisis”, em *La crisis del Estado*, de Nicos Poulantzas. Barcelona: Ed. Fontabell, 1977, p. 127.

<sup>18</sup> “Estado y capitalismo. Notas sobre algunos problemas del intervencionismo estatal”, em *Cuadernos Políticos*, n. 9, México, julho-setembro de 1976.

<sup>19</sup> *Op. cit.*

<sup>20</sup> “Debates marxistas sobre el Estado en Alemania occidental y la Gran Bretaña”, em *Críticas de la economía política*, n. 16/17. México: Ed. El Caballito, julho-dezembro de 1980.

*A escola derivacionista*

O capital não constitui uma unidade homogênea, assim como as classes dominantes não são homogêneas. Na verdade é a heterogeneidade que caracteriza o capital. Isso significa que resolver os problemas da reprodução do capital não é a mesma coisa que resolver os problemas de cada capitalista em particular, de modo que, para alcançar a primeira meta, muitas vezes é preciso liquidar ou enfraquecer muitos capitalistas individuais. Mais do que isso, a reprodução do capital demanda funções sociais que não podem ser cumpridas por capitalistas individuais. Para alguns autores dessa escola (particularmente Altvater), isso implica a autonomia estatal, já que o Estado funcionaria como cérebro central do capital, capaz de vislumbrar um horizonte que transcende o estreito marco de necessidades de cada capital individual e as capacidades de ação destes para a reprodução.<sup>21</sup>

Ao pensar o Estado como um cérebro racionalizador, Holloway indica, em tom crítico, que para estas posições

(...) é necessário um Estado atomizado que esteja acima das disputas, mantendo, contra as forças anárquicas da sociedade capitalista, o interesse geral da reprodução. Aparece a imagem do Estado como oposto ao caráter autodestrutivo da sociedade capitalista, especialmente em relação com a mão de obra.<sup>22</sup>

Um dos principais problemas desse enfoque é que ele acaba definindo a autonomia estatal a partir da relação inter-capitalista, minimizando os pontos centrais da constituição

<sup>21</sup> Para uma interessante exposição desta e de outras escolas, ver Michel Carnoy, *El Estado y la teoría política, op. cit.*

<sup>22</sup> John Holloway, "El Estado y la lucha cotidiana", *Cuadernos Políticos*, n. 24, abril-junho de 1980, p. 234.



estatal: a relação entre classes dominantes, classes dominadas e de exploradores e explorados.<sup>23</sup>

Para uma perspectiva que supere o enfoque estatal e sua relação com a reprodução vistos particularmente através das necessidades do capital, seria preciso assinalar que a forma com que o Estado resolve os problemas da economia traz à tona o tema da hegemonia. As tendências da reprodução do capital obedecem a modalidades que respondem aos projetos e interesses de alguma classe, fração ou setor das classes dominantes, primordialmente, bem como às alianças e acordos alcançados no bloco no poder e deste com as classes dominadas.

A partir desta perspectiva o problema da autonomia estatal reflete uma condensação de forças na qual a classe ou fração hegemônica impulsiona seu projeto, *mas o faz dentro de um marco de relações* determinado pela presença e ação de outras classes, frações e setores dominantes, e também das classes dominadas. Desta forma o Estado possibilita soluções em que, embora os setores predominantes não alcancem todas suas metas, isso se realiza considerando como contrapartida a criação de condições para a coesão e reprodução da sociedade sob o domínio e a exploração daqueles que detêm o poder político.

### *Estado e padrão de reprodução do capital*

Ao situar historicamente a reprodução do capital, podemos ver o estabelecimento de diversos padrões de reprodução do capital, ou seja, de formas concretas nas quais o capital resolve as diversas etapas de seu ciclo (como capital-dinheiro, capital-

---

<sup>23</sup> Dado que “(...) o motivo de desenvolvimento capitalista não é o antagonismo dos capitais, mas o antagonismo capital-trabalho”. *Ibid.* p. 235.

-produtivo e capital-mercadorias)<sup>24</sup> em momentos históricos particulares. Cada padrão de reprodução do capital não exige as mesmas formas de intervenção estatal nem as mesmas políticas econômicas. Isso pode ser observado, por exemplo, ao comparar o padrão de industrialização posto em marcha entre os anos 1950 e 1970 na América Latina e o novo padrão exportador que entra em curso nos anos 1980, após a crise do anterior, e que se adequa melhor à chamada mundialização.

Os requerimentos em matéria de intervenção estatal e de políticas econômicas em cada um dos padrões de reprodução apresentam muitas diferenças. Investimentos estatais diretos, criação e estímulo de bancos de desenvolvimento, protecionismo, ampliação do aparato estatal e da burocracia com a finalidade de incidir sobre a criação de emprego e de mercado interno: esses são alguns traços do primeiro padrão. Privatização de empresas, diminuição do aparato estatal, queda do emprego, menos investimento público, redução das tarifas alfandegárias, abertura ao comércio exterior, fomento para as exportações: essas são medidas que apoiam o segundo padrão.

Em suma, o papel do Estado na reprodução do capital exige políticas econômicas e formas de intervenção diferentes de acordo com o padrão concreto de reprodução do capital. De todo modo, porém, a forma de intervenção está marcada historicamente pelos interesses hegemônicos do capital. Assim, o paradigma keynesiano (ou sua versão cepalina) de gasto público, de emprego estatal e de criação de demanda no mercado interno foi adequado para o capital na etapa madura do modelo industrializante, enquanto as variantes neoliberais são

---

<sup>24</sup> Marx qualifica este processo como “a metamorfose do capital”. Ver o segundo volume de *O capital*, disponível em várias edições.

apropriadas para o fortalecimento de um modelo econômico que defende – pelo menos em termos ideológicos – o livre jogo do mercado<sup>25</sup>. A mudança do padrão de reprodução e da hegemonia burguesa propicia questionamentos em relação às antigas políticas econômicas.

Uma rápida revisão do ciclo do capital-dinheiro revela os problemas que o Estado deve ajudar a resolver para que o capital se reproduza.

Ft				
D – M	...	P	...	M' – D'
Mp				
1ª fase	Fase		2ª fase	
Circulação	produção		circulação	

Na primeira fase da circulação, os principais problemas a serem resolvidos são: contar com capitais que comecem o ciclo, políticas que estimulem os investimentos (junto a fatores também extraeconômicos, como a paz social); incidir no preço da força de trabalho (através da fixação de salários mínimos e de leis trabalhistas que determinam as formas de organização e defesa dos trabalhadores etc.); operar na fixação do preço de algumas matérias-primas básicas (como energia, por exemplo); oferecer acesso às tecnologias necessárias para o processo etc.

Na fase da produção, os principais problemas estão relacionados com as formas de utilização da força de trabalho (duração das jornadas de trabalho, intensidade do trabalho,

<sup>25</sup> Essa é a forma de justificar o predomínio dos setores monopolícos do capital e de aumentar ainda mais a concentração de capitais.

organização do trabalho etc.). Aqui entram as regulamentações sobre o direito de greve, sobre as formas que podem assumir os conflitos trabalhistas etc., bem como o abastecimento de matérias-primas e de fontes de energia.

Na segunda fase da circulação a intervenção estatal deve buscar solução para a criação de mercados para as mercadorias produzidas: mercados internos, através da distribuição positiva ou regressiva da renda; mercados externos, estabelecendo acordos e pactos no mercado mundial ou regional; impostos ou isenções sobre os lucros de empresas transnacionais etc.

Tudo isso deve estar apoiado também em infraestruturas adequadas (estradas, portos, aeroportos) e em políticas fiscais que favoreçam a formação de parques industriais, zonas francas, zonas para maquiladoras etc., conforme o tipo de necessidades do padrão de reprodução.

A forma de resolução de todos esses assuntos estará determinada pelo padrão de reprodução que esteja em marcha, o que está unido à determinada hegemonia, à constituição do bloco no poder e à força com que contam as classes dominantes e as classes dominadas.

### **Critérios de periodização da esfera política**

Como em qualquer análise sobre processos, o tema da periodização tem um importante papel para a análise política. A historicidade é um fator fundamental, que facilita a percepção do Estado (e do Estado capitalista, em particular) como uma construção social, correspondente a determinadas relações sociais.

Há muitos critérios através dos quais é possível periodizar os processos políticos. Aqui destacaremos alguns que parecem ser os mais relevantes.

*A partir das características do bloco no poder e da hegemonia*

A hegemonia e o bloco no poder são dois elementos em constante movimento e transformação. A busca de maiores graus de força por parte dos diferentes agrupamentos que conformam as classes dominantes – com vistas a melhorar sua posição no poder político e no impulso de seus projetos – provoca modificações permanentes nesses graus de força.

Neste sentido, a política pode ser periodizada a partir das mudanças ocorridas no bloco no poder e, mais importante, na hegemonia, ou seja, a partir dos projetos sociais que acabam predominando no bloco e no resto da sociedade. Por certo, a periodização pode ser feita com base na resposta da questão sobre quem detém o poder, considerando as alianças necessárias no campo dominante e também nas classes dominadas.

A resposta desta questão permitirá compreender as formas da vida societária em função dos projetos hegemônicos atuantes. Há projetos ou padrões de reprodução que exigem elevados níveis de concentração da renda, enquanto outros exigem uma melhor distribuição da renda; alguns precisam de maiores taxas de emprego, outros de desemprego; abertura para o exterior ou então medidas protecionistas quanto ao mercado e em relação ao parque industrial doméstico etc. Em geral, esse critério de periodização deve ser acompanhado de outro: as formas de governo.

*A partir das formas de governo*

As formas que o Estado assume expressam articulações particulares entre o Estado e a sociedade civil e abarcam movimentos políticos profundos na sociedade, nas características da cena política, nas formas de representação, nas classes e setores que participam dos espaços institucionais (ou cena

política), nas alianças, pactos e acordos, nas características da classe reinante e da classe política etc.

Neste sentido, periodizar a política a partir das mudanças nas formas de governo remete a um conjunto de questões sobre como se exerce o poder e, articulado ao ponto anterior, sobre quem detém o poder, permitindo um olhar amplo sobre o território geral da atividade política na sociedade: governos mais autoritários, governos mais democráticos; formas de representação; divisão de poderes; espaços dos aparatos armados do Estado; autonomia da imprensa, da educação, das igrejas; atividade dos sindicatos e das corporações empresariais; tipo de cidadania e grau de implicação nas decisões relativas aos problemas e processos que organizam a vida em comum etc.

#### *A partir das correlações de força*

Esta variável supõe integrar as duas anteriores e, ao mesmo tempo, destaca as relações entre as classes dominantes e as classes dominadas, sem perder de vista, contudo, as diversidades de agrupamentos sociais e também a diversidade de força que existe no interior de cada agrupamento.

Este tipo de análise é particularmente relevante e frutífero em situações de agudização dos enfrentamentos sociais, precisamente um momento em que as diversas posições e setores que normalmente caracterizam a cena política tendem a se agrupar em grandes blocos político-sociais. Em contraste com os casos anteriores, nos quais a observação privilegia as mudanças no interior do Estado, aqui a atenção se centra nos fatores que apontam para a transformação do Estado, de modo que noções como crise pré-revolucionária ou revolucionária se tornam necessárias, na medida em que contribuem para analisar a capacidade que os dominados podem ter – em

diferentes graus – de colocar o Estado capitalista em crise. Em suma, procura dar conta das mudanças nas correlações de força entre os dominantes e os dominados.





### III. POLÍTICA E PODER POLÍTICO

#### **Introdução**

Existe a ideia generalizada de que as mudanças ocorridas a partir do final do século XX – e que foram qualificadas com a noção de mundialização – estariam provocando transformações em todas as esferas da vida societária e, particularmente, na esfera política.

“A política já não é o que foi”, afirma Lechner<sup>1</sup>. Teria “perdido sua centralidade”, e uma consequência disso seria a aceleração das tendências à “desagregação social”, na medida em que se dilui “o âmbito específico no qual se determina e se garante a ordem social”.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Título de seu artigo em *Nueva Sociedad*, n. 144, Caracas, julho-agosto de 1996.

<sup>2</sup> Norbert Lechner, “Las transformaciones de la política”, na *Revista Mexicana de Sociología*, n.1, janeiro-março de 1996.

Para Bauman, a política segue amarrada a âmbitos locais numa época em que “o capital flui livremente”, sendo a insegurança e a incerteza os sinais dos novos tempos.<sup>3</sup>

No esforço de traçar o caminho a ser seguido na nova situação, Vellespín argumenta que “o novo governo do mundo – que requer ‘soluções globais’ – (...) deverá encará-las superando os particularismos locais, através de uma adequada gestão do *pluralismo*”. Mais concretamente, “a energia da nova política deverá ser a *negociação* e o compromisso de uma imensa quantidade e heterogeneidade de atores (...)”.<sup>4</sup>

Difícilmente se pode negar que o mundo de nossa época mudou em relação ao que era apenas há algumas décadas, mais ainda se compararmos com o mundo de meados do século XX, e a política não ficou imune a essas transformações. No entanto, é pertinente se colocar algumas questões: quanto novo é este mundo? Quanto há de continuidade e de ruptura em relação ao passado? Estaremos realmente tão desarmados teoricamente diante das mudanças a ponto de concluir que “devemos construir (...) nossa própria imagem da política a partir de ideologias fracionadas, incoerentes, cruzadas, feitas com retalhos de antigas visões de mundo e com empréstimos de outras novas”, conforme afirma Vallespín,<sup>5</sup> repetindo a ideia já comum de que os “velhos paradigmas” estão esgotados para explicar a novidade atual? Para além das enumerações (com mais ou menos elementos) de processos que caracterizam

---

<sup>3</sup> Zygmunt Bauman, *En busca de la política*. Buenos Aires: FCE, 2001, p. 27-33. (Ed. bras.: *Em busca da política*, trad. de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. N.T.).

<sup>4</sup> Fernando Vallespín, *El futuro de la política*. Madri: Taurus, 2000, p. 227.

<sup>5</sup> *Ibid.*, p. 215.

a nova realidade, será que os velhos problemas e os velhos conceitos utilizados para entendê-los perderam todo sentido?

A vida se desenvolve em nossos dias de forma vertiginosa. Mas isso não nega que a organização societária siga sendo estruturada, *nos aspectos fundamentais*, sob os cânones da velha sociedade. A convivência daquilo que é pós-moderno com o que é simplesmente moderno – tal como diria a nova teoria da modernização – caracteriza nossa realidade, o que significa – dizemos – que o peso do que é moderno segue sendo enorme na definição do sentido e das formas das mudanças. Alguém poderia afirmar que já é irrelevante a exploração de classes explicada por Marx? Ou a dominação racional-legal analisada por Weber?

Talvez tenha sentido a ideia de que estamos diante de uma “vertiginosa imobilidade”<sup>6</sup>. Muitas coisas mudam, mas muitas seguem ancoradas, e não são as menos importantes, de modo que recorrer aos clássicos segue sendo uma tarefa primordial.<sup>7</sup>

### **A política a partir das classes sociais**

A política tem muitas dimensões e são muitos os ângulos a partir dos quais é possível defini-la ou caracterizá-la. Isso coloca um sério problema de delimitação, que se faz presente na intrincada gama de textos, clássicos e modernos, que buscam desenhar seus contornos e especificidades.<sup>8</sup> Aqui privilegia-

<sup>6</sup> Metáfora tomada de Horst Kurnitzky. Ver: *Vertiginosa inmovilidad. Los cambios globales de la vida social*. México: Blanco y Negro, 1998.

<sup>7</sup> Esta ideia está desenvolvida em meu livro *Fundamentos del análisis social. La realidad social y su conocimiento*. México: FCE/UAM-X, 2001, em particular no capítulo VII: “El malestar posmoderno con la teoría”.

<sup>8</sup> Não deixa de ser curioso, porém, que autores como os mencionados acima, e muitos filósofos políticos modernos (como Habermas e Rawls), discorram sobre a política sem tentar precisar sobre o quê falam. Essa é uma tendência

remos um olhar particular: a relação entre a política, o poder político, o Estado e as classes sociais.

Não podemos esmiuçar, nos limites deste capítulo, todas as razões desse horizonte de visibilidade. Marcarei aqui apenas um par de ideias que permitem orientar o(a) leitor(a) sobre os fundamentos desta escolha. Em primeiro lugar, vale dizer que nos interessa buscar uma explicação da política em termos de como ela funciona, de sua dinâmica e lógica interna. Não nos interessa uma definição de como ela deveria funcionar.<sup>9</sup> Em segundo lugar, entre todas as categorias sociológicas existentes no enorme arsenal de corpos teóricos das ciências sociais, não existe – em nosso entendimento – nenhuma categoria que, como a de classes sociais, permita fazer uma articulação dos processos econômicos com os processos políticos,<sup>10</sup> superando logo de início a ruptura que o Estado capitalista estabelece entre a política e a economia<sup>11</sup> e favorecendo um olhar do conjunto societário como uma unidade diferenciada, múltipla e complexa.<sup>12</sup> Desta forma alcançamos uma visão que não ignora os aspectos materiais, sociais e econômicos da vida política.

---

característica do discurso de nosso tempo e não me parece que seja uma virtude.

<sup>9</sup> Isto nos coloca no campo dos “realistas” em contraste com os “idealistas”, conforme diz M. Bovero. Ver “La naturaleza de la política. Poder, fuerza, legitimidad”, na *Revista Internacional de Filosofía Política*, n. 10, Madri, dezembro de 1997.

<sup>10</sup> Para uma explicação mais ampla sobre este ponto, pode-se ver o capítulo VI (“Articulación de la totalidad social: las clases sociales”) de meu livro *Fundamentos del análisis social. La realidad social y su conocimiento*, op. cit. E também o capítulo IV do presente livro.

<sup>11</sup> Sobre esta questão, ver a seção “A ruptura entre economia e política”, do primeiro capítulo deste livro.

<sup>12</sup> Assumo a noção *unitas multiplex* desenvolvida por Edgar Morin. Ver *Introducción al pensamiento complejo*. Barcelona: Gedisa, 1998. (Ed. bras.:

Isso não significa desconhecer que a sociedade pode e deve ser concebida como uma densa rede de relações que ultrapassa as tramas e tecidos gestados pelas classes, tendo em vista a presença de outros múltiplos agrupamentos que também fazem política e que possibilitam uma ampliação do espaço da política para além dos espaços institucionais, particularmente os espaços estatais e dos partidos políticos.

Desta forma é possível entender que *a política é muito mais do que luta pelo poder*. É também: resistência, esforços para recuperar a dignidade, sentido de pertencimento, de reconhecimento, resposta a ofensas morais etc.<sup>13</sup> Contudo, *o poder político* – em última instância – *constitui o núcleo articulador de qualquer projeto emancipatório que pretenda transformar as bases da dominação e da opressão*. Neste sentido, o alargamento dos espaços não estatais da política não podem deixar de ser – numa perspectiva de transformação – estatais *em sua culminação*, conforme argumentaremos aqui.

Isto posto, podemos estabelecer uma primeira concepção da política: entendemos por política a capacidade de decidir e incidir na definição e nas soluções dos processos e problemas que têm a ver com o curso da vida em comum. É evidente que esta concepção implica contar com o poder político ou com a

---

*Introdução ao pensamento complexo*, trad. de Eliane Lisboa. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2005. N.T.).

<sup>13</sup> Noções estas que perpassam as obras de Barrington Morre, Axel Honneth ou E. P. Thompson. Para uma revisão sintética dessas noções e sua aplicação na política, ver Rhina Roux, “La política de los subalternos”, em *Redefinir lo político*, Gerardo Ávalos (coord.). México: UAM-Xochimilco, 2002. Ver também Beatriz Almanza Huesca, “Reflexiones en torno a las rebeliones de los pueblos de la ciudad de México en la primera mitad del siglo XIX”, em *Ensayos en torno a la sociología histórica*, Javier Rodríguez Piña (coord.). México: UAM-Azcapotzalco, 2000.

disposição de alcançá-lo. De outro modo, as possibilidades de decidir e incidir na realidade ficam sem sustentação.

### **A expropriação da política**

“O homem é um animal político”, afirma Aristóteles.<sup>14</sup> A partir de um terreno geral, esta afirmação permite uma definição da política como a capacidade social de discutir e decidir sobre os assuntos públicos. *No capitalismo (ou numa sociedade de classes como o capitalismo), estas funções foram expropriadas da maioria da população*, como parte do exercício do poder dos setores dominantes. Por isso é necessário fazer uma reinterpretação da afirmação aristotélica, afirmando que no capitalismo os assalariados e os demais membros das classes dominadas não são um animal político, mas sua atuação política se define pela disposição a sê-lo, a assumir, de fato, a capacidade de definir e decidir sobre a coisa pública.

As sociedades capitalistas constituem espaços de força, territórios nos quais se criam e se movem forças sociais, resultado da presença de classes sociais, frações e setores que estão em disputa e se confrontam. A base da política está formada pelas inúmeras atividades que podem gerar e acumular forças para exercer e manter o poder político ou para resistir, disputá-lo e alcançá-lo.

Neste contexto societário, fragmentado e dividido, a finalidade da política não pode ser a busca pelo bem comum, como

---

<sup>14</sup> Não se pode esquecer que a afirmação aristotélica deve ser interpretada no quadro societário no qual as esferas social e política não eram diferenciadas. Conforme aponta Sartori, “ao dizer ‘animal político’ Aristóteles expressava (...) a concepção grega da vida. Uma concepção que fazia da polis a unidade constitutiva e a dimensão completa da existência”. Ver *Elementos de teoria política*. Madri: Alianza Editorial, 1999, p. 223.

defende Bobbio,<sup>15</sup> mas sim a busca de determinados projetos sociais que tentam se impor sobre outros. A dimensão “horizontal” da política, como uma relação entre iguais (cidadãos, por exemplo), não pode perder de vista a dimensão “vertical” da política, como dominação de alguns agrupamentos sociais sobre outros.<sup>16</sup>

A divisão de classes da sociedade questiona todas as definições de política que pretendem eludir esse problema central, como quando se afirma que “a prática política não visa suprimir ou reprimir o conflito, mas representá-lo no interior de uma ordem institucional”,<sup>17</sup> em que “os rivais se reconhecem como ‘pessoas’”, o que tornaria possível “a convivência entre os rivais, apesar de todas as diferenças que os separam”.<sup>18</sup>

A política só pode ser a capacidade de processar conflitos na medida em que esse procedimento simplesmente *contenha* suas manifestações mais destrutivas. Por isso, nas condições atuais, não pode permitir a formação de uma comunidade de indivíduos livres.

Neste sentido, há uma visão da política que trata de se desligar das *bases da gestação do conflito* – a exploração e sua passagem, através de mediações, para a esfera política, como poder e dominação –, para assim chegar, com boas intenções, a uma proposta sobre o que deveria ser a política.

<sup>15</sup> “(...) a finalidade da política é o bem comum, entendido como o bem da comunidade, diferente do bem pessoal dos indivíduos que a compõem”. Norberto Bobbio: *el filósofo y la política*, *op. cit.*

<sup>16</sup> Sobre estas duas dimensões da política, ver Giovanni Sartori, *La política. Lógica y método en las ciencias sociales*. México: FCE, 1984, p. 206-207. (Ed. bras.: *A política. Lógica e método nas ciências sociais*, trad. de Sergio Bath. Brasília: Ed. UnB, 1981. N.T.).

<sup>17</sup> Enrique Serrano, “Reflexiones en torno al concepto de lo político”, no livro *Redefinir lo político*, Gerardo Avalos (coord.), *op. cit.*, p. 31.

<sup>18</sup> *Ibid.*, p. 32-33.

## A especificidade da política

O que é específico da política? A resposta a esta pergunta é complexa, pois o primeiro exercício da política e do poder é defini-la dentro dos parâmetros daqueles que dominam. Por isso devemos buscar uma proposta que supere essa limitação e que ofereça um horizonte para *assumir como política as ações dos dominados para modificar a ordem existente*.

Se a crítica da economia política se dirige a desvelar a exploração e produção de mais-valia,<sup>19</sup> a crítica da teoria política deve se orientar a desvelar a dominação. Neste sentido, a política deve ser definida em sua relação com o poder político e com o Estado. Com o poder político no sentido de sua capacidade de realizar interesses e projetos classistas, relegando os interesses e projetos de outras classes. Com o Estado, pois este é o núcleo onde se condensam as relações de dominação e é o centro de exercício do poder político.

Isto posto, podemos delimitar o tema que nos ocupa: *para as classes dominantes a política se refere à arte de exercer e manter o poder político. Para as classes dominadas, ao contrário, a política se refere à arte de disputar e alcançar o poder político*. Em qualquer caso, o Estado aparece como o horizonte final da ação política.

O Estado é a única instituição que torna possível que interesses sociais de poucos – das classes dominantes – possam ser apresentados como interesses de todos os membros da sociedade, criando e recriando o imaginário de uma comunidade, ainda que ilusória. Manter o poder do Estado é, portanto, uma tarefa política fundamental para as classes dominantes, não apenas porque através do Estado essas classes convertem

---

<sup>19</sup> Esta é a tarefa levada a cabo por Marx em toda sua obra.



seus projetos em projetos gerais, mas também porque a partir do Estado o impulso de seus planos sociais se potencializa.

Na perspectiva dos dominadores, concordo com Bovero quando diz que

O poder político se define como político não apenas por ser coercitivo, pela pretensão de ser exclusivo e por sua duração efetiva (...) mas por ter uma finalidade irrenunciável, sem cuja busca, direta ou indireta, o próprio poder se debilita: é a finalidade de organizar a convivência ou, melhor dito, usando uma fórmula negativa, é a finalidade de impedir a desagregação da convivência, de impedir a transformação da convivência em um conflito generalizado, em guerra civil.<sup>20</sup>

Sem um poder político assim entendido, “a própria relação de poder desmorona”. Em suma, “pode-se dizer que a finalidade de impedir o conflito, de manter a ordem pública e a paz social é irrenunciável para um poder político, pois coincide com a autoconservação do próprio poder”.<sup>21</sup>

Pois bem, como qualificar a ação daqueles que não detêm o poder e lutam para alcançá-lo? Esta ação fica fora da política? Não é precisamente isso que buscam fazer os que dominam, ao qualificar quem se rebela frente à ordem constituída de delinquentes, criminais, que renunciam à política?

Bovero tenta solucionar o problema anterior assinalando que “uma revolução, que tem a finalidade direta de derrubar certa organização da convivência, de introduzir nela o conflito, de alterar a relação de poder (...) não tem sentido senão em

---

<sup>20</sup> M. Bovero, “La naturaleza de la política. Poder, fuerza, legitimidad”, *op. cit.*, p. 99.

<sup>21</sup> *Ibid.*, p. 99.

função de outra (diferente) organização da convivência, de outra forma de ordem e de coesão entre os homens”.

De fato, “somente a finalidade de organizar, compor, dar coesão às relações humanas, impedir que se tornem conflitivas, indica o *porquê* da política, a razão pela qual existe algo que chamamos de política”.<sup>22</sup>

Mas esta proposta abre mais problemas dos que pretende solucionar. Tal perspectiva supõe uma valorização da atividade dos dominados *a posteriori*, após terem alcançado o poder e estabelecido uma ordem. Mas na etapa prévia, quem define se uma revolta, uma insurreição, uma greve geral, um levante em armas etc., são atividades políticas – conflitos “anticonflitivos”, nos dizeres de Bovero – e não conflitos “conflitivos”?

No final das contas segue nas mãos do poder a definição do que é e o que não é política. É a velha história da política a partir do campo daqueles que dominam.

### **Estado, política e classes dominadas<sup>23</sup>**

O Estado capitalista expressa de alguma forma as correlações de força entre as classes. Mas não é um simples reflexo da luta de classe. Na verdade atua ativamente nela, dispersando e atomizando as classes ligadas ao trabalho. É, em suma, uma condensação de relações sociais que cria força e molda as correlações a favor daqueles que dominam, desintegrando a força dos dominados.

Ao operar num campo de forças contraditórias, o Estado deve contemplar, contudo, a força das classes dominadas, que

---

<sup>22</sup> *Ibid.*, p. 100.

<sup>23</sup> Neste tema e no seguinte me apoio na seção “Estado e classes dominadas”, do primeiro capítulo.

podem chegar a ter expressão no Estado. Mas essa expressão é assumida *enquanto classes dominadas*. Isso significa que *o Estado (burguês em relação aos interesses que representa) somente pode expressar posições das classes dominadas num quadro que reafirme essa condição*, na medida em que os interesses destas classes se manifestem numa instância (a estatal) que não existe para incorporar alguma força social, nem para medir sem impurezas as correlações de força entre dominantes e dominados.

Muitas aberturas do Estado são resultado da luta dos dominados, como o direito à greve, o sufrágio universal etc., cumprindo um papel relevante nas formas democráticas que hoje conhecemos. Mas não se pode ignorar os limites anteriormente assinalados, tendo em vista que as “conquistas” dos dominados estão filtradas pela ação de dominação estatal. A cidadanização democrático-liberal, por exemplo, fortalece a noção de igualdade política requerida pelos dominantes, não a questiona, uma vez que se desliga das desigualdades sociais gestadas a partir da economia e se sustenta numa visão individualista que atomiza as classes, atravancando sua representação e ação. Não é menos certo o fato de que aquela visão de cidadania permite fixar posições para, pelo menos, existir a demanda por estabelecer um mínimo de condições para exercer a capacidade de decisão, como estar alimentado, com trabalho, com educação, com direito à organização e participação política etc. Em suma, pode se tornar um detonador para a organização e a luta dos dominados.

De todo modo, o Estado (capitalista) não é o mais fundamental e nem o melhor lugar para que as classes dominadas acumulem forças, pois, para tanto, seria preciso concebê-lo como uma entidade neutra ou então desconhecer a unidade de classe do Estado e entendê-lo como entidade desarticulada,

o que possibilitaria a coexistência de duplos poderes em seu interior, algo que de fato não acontece.

### **A centralidade do poder político**

Diferentemente do Estado feudal, que apresentava uma atomização do poder político –separado em diferentes feudos, soberanos, pontífices e outras autoridades, de modo que podia ser alcançado de forma fragmentada, trincheira a trincheira ou, melhor ainda, feudo a feudo –, o Estado capitalista se caracteriza pela centralização que estabelece quanto ao poder político. Isso é o que põe limites à possibilidade de conquistar parcelas de poder político por parte dos dominados.

O poder político não se divide entre as várias instituições que formam o aparato de Estado capitalista. Na verdade se desloca no território estatal, mas se concentrando em espaços estatais específicos de acordo com as circunstâncias da luta de classes. Assim, o controle que as classes dominadas podem estabelecer sobre determinados territórios e instituições do aparato de Estado não supõe alcançar “parcelas” de poder político (ideia que estaria mais próxima da forma de organização do poder político no Estado feudal).

Nisso residem algumas das principais razões pelas quais em todas as experiências conhecidas de disputa pelo poder político nas sociedades capitalistas – ou seja, experiências de revolução<sup>24</sup> – as classes dominadas sempre tiveram que gerar embriões de um novo poder político, de um novo Estado, *fora do Estado capitalista* (gerando a chamada dualidade de poderes), capaz de expressar sua força social e as novas condensações de relações de poder, tais como conselhos de operários e camponeses ou

---

<sup>24</sup> Não de construção do socialismo, o que nos remete a outras questões.

exércitos revolucionários. No futuro esses embriões do novo Estado podem ser outros, mas *sua condição de exterioridade em relação ao Estado capitalista* será um processo iniludível.

### **A política como atividade Estadocêntrica**

Analísada a partir dos espaços centrais de exercício do poder por parte dos dominantes e de chegada ao poder por parte dos dominados, *a política não pode deixar de ser Estadocêntrica em seus objetivos*. Mas a política não se esgota no espaço estatal e seu movimento e desenvolvimento é no fundo societário. Manter o poder político ou se dispor a alcançá-lo requer processos de acúmulo de forças que abarcam todas as esferas e práticas societárias, sejam econômicas, sociais, políticas, culturais, científicas ou ideológicas. No entanto, em última instância, *o ponto de chegada de toda a força acumulada nos mais diversos espaços da sociedade é o Estado*. Se a forma acumulada em todos os âmbitos societários anteriormente assinalados não se orienta em direção ao poder político (em algumas classes para mantê-lo, em outras para alcançá-lo), trata-se de força que se dispersa e acaba se diluindo.<sup>25</sup>

<sup>25</sup> Este argumento é radicalmente contrário às teses de John Holloway, anunciada no título de seu livro *Mudar o mundo sem tomar o poder. O significado da revolução hoje* (op. cit.). Depois de mais de 300 páginas em que se espera, se não respostas acabadas, pelo menos alguma ideia para a séria questão sobre “como mudamos o mundo sem tomar o poder?”, Holloway nos responde: “no final do livro, como no início, não sabemos” (p. 308). Para uma crítica dessa perspectiva, ver Atilio Borón, “Poder, ‘contrapoder’ y ‘antipoder’”. Notas sobre un extravío teórico político en el pensamiento crítico contemporáneo”, texto apresentado no V Encontro Internacional de Economistas sobre Globalização e Problemas do Desenvolvimento, La Habana, Cuba, realizado entre 10 e 14 de fevereiro de 2003 (www.rebellion.org, março de 2003). (Ed. bras.: artigo incluído no livro de Atilio Borón, *Aristóteles em Macondo. Reflexões sobre poder, democracia e revolução na América Latina*, trad. de Fernando Correa Prado. Rio de Janeiro: Ed. Pão e Rosas, 2011. N.T.).

Se no capitalismo e por parte das classes dominadas a política se refere às atividades ligadas à disputa e chegada ao poder político, esta definição permite avaliar a política desses setores e suas representações: suas atividades podem se orientar nesta direção ou se limitar à participação do exercício do poder por parte das classes dominantes. A partir desta perspectiva, tem plena vigência a velha diferenciação entre, por um lado, a política que se enquadra numa estratégia de transformação das relações de dominação e de exploração na sociedade e, por outro, a política que em sua estratégia busca apenas reformar as relações de dominação e exploração vigentes.

Há momentos em que a política dos dominadores para exercer e manter o poder e a política dos dominados para disputar o poder político podem coincidir em pontos e terrenos específicos. No entanto, estas coincidências podem ser apenas conjunturais. No médio e longo prazo, as diferenças tendem a se apresentar. A pergunta central para esta diferenciação é a seguinte: na ação política, para quem se está acumulando forças? Para aqueles que exercem e mantêm o poder ou para aqueles que o disputam?

### **A neo-oligarquização do Estado com “coro” eleitoral**

Nos debates de nosso tempo existem divergências na América Latina (embora geograficamente isso seja mais extenso) entre quem vê uma repolitização da população – presente em ideias como a “emergência da sociedade civil” ou em fatos como a multiplicação de consultas eleitorais, de governos oriundos de eleições, com participação cidadã nesses eventos – e quem, ao contrário, enfatiza a tese da despolitização societária. Não é difícil perceber que o que perpassa esta polaridade é uma distinta definição e caracterização da política e do Estado.

Um primeiro problema presente na ideia de repolitização é que tende a se aproximar às teses do “pluralismo”,<sup>26</sup> que supõem que o poder se divide na sociedade entre as diversas instituições que emergem na chamada sociedade civil. Como veremos a seguir, nada está tão longe da realidade.

Contudo, essa ideia aponta para um tema muito importante: o desenvolvimento de atividades e a gestação de fórmulas organizativas, a partir do campo dos dominados, estranhas aos territórios institucionais, propiciando uma ampliação do espaço da política e a incorporação de novos sujeitos neste espaço.<sup>27</sup>

Esta tendência se enfrenta, porém, com outra que vem em sentido contrário: a de reconcentração do poder e delimitação cada vez mais restringida da política enquanto capacidade de incidir nos temas fundamentais da sociedade.

No campo da multiplicação de consultas eleitorais e de governos entronizados a partir de eleições na América Latina, é possível que estejamos diante de um esforço por parte da cidadania de assumir em suas mãos a discussão e a decisão dos assuntos públicos. Mas este processo se choca com as modalidades impostas pelo exercício do poder dos dominantes. As consultas cidadãs não foram capazes de afetar os centros reais de poder do Estado, onde são decididos os aspectos relevantes sobre o rumo das sociedades e suas modalidades de

<sup>26</sup> Ver Goran Thernborn, *¿Como domina la clase dominante?*, op. cit., em particular o capítulo I. Ver também a seção “Pluralistas e elitistas” do primeiro capítulo do presente livro.

<sup>27</sup> Não considero dentro desta tendência muitas ONGs, que, salvo em aspectos menores, não questionam o poder e buscam se acomodar nos espaços institucionais com o objetivo de receber compensações nesse processo, de modo que, em lugar de questionar, acabam legitimando e fortalecendo a dominação.

reprodução. Por isso é preciso destacar que estamos diante de um processo contraditório: *uma socialização da política que, no entanto, não consegue reverter nem afetar a tendência contrária, que aponta para uma reestatização da política.*

Dentro do Estado, as decisões fundamentais sobre o curso das sociedades tendem a ser tomadas em espaços muito restritos do poder executivo, particularmente os ministérios e as instituições ligadas à direção econômica (Fazenda, Economia, Comércio, Banco Central) e algumas ligadas ao ramo político, com a participação de poucas figuras e organismos do poder legislativo. Nestes espaços estão concentrados os centros reais de poder, em conjunto com as instituições que monopolizam o uso da violência legítima. Assim, a política do bloco dominante não apenas se re-estatizou, como também tem se concentrado em territórios estatais cada vez mais reduzidos.

As estatísticas mostram uma elevada concentração da riqueza e o fortalecimento de poucos grupos econômicos que recebem as maiores vantagens das políticas de austeridade, de ajuste e de reinserção das economias no mercado mundial. Para esses poucos grupos e setores dominantes, a passagem por diversas formas de governos – de formas autoritárias, civis ou militares, a formas com mais ou menos diretas consultas eleitorais – ou mesmo a alternância de forças políticas de diferentes correntes ideológicas não representou um arrefecimento de suas posições. Isso permite afirmar que *estamos diante de uma neo-oligarquização do Estado latino-americano com um coro eleitoral.* As eleições serviram mais para legitimar o novo Estado latino-americano que para disputar ou reduzir o poder das classes e frações dominantes. Apesar da multiplicação da cidadanização e do associacionismo, o poder político, mais do que ter se dividido na sociedade, se



concentrou, e a sociedade, mais do que ter se democratizado, se reoligarquizou.

Os triunfos eleitorais de Hugo Chávez e de Evo Morales, na primeira década do século XXI, e as forças sociais e políticas que os acompanham em certa medida amortizam tais argumentos, mas não os negam enquanto tendência predominante no resto da região. São exceções que confirmam a regra.

### **Sociedade civil e política: adeus às classes?**

A noção de sociedade civil é onipresente em todos os discursos sobre a “nova política”, os “novos atores” e a ideia de uma crescente politização social. O primeiro elemento a ser destacado é sua condição de caixa residual, na qual cabe tudo aquilo que é imaginável no ambíguo terreno social: associações de agricultores, ONGs, grupos cívicos, organizações culturais, corporações empresariais, organismos de igreja, grandes cadeias de televisão, grupos informais diversos etc. A heterogeneidade classista dessa torre de Babel é enorme e os interesses sociais e políticos que nele se fazem presente apontam em todas as direções. Se algum papel cumpre a noção mais corrente de sociedade civil, é o de ocultar sua heterogeneidade classista e os interesses contraditórios que a atravessam. Mas, apesar disso, em geral se supõe que aponta para uma direção: dar conta da gestação de um espaço público não estatal que possibilitaria enfrentar o Estado, o que, por sua vez, favoreceria a democratização.

Mas este espectro social tão diversificado, que em algum momento pôde unir demandas – particularmente frente à presença de governos autoritários ou totalitários (na América Latina e no Leste europeu, em especial) –, logo revelou as enormes diferenças que se encobriam em seu interior e as

dificuldades para assumi-lo como um agente de democratização e, mais importante, de transformações significativas da dominação e da exploração prevalentes.

Na maioria dos discursos, a noção de sociedade civil se apresenta como uma categoria que permitiria dar conta do espaço social, que não caberia em certos paradigmas, em particular o marxista, ignorando que esse espaço tem no marxismo as classes sociais como sua categoria central<sup>28</sup>. Assim, no fundo, a recorrência e grande difusão da noção de sociedade civil forma parte de um esforço – teórico e político – para relegar o sempre impertinente tema das classes e suas lutas, tema este que estabelece as coordenadas centrais para a análise da política, do Estado e do poder, conforme pretendemos ter expressado.

## Conclusões

Apenas a partir de uma compreensão dos processos centrais que definem nossas sociedades – em que sua caracterização como “capitalista” segue tendo um lugar privilegiado – poderemos avaliar o sentido e a magnitude das mudanças que vivemos no início do século XXI.

Sem esse mapa para nos orientar, qualquer novidade – ainda mais nesses tempos em que se multiplicam as novidades – pode ser qualificada como o elemento mais importante para a análise, num jogo de crianças em que o que brilha captura nossa atenção. Mas as ciências não se movem nesta lógica. Em geral, o opaco, o oculto, o que não se dá de imediato, é o mais importante.

---

<sup>28</sup> Para um desenvolvimento mais amplo dessas questões, ver o capítulo IV, nesta primeira parte do livro.

A política abarca uma intrincada gama de atividades: resistência, reconhecimento, respostas a ofensa morais, esforços e/ou ações de participação nos debates sobre a coisa pública, organização, exercício do poder, luta (contra e) para alcançar o poder, e muito mais.

Neste capítulo enfatizamos as duas últimas pois consideramos que sintetizam todas as demais: a política em relação ao poder político e ao Estado.

Esta visão permite se questionar sobre em que medida as atividades antes assinaladas, e os agregados que se considere pertinentes, aproximam ou afastam, fortalecem ou enfraquecem as classes sociais em relação ao exercício do poder político (para as classes que dominam) ou em relação à possibilidade de alcançá-lo (para as classes que são dominadas).

Não esgota, portanto, a consideração e o estudo das mais variadas atividades dos homens em sociedade. Simplesmente estabelece coordenadas para compreender as probabilidades de transformação societária. E elas sempre aparecem em relação direta com os temas do poder estatal.



## IV. AS CLASSES SOCIAIS NO CAPITALISMO

Em meio aos ventos pós-modernos que fluem pelos corredores e salas de aula das universidades, em que “tudo que é sólido se desmancha no ar”, fazer referência às classes sociais soa a determinismo, a coisa do século XIX.

No discurso dominante, o mundo social aparece dividido em múltiplos centros, e a realidade fica fragmentada e carente de estruturas que permitem concebê-la como totalidade articulada, o que impede e torna desnecessário apreender sua unidade.

Neste quadro não há espaço para o estudo das classes sociais como categoria que pretende integrar a análise da sociedade, e muito menos de sociedades em que o surgimento de novos atores e de novas identidades teriam deixado aquela categoria obsoleta.

Não deixa de ser paradoxal que, na época em que a desigualdade chega a dimensões extremas – em especial na América Latina –, as ciências sociais, e particularmente a sociologia, tenham abandonado a categoria de classes sociais,

que constitui uma das principais ferramentas teóricas para apreender esse fenômeno.

Há diversas razões para isso. A noção de classes sociais não se adequa às visões que postulam que a acumulação de riqueza e de poder na sociedade representa tão somente a retribuição ao talento, à capacidade e ao esforço pessoal, elementos que constituem um dos núcleos centrais da ideologia liberal. Conforme indica Laurin-Frenett, caracterizando essa ideologia:

É necessário que o que aparece como lucro, poder, prestígio e privilégios pessoais seja concebido como a recompensa legítima de qualidades intrínsecas reveladas por um esforço adequado. E, mais ainda, que esta revelação das qualidades meritórias seja concebida simultaneamente como uma contribuição preciosa para o bem da coletividade e inclusive para o progresso da humanidade. E que os demais se convençam de que a miséria, o desprezo e a impotência que lhes corresponde são a justa remuneração da pequena parte que seus modestos talentos permitem receber no progresso da espécie humana.<sup>1</sup>

Estes termos, renovados e às vezes apresentados de forma mais refinada e elíptica, seguem sendo os argumentos centrais do velho e novo liberalismo para explicar e justificar os problemas da desigualdade social.

O individualismo metodológico subjacente como postulado de conhecimento nos arcabouços teóricos e nos paradigmas que tendem a dominar as pesquisas no campo das ciências sociais (como as múltiplas versões da “sociologia da ação”, do *rational choice* e da economia neoclássica) também impõe sérias limitações ao recurso das classes sociais. A ação social – nesta

---

<sup>1</sup> Nicole Laurin-Frenette, *Las teorías funcionalistas de las clases sociales. Sociología e ideología burguesa*, Madri: Siglo XXI, 1976, p. 15.

perspectiva – tem como ponto de partida os indivíduos, que seriam o degrau a partir do qual se deveria começar a armar a constituição do “social”. Laurin-Frenette sintetiza esse processo da seguinte forma:

Qualquer que seja a formulação empregada se considera sempre que a ação social em primeiro lugar está determinada pela natureza individual do ator e, em segundo lugar, é determinante da natureza do fato social, concebido como um resultado da ação individual. Assim, o indivíduo é erigido, por definição, como consciência e vontade produtoras do fato social: escolhe e estabelece suas condições e seu modo de existência social em função de suas necessidades e de suas orientações.<sup>2</sup>

Falar de classes (como de sociedade) para este enfoque não é outra coisa que um recurso para tratar de *agregação de indivíduos*, mas nunca de uma unidade com características específicas, diferentes da soma dos componentes individuais.

Mas a sociedade é muito mais que um simples agregado de indivíduos. É, mais que nada, uma rede densa de relações em que o destino social de alguns tem direta relação com o destino social de outros, não em questões tangenciais, como poderiam aceitar algumas variantes do individualismo metodológico, mas sim na definição dos assuntos fundamentais dos sujeitos sociais.

Contra o pressuposto liberal – que liga riqueza ao talento e esforço pessoal –, é preciso assinalar que são relações sociais entre grandes agrupamentos humanos que propiciam, a um só tempo, a acumulação de riqueza em alguns segmentos sociais, através da expropriação do trabalho, e a acumulação de miséria e pobreza em outros segmentos<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> *Ibid.*, p. 5.

<sup>3</sup> Tema abordado por Marx em *O capital*, v. I, cap. XXIII, “A lei geral da acumulação capitalista”.

O tema dos novos atores e das novas identidades é utilizado em diversos discursos como justificativa para o abandono ou desconsideração do estudo das classes. Processos referidos a gêneros, etnias e crenças, por exemplo, teriam permitido o surgimento de novos atores sociais e, por sua vez, a gestação de novas identidades. Esses novos atores e as novas identidades teriam passado a ter maior relevância para a análise que fazem referência ao tema “anacrônico” das classes.

O problema real não reside tanto em discutir o surgimento de novos atores ou de novas identidades, mas sim nas derivações teóricas e políticas que situam os novos atores em contraposição às classes.

Não cabe dúvida de que existem processos referidos a questões de gênero, de etnia e de crença que podem ter dimensões que ultrapassam os condicionantes de classes. Mas também é certo que tais fenômenos, em suas expressões mais gerais, estão estreitamente ligados a referentes classistas, e considerar isso enriquece a análise, em lugar de enfraquecê-la.

A questão da mulher não tem as mesmas conotações se nos referirmos àquelas que trabalham nas maquiladoras, ou nas colheitas de frutas, às empregadas de bancos, às executivas de vendas, às donas de casa casadas com empresários ou com empregados da baixa burocracia estatal. Todas essas mulheres podem viver elementos comuns ao seu gênero, mas isso se dá de forma diferenciada *pela sua condição de classe*. E o mesmo poderíamos dizer se ampliássemos o tema com relação às questões étnicas ou religiosas.

O problema, então, não é contrapor de antemão qualquer novo ator ou múltiplos novos atores sociais e suas respectivas identidades em relação às classes. Isso pode refletir mais uma decisão política que pretende encontrar justificativas teóricas.



É na verdade o estudo de processos concretos que indicará o peso a ser dado ao referente classista, que em geral tenderá a agregar novos horizontes e reflexão a temas como aqueles anteriormente assinalados.

A retomada do tema das classes como recurso heurístico exige romper com o silêncio e a distorção. Desde os anos 1970 e por razões que se derivam das transformações políticas sofridas pela academia, nas salas de aula se vê um processo de estigmatização dos paradigmas que contemplem o estudo das classes. São várias as gerações de cientistas sociais formadas em enfoques que ignoram o tema ou que o distorcem de tal forma que ele se torna irreconhecível.

Redescobrir as classes sociais implica também descartar os enfoques que fizeram dessa categoria e suas derivações (como a luta de classes) uma fórmula onicompreensiva, capaz de explicar tudo, que no final das contas acaba não explicando nada. Por isso é preciso começar apontando que a noção de classes sociais permite destrinchar o núcleo articulador da sociedade moderna (pós-moderna e pós-industrial?) capitalista. Não mais, mas também não menos<sup>4</sup>.

A ausência de uma exposição sistemática sobre as classes sociais nos trabalhos clássicos não é um problema menor. É conhecido que o tratamento dessa questão estava contemplado no plano de trabalho de Marx, que ficou inacabado, e que os demais clássicos do marxismo não o abordaram. Todos eles fizeram análises *de* classe em seus estudos, mas não *das* classes. Estudos posteriores (como os de De Giovanni ou Poulantzas)

---

<sup>4</sup> A diferença entre “completude” e “totalidade” assinalada por Morin oferece uma boa percepção da distância entre explicar tudo e explicar o que organiza o todo. Ver seu livro *Introducción al pensamiento complejo*. Barcelona: Gedisa, 1998, p. 142.

são parciais e outros mais conhecidos na academia latino-americana (como os de Dos Santos ou Cueva) apresentam deficiências<sup>5</sup>.

São muitos os problemas ligados ao estudo das classes sociais. Os mais elementares poderiam ser sintetizados nas seguintes perguntas:

a) Quantas classes sociais existem? Por que às vezes se fala de duas, três ou mais classes?

b) Qual é a diferença entre a teoria das classes sociais e a teoria da estratificação? Por que é inapropriado falar de classes altas, médias e baixas e é mais preciso se referir à burguesia, ao proletariado, aos donos de terras etc.?

c) As classes sociais são um dado sociológico ou somente existem quando tomam consciência de sua situação e identidade?

d) O proletariado está aumentando ou, ao contrário, estamos diante de sua extinção?

No decorrer desse capítulo se buscará responder a essas questões.

### **Quantas classes sociais? Duas, três, cinco?**

No discurso mais recorrente as classes sociais tendem a ser definidas pela variável de nível de renda, de modo que são assimiladas às propostas da estratificação. Nesta perspectiva haveria tantas classes quanto estratos (e cortes) o pesquisador quiser estabelecer. É possível subdividir cada um dos estratos fundamentais (alto, médio e baixo) em três substratos; por exemplo: alto-alto, alto-médio e alto-baixo.

---

<sup>5</sup> Biaggio de Giovanni, *La teoría política de las clases en El capital*. Madri: Sigo XXI Ed., 1984;

Se isso se realiza com cada estrato principal, já teríamos nove classes ou estratos. E as subdivisões podem continuar, em geral, acreditando que dessa forma a análise se torna mais complexa. Veremos mais adiante que existem critérios mais estruturais para delimitar os grandes grupos humanos chamados de classes sociais.

Um problema mais complexo em relação ao número de classes sociais pode ser sintetizado nas seguintes questões: qual Marx deve ser considerado: o do *Manifesto comunista*, que fala de duas classes – dominadores e dominados –; o de *O capital*, que aponta três classes – proprietários de terras, burgueses e proletários –; ou o do *18 de Brumário de Luís Bonaparte* – em que às classes anteriores se agregam o campesinato e a pequena burguesia, além de subdivisões, como burguesia industrial e burguesia comercial?

Nos três textos antes mencionados não estamos diante de um autor que se corrige, mas sim frente a materiais que se situam em diferentes dimensões e espessuras da análise, o que possibilita a reconstrução das unidades de análise da realidade social.

Para colocar de forma sintética, no *Manifesto* temos uma visão de desenvolvimento histórico de longa duração, em que se privilegiam os elementos centrais da dinâmica societária. A partir desse ponto de vista, a história aparece como resultado dos enfrentamentos entre dominadores e dominados.

Esta perspectiva, que orienta e define um horizonte geral da história, é insuficiente, porém, quando se trata de decifrar os elementos que explicam um tipo histórico particular de organização social: a capitalista. A análise medular dessa organização societária é o que Marx realiza em *O capital* e ali se fazem presentes três classes sociais fundamentais: as que se

desenvolvem se apropriando da mais-valia, as que o fazem pela via da renda e as que sobrevivem através do salário.

Por último, em *O 18 de Brumário* Marx analisa uma sociedade capitalista concreta – a francesa –, em um momento histórico particular, unidade na qual emerge uma gama de classes e frações que nos níveis anteriores não eram visíveis, pois tais níveis não contemplam as hibridações produzidas pela presença de diversos modos de produzir.

Portanto, nas unidades de análise antes assinaladas, os objetos de análise são diferentes porque são reconstruídos e se tornam mais complexos. Ao chegar a esse ponto podemos começar a considerar os critérios para definir as classes sociais.

### **Critérios para definir as classes sociais**

Uma boa aproximação ao conjunto de fatores que devem ser considerados para determinar as classes se encontra nesta longa citação:

Chama-se classes a grandes grupos de pessoas que se diferenciam entre si pelo seu lugar num sistema de produção social historicamente determinado, pela sua relação (as mais das vezes fixada e formulada nas leis) com os meios de produção, pelo seu papel na organização social do trabalho e, conseqüentemente, pelo modo de obtenção e pelas dimensões da parte da riqueza social de que dispõem.<sup>6</sup>

Aqui se encontram formulados os principais critérios para definir as classes sociais, bem como para determinar as diversas classes, frações e setores de classe numa sociedade capitalista. Passaremos a analisar cada um desses critérios e acrescenta-

---

<sup>6</sup> V. I. Lenin, “Una gran iniciativa”, *Obras escolhidas* em três volumes, v. III. Moscou: Editorial Progreso, 1961, p. 228. (Ed. bras.: “Uma grande iniciativa”, *Obras Escolhidas*, v. III. São Paulo: Alfa Ômega, 1980, p. N.T.).

remos outros. A revisão será feita de forma desagregada, para propor ao final uma visão de conjunto, o que nos dará o tecido mais amplo necessário para distinguir e diferenciar classes, frações e setores na organização societária capitalista.

*a) As classes sociais são grandes grupos de pessoas que se diferenciam entre si pelo seu lugar num sistema de produção social historicamente determinado*

O surgimento das classes na história das sociedades humanas supõe o estabelecimento de uma dupla relação: de exploração e de dominação. Cada uma destas relações tem sua lógica e suas próprias determinações, de modo que estudá-las exige considerar suas especificidades. As relações de exploração não dão conta das relações de dominação e, por sua vez, as relações de dominação não esgotam a explicação das relações de exploração. As diferenças dessas relações permitem entender também que não existe uma simples linha de continuidade entre elas, apesar de que para que a exploração se reproduza é necessário existir uma estrutura de dominação.

A partir desta perspectiva, a história das sociedades de classes é a história de grandes conglomerados humanos que se organizam em torno da dupla polarização entre exploradores-explorados e dominadores-dominados. Toda e qualquer classe, fração ou setor social ao qual os sujeitos sociais pertençam, em última instância se encontram organizados por essa dupla polarização que atravessa a estrutura societária classista. Portanto, numa primeira aproximação é importante elucidar as determinações estruturais que situam os sujeitos em alguma daquelas polarizações.

Este elemento, que constitui o início da pesquisa, alcança resposta apenas ao final da pesquisa, uma vez que se tenha

analisado o conjunto de fatores que definem a posição real dos agrupamentos humanos na sociedade.

A historicidade necessária para uma análise dessa natureza permite ver que cada sistema de produção social gera suas próprias classes sociais. Se a história humana pode ser interpretada como uma luta entre exploradores e explorados, ou dominadores e dominados, esta perspectiva se torna inadequada para abarcar as particularidades desses agrupamentos sociais em momentos históricos específicos. A burguesia, por exemplo, é uma classe que se apropria de trabalho alheio *no capitalismo*, e o faz sob formas próprias (mais-valia), que é diferente de como ocorre em outras organizações sócio-históricas.

Especificidades da mesma ordem devem ser destacadas para as classes exploradas quando referidas a momentos históricos particulares.

*b) As classes sociais se diferenciam entre si pela sua relação com os meios de produção*

Aqui a principal relação frente aos meios de produção é em termos de propriedade, critério que nos oferece uma primeira grande divisão para determinar as classes no capitalismo: grupos humanos que são proprietários de meios de produção e grupos humanos que não são proprietários dos meios de produção.

*c) As classes sociais se diferenciam entre si pelo modo de obtenção da riqueza social*

Nas sociedades capitalistas existem quatro grandes formas de apropriação da riqueza social: pela mais-valia (expressão em dinheiro de trabalho não pago); pela renda;

por salário; e pelas formas de reprodução mercantil simples (produzir uma mercadoria, vendê-la e com esse dinheiro adquirir os bens necessários para produzir novamente a mercadoria e viver)<sup>7</sup>.

A gama inicial de duas grandes classes começa a se abrir, apresentando neste caso a presença de quatro grandes agrupamentos humanos no capitalismo, segundo a forma como se apropriam da riqueza social.

*d) As classes se diferenciam entre si pelo seu lugar na organização social do trabalho*

Neste caso se destaca a capacidade dos conglomerados sociais de controlar ou não os processos produtivos, isto é, sua capacidade técnica e de direção para determinar ritmos de trabalho, tempo das cadeias produtivas, controles de qualidade, como se produz; controlar, enfim, o conjunto do processo de trabalho ou apenas alguma fase ou aspecto desse processo ou mesmo nenhuma fase.

Neste sentido, podemos ter uma grande divisão entre conglomerados humanos que controlam processos produtivos frente a outros que não os controlam.

Esta variável é particularmente relevante para delimitar algumas frações e setores da pequena burguesia, como veremos mais à frente.

À luz dos elementos indicados, mostramos no seguinte quadro a estrutura das classes no capitalismo:

---

<sup>7</sup> M-D-M é a fórmula empregada por Marx em *O capital* para explicar este movimento. Ver em particular o volume I, primeira seção.

As classes sociais no capitalismo

Classes sociais	Propriedade ou não propriedade dos meios de produção	Forma de apropriação da riqueza	Controle ou não controle da produção	Lugar na organização societária
Proletariado	não proprietário	salário	não controle	dominado
Pequena burguesia	não proprietária/ proprietária	salário/ mercantil simples	não controle/ controle	dominado/ dominante
Campesinato	Proprietário	mercantil simples	controle	dominado
Burguesia	Proprietária	mais-valia	controle	dominante
Proprietário de terra	Proprietário	renda	controle/ não controle	dominante

A partir de uma leitura sumária do quadro, é possível identificar as seguintes classes no capitalismo:

a) Proletariado: classe que não possui meios de produção, que obtém a riqueza social sob a forma de salário e não controla o processo produtivo. Situa-se no campo das classes dominadas no sistema societário.

b) Pequena burguesia: nesta classe confluem frações proprietárias e não proprietárias de meios de produção; estas recebem salários e as outras se apropriam de riqueza pelos mecanismos da reprodução mercantil simples; alguns setores controlam o processo produtivo, enquanto outros não o controlam, e alguns se inserem nas funções das classes dominantes, enquanto a maior parte se inserem nas classes dominadas.

c) Campesinato: classe que possui meios de produção (terra), se apropria de riqueza social sob as formas da produção mercantil simples, controla o processo produtivo e se situa entre as classes dominadas.



d) **Burguesia:** classe que se caracteriza por possuir meios de produção, se apropria de riqueza por meio da mais-valia, controla o processo de trabalho e se constitui como classe dominante.

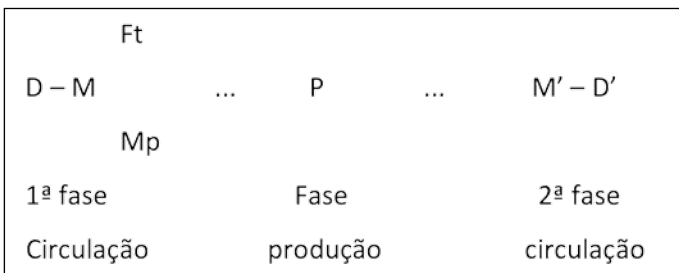
e) **Proprietário fundiário:** classe proprietária da terra, se apropria da renda como mecanismo de acesso à riqueza social, pode controlar ou não o processo produtivo e faz parte das classes dominantes.

### **Frações e setores**

Aos critérios fundamentais antes apontados para definir as classes sociais, devem-se agregar outros que nos permitam distinguir frações e setores no interior desses grandes conglomerados classistas.

*a) As frações de classe se diferenciam entre si pelo lugar que ocupam na reprodução do capital*

Para se reproduzir o capital gera movimentos que partem da circulação, passam pela produção e voltam à circulação. O ciclo do capital dinheiro apresenta este processo:



Em cada uma dessas fases se organizam grupos humanos que se especializam nas diversas etapas para acelerar a reprodu-

ção do capital<sup>8</sup>. Assim, temos setores especializados em reunir e emprestar dinheiro para iniciar o ciclo (D), outros se especializam em produção (P), terceiros em vender as mercadorias surgidas na produção (M'-D'). Em suma, há diversas frações do capital<sup>9</sup>. Em uma enunciação sintética, temos, portanto, a burguesia financeira ou bancária, a burguesia industrial e a fração burguesa comercial. E é preciso agregar a essas a fração da burguesia agrária que arrenda terras da classe proprietária fundiária.

Nestes mesmos lugares da reprodução do capital encontramos conglomerados humanos que, sem ser donos dos meios de produção, e mediante o recebimento de salário, participam desses processos. Isso nos permite ver que as classes que vivem do salário também podem se diferenciar entre frações, segundo os movimentos do capital.

*b) Os setores de classes se diferenciam entre si pela magnitude dos meios de produção que possuem*

Este critério introduz um elemento para começar a diferenciar setores dentro de uma mesma classe social ou fração. Aqui

<sup>8</sup> A análise do ciclo do capital dinheiro e da aceleração da rotação pode ser vista no volume II de *O capital*.

<sup>9</sup> Embora considere também a classe proprietária de terras (que se apropria da renda da terra), a seguinte citação sintetiza as frações da burguesia: "O capitalista (...) é, decerto, o primeiro apropriador, porém de modo algum o último proprietário dessa mais-valia. Ele tem ainda de dividi-lo com capitalistas que realizam outras funções na totalidade da produção social, com o proprietário fundiário etc. A mais-valia se divide, portanto, em diferentes partes. Seus fragmentos cabem a diferentes categorias de pessoas e recebem formas distintas, independentes entre si, como o lucro, o juro, o ganho comercial, a renda fundiária etc." Karl Marx, *El capital*, v. I. México: Fondo de Cultura Económica, 1973, p. 474. (Ed. bras.: *O Capital*, trad. de Rubens Enderle, livro I, São Paulo: Boitempo, 2013. N.T.).

poderíamos distinguir *grosso modo* três: grandes proprietários de meios de produção, medianos proprietários e pequenos proprietários.

A magnitude daqueles que são grandes, pequenos ou medianos proprietários de meios de produção é uma variável que se modifica com o desenvolvimento histórico. O que seria uma grande indústria no século XIX pode ser, a meados do século XX, uma média empresa. Não existe um parâmetro estabelecido neste ponto.

*c) Os setores de classe se diferenciam entre si pela proporção do que se apropriam da riqueza social.*

Aqui se destaca o problema da magnitude da riqueza que é recebida pelos diferentes conglomerados humanos. Poderíamos dizer que, em linhas gerais, é possível distinguir três grandes divisões: aqueles que se apropriam de uma magnitude elevada de riqueza, aqueles que se apropriam de uma magnitude mediana e aqueles que recebem pouca riqueza.

Para cada classe e fração o critério do que são altos, médios ou baixos rendimentos difere, como também diferem os montantes em cada momento histórico, conforme colocado no ponto anterior.

É a análise do conjunto dos critérios apontados que nos oferece uma caracterização das classes no capitalismo. O nível de renda, portanto, tem sentido apenas como critério para estabelecer diferenças conjugadas com as variáveis iniciais sobre propriedade ou não propriedade de meios de produção, formas de apropriação da riqueza ou controle ou não controle do processo produtivo. Analisar apenas ou inicialmente o tema do montante de renda seria se pautar por uma teoria da estratificação e não de classes sociais.

Vale a pena nos determos um pouco nas frações e setores da burguesia e da pequena burguesia, pois nos oferecem perspectivas relevantes que podem orientar a análise desses aspectos em outras classes.

### *Frações e setores da burguesia*

A introdução das novas variáveis torna patente a enorme heterogeneidade que caracteriza o conglomerado social denominado de burguesia. Cada nova classificação nos coloca diante de um agrupamento humano com interesses específicos, que coincide em aspectos centrais com o resto dos agrupamentos sociais das demais classificações, mas que também pode diferir deles em outros aspectos importantes. Não é o mesmo ser dono da Volkswagen (que de acordo com os critérios anteriores se situa como grande capital da burguesia industrial) que ser dono de uma pequena fábrica de parafusos (pequeno ou mediano capital dentro da burguesia industrial). Cada um desses setores sociais pode estar direcionado a mercados diferentes e pode exigir políticas econômicas de natureza distinta (como subsídios ou impostos).

**Frações e setores da burguesia**  
**Frações** (*Lugar na reprodução do capital*)

		Burguesia financeira	Burguesia industrial	Burguesia comercial	Burguesia agrária
Setores	Grande burguesia	X	X	X	X
(Montante dos meios de produção)	Mediana Burguesia	X	X	X	X
	Burguesia pequena	X	X	X	X

Esta heterogeneidade permite entender as insuficiências das análises que, embora devam considerar as frações e setores, simplesmente se conformam com tratar da “burguesia”, caindo em generalizações que impedem a compreensão das particularidades de certos processos.

A unidade política da classe burguesa, à luz do que apresentamos, torna-se um tema complicado. Por isso são importantes as categorias de bloco no poder e hegemonia. O que torna possível a coesão entre esses setores sociais heterogêneos em momentos históricos particulares? Quais projetos são capazes de torná-los coesos? Quais fatores os desunem e estabelecem fissuras dentro do bloco no poder? Quais frações ou setores conseguem impor seus projetos sobre outras frações e setores? Em suma, quem alcança a hegemonia dentro do bloco no poder? Eis aqui toda uma gama de problemas que emergem com a atenção ao problema da heterogeneidade da burguesia.

### *Pequena burguesia: frações e setores*

A diversidade de setores sociais que formam a pequena burguesia tem levado ao questionamento sobre se realmente se trata de uma classe social.

Neste agrupamento social é possível distinguir duas grandes frações: a pequena burguesia proprietária e a pequena burguesia não proprietária. Vejamos as diferenciações dentro de cada uma delas.

### *A pequena burguesia proprietária*

Aqui se apresenta um subsetor que desenvolve atividades artesanais, como sapateiros, ferreiros, carpinteiros etc.; outro subsetor é o de proprietários de oficinas e pequenos comércios (oficinas de todos os tipos de reparação de automóveis, donos

de papelarias, mercearias, armarinhos etc.); e um terceiro subsetor encontra espaços para se reproduzir como resultado da passagem do capitalismo para formas avançadas, como diversos profissionais que trabalham por conta própria, estabelecendo escritórios em que seu próprio trabalho é a fonte principal de renda (arquitetos, engenheiros, técnicos em computação, publicitários etc.).

O profissional ou artesão que dispõe não apenas de seu próprio trabalho e de algum apoio familiar, mas que contrata certa quantidade de força de trabalho para o desenvolvimento de suas tarefas está mais próximo do último setor da burguesia (a pequena burguesia), na medida em que sua fonte principal de apropriação da riqueza tende a ser trabalho não pago.

A reprodução do capital provoca, nesses núcleos sociais da pequena burguesia, tendências contraditórias. Certos processos apontam para seu fim (como acontece com os donos de pequenos comércios e serviços, diante do estabelecimento de grandes centros comerciais ou empresas de serviços), enquanto outros processos favorecem sua reprodução e a emergência de novos setores (como ocorre atualmente com todas as atividades ligadas aos serviços de computação, internet, propaganda etc.).

### *A pequena burguesia não proprietária*

Neste caso a variável do lugar dos agrupamentos sociais numa organização social historicamente determinada desempenha um papel-chave para diferenciar subsetores, além de outros mencionados anteriormente.

A primeira divisão tem a ver com os setores que controlam processos produtivos em relação àqueles que não os controlam. Isso permite estabelecer uma diferença entre o operário de uma linha de montagem (que se situará no proletariado) e o

técnico que vive de um salário, mas que controla os ritmos, os tempos e a qualidade da linha de montagem, que se situa, devido a esta particularidade, em outro segmento social: na pequena burguesia não proprietária.

Também existem diferenças entre esses dois personagens relativas ao montante de renda que recebem, bem como ao lugar que ocupam na organização social. O técnico de nosso exemplo, que tenderá a receber um salário maior que o operário comum, cumpre tarefas de controle que o situam mais próximo dos interesses do capital do que dos interesses do trabalho na produção.

O mesmo ocorre com aqueles profissionais que vivem de salário, mas que atuam em postos elevados de um sistema de dominação em geral<sup>10</sup>, particularmente no aparato de Estado. Não é igual ser um burocrata de baixo escalão em alguma repartição pública que ter cargos de direção relativamente importantes. A atuação em lugares significativamente diferentes dentro da organização social – neste caso, dentro do aparato de dominação –, situa esses personagens em situações sociais diversas. O compromisso de cada um em relação aos interesses sociais que se expressam no aparato de Estado tenderá a ser diferente.

O mesmo pode acontecer nas chamadas instituições da sociedade civil que fazem parte de um sistema de dominação, sejam eles meios de comunicação ou instituições do sistema educacional, igrejas etc. Quanto mais alto for o cargo ocupado dentro dessas instituições, maior será a diferença no montan-

---

<sup>10</sup> Entendemos como sistema de dominação a articulação entre o Estado e a sociedade civil (com instituições para esta última, como aquelas ligadas ao sistema educacional, às igrejas, aos meios de comunicação, às ONGs etc.), enquanto mecanismo de exercício da coerção e geração de consensos.

te de renda, mas, além disso, também tenderá a ser maior a pressão pela adesão aos interesses dos setores dominantes na sociedade<sup>11</sup>.

Os rendimentos diferenciados permitem distinguir setores dentro da pequena burguesia não proprietária, enquanto a atuação na organização geral da sociedade nos dará pistas para decifrar tendencialmente o comportamento político de diversos setores que a conformam, para onde tendem a se movimentar politicamente em situações normais ou em períodos em que os conflitos se agudizam.

A situação da baixa burocracia estatal ou daquela que trabalha em instituições privadas no campo da pequena burguesia não proprietária – e não no proletariado *strictu sensu* – tem a ver com o lugar particular desses setores na organização social em geral, que os diferencia da população operária pela dispersão na forma com que são recriados socialmente, pelos seus modos de vida (exigentes no vestuário, na cultura etc.) e pelas aspirações sociais que geram. Não é difícil encontrar estas diferenças ao considerar caixas de bancos, burocratas estatais de baixa hierarquia e trabalhadores da grande indústria. É possível que em matéria de salários ganhem algo próximo ou inclusive menos do que os operários da grande indústria. Mas o resto dos fatores provoca tal diferenciação de classe.

Quando se considera toda a gama de conglomerados sociais formadas pela pequena burguesia (proprietária e não proprietária) é pertinente se perguntar se realmente estamos diante de uma classe social. O que não deixa dúvida é que se trata de um agrupamento social atravessado por tendências à

---

<sup>11</sup> Convém não perder de vista que a pressão é diferente nas diversas instituições e que há exceções individuais. Aqui fazemos referência às tendências gerais.



dispersão social, superiores àquelas que prevalecem no resto das classes.

Se a esta heterogeneidade se juntar os efeitos da destruição-reconstrução operados na pequena burguesia como resultado da acumulação de capital, temos uma classe com traço particular: sua condição de “classe disponível” no campo político, ou seja, com potencialidade de se tornar aliada dos mais variados projetos societários, fraturando-se em diversos segmentos.

### **Superpopulação relativa ou exército de reserva**

A população trabalhadora (ou o proletariado em sentido amplo) é muito mais extensa que a parte que de fato consegue trabalho. Por isso é necessário fazer uma distinção entre população trabalhadora ativa e população trabalhadora inativa e suas fronteiras intermediárias de setores semiativos. Em situações concretas, esta distinção opera com diversos graus de mobilidade, movendo trabalhadores entre um e outro setor.

Na busca para aumentar o lucro, o capital tende a investir relativamente mais em capital constante (máquinas, equipamentos, conhecimentos) que em capital variável (força de trabalho), com o objetivo de aumentar a produtividade e conseguir que cada unidade de valor de uso (automóveis, televisões, celulares, tomates ou pêssegos) se aproprie de menos tempo de trabalho socialmente necessário e, assim, seja reduzido seu valor e potencialmente seu preço.

Isso faz com que a acumulação de capital cresça para além da demanda por trabalhadores, propiciando a formação de uma população trabalhadora sobranter para as necessidades de reprodução do capital. Por isso se diz que essa população sobranter é relativa, ou seja, sobranter em relação à demanda de trabalhadores estabelecida pelo capital.

A capacidade da acumulação de gerar a população trabalhadora sobrando implica um grau maior de subsunção real do trabalho ao capital, uma vez que este supera inclusive a expansão do crescimento “natural” da população trabalhadora e não se encontra, portanto, submetido a essas limitações em seus processos de reprodução.

A presença de uma população trabalhadora excedente permite que o capital redobre a exploração dos trabalhadores ativos, pois há força de trabalho em abundância tanto para substituir aqueles que se resistem a maiores jornadas, à intensificação da produção ou a baixos salários, quanto para substituir os trabalhadores esgotados devido aos processos de trabalho que minaram sua vida. Daí a enorme magnitude que deve assumir tal população excedente nas economias dependentes, sustentadas em regimes de superexploração.

Mas a maior exploração dos trabalhadores ativos se baseia, por sua vez, em mecanismos que aceleram a acumulação e, portanto, também os processos que permitem ao capital gerar população trabalhadora excedente.

Assim, o capital faz com que os destinos de ambos os setores da população trabalhadora estejam plenamente vinculados, de modo que o esgotamento de uns será o aumento da fome de outros e vice-versa. Contudo, o capital se encarrega de apresentar cada setor como inimigo em relação ao outro, impedindo que se veja que foi a dinâmica do capital que encadeou seu destino e que, por isso mesmo, somente a liberação conjunta poderá tirá-los dos tormentos do trabalho e dos tormentos da miséria.

Do ponto de vista das formas que esta população trabalhadora excedente assume, é possível identificar trabalhadores que no decorrer de suas vidas tendem a se mover do emprego ao

desemprego e novamente ao emprego (população flutuante). Outros em que é o desemprego que prevalece em sua existência, com posições de trabalho em períodos breves e ocasionais (população estagnada). Um terceiro grupo são os trabalhadores do campo, que regularmente se lançam para as grandes cidades ou para outras economias em busca de emprego, como população que excede as necessidades de força de trabalho em seus espaços originários (população latente).

No pauperismo – “o sedimento mais baixo da superpopulação relativa”, tal como o apresenta Marx – situam-se outras três formas de existência: os trabalhadores capacitados para trabalhar, mas que vivem de forma regular e permanente no desemprego; as viúvas e órfãos de trabalhadores; e os trabalhadores consumidos e esgotados prematuramente pelo trabalho: os adoentados pelo pó das minas ou pela contaminação de metais ou agroquímicos, os acidentados que perderam a mobilidade ou tiveram braços ou pernas amputados etc.

No mundo do capital estes setores tendem a sobreviver pelo apoio de familiares ou vizinhos também pobres e numerosos. Os estudos sobre a exclusão, quando focam na população excedente, em geral ignoram que esta exclusão é na verdade a forma de inclusão desses setores na dinâmica da acumulação capitalista, que sofrem esta modalidade de exclusão por estarem incluídos naquela dinâmica, e que é esse processo que gera uma exclusão por inclusão.

### **Classe em si, classe para si**

Independentemente de que as classes sociais reconheçam as relações sociais em que se encontram inseridas e que as constituem como agrupamentos humanos diferenciados, essas relações sociais existem, operam e determinam as classes

sociais. Neste sentido, a sociedade está formada por diversas classes sociais, classes em si, devido ao conjunto de determinações diferentes que lhes dão vida.

Quando esses agrupamentos humanos se reconhecem a si mesmos, reconhecem seu lugar na sociedade, seus interesses particulares, e reconhecem, por sua vez, os demais agrupamentos classistas, seus interesses, e as classes com as quais mantêm posições e interesses em conflito e antagonismo, então se fazem classes sociais que são agora classes para si. Esta situação possibilita que as classes sociais situem as potenciais classes aliadas, as classes que devem ser neutralizadas e também quais são os agrupamentos humanos com os quais não poderá existir conciliação possível. Em suma, como classe para si, as classes sociais estão em melhor posição para entender e levar adiante a luta de classes.

### **Luta de classes**

Na medida em que as classes sociais têm interesses sociais diferenciados e cada uma delas leva a cabo medidas com o objetivo de conseguir realizar tais interesses, isto provoca que na sociedade se produzam diferentes tipos de enfrentamentos e conflitos entre classes sociais, frações e/ou setores. A sociedade, neste sentido, é um extenso campo de relações sociais em disputa.

Mas num sentido forte denominamos de luta de classes aqueles enfrentamentos entre classes antagônicas, que expressam projetos de organização da vida em comum radicalmente enfrentados, de modo que o triunfo de uma classe implica a negação dos interesses de classes contrários.

Nas sociedades capitalistas as classes sociais que expressam esse antagonismo central são a burguesia e o proletariado. É

a realização dos projetos de organização da vida em comum da burguesia que provoca o surgimento e desenvolvimento do proletariado. O destino social de uma classe é o reverso do destino social da outra. A concentração de meios de vida e de produção gerados pela acumulação capitalista tem como sua outra cara a privação desses meios para o proletariado; a concentração de riqueza da burguesia implica o aumento da miséria e a pobreza (relativa) no seio do proletariado como classe em geral.

Mas é esse conjunto de condições que dão vida ao proletariado como classe que cria as condições para sustentar um mundo radicalmente diferente ao da burguesia. Frente à brutal concentração dos meios de vida e de produção e à conseguinte expropriação da maioria da população no capitalismo, abre-se a possibilidade real de construir uma nova ordem social, em que ninguém seja proprietário particular daqueles meios e que a propriedade possa se apresentar como propriedade social, comum – e são poucos que deverão ser expropriados para que se alcance tal possibilidade (expropriar os expropriadores).

São condições reais como esta que levaram Marx a apontar que a burguesia não apenas desenvolve o proletariado como a classe na qual deposita os fundamentos para sua própria existência, como criadora de mais-valia. Neste processo a burguesia gera também seus próprios coveiros, uma vez que o proletariado conta com as condições reais de edificar um projeto de organização societária que supera e nega o que foi alcançado pela burguesia, o que implica uma luta mortal entre essas classes, de ruptura das relações sociais que as constituem. Desse modo o triunfo do proletariado implica não apenas a libertação das correntes que o condenam à exploração e à

dominação, mas também liberta a burguesia como classe exploradora, deixando assim as bases para uma história humana em que a dominação e a exploração de classes chegue ao fim.

A luta de classes implica diferentes níveis de enfrentamento. Mas dado que se enfrentam classes com projetos antagônicos, no capitalismo a luta de classes tende a assumir, em suas fases superiores, a dimensão de uma verdadeira guerra civil, com polos sociais claramente diferenciados, situação em que o resto das classes sociais se inscreve de um lado ou de outro ou tende se desintegrar ou se fraturar, alinhando-se parte de seus componentes em cada lado do confronto, o que é particularmente certo em relação à pequena burguesia, tanto em suas frações proprietários quanto não proprietárias.

### **Diferenças entre a teoria das classes e as teorias da estratificação**

Isto posto, é possível entender melhor a radical distância que separa a teoria das classes sociais das teorias da estratificação. Para estas últimas são a renda e a participação dos indivíduos no mercado o fator central para determinar os diferentes estratos. Na teoria das classes sociais não se descarta o tema do montante de renda. Mas, como vimos, este fator cumpre um papel secundário na definição.

Revelam-se também as limitações de caracterizar as classes com critérios de estratificação, tal como ocorre com as denominações de classe alta, média ou baixa.

Mais a fundo, a grande diferença entre essas teorias reside em que *a teoria das classes liga a presença desses agrupamentos sociais com o funcionamento estrutural da sociedade*, com o modo que esta se reproduz materialmente e como reproduz aqueles agrupamentos sociais que a caracterizam.

Falar de burguesia – e não de classe alta – é apontar para o fato de que existe um setor da sociedade que não apenas recebe altas rendas, mas que se apropria de trabalho alheio sob a forma de mais-valia. Falar de proletariado – e não de classe baixa – é revelar que este setor social se reproduz pela via do recebimento de um salário, e que isto supõe uma organização social sustentada na expropriação de parte do valor produzido por esse agrupamento social.

A presença de agrupamentos sociais diferenciados não é, portanto, um assunto menor, que simplesmente alude à camada superficial de uma sociedade, mas expressa as características centrais de sua organização.

### **Classes e identidade**

Independentemente da percepção que os indivíduos tenham de sua situação social, todos os membros da sociedade pertencem a alguma classe social, visto que ocupam um lugar na organização societária e no processo produtivo em particular, conservam relações específicas quanto aos meios de produção, recebem a riqueza de uma forma determinada e em magnitudes específicas e ocupam posições particulares em um sistema de dominação. O pertencimento a uma classe, fração ou setor social é, portanto, um assunto objetivo.

Isso coloca em questão a ideia de que as classes sociais somente se constituem como tal caso se desenvolva uma consciência de pertencimento, de modo que a própria existência das classes passaria a ser um elemento subjetivo. O pertencimento a um setor social e a consciência deste pertencimento são dois aspectos diferenciados<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> O tema foi abordado dentro da teoria marxista com a não muito feliz distinção entre “classe em si” e “classe para si”.

Embora não estejam organizados nem mantenham comunicação, em geral os pequenos empresários de ramos ou setores econômicos determinados tenderão a desenvolver condutas sociais e percepções mais ou menos semelhantes sobre os problemas sociais e suas possíveis soluções. Isso porque sua situação societária assim o define. Por exemplo, se produzem para setores operários ou camadas baixas da pequena burguesia não proprietária (baixa burocracia, por exemplo), defenderão que essas camadas sociais tenham seus rendimentos aumentados, que não se tribute ou se tribute o menos possível a pequena burguesia, e que, havendo impostos, sejam direcionados a outros setores sociais, tais como, por exemplo, os grandes lucros nas bolsas de valores, lugar no qual seguramente não têm muitos interesses a proteger.

Esta visão será diferente da visão de capitalistas que especulam na bolsa de valores ou que produzem para setores sociais com maior poder aquisitivo. O rol mais ou menos parecido de demandas em termos de políticas econômicas desses setores também não é fruto de se conhecerem ou estarem organizados. Sua simples localização na organização societária orienta suas demandas para uma determinada direção. Em poucas palavras, isso ocorre simplesmente porque pertencem a uma classe, fração ou setor social determinado e porque, desta forma, fazem parte de uma rede de relações sociais que condicionam sua conduta social.

A defesa das posições de um ou outro setor social será melhor ao se reconhecerem socialmente e estarem organizados. Este é outro problema, que não define seu pertencimento a uma classe social mas, sim, à percepção desse pertencimento de como isso favorece a defesa de seus interesses. Em suma, tudo isso se refere não à questão da classe em seu sentido so-



ciológico, mas à questão da classe em seu sentido político<sup>13</sup>. Nos momentos em que esse reconhecimento social é maior, particularmente entre as classes antagônicas, os conflitos sociais tendem a se agudizar e as sociedades entram em períodos de crises políticas.

O estudo sobre a situação da população em diferentes classes pode ser feito a partir de dados secundários capazes de oferecer uma aproximação ao problema. Os diversos censos (populacionais, industriais e outros) podem se apresentar como ferramentas para essa tarefa.

Para a percepção que cada indivíduo tem sobre seu pertencimento a uma determinada classe a informação secundária é não apenas insuficiente como inadequada. Aqui seria necessário buscar informação primária através de entrevistas e pesquisas de opinião. É possível que os resultados mostrem sérias distorções entre a percepção da própria situação social e o pertencimento de classe objetivamente.

### **Estamentos sociais**

Todos os sujeitos pertencem a alguma classe social. Mas na sociedade se produzem agrupamentos sociais de outra natureza e que são significativos. Este é o caso dos estamentos, concebidos aqui como agrupamentos oriundos da incorpo-

---

<sup>13</sup> Este ponto remete à seguinte passagem de Marx, quando indica: “Mas na medida em que existe um vínculo apenas local entre os parceiros, na medida em que a identidade de seus interesses não gera entre eles nenhum fator comum, nenhuma união nacional e nenhuma organização política, eles não constituem nenhuma classe. Por conseguinte, são incapazes de fazer valer os interesses da sua classe no seu próprio nome (...)”. Ver *El 18 Brumario de Luis Bonaparte*, em Marx-Engels, *Obras escogidas*. Moscou: Ed. Progreso, t. I, p. 314. (Ed. bras.: Karl Marx, *O 18 de brumário de Luis Bonaparte*, trad. de Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011. N.T.).

ração dos sujeitos a instituições que, por sua organização ou coesão, podem requerer condutas sociais específicas. Os exemplos mais importantes neste sentido são as forças armadas e as igrejas.

Os códigos e normas que regem a vida militar ou religiosa marcam condutas sociais que introduzem especificidades à conduta classista dos sujeitos. Ideias como as de honra, obediência às ordens de um superior, por exemplo, supõem modalidades de comportamentos sociais específicos dos militares.

Se a esta situação se agrega o papel dessas instituições dentro de um sistema de dominação, teremos um panorama mais amplo para compreender a conduta tendencial de seus membros. As forças armadas são a instituição fundamental (acompanhada pelas diversas formas que os corpos policiais assumem) para proporcionar ao Estado sua capacidade de coerção e de violência institucionalizada. A coesão e obediência exigidas por uma instituição dessa natureza para cumprir com seus objetivos coloca num segundo plano o pertencimento de classe de seus membros.

As igrejas, em geral, cumprem importante papel em um sistema de dominação enquanto educadoras e geradoras de consenso em torno aos valores dos setores dominantes a partir do discurso religioso. Este discurso e seu papel na dominação impõem regras de organização e comportamento aos membros dessas instituições que matizam a procedência classista. Isto não implica desconhecer que aparecem fraturas no interior dessas instituições, que contribuem para mensagens e propostas educativas diferenciadas. No entanto, representam uma parte minoritária, quando se considera o conjunto das mensagens e o total das pessoas das igrejas.

## **As classes sociais como categoria articuladora da realidade social**

A noção de classes sociais cumpre um papel relevante para enfrentar a análise social a partir de uma perspectiva global. Para desentranhar os diversos agrupamentos classistas é necessário se perguntar pela organização econômica que produz e reproduz tais agrupamentos, ao mesmo tempo que, transferindo-se ao campo da política, é preciso se questionar sobre como as classes se organizam e incidem no Estado para alcançar o poder político e para, a partir do Estado, impor e preservar seus interesses.

As classes sociais constituem assim uma categoria “dobradça”, que liga, a partir do campo social, processos econômicos e políticos. Permitem ver a sociedade como uma unidade integrada, de modo que os problemas colocados e as perguntas específicas determinarão a ênfase em alguns dos campos atualmente divididos em diversas disciplinas sociais.

E além de favorecer uma visão global da realidade social, a noção de classes sociais nos permite destrinchar os núcleos articuladores da sociedade: as relações que os homens estabelecem entre si e com os meios para produzir e reproduzir suas condições de existência. Nesses processos aparecem, entre os diversos agrupamentos humanos, relações de exploração e dominação (e também relações de cooperação, subordinadas àquelas). E são as particularidades desses processos que definem a natureza das articulações e organizações societárias.

As classes sociais não constituem unidades estáticas. Tanto a composição interna de cada classe quanto as relações que estabelecem umas com as outras estão em permanente movimento, e as particularidades dos processos produtivos e de dominação são os fatores principais que incidem nesses processos. Portanto, o

estudo das classes sociais exige considerar a sociedade como uma unidade em movimento, que se transforma e que transforma os agrupamentos sociais. Por sua vez, os movimentos das classes incidem na transformação das bases societárias.

Para Marx, os conflitos entre os diversos agrupamentos, e particularmente os conflitos que se estabelecem nas polarizações exploradores-explorados e dominantes-dominados, são a chave para compreender os grandes movimentos da história. A categoria *classes sociais* é, portanto, uma ferramenta de enorme potencial heurístico.

### **Avanço da proletarianização ou fim do proletariado?**

Após o debate em torno da relevância do estudo das classes sociais em tempos de novos atores e identidades, há um segundo debate importante que se sintetiza na seguinte pergunta: estamos diante de uma proletarianização que se estende a novas classes ou, ao contrário, vemos o fim do proletariado?

Na ideia da extensão da proletarianização, um dos elementos considerados é o crescente avanço das formas salariais, como resultado do controle do capital sobre novas atividades, particularmente referidas aos empregos em serviços. Muitas antigas atividades antes desempenhadas de forma independente – realizadas por médicos, advogados, arquitetos, artesãos e por outros segmentos que se reproduziam sob a formas mercantis simples – foram atualmente absorvidas pelo capital, passando a ser realizadas sob a órbita do trabalho assalariado.

Pode-se agregar a isso o estabelecimento de jornadas de trabalho (com cartões de controle de entradas e saídas) e de diferentes formas de organizações do trabalho (como o agrupamento dos funcionários em espaços visíveis para aperfeiçoar o controle) parecidas àquelas impostas aos operários da indústria.

Tudo isso faz com que alguns autores defendam que estamos diante de uma proletarianização de novas atividades e dos sujeitos sociais que nelas trabalham.

Como vimos, a condição salarial não é exclusiva do proletariado, pois uma fração da pequena burguesia (a assalariada, precisamente) também se reproduz através do salário, de modo que se faz necessário distinguir o avanço de novas formas salariais próprias de cada uma dessas classes. Contudo, parece pertinente resgatar da formulação anterior a imagem da “proletarianização” das condições de trabalho de algumas atividades, pois tal imagem permite visualizar as novas formas de controle exercidas pelo capital sobre trabalhos diversos e, além disso, permite entender as razões pelas quais certas camadas pequeno-burguesas tendem a proletarianizar suas condutas políticas. Não é estranho existir significativos movimentos sociais gestados por organizações sindicais de professores, médicos e empregados do setor da saúde, entre outros.

A diferenciação entre trabalho produtivo e improdutivo introduz novos traços a esses problemas<sup>14</sup>. O trabalho produtivo é aquele que gera mais-valia, de modo que abarca as atividades primárias e secundárias (agrícolas, mineiras e industriais), enquanto o trabalho improdutivo se refere às atividades em que a mais-valia muda de forma e é repartida (comércio, bancos, finanças e serviços em geral).

Para alguns autores o proletariado é uma classe ligada às atividades do trabalho produtivo, de modo que os sujeitos que trabalham em atividades de serviços estariam excluídos dessa

---

<sup>14</sup> Marx aborda o tratamento sistemático desse tema no *Capítulo VI (inédito)*. México: Siglo XXI, 1973. (Ed. bras.: *O capital. Capítulo VI [inédito]*, trad. de Eduardo Sucupira Filho. São Paulo: Ed. Livraria Ciências Humanas, 1978. N.T.).

situação de classe. Nas variáveis que caracterizam esta classe não se fez menção ao problema do trabalho produtivo, na medida em o capital – visto o processo de reprodução em seu conjunto – requer tanto proletários que produzam mais-valia quanto outros que permitam sua realização e divisão. Portanto, é necessário situar as frações e os segmentos dessa classe no campo das atividades comerciais, bancárias, educativas, de saúde etc., diferenciando-os das frações pequeno-burguesas assalariadas que também atuam nessas esferas, de acordo com os critérios desenvolvidos anteriormente.

A restrição de considerar proletárias apenas aquelas pessoas que atuam no trabalho produtivo está na base das formulações que apontam para a tendência à redução dessa classe, uma vez que decresce a porcentagem da população que trabalha em atividades primárias e secundárias, em relação ao crescimento da parcela que trabalha no setor terciário da economia. Mas na expansão deste último setor também emergem novos contingentes proletários.

Difícilmente se encontra nas ciências sociais, e em particular na sociologia, uma categoria – como a de classes sociais – que apresente tantas variantes analíticas como as que foram aqui expostas. Não apenas é mais complexa que qualquer categoria das teorias da estratificação<sup>15</sup>, mas também favorece reflexões que vão mais longe do que o problema da heterogeneidade social, permitindo um olhar sobre o todo social como unidade complexa. Superar os obstáculos estabelecidos pelas teorias que negam as classes sociais e pelas que abusam dessa categoria – empregando-a como receita e não como proposta para a reflexão – parece ser uma tarefa iniludível na academia.

---

<sup>15</sup> Uma exposição lúcida e sistemática dessas teorias pode ser vista no livro de Nicole Laurin-Frenette, *op. cit.*

## ANEXO: A RUPTURA ENTRE ECONOMIA E POLÍTICA NO MUNDO DO CAPITAL

### 1

Denominamos de capital a *unidade diferenciada* de relações sociais de exploração e domínio. No mundo do capital, toda relação de domínio de classes (diferentemente de formas de opressão ou de poder que não são constitutivamente de classes: pai/filho; professor/aluno; homem/mulher; médico/paciente etc.) é relação de exploração (direta, sobre trabalhadores ativos, ou indireta, sobre trabalhadores inativos) e toda relação de exploração é, por sua vez, relação de domínio de classes.

### 2

O capital não pode se revelar no mundo fenomênico como exploração e domínio. Ao contrário, o capital promete a construção de um mundo de homens livres e iguais. E embora violenta essa promessa, deve, contudo, reconstituí-la. Para isso tem que conformar a *ficção real* de um mundo de homens livre e iguais. Ficção, pois encobre e desvirtua a essência do seu ser. Real, porém, pois esta inversão atua e ganha consistência. Opera efetivamente.

Em poucas palavras, o capital precisa se apresentar de modo distorcido, ao contrário do que é de fato. Isto faz parte do processo de fetichização do capital, que lhe permite “criar um mundo encantado, de ponta cabeça”<sup>1</sup>. Através da fetichização, *o ser se manifesta se ocultando*. Aqui nos interessa desvendar alguns dos processos que tornam possível sustentar essa ficção.

### 3

Um primeiro passo do capital neste processo de se ocultar e se revelar de modo distorcido implica a ruptura da sua unidade econômico-política, conformando tais dimensões como esferas autônomas e independentes, e *não mais como diferenças no seio de uma unidade*. O desenvolvimento desta tendência conduz à formação de saberes com “objetos” particulares: a ciência da economia ou ciência econômica, e a ciência da política ou ciência política. Daí a se constituírem como disciplinas – em momentos nos quais os saberes sociais se disciplinam – o que parecerá um passo normal.

### 4

Para compreender em sua complexidade a unidade econômico/política do capital e o processo de ruptura desta unidade é pertinente considerar a particularidade da primeira fase da circulação, onde se realiza a compra e venda de meios de produção e de força de trabalho. É quando os portadores de capital e de trabalho se apresentam como sujeitos livres, que soberanamente realizam o processo de troca. Por isso,

---

<sup>1</sup> Karl Marx, *El capital*, v. III. México: Fondo de Cultura Económica, 1973, p. 768.



diz Marx, o mercado aparece como reino da liberdade<sup>2</sup>. O trabalhador é dono de sua força de trabalho e, livremente, sem coerção *visível* nem *sujeição* a outros sujeitos, se apresenta para vender sua mercadoria, da mesma forma que o burguês, que, também livremente, chega ao mercado com a mercadoria dinheiro, disposto a comprar força de trabalho.

## 5

Neste processo de livre troca, é importante destacar o obscurecimento dos processos políticos que o tornam possível e que deixam manifestas a coerção e a ficção de liberdade em que se encontra o vendedor de força de trabalho<sup>3</sup>. Primeiro, porque *ele e sua classe* foram objeto de violência nos processos de *despojo e expropriação de terras e ferramentas*, ficando privados de meios de produção. Segundo, porque o montante de dinheiro recebido pela venda de sua força de trabalho permite apenas a reprodução diária do trabalhador. Isso implica que, *necessariamente*, o trabalhador deva se apresentar dia após dia no mercado para vender sua mercadoria, pois *do contrário é sua própria existência*, como ser vivo, *que se coloca em risco*. O que temos então é uma nova coerção política, regendo a “liberdade” dos trabalhadores e sua cotidiana presença no mercado. Terceiro, porque *o trabalhador é expropriado de valor*, pelo

<sup>2</sup> “A esfera da circulação ou do intercâmbio de mercadorias, dentro de cujos limites se movimentam compra e venda de força de trabalho, era de fato um verdadeiro *éden dos direitos do homem*. O que aqui reina é unicamente *liberdade, igualdade, propriedade* (...)”. Karl Marx, *El capital*, v. I, *op. cit.*, p. 128 (itálicos do original).

<sup>3</sup> “O contrato pelo qual (o trabalhador vendeu sua força de trabalho ao capitalista comprovou, por assim dizer, preto no branco, que ele dispõe livremente de si mesmo. Depois de concluído o negócio, descobre-se que ele não era ‘nenhum agente livre’, que o tempo de que dispõe para vender sua força de trabalho é o tempo em que é forçado a vendê-la (...)”. *Ibidem*, p. 240.

menos do valor que excede o valor de sua força de trabalho, o que implica exploração e um *Estado de direito (domínio) que torna possível a exploração*.

## 6

A força de trabalho está na corporeidade viva do trabalhador (músculos, cérebro, sistema nervoso, esqueleto, coração, pulmões etc.). Não há como separar uma coisa da outra. Portanto, quando o trabalhador vende sua força de trabalho, o capital não apenas recebe aquela mercadoria, mas também a corporeidade total do trabalhador. E tudo que acontece com essa força de trabalho, trabalhando, em extenuantes jornadas, intenso trabalho, para falar das exaustivas horas de deslocamento da casa ao trabalho e vice-versa, incide no trabalhador e em seu corpo (e alma ou espírito). Aqui radica o ponto central do poder do capital sobre a vida, o “*biopoder*”. E é por desconhecer ou ignorar esse processo que as formulações de Michel Foucault e Giorgio Agamben<sup>4</sup>, mesmo em sua radicalidade, acabam deixando de lado o processo fundamental e generalizado que explica a capacidade do poder (do capital) sobre a vida, de colocá-la permanentemente em interdição em nosso tempo<sup>5</sup>.

## 7

É a presença de uma *violência institucional* (consagrada por leis em um Estado de direito), de *coerção encoberta*, que

---

<sup>4</sup> Do primeiro, ver *Historia de la sexualidad I. La voluntad de saber*. México: Siglo XXI, 1977; *Defender la sociedad*. Argentina: Fondo de Cultura Económica, 2000; e *Seguridad, territorio y población*. México: Fondo de Cultura Económica, 2006. Do segundo, ver *Homo sacer. El poder soberano y la nuda vida*. Valencia: Pre-textos, 1998.

<sup>5</sup> Sobre estas questões, ver Jaime Osorio, *Estado, biopoder, exclusión. Análisis desde la lógica del capital*, Barcelona: Anthropos/UAM, 2012.

explica que não seja necessário que um corpo policial retire os trabalhadores de suas camas nas primeiras horas da manhã ou os açoites para que se dirijam aos centros de transporte público e dali aos seus locais de trabalho. Aquela *violência* de despojo *ancestral*, à qual se soma agora a *violência cotidiana* (expropriação diária de mais-valia), obriga o trabalhador a buscar um salário para sobreviver. Este é o marco de liberdade do vendedor de força de trabalho. O que se apresenta como operações simplesmente econômicas são também operações políticas de submissão, violência e coerção encobertas.

## 8

Historicamente, a ruptura entre economia e política toma forma nas últimas décadas do século XIX, com a chamada revolução marginalista. Para a economia política clássica, cristalizada na segunda metade do século XVIII e primeira do século XIX, a reflexão da economia remetia diretamente às classes sociais e às formas de apropriação da riqueza social. Era o caso do fisiocrata François Quesnay com seu *Quadro econômico* (1758); do primeiro dos cinco livros que formam *A riqueza das nações* (1776) de Adam Smith; ou de David Ricardo, com sua teoria da distribuição da renda no *Princípios de Economia Política e Tributação* (1817)<sup>6</sup>. Com o inglês William Stanley Jevons, o francês León Walras e o austríaco Anton Menger, antecédidos pelo francês Antoine Augustin Cournot, a política explícita da economia é definitivamente abandonada, para dar passagem a uma economia aparentemente despolitizada, cada vez mais circunscrita aos assuntos da circulação e do mercado, afastando-se dos problemas da

<sup>6</sup> Ver Karl Marx, *Teorías de la plusvalía*, v. I e II. México: FCE, 1980.

produção e colocando como base de cientificidade a sofisticação matemática e estatística.

## 9

A despolitização da economia (que não passa de outra forma de operação política) tem como um dos seus efeitos o abandono do olhar sobre o conjunto das fases do processo econômico, para concentrar sua atenção na circulação e, particularmente, em sua segunda fase, onde as mercadorias valorizadas são lançadas ao mercado para realização. Problema nada irrelevante para um capitalismo que faz crescer consideravelmente a massa de valores de uso como resultado dos aumentos da produtividade (e da intensidade) e, com isso, propicia a tendência recorrente de crises. As condições de equilíbrio entre oferta e demanda, concorrência perfeita, preços, utilidade marginal, entre outros temas, passarão a ser privilegiadas na nova ciência econômica e seu olhar reducionista.

## 10

Não é ocioso assinalar que, como resultado da ruptura antes apontada no seio da economia (que implica a passagem da economia política para as mãos do marxismo), e frente ao crescimento das lutas sociais que acompanham a transição do capitalismo manufatureiro ao industrial – resultado, por sua vez, da constituição de um proletariado cada vez maior e mais organizado –, surge a necessidade de uma nova disciplina nas ciências sociais, desta vez a sociologia, que tratará de explicar os problemas sociais, mas a partir de uma perspectiva na qual predomina o impedimento da desordem social (ou a anomia), sob a marca empírico/positivista de analisar os fatos sociais

como coisas, como diz Durkheim, em cujas mãos esta nova disciplina se cristaliza<sup>7</sup>.

## 11

Contudo, a conformação da economia e da política como disciplinas independentes deixa cada uma sob o espectro das relações sociais que a constituem – de exploração a primeira e de domínio a segunda. Isso gera um problema muito sério para o processo do capital de revelar-ocultando. Por isso torna-se necessário levar a cabo uma segunda ruptura, agora no seio de cada uma destas esferas, com a finalidade de romper as relações sociais que as constituem.

## 12

Romper relações e assumir “coisas” como objeto de reflexão é uma característica dos saberes que o mundo do capital engendra<sup>8</sup>. Esta passagem – relegar relações e assumir coisas – está na base do *individualismo metodológico* que prevalece nas ciências sociais. O indivíduo cumpre com todas as exigências da ciência empírica e experimental que caracteriza fundamentalmente os saberes na modernidade capitalista. Por isso, não há nada de estranho que o indivíduo seja tomado como unidade básica a partir da qual os saberes atuais pensam os processos da sociedade.

---

<sup>7</sup> Ver Ruy Mauro Marini, “Razón y sinrazón de la sociología marxista”, em Sergio Bagú (*et al.*), *Teoría de las clases sociales, Cuadernos de Teoría y Sociedad*. México: UAM Iztapalapa, 1983. Ver também Göran Thernborn, *Ciencia, clase y sociedad. Sobre la formación de la sociología y del materialismo histórico*. Madrid: Siglo XXI, 1980.

<sup>8</sup> Carlos Pérez Soto, *Desde Hegel. Para una crítica radical de las ciencias sociales*. México: Itaca, 2008.

13

Fraturadas as relações sociais e estabelecido o privilégio das coisas como objeto das ciências, na esfera econômica *o mercado* se torna a entidade fundamental de uma economia agora não política. É onde interatuam os indivíduos, fazendo operações de compra e venda. No mercado temos indivíduos livres: ninguém os constrange, para além das razões do próprio mercado, em seus processos de troca. A ficção de um mundo de homens livres ganha posições nas rupturas que o capital realiza.

14

Na esfera política, autonomizada da economia e abandonadas as relações sociais, acontecem operações semelhantes. Nos relatos predominantes, os indivíduos estabelecem um contrato social e dão vida ao Estado – aspirando a passagem do estado natural, no qual o homem é o lobo do homem, para o estado político. Nenhum homem tem a capacidade de se impor sobre os demais. Por isso, o Estado pode se constituir como a autoridade de todos. A igualdade política daqueles que fazem tal pacto é fundamental para sustentar o imaginário de um Estado de todos. Assim, o relato contratualista tem um papel central na fetichização do capital sobre o imaginário de uma sociedade de homens iguais.

15

Com a constituição do cidadão e, depois, com o sufrágio universal, esse processo ganha um novo impulso. Cada cabeça é um voto e um voto é igual a qualquer outro voto. A democracia *liberal* acaba consagrando a igualdade política dos indivíduos.

## 16

O duplo processo de fratura – entre economia e política, inicialmente, e depois das relações sociais que as constituem – permitem que o valor que se valoriza (capital) reforce a ficção-realidade de um mundo de homens livres e iguais. E o que acontece numa esfera parece não ter relação com o que acontece na outra. Em poucas palavras, a dupla fratura permite que *a economia se manifeste como não política*, para que, por sua vez, *a política se manifeste como não econômica*<sup>9</sup>. Isso implica assumir que nada do que ocorre na economia (e, mais especificamente, no mercado) é resultado de decisões políticas (o que seria muito problemático). E nada do que ocorre na política é resultado da ação de poderes econômicos (o que romperia a ficção de iguais).

## 17

No plano econômico, o capital não pode ocultar, porém, que seu mundo está formado por notáveis desigualdades sociais. A riqueza e a pobreza são visíveis, como visível é sua desigual distribuição. O problema inicial está em *naturalizar* estes processos, como se não existissem relações sociais que os geram. Dirão que o mercado como mecanismo socialmente neutro se encarrega de distribuir a riqueza através de critérios puramente técnicos, em função das diferenças de esforços, talentos e capacidades dos indivíduos. Assim, a desigualdade social imperante na esfera econômica é apresentada como não política: não há nada de domínio e de poder – enquanto relações entre agrupamentos classistas –, mas apenas operações

---

<sup>9</sup> Conforme acertadamente apontou Gerardo Ávalos no seu livro com Joachim Hirsch, *La política del capital*. México: UAM-X, 2007.

técnicas, que estão presentes na geração de riqueza e pobreza no capitalismo. As responsabilidades pela presença de riqueza e pobreza repousam, por sua vez, em razões puramente individuais: cada indivíduo, segundo seus esforços, capacidades e talentos, é o dono de seu destino social.

## 18

Para o relato do capital, a desigualdade social não é apenas um resultado puramente técnico. É também, neste relato, um grande motor no desenvolvimento da sociedade. Os indivíduos que recebem menores proporções da riqueza social – e assistem a riqueza e o bem-estar de outros – se verão estimulados a realizar maiores esforços e se capacitar com o objetivo de alcançar patamares superiores de bem-estar. Neste sentido, as ações individuais em favor da ascensão social trazem consigo melhorias para a sociedade em seu conjunto.

## 19

As perguntas clássicas da economia – o que se produz, como se produz, para quem se produz – deixam claro que em determinados momentos históricos são os projetos de determinados capitais que prevalecem e organizam a vida em comum. Porque quando falamos de capital, no fundo estamos falando de muitos capitais, alguns ligados à produção, outros à circulação, outros mais nas finanças e nos bancos, com tamanho e peso diferentes e, o que é mais importante, orientados a mercados sociais diferentes. Não é a mesma coisa valorizar o capital produzindo automóveis ou produzindo pães. Em outras palavras, não existe um projeto de reprodução que permita a todos os capitais resolver suas necessidades igualmente. O capitalismo é um sistema de concorrência entre capitais e são alguns – em momentos históri-



cos determinados – que conseguem impor seus projetos, à custa dos interesses de outros capitais. Isso se expressa, por sua vez, nos setores dominados, onde os projetos do capital têm consequências diferentes em suas condições de existência<sup>10</sup>.

## 20

O fato de que determinados projetos do capital prevaleçam em determinados momentos (ou seja, que prevaleçam os interesses de determinadas classes, frações ou setores dominantes) nos conduz imediatamente ao terreno da política e do Estado. Isso significa que os projetos de determinadas classes, frações e setores dominantes se tornaram hegemônicos e que, nesse processo, conseguiram subordinar outros projetos de grupos dominantes, que, com maior ou menor força, vantagens e desvantagens, se articulam em torno aos projetos hegemônicos, dando forma a uma articulação particular do *bloco no poder*. Com isso nos aproximamos da resposta de uma das questões-chave da análise política: quem detém o poder?<sup>11</sup> Nesta perspectiva, as noções de *hegemonia* assumem necessariamente uma conotação econômica/política, expressando dimensões diferenciadas da unidade do capital.

## 21

O fato da política aparecer como não econômica é uma dimensão fundamental para manter o imaginário de uma sociedade na qual a política – ou seja, a capacidade dos sujeitos

<sup>10</sup> Estas questões remetem à noção de padrão de reprodução do capital. Para uma reflexão detalhada sobre este tema, ver Carla Ferreira, Jaime Osorio e Mathias Luce (orgs.), *Padrão de reprodução do capital*. São Paulo: Boitempo, 2012.

<sup>11</sup> A outra questão-chave é: como se exerce o poder? Ver, sobre isso, Jaime Osorio, *El Estado en el centro de la mundialización. La sociedad civil y el asunto del poder*. México: Fondo de Cultura Económica, 2004.

decidirem sobre o sentido da vida em comum – é um assunto de todos, em condições de igualdade política. Este imaginário se romperia se as desigualdades sociais imperantes na economia se expressassem sem mediações, como força diferenciada no plano político, de modo que a maior riqueza de alguns se manifestasse como maior poder político. Todas as fraturas que o capital realiza em seu movimento impedem que surjam essas pontes e que se estabeleçam essas equações.

## 22

O sufrágio universal trata de reparar as fissuras que permanentemente tendem a surgir nessa realidade. Cada cabeça é um voto e somente um voto. Portanto, na hora de decidir sobre os assuntos da vida em comum, o dono da *Teléfonos de México* (Telmex), Carlos Slim<sup>12</sup>, deposita apenas um voto – o grau de decisão proporcional correspondente –, do mesmo modo que porteiro dessa empresa ao depositar seu voto. No final das contas, tanto um como outro dispuseram apenas de um átomo de poder na decisão geral. A contagem final mostrará a correspondência entre votos e cidadãos participantes. E, para que não haja dúvidas, é possível usar urnas transparentes nas quais, através de meios eletrônicos, todos podem ser testemunhas de que Carlos Slim somente depositou uma cédula na urna, tal como qualquer outro cidadão.

## 23

Numa esfera política assim conformada, constrói-se também a ficção de que, nas eleições fundamentais – as presiden-

---

<sup>12</sup> Um dos homens mais ricos do mundo, de acordo com classificações de revistas como a *Forbes*.

ciais, num regime presidencialista, ou parlamentárias, num regime parlamentarista –, tudo ou quase tudo está em disputa, salvo a própria democracia. E que, de fato, é o andamento e a organização da vida em comum que está em disputa quando se elege as máximas autoridades. Com isso, sai fortalecida também a ficção do poder dos cidadãos: *os cidadãos, neste relato, não podem ser outra coisa que sujeitos com poder*<sup>13</sup>.

## 24

Na verdade, os cidadãos elegem num campo de jogo que foi previamente delimitado, no qual as opções de escolha foram filtradas pelas regras e procedimentos próprios dessa delimitação. O Estado de direito imperante expressa os limites do campo de jogo e as regras no interior desse campo, às quais os jogadores-cidadãos – e seus órgãos de representação, os partidos políticos – devem se submeter. Assim, em tais processos, está em jogo somente aquilo que tais delimitações permitem. Isso explica o enorme peso da exigência aos contendentes para que respeitem o Estado de direito.

## 25

Enfatizar isso permite revelar que todo Estado de direito expressa o poder de classes subjacente à – e estabelecido na – ordem social, que é *anterior a qualquer eleição*. Portanto, faz sentido que o dono da Telmex e o porteiro desta empresa depositem apenas um voto. Na verdade, porém, Carlos Slim e *todos seus pares*, já votaram (ou, mais claramente, já decidi-

---

<sup>13</sup> Mas com poder sob formas (de violência) institucional estabelecidas. Daí o temor e a surpresa quando os cidadãos expressam seu poder nas ruas, por exemplo, e não de forma atomizada mas de formas supraindividuais.

ram) previamente, estabelecendo as fronteiras da legalidade e ilegalidade, do possível e do impossível, do jogo, do campo de jogo e de suas regras. E são essas decisões prévias, como poder constituído, que de fato organizam o curso da vida em comum – e, claro está, também as eleições. Por isso, tendencialmente, aqueles que expressam esse poder sempre ganham as eleições, qualquer que seja o resultado. E o voto dos porteiros e de seus pares contará como a conta dos que não contam, no dizer de Rancière<sup>14</sup>. Tendencialmente, estes sempre perdem, qualquer que seja o resultado.

## 26

Nas eleições da democracia liberal não está em jogo o *poder político* do Estado. Não se convoca eleições para decidir se organizaremos a vida em comum em torno da propriedade comum ou em torno da propriedade privada dos meios de produção. Nas eleições, somente se decide quais forças políticas e/ou pessoas assumirão os principais cargos do aparelho do Estado, ou seja, quem encabeçará as instituições onde se *administra* o poder político, não quem *detém* o poder político. Esse aparelho de Estado não existe para servir a todo e qualquer interesse social, pois se constitui como a coisificação das relações de poder do Estado. Assim, mesmo no caso de que forças e representantes anticapitalistas ganhem as eleições e alcancem o topo do aparelho, este operará como um verdadeiro pântano político, no qual tais forças e representantes, quanto mais se movem nos seus limites, mais se afundam e desvirtuam seus projetos.

---

<sup>14</sup> Ver seu livro *El desacuerdo. Política y filosofía*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1996.

## 27

No marco das relações sociais existentes, com a chegada de uma classe governante com projetos distintos aos preva-  
lecentes, e, inclusive, desencontrados ou opostos, é possível  
produzir modificações nas relações de força entre as classes  
dominantes e as classes dominadas, sem que se altere o  
fundamento do poder e do domínio. Também podem ser  
produzidas modificações no seio do bloco do poder e no  
campo das relações de força entre o bloco de poder e o bloco  
das classes dominadas.

## 28

A eficácia desses procedimentos pode ser medida pelo  
enorme número de eleições realizadas em todo o planeta,  
e em cada sociedade, num período que abarca quase um  
século, desde que se estabeleceu o sufrágio universal, sob as  
regras da democracia liberal, e os pobres resultados alcan-  
çados em termos de transformações políticas para o mundo  
dos dominados.

## 29

Os triunfos eleitorais poderão se tornar novas poten-  
cialidades de ruptura somente ao se assumir como negação  
do que já foi alcançado e, portanto, como passo possível,  
porém transitório e de ruptura, inclusive em relação ao que  
foi alcançado, no caminho da destruição das relações sociais  
imperantes. Instalar-se no aparelho e supor que a partir dele  
é possível realizar transformações sociais é ficar preso na teia  
de aranha fetichista construída pelo poder político imperante,  
que acabará por enredar e desgastar aqueles que se viam como  
ganhadores.

**30**

A promulgação de leis em favor dos explorados e dominados pelos governos populares inseridos no aparelho de Estado burguês não deixa de ser algo bom. Mas isso não pode nos fazer perder de vista que essas leis estão inscritas num Estado de direito que, enquanto unidade, protege e defende os interesses das classes dominantes que o estabeleceram e o promulgaram e que criaram um poder para sustentá-lo. É também por isso que promulgar um novo Estado de direito ou uma nova Constituição, sem criar o poder dos dominados para impor e defender tais mudanças, não passa de uma operação bem-intencionada, porém condenada ao fracasso. E os fracassos têm duros custos humanos e políticos, são de longa duração.

**31**

Discutir as ações políticas de governos populares não significa desconhecer sua importância, inclusive dos projetos que se propõem a transformar e revolucionar a ordem social existente. Trata-se simplesmente de estabelecer seus limites e romper com o fetichismo que faz crer que, uma vez instalado no aparelho do Estado, é possível não apenas submeter o capital, mas também construir um mundo para além do capital. O Estado burguês e o aparelho desse Estado não são o lugar para isso. Somente a partir de uma política que busque ganhar e acumular forças para destruir as relações sociais imperantes terá sentido ocupar posições no aparelho de Estado, de forma transitória, quando possível. Mas, nesta perspectiva, logo se fará presente a necessidade de romper e negar aquilo que foi alcançado, pois sua carga e sua condição de obstáculo para acumular forças serão cada dia maiores e maior será o desgaste dos setores populares.

## SEGUNDA PARTE: ESTADO E DEMOCRACIA NA MUNDIALIZAÇÃO





## V. MUNDIALIZAÇÃO, IMPERIALISMO E ESTADO-NAÇÃO

### Introdução

O capitalismo é a primeira organização econômica e social com vocação mundial. Necessita de um espaço planetário para funcionar, e opera de maneira extensiva, expandindo-se para os mais distantes cantos do planeta, e também de maneira intensiva, reforçando sua dominação e exercendo novas modalidades de sujeição e controle sobre territórios já subordinados<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> “O desenvolvimento dos vínculos econômicos internacionais e, portanto, do sistema de relações de produção no mundo pode ser de dois tipos: ou os vínculos internacionais desenvolvem-se em extensão, englobando regiões até então mantidas fora do ciclo da vida capitalista – quando temos um desenvolvimento extensivo da economia mundial –; ou o fazem em profundidade, multiplicando-se, estreitando-se – quando estamos em presença de um desenvolvimento intensivo da economia mundial”. N. Bujarin, *La economía mundial y el imperialismo*, *Cuadernos de Pasado y Presente*, n. 21, Córdoba, 3ª ed., 1971 (1ª ed., 1971), p. 45. (Ed. bras.: N. Bukharin, *imperialismo e economia mundial*, trad. Ruy Mauro Marini e Aurélia Sampaio Leite, Ed. Melso, Rio de Janeiro, s.d. N.T.)

Tudo isso diferencia o capitalismo de qualquer outra forma prévia de organização produtiva e política<sup>2</sup>.

A formação do capitalismo como sistema mundial constitui um processo no qual é possível distinguir diversas etapas. *A mundialização se refere a uma etapa particular desse processo.* Com essa afirmação nos distanciamos das visões que consideram a mundialização como algo inerente ao capitalismo desde suas origens<sup>3</sup>, igualando-a diretamente à tendência do capitalismo operar como sistema mundial<sup>4</sup>. Mas também

<sup>2</sup> Para Samir Amin, “o sistema capitalista mundial é qualitativamente diferente de todos os sistemas anteriores que são forçosamente regionais, seja qual for a densidade das relações que tenham mantido uns com outros”, e isso reside no “domínio do econômico (a lei do valor)”, na medida em que “nas sociedades anteriores”, a dominação se exercia “pelo político-ideológico”. Numa postura crítica àqueles que perdem de vista as especificidades do capitalismo, Amin assinala: “não me sinto convicto da utilidade de uma visão teórica que, suprimindo essa ruptura qualitativa, confunde no mesmo *continuum*, cuja origem se perderia no passado mais distante da história de um ‘sistema mundial’ pretensamente eterno”. Em *Los desafíos de la mundialización*. México: Siglo XXI-CEIICH-Unam, 1997, p. 6-7. (Ed. bras.: *Os desafios da mundialização*, trad. de Ivo Storniolo, Ed. Ideias e Letras, São Paulo, 2006. N.T.)

<sup>3</sup> Tema sobre o qual diremos apenas que existe uma extensa discussão entre os teóricos do sistema-mundo, dentre os quais se destacam Andre Gunder Frank, Samir Amin, Giovanni Arrighi e Immanuel Wallerstein, além de outros autores como Aldo Ferrer a partir da América Latina. Pode-se consultar seus textos referenciados neste capítulo, bem como outros trabalhos indicados na bibliografia geral do livro.

<sup>4</sup> Para Aldo Ferrer, “a globalização não é um fenômeno recente: tem, exatamente, uma antiguidade de cinco séculos”, e começa no século XV, quando “o desembarque de Cristóvão Colombo em Guanahani e de Vasco da Gama em Calicut culminam a expansão ultramarina dos povos cristãos da Europa, promovida desde o início do mesmo século”. Em “América Latina y la globalización”, *Revista de la Cepal*, n. extra, Santiago, 1998, p. 155. Wallerstein indica que “embora hoje esteja em moda falar em globalização como um fenômeno que teve início no máximo na década de 1970, na verdade as cadeias de mercadorias transnacionais existem desde o surgimento do próprio sistema (1450-1650, primeiro ‘momento’ do sistema mundial capitalista (J. O.) e as cadeias globais desde a segunda metade do século XIX (a terceira

nos distanciamos daqueles que analisam a mundialização (ou globalização, na linguagem vulgar) como um fenômeno inédito, uma novidade do capitalismo que se expressa ao final do século XX, sem possibilidade de relacioná-la com o processo histórico do qual forma parte.

Por último, fazemos uma diferenciação entre mundialização e imperialismo, na medida em que se referem a processos de natureza distinta, embora interdependentes, no atual estágio do capitalismo.

### **Mundialização imperialista**

*Mundialização e imperialismo são duas categorias que se referem a processos estreitamente relacionados.* Primeiro, por estarem situadas no mesmo nível de análise: o sistema mundial capitalista<sup>5</sup>. Segundo, *porque se potencializam e se condicionam*

---

e última expansão do sistema mundial capitalista (J. O.)". Em *Conocer el mundo, saber el mundo. El fin de lo aprendido*. México: Siglo XXI-CEIICH-Unam, 2001, p. 68-69. (Ed. bras.: *O fim do mundo como o concebemos*, trad. de Renato Aguilar, Rio de Janeiro: Revan, 2003. N.T.) Samir Amin defende uma "acepção mais ampla" de mundialização, que "se refere à existência de relações entre as diferentes regiões do mundo e à influência recíproca que as sociedades exercem, por esse motivo, umas sobre as outras", com antecedentes de um "antigo sistema-mundial", o da época tributária – de 500/300 a.C. a 1500 d.C.", *op. cit.*, p. 126. Amin distingue, por sua vez, uma "mundialização capitalista" (*op. cit.*, p. 5). Cabe dizer que para este autor as noções de modo de produção capitalista e sistema mundial capitalista "se complementam" (p. 62), o que lhe permite distinguir entre "sistema-mundo" e "sistema-mundo capitalista". Para Amin, o capitalismo é um fenômeno do século XIX, dado que "os três séculos de 'mercantilismo' europeu (da Renascença até 1800) são, neste caso, apenas de uma transição para o capitalismo, que não apareceria como tal a não ser *a posteriori*". *Ibid.*, p. 61.

<sup>5</sup> Distinguimos no marxismo os seguintes níveis de análise: modo de produção, modo de produção capitalista, sistema mundial, padrão de reprodução do capital, formação econômico-social e conjuntura. Além de imperialismo e mundialização, outras categorias situadas no nível do sistema mundial são as noções de centro e periferia (ou, mais rigorosamente, economias imperialistas

*mutuamente*. No entanto, cada uma delas remete a processos particulares.

A existência de uma economia mundial – isto é, de “um sistema de relações de produção e de relações de troca correspondentes que abarcam a totalidade do mundo”<sup>6</sup> – é uma condição para que emergja o imperialismo, noção que se situa como uma periodização particular dentro do processo de acumulação e reprodução do capital, em que se chegou ao predomínio do capital monopólico e, mais especificamente, do capital financeiro<sup>7</sup>. Estes são os elementos centrais que o definem. Deles se derivam outros, como a exportação de capitais e a partilha do mundo<sup>8</sup>.

---

e economias dependentes), ciclos ou ondas longas e divisão internacional do trabalho, cada uma orientada a dar conta de processos específicos.

<sup>6</sup> Bukharin, *op. cit.*, p. 42.

<sup>7</sup> “(...) O século XX assinala, pois, o ponto de viragem do velho capitalismo para o novo, da dominação do capital em geral para a dominação do capital financeiro”. V. I. Lenin, *El imperialismo, fase superior del capitalismo*, em *Obras escogidas*, três volumes. Moscou: Editorial Progreso, s.d., p. 728. (Ed. bras.: *O imperialismo, fase superior do capitalismo*, em *Obras escolhidas*, três volumes. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 2011. Para uma breve exposição das mudanças na noção e funcionamento do capital financeiro, desde a formulação clássica de Hilferding e Lenin até nossos dias, pode-se ver o livro de Jorge Basave, *Los grupos del capital financiero en México (1974-1995)*. México: Ediciones El Caballito-IIEc-Unam, 1996, em particular o capítulo I.

<sup>8</sup> O conceito de “imperialismo” é concebido de diferentes formas, se bem que existam distintas visões sobre sua temporalidade e utilidade para o momento atual. Para uma síntese das posições de Bukharin, Lenin e Rosa Luxemburgo, pode-se ver Paolo Santi, “El debate sobre el imperialismo en los clásicos del marxismo”, em *Teoría marxista del imperialismo*, de P. Santi et al., *Cuadernos de Pasado y Presente*, n. 10, Córdoba, 1971. Nos debates mais recentes, para “Frank e Wallerstein imperialismo é um termo que na verdade engloba qualquer uso que os estados centrais fazem de sua força política para impor sobre a economia-mundo estruturas de preço que lhes seja favorável” e como “este fenômeno é tão endêmico para o funcionamento da economia-mundo capitalista desde sua origem (...) duvidam de sua utilidade”. Arrighi pensa que o conceito de imperialismo de Hobson e de Lenin (...) foi importante no

A mundialização abarca, ao contrário, uma etapa particular dentro do processo de constituição do sistema mundial e da necessidade do capital se apropriar extensiva e intensivamente do espaço nas diferentes fases do ciclo do capital.

*Em sua fase imperialista, a natureza expansiva do capitalismo se potencializa*, dando vida a novos movimentos na organização e articulação do mercado mundial e na relação entre as economias imperialistas e destas com as economias dependentes (acentuando, por exemplo, as polarizações).

Como fase particular, o imperialismo requer subperiodizações, que podem ser feitas pelos graus de monopolização alcançados, pelas características e tendências do capital financeiro, pelos seus vínculos ou afastamentos em relação ao capital produtivo e pelo peso do capital especulativo na reprodução. E também pela forma e tendências que o bloco imperialista

---

transcurso da primeira metade deste século (XX, mas que “perdeu muito de sua importância devido às transformações estruturais da economia-mundo desencadeadas pela hegemonia estadunidense nos anos cinquenta e sessenta”, de modo que “o termo deveria ser usado (...) para designar uma fase transitória (...) ou, como sugerem Frank e Wallerstein, simplesmente não deveria ser usado”. Samir Amin, por sua vez, “está mais próximo da posição tradicional de Hobson e Lenin”. Em S. Amin, G. Arrighi, A. G. Frank e I. Wallerstein, *Dinámica de la crisis global*. México: Siglo XXI, 1983, p. 248. O rechaço em relação ao termo “globalização” conduz outros autores a pressupor que o imperialismo é suficiente para explicar processos atuais. Ver, por exemplo, os trabalhos reunidos no livro de John Saxe-Fernández e James Petras, *Globalización, imperialismo y clase social*. Buenos Aires: Editorial Lumen, 2001. Para Alvater e Mahnkopf, a mudança da “geopolítica” (monopólios de base nacional, no século XIX) para a “geoeconomia” (monopólios de base internacional no século XX) implica a passagem do imperialismo para a globalização. Em *Las limitaciones de la globalización*. México: Siglo XXI-CEIICH-Unam, 2002, p. 24-28. Finalmente, Vidal Villa diferencia imperialismo (que “não mundializa o capitalismo”) e o neo-imperialismo (que permite que o “sistema mundial capitalista”, após a Segunda Guerra Mundial, emergja “em sua mais estrita substância econômica”), período da mundialização. Em *Mundialización*. Barcelona: Icaria, 1998, p. 86-87,

assume, pelos graus de força em seu interior e pelas mudanças e particularidades da hegemonia imperialista. Em suma, as mudanças econômicas na reprodução monopólica e financeira têm consequências políticas significativas, particularmente no campo estatal.

Por tudo isso, o termo *imperialismo* segue sendo uma categoria essencial para a leitura dos processos centrais do capitalismo nos dias atuais.

### As bases da mundialização

Immanuel Wallerstein distingue três “momentos” do processo expansivo e de formação do sistema mundial capitalista<sup>9</sup>. “O primeiro foi o período de sua criação original, entre 1450 e 1650”<sup>10</sup>. “O segundo (...) foi o da grande expansão, de 1750 a 1850”<sup>11</sup>. “A terceira (...) expansão se deu no período de 1850-1900”<sup>12</sup>. “Neste momento a economia-mundo capitalista chegou pela primeira vez a ser realmente global. Foi o primeiro sistema histórico cuja geografia abarcou o mundo inteiro”<sup>13</sup>.

Na mundialização esse processo entrou em um novo estágio, em que se conjugam os seguintes elementos:

a) O fim do longo ciclo expansivo capitalista (fase A) que se iniciou no final da Segunda Guerra e abriu caminho para uma longa fase de queda da taxa de lucro (fase B) a partir do

<sup>9</sup> Em *Conocer el mundo, saber el mundo*, op. cit., p. 68.

<sup>10</sup> Período no qual “o moderno sistema mundial chegou a incluir principalmente a maior parte da Europa (porém não a Rússia e nem o Império Otomano) e mais algumas partes da América”. *Ibid.*, p. 68.

<sup>11</sup> Período “em que se incorporaram principalmente os impérios russo e otomano, a Ásia meridional e partes da África ocidental e o resto das Américas”. *Ibid.*, p. 68.

<sup>12</sup> “Quando principalmente a Ásia oriental, mas também várias zonas da África, o resto do sudoeste da Ásia e a Oceania foram incorporadas à divisão internacional do trabalho. *Ibid.*, p. 68.

<sup>13</sup> *Ibid.*, p. 68.

final dos anos sessenta do século XX, fase esta que se estende até hoje.

*A economia mundial entrou em crise* e, com um intenso esforço, trata de recuperar a taxa de lucro e alcançar um novo ciclo de crescimento<sup>14</sup>. Nesta tarefa, *o capitalismo acelera e intensifica suas tendências a operar em escala planetária*, transformando a economia mundial no espaço em que põe em marcha os diversos mecanismos que contrarrestam a queda da taxa de lucro e que permitem superar a fase depressiva.

As principais tendências que caracterizam a reprodução do capital no final do século XX e início do século XXI podem ser interpretadas como processos que buscam avançar em um ou vários dos mecanismos assinalados por Marx para contrarrestar a queda da taxa de lucro: aumento do grau de exploração da classe trabalhadora, redução do salário abaixo do valor da força de trabalho, barateamento dos elementos que formam o capital constante, aumento da superpopulação relativa, intensificação do comércio exterior<sup>15</sup>, aos quais é preciso agregar, entre outros processos, as revoluções tecnológicas, a expansão do mercado mundial e inclusive as guerras<sup>16</sup>.

Nesta linha se encontram processos como a segmentação produtiva e a realocação territorial de segmentos e/ou plantas produtivas nos mais variados confins do planeta; a flexibilização trabalhista e suas sequelas em termos de aumento das

<sup>14</sup> O que não nega que nas fases B do ciclo possam existir recuperações breves da taxa de lucro.

<sup>15</sup> Karl Marx, *El capital*. México: Fondo de Cultura Económica, 1973, capítulo XIV.

<sup>16</sup> Ernest Mander. *El capitalismo tardío*. México: Editorial Era, 1972, capítulo IV. (Ed. bras.: *O capitalismo tardío*, trad. de Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Abril Cultural, 1982. N.T.)

jornadas de trabalho e de intensificação do trabalho; reduções salariais; precariedade no emprego (contratos por períodos curtos ou emprego sem contrato); aumento do desemprego e do subemprego; novos impulsos dos capitais das economias imperialistas para controlar e se apropriar de matérias-primas e alimentos, particularmente no mundo dependente; partilha de velhos e novos territórios, com as consequentes disputas que isso acarreta<sup>17</sup>; fortalecimento do capital financeiro e aumento de suas operações; fusões entre grandes conglomerados que aceleram a monopolização nos mais diversos ramos industriais, agroindustriais, do comércio, das finanças e dos serviços em geral; robotização e aplicação de novos avanços tecnológicos; incorporação de novas áreas (como a genética) ao campo de operações do capital etc.

*A mundialização atua, portanto, como um processo que potencializa a vocação imperialista do capitalismo*, agudiza as bases da luta de classes, da luta inter-imperialista e das relações desiguais entre economias imperialistas e regiões e economias dependentes.

b) A mundialização foi favorecida pelos avanços nas comunicações e nos transportes, que permitem multiplicar e acelerar transações financeiras e movimentações de capital, bem como de mercadorias. Esses avanços também tornam rentável a segmentação dos processos produtivos e o estabelecimento da chamada “fábrica mundial”.

<sup>17</sup> É importante destacar que a “partilha do mundo” na etapa imperialista não se refere apenas à apropriação de regiões agrícolas (Kautsky) ou pré-capitalistas (Rosa Luxemburgo). Lenin indica que, pelo contrário, “o que é característico do imperialismo é precisamente a tendência para a anexação *não só* das regiões agrárias, mas também das mais industriais”. V. I. Lenin, *El imperialismo, fase superior del capitalismo*, op. cit., p. 767 (itálico no original).



c) Na fase descendente do ciclo longo, iniciada nos anos 1970, o capital impôs uma profunda derrota ao trabalho, criando uma correlação de forças nos espaços nacionais e no campo internacional que lhe permitiu pôr em marcha processos que afetaram profundamente as condições gerais de vida e de trabalho dos trabalhadores, com o enfraquecimento de suas organizações políticas e sindicais.

d) Com a queda do chamado campo socialista, a incorporação de suas economias à esfera do capital (com pequenos núcleos que limitam sua ação) e a crescente abertura da China, o capitalismo ganhou um campo de ação planetário inédito. Sua expansão extensiva e intensiva se multiplicou, alcançando pela primeira vez as dimensões territoriais do planeta<sup>18</sup>.

### **Características da mundialização**

A etapa aberta pela mundialização provoca novos processos e permite que outros já existentes alcancem novas dimensões e características. Destacam-se os seguintes:

a) Todas as fases do ciclo do capital se segmentam e se realocam pela economia mundial, numa dimensão nunca antes conhecida<sup>19</sup>, seja na forma capital-dinheiro, capital

---

<sup>18</sup> O triunfo da Revolução Russa deu início a um processo de crescente extensão dos países chamados socialistas, quase coincidente com o início da fase imperialista, países estes que, sem deixar de ser parte da economia, puseram freios à ação plena do capital.

<sup>19</sup> Um exemplo: de um total de 5,67 milhões de unidades produzidas pela General Motors em 1990, 38,1% eram produzidas fora do território estadunidense, sendo que as principais plantas se localizavam no Canadá, no México e na Espanha, seguidas em importância pela América do Sul, Reino Unido e Austrália. A Volkswagen produzia neste ano 2,75 milhões de unidades, sendo 34,6% produzidas em plantas localizadas na Espanha, no Brasil e no México. A Ford é a que apresenta a porcentagem de produção estrangeira mais alta,

produtivo ou capital-mercadorias<sup>20</sup>. *A reprodução do capital faz da economia mundial sua referência*. Contudo, essa espécie de fragmentação territorial do ciclo do capital não implica que o capitalismo tenha entrado numa etapa de “desterritorialização” da acumulação. Não estamos diante do “fim da geografia”<sup>21</sup>, entendido como a ação de um capital sem bases territoriais, que circularia por redes sem hierarquias e sem núcleos articuladores, conforme sugere a imagem proposta por Castells<sup>22</sup>.

Ao contrário, na nova etapa a reprodução dá novos brios à conformação de economias imperialistas e economias dependentes, de *núcleos espaciais privilegiados de acumulação* frente a vastos territórios em que predomina a *desacumulação*<sup>23</sup>.

b) Falamos de um processo de mundialização *capitalista*, pois são os movimentos, contradições e limites próprios do capital que conferem a esse processo características particulares. Entre elas é necessário destacar aquilo que Samir Amin chama de “lei do valor mundializada”. Se bem é certo que “o modo de produção capitalista supõe um mercado integrado tridimen-

---

com 57,4%. Ver OIT, *La reubicación internacional de la industria*, Ginebra, 1995, p. 67. De 1990 até hoje esse processo se aprofundou.

<sup>20</sup> J. M. Vidal Villa, *Mundialización, op. cit.*, p. 88.

<sup>21</sup> Paul Virilio, citado por Zygmunt Bauman, *La globalización. Consecuencias humanas*. México: FCE, 2001, p. 20. (Ed. bras.: *Globalização: as consequências humanas*, trad. de Marcus Penchel, Rio de Janeiro: Zahar, 1999. N.T.) Esses autores usam a categoria num sentido diferente ao aqui empregado.

<sup>22</sup> Manuel Castells, *La era de la información. Economía, sociedad y cultura*. Madri: Alianza Editorial, 1997. (Ed. bras.: *A era da informação: economia, sociedade e cultura*, trad. de Roneide Venancio Majer e Klauss Brandini Gerhardt, 3 volumes, São Paulo: Paz e Terra, 1999. N.T.)

<sup>23</sup> Por exemplo, entre 1976 e 1997, “a América Latina forneceu a outras regiões um total de 2.051.619.100 dólares em transferências de excedentes (...) com o pagamento de serviços da dívida, perdas de trocas, fuga de capitais, lucro líquido repatriado, e erros e omissões”. John Saxe-Fernández e James Petras, *Globalización, imperialismo y clase social, op. cit.*, p. 111-112.

sional (de mercadorias, capital e trabalho) que define a base de seu funcionamento”, “o mercado mundial é exclusivamente bidimensional em sua expansão, integrando (...) as trocas de produtos e a circulação de capital, com exclusão do trabalho, cujo mercado permanece compartimentado”, o que gera uma “polarização inevitável” no sistema mundial capitalista<sup>24</sup>.

A existência de amplas regiões, as periféricas, onde o capital pode remunerar os trabalhadores abaixo do valor da força de trabalho, constitui um dos fatores que favorece a atual segmentação dos processos produtivos e os investimentos imperialistas<sup>25</sup>, que buscam se aproveitar dos baixos salários<sup>26</sup> e/ou das matérias-primas. Em qualquer caso, buscam a recuperação ou a manutenção de níveis apropriados da taxa de lucro.

Na mundialização, a novidade deste velho processo capitalista está em seu grau de radicalização, acentuando a polarização social interna, bem como entre nações e regiões do sistema<sup>27</sup>.

<sup>24</sup> Samin Amin, *Los desafíos de la mundialización*, op. cit., p. 65.

<sup>25</sup> Deve-se considerar não apenas a magnitude dos investimentos nas economias dependentes, mas também sua qualidade. Essas duas dimensões apresentaram mudanças com os processos de venda das empresas estatais nos últimos 30 anos e com a abertura de novos setores para o investimento externo. Embora os Investimentos Externos Diretos (IED) no total sejam superiores nos “países desenvolvidos”, houve um aumento muito superior nos “países em desenvolvimento”. Entre 1988 e 1999, nos “países desenvolvidos” o IED passou de 890,45 bilhões de dólares a 2,5 trilhões, triplicando seu montante, enquanto que nos “países em desenvolvimento”, no mesmo período, o IED aumentou quase dez vezes, passando de 119 bilhões de dólares para 1,02 trilhões. Ver Cepal, *Globalización y desarrollo*, Santiago de Chile, 2002, p. 45.

<sup>26</sup> A renda dos trabalhadores na indústria automobilística, em 1989, apresentava um índice de 100 nos Estados Unidos, 50 na Espanha, 30 na Coreia do Sul, 17 no Brasil, 16 no México, 8 na Turquia e 6 na Malásia. Ver OIT, *La reubicación internacional de la industria*, op. cit., p. 89.

<sup>27</sup> O PIB *per capita* em termos mundiais era de 2.114 dólares em 1950 e passou para 5.709 dólares em 1998. Neste período, esta variável apenas dobra na

c) As crises do capitalismo, tanto as que estouraram no mundo imperialista quanto aquelas que têm início nas regiões dependentes, tendem a se mundializar. O capital rompe as fronteiras econômicas e, com isso, “internaliza” processos que antes formavam dimensões “externas”<sup>28</sup>.

d) Um dos traços destacados pela maioria das análises sobre a mundialização se refere à enorme mobilidade do capital financeiro. Os dados sobre isso são abundantes em qualquer estudo sobre a “globalização”<sup>29</sup>. No entanto, sem desconhecer a importância desses movimentos, em geral deixam de lado os aspectos mais importantes do problema, que estão referidos, em primeiro lugar, à base nacional de um capital que, de forma

---

América Latina e no Caribe, passando de 2.554 para 5.795 dólares. No mundo desenvolvido o salto é mais significativo, aumentando a brecha já existente. Na Europa ocidental o PIB *per capita* passa de 4.594 para 17.921 dólares. Nos Estados Unidos, Austrália, Nova Zelândia e Canadá, passa de 9.288 para 26.146 dólares. E no Japão passa de 1.926 para 20.413 dólares. Ver Cepal; *Globalización y desarrollo*, Santiago, 2002, p. 79.

<sup>28</sup> Isso não significa que já não tem sentido a diferenciação e a relação interno-externo ou totalidade-partes. Aqui marco minha distância com os analistas do sistema-mundo, para quem o “ponto de vista sistêmico relativiza a distinção ‘fatores externos/fatores externos’, pois todos os fatores são internos na escala do sistema mundial”. S. Amin, *Los desafíos de la globalización*, *op. cit.*, p. 5. Se finalmente “todos os fatores são internos”, não se entende exatamente o que se “relativiza”. Dito de forma sucinta, considero a visão holística e sistêmica fundamental, mas sem desconhecer a importância das “partes”. Neste sentido, estou mais próximo de Edgar Morin e sua noção de *unidades múltiples*, isto é, a capacidade de “conceber o uno e o múltiplo”. Ver *Introducción al pensamiento complejo*, *op. cit.*, p. 30. Numa imagem mais simples: que o bosque não nos impeça de ver as árvores e que estas não sejam obstáculos para enxergar o bosque. Na argumentação que segue sobre mundialização-Estados nacionais-soberania se poderá avaliar o significado teórico e político dessas questões epistemológicas.

<sup>29</sup> E. Alvater e B. Mahnkopf assinalam que “as *cross-border transaction in bond and equities* aumentaram entre 1975 e 1997, nos Estados Unidos, de 4 para 213% (em relação ao PIB), na Alemanha de 5 para 253% e no Japão de 2 a 96%”. *Los límites de la globalización*, *op. cit.*, p. 15.

equivocada, é visto como “desterritorializado” e, em segundo lugar, à preeminência do capital financeiro estadunidense neste processo<sup>30</sup>.

Em seus estudos sobre a hegemonia no sistema mundial, Samir Amin assinala que as economias imperialistas podem debilitar-se em termos produtivos, mas seguem sendo hegemônicas enquanto mantenham o domínio no campo financeiro. “A Grã-Bretanha perde rapidamente sua vantagem tecnológica relativa, segura desde 1880, diante de seus dois concorrentes, os Estados Unidos e a Alemanha. Mas ela conserva a vantagem no domínio financeiro até 1945”<sup>31</sup>.

Atualmente, a economia estadunidense constitui um ímã que atrai capitais de todas as regiões<sup>32</sup>. Isto teve início entre as duas guerras mundiais, quando deixou de ser uma economia devedora e passou a ser credora, “apropriando-se efetivamente das posses de seus concorrentes (Grã-Bretanha, França e outros)”<sup>33</sup>. Neste ponto reside uma das fortalezas da economia

<sup>30</sup> “Em meados da década de 1990, quase 80% do valor dos ativos dos fundos de pensão correspondia a empresas dos Estados Unidos; um pouco mais de um terço dos ativos das companhias de seguros tinha a mesma origem (...); em termos de fundos de investimento a participação das empresas dos Estados Unidos era de 55%. C. Villas, “¿Globalización o imperialismo?”, em *Estudios Latinoamericanos*. México: Celsa-Unam, Nueva Época, n. 14, julho-dezembro de 2000, p. 16. De acordo com um informe do *Financial Times* de 10 de maio de 2002 sobre as 500 maiores empresas mundiais, cinco dos dez principais bancos em escala mundial são estadunidenses (<[www.economyweb.com/ew\\_rankings.htm](http://www.economyweb.com/ew_rankings.htm)>).

<sup>31</sup> S. Amin, *Los desafíos de la mundialización*, op. cit., p. 138.

<sup>32</sup> “Vemos assim o déficit da balança exterior dos Estados Unidos absorver o excedente de capitais em escala mundial, esvaziando os meios que as nações do Terceiro Mundo tentam em vão atrair para si a fim de participar em seu próprio desenvolvimento. Vimos até os petroleiros ricos do Golfo obrigados a financiar sua conquista militar por Washington!” (ele se refere à primeira guerra do Iraque). *Ibid.*, p. 146.

<sup>33</sup> *Ibid.*, p. 146.

estadunidense. Mas, ao mesmo tempo, é parte de suas debilidades, uma vez que produz uma crescente distância entre o capital produtivo, o capital financeiro e o especulativo<sup>34</sup>.

### **A mundialização e o Estado**

À multiplicação de trabalhos que procuram caracterizar a mundialização seguiu-se uma multiplicação não menos abundante em relação aos rumos do Estado no atual período de expansão do sistema mundial capitalista. Aqui nos deteremos em dois temas que formam o núcleo central dos debates<sup>35</sup>.

#### *O Estado-nacional: obstáculo para a mundialização?*

Vidal Villa expõe uma tese que, com alguns matizes, tende a predominar nas análises atuais. Tal é a forma como a sintetiza: “O principal obstáculo para a mundialização econômica em nossos dias é a sobrevivência dos Estados ‘nacionais’ que permitem a subsistência de condições internas diferentes em cada país e que, assim, dificultam a homogeneização mundial”<sup>36</sup>.

Apesar de minhas concordâncias com este autor em relação ao tema da mundialização, neste ponto devo apontar minhas divergências.

De instâncias que favoreceram a reprodução do capital, na atual fase de expansão do sistema mundial capitalista os Estados “nacionais” teriam passado a ser “o principal obstáculo”.

<sup>34</sup> “Calcula-se que na segunda metade da década de 1990, o valor das transações financeiras do mundo era treze vezes maior que o valor da produção de bens e serviços não financeiros, (e quase trinta vezes maior do que o valor do comércio mundial”. C. Villas, “¿Globalización o imperialismo”, *op. cit.*, p. 15-16.

<sup>35</sup> Estes temas são desenvolvidos mais amplamente nos dois capítulos seguintes desta segunda parte.

<sup>36</sup> J. M. Vidal Villa, *Mundialización*, *op. cit.*, p. 105.

Esta tese é equivocada porque tanto o antigo quanto o novo capitalismo necessitam do Estado para se reproduzir e se expandir, e isso por razões econômicas e também políticas, tais como: a manutenção de uma “ordem” e de uma “paz social”, dentro das fronteiras estabelecidas, que submeta o trabalho às condições exigidas pelo capital, tarefa que não pode ser cumprida pela Microsoft ou pela Ford, nem por nenhuma outra grande empresa multinacional, mas apenas pelo Estado; a segurança “nacional” frente à insegurança “internacional”, num mundo de enfrentamentos encobertos e abertos; uma plataforma de força com base “nacional” para as tarefas de expansão (colonial, neocolonial, imperialista) dos Estados centrais para as regiões periféricas; a formulação e aplicação de políticas de “proteção” aos capitais “locais” frente à concorrência de capitais “externos”; o Estado como demandante e criador de mercado para indústrias e setores de ponta no capitalismo (por exemplo, a demanda estatal para a indústria armamentista e eletrônica nos Estados Unidos)<sup>37</sup>; por fim, o Estado como instância de força de capitais nacionais, que operam mundialmente, para alcançar objetivos de investimentos e/ou apropriação de matérias-primas e abertura de mercados no plano mundial.

O que importa destacar é que o capitalismo demanda um sistema mundial, mas historicamente essa vocação somente pôde ser levada a cabo sobre a base do estabelecimento de espaços-fronteiras (os Estados-nação) que impulsionam e, ao mesmo tempo, limitam aquela vocação. *Esta é uma contradição*

---

<sup>37</sup> Estas e outras formas de incidências da ação estatal no desenvolvimento do capitalismo podem ser vistas em David Held, *La democracia y el orden global*. Barcelona: Paidós, 1997; e também em I. Wallerstein, *Conocer el mundo, saber el mundo*, *op. cit.*, em especial o capítulo 4.

*inerente ao capitalismo e que hoje, na mundialização, atinge toda sua expressão*<sup>38</sup>.

Portanto, destacar apenas os limites do Estado-nação e não sua capacidade de potencializar a mundialização capitalista é idealizar e ocultar a natureza do capitalismo e o tipo de expansão que este pode levar adiante. Foi por reconhecer aquela contradição inerente que Lenin assinalou que o capitalismo não pode alcançar “a união dos imperialismos”, bem como não pode acabar com “a luta entre eles”, em sua crítica às teses do “ultraimperialismo” de Kautsky<sup>39</sup>. Mais do isso, Lenin sabia que “a evolução *tende à* constituição de um truste único, mundial, englobando todas as empresas e todos os Estados, sem exceção”, mas que “*antes de chegar à* criação de um único truste mundial, antes da fusão ‘ultraimperialista’ universal dos capitais financeiros nacionais, o imperialismo soçobrará fatalmente e o capitalismo se transformará em sua antítese”<sup>40</sup>.

Em suma, não é possível esperar que sob esta modalidade de mundialização emergja um único Estado.

#### *Estado-nação e soberania*

Outra tese muito comum, estreitamente ligada à anterior, refere-se à perda de soberania estatal na etapa da mundialização, que em suas formulações mais extremas afirmam o fim do Estado-nação e o surgimento de instâncias estatais

<sup>38</sup> A isso alude Meszáros quando indica que “a tendência material e econômica final do capital é ir em direção à integração mundial que, no entanto, não pode alcançar”, devido ao fato de que “o sistema capitalista mundial se desenvolveu no curso da história como uma multiplicidade de Estados nacionais divididos e, de fato, antagonicamente opostos”. István Meszáros, “El militarismo y las guerras que vendrán”, em *Temas*, n. 33/34, La Habana, abril-setembro de 2003, p. 74.

<sup>39</sup> Lenin, *El imperialismo, fase superior del capitalismo*, op. cit., p. 769.

<sup>40</sup> Lenin, “Prólogo” a *La economía mundial y el imperialismo*, de N. Bukharin, op. cit., p. 28-29 (itálicos nossos).



supranacionais, o Estado do “ultraimperialismo”. Isso seria o resultado da emergência de instituições e/ou processos que ultrapassam o âmbito nacional (capital financeiro, multinacionais, organismos internacionais etc.), que deixariam os Estados indefesos para definir políticas no âmbito local e internacional.

Cabe apontar um par de ideias para localizar a questão em suas precisas dimensões.

Primeiro, é necessário distinguir entre soberania *de jure* e soberania *de facto*. Muitas nações, formalmente independentes, nunca operaram de forma soberana, frente a “forças e relações econômicas sobre as quais têm pouco ou nenhum controle”<sup>41</sup>.

Segundo, o capitalismo funciona historicamente sobre a base de um sistema interestatal<sup>42</sup> caracterizado por “hierarquias” e “desigualdades” que repercutem no campo da soberania<sup>43</sup>.

Tendo isso em vista, é necessário destacar que *no capitalismo, como sistema mundial, sempre houve um exercício desigual da soberania*, sendo maior nas nações imperialistas ou centrais e menor nas nações dependentes ou periféricas. O fenômeno, então, responde a uma tendência de longa data. O desconhecimento desse processo é uma das razões que explicariam a surpresa e o superdimensionamento do problema nos enfoques que marcam data para a defunção do Estado nacional.

Reconhecer a história do processo não implica, porém, desconhecer suas novas tendências. Com a mundialização o exercício desigual de soberania entre Estados centrais e periféricos se acentua, ao mesmo tempo que também afeta os Estados centrais.

<sup>41</sup> D. Held, *op. cit.*, p. 109.

<sup>42</sup> I. Wallerstein, *Conocer el mundo, saber el mundo*, *op. cit.*, p. 86.

<sup>43</sup> D. Held, *op. cit.*, p. 107-109.

Por outro lado, na mundialização emergem tendências que parecem caminhar no sentido contrário, multiplicando-se, nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, tanto a criação de novos Estados nacionais (como os gestados após a queda do mundo socialista na Europa), quanto as lutas de “povos” e “nações” por seu reconhecimento como Estados.

De todo modo, as readequações vividas pelo Estado-nação não implicam um enfraquecimento do Estado em si mesmo, enquanto centro do poder político. Ao contrário, tanto no mundo imperialista quanto na periferia aqueles que detêm o poder se atrincheiram no Estado, conseguindo assim que seus interesses possam ser apresentados como interesses “da nação” – quando não da humanidade –, e potencializando sua força para concretizá-los a partir do Estado.

## VI. O ESTADO NO CENTRO DA MUNDIALIZAÇÃO

### Introdução

O que ocorre com o Estado em tempos de mundialização?<sup>1</sup> Sofre um desmonte, se enfraquece? Ou, ao contrário, se fortalece? Para algumas perspectivas, o Estado-nação tende

---

<sup>1</sup> Preferimos utilizar a noção de mundialização e não a de globalização, pois esta última tende a enfatizar os processos de homogeneização do mundo (por exemplo, a chamada “mcdonaldização” ou o modelo estadunidense de consumo), ignorando o elemento central: a manutenção ou aprofundamento da heterogeneidade entre economias e regiões em termos econômicos e políticos, processo que parte do campo produtivo e financeiro. Para os críticos da noção de mundialização, o capital – afirmam – tem uma vocação mundial desde sua origem. No entanto, essa vocação se concretiza sob formas e modalidades diversas em diferentes etapas e momentos, o que não só permite como exige uma periodização. Suas características foram analisadas no Capítulo I. Para maior aprofundamento desse debate, além dos textos já assinalados naquele capítulo, ver J. M. Vidal Villa, “Mundialización de la economía vs. Estadonación: cambio tecnológico y migraciones”, em *Investigación Económica*, n. 205, Unam, México, julho-setembro de 1993; e J. M. Peinado, “Globalización: elementos para el debate”, no livro coordenado por J. Estay, A. Girón e O. Martínez, *La globalización de la economía mundial*, IIEc-Unam-Porrúa, México, 1999.

a se extinguir<sup>2</sup>; para outras, as mudanças são tantas que estaríamos diante de uma instituição cada vez mais irrelevante. Em geral, se difunde a ideia de que a mundialização estaria desorganizando a instituição estatal em aspectos essenciais, particularmente no que se refere à condição de entidade soberana, e que estaria também ultrapassada pela emergência de novos atores no plano internacional que enfraqueceriam as funções que em algum momento ela teve em matéria econômica e política. Mais profundamente, o que de fato se questiona é a centralidade do Estado em relação ao poder político, frente à emergência de novos centros de decisão.

Em geral, são considerados três elementos para destacar este aspecto. O primeiro elemento se refere à criação de uma extensa e poderosa rede de movimentos do capital financeiro e especulativo internacional que superaria a capacidade de controle dos Estados nacionais. O segundo aponta para a presença de um número pequeno, porém espalhado, de grandes conglomerados multinacionais, com filiais espalhadas pelo mundo, que estariam tomando as decisões fundamentais sobre os rumos da economia internacional. Por último, destaca-se a enorme ingerência por parte de organismos financeiros internacionais, particularmente o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, com capacidade de ditar as políticas que os Estados devem seguir ao pé da letra e, se não o fazem, sofrem sérias sanções em termos de recebimentos de empréstimos ou na qualificação de risco para receber investimentos

---

<sup>2</sup> O argumento mais difundido neste sentido é de Kemichi Ohmae, *El fin del Estado-nación*. Santiago: Editorial Andrés Bello, 1997. (Ed. bras.: *O Fim do Estado-Nação*, trad. de Ivo Korytowski. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1996. N.T.)

externos<sup>3</sup>. Neste quadro, o Estado é apresentado como uma entidade frágil e fraca frente a novos processos e novos atores que o superam e que – como uma novidade da “globalização” – limitam sua soberania. No fundo, o pressuposto implícito é que o capital financeiro internacional, os conglomerados multinacionais e os organismos financeiros internacionais não respondem a interesses nacionais.

Iniciaremos nossa exposição com uma discussão que parece nos afastar do problema: é ou não pertinente falar de centros e periferias (ou de centros imperialistas e periferias dependentes). Veremos então que esta distinção é vital para compreender as diferenças quanto ao exercício da soberania e da conformação do Estado-nação no sistema mundial capitalista.

### **De centros e periferias**

O capitalismo, como sistema mundial, é uma entidade intrinsecamente heterogênea, e não apenas no campo econômico. Isso também se manifesta no campo político, gerando diferenças no terreno estatal e no exercício da soberania.

Hardt e Negri deram vida a um dos mais recentes discursos que criticam as noções de centro, periferia e semiperiferia, vinculando-as com Primeiro, Segundo e Terceiro Mundo ou com Norte e Sul, dado que – na visão deles – não são significativamente diferentes<sup>4</sup>.

Para esses autores, “as divisões geográficas entre Estados-nação ou mesmo entre grupos de Estados-nação centrais e

---

<sup>3</sup> David Held acrescenta a esta lista as mudanças no direito internacional, as estruturas de segurança internacional e a globalização da cultura, aspectos que não serão abordados aqui. Ver *La democracia y el orden global. Del Estado moderno al gobierno cosmopolita*, op. cit.

<sup>4</sup> Michel Hardt e Antonio Negri, *Império*, op. cit., p. 306.

periféricos (...) já não são suficientes para captar as divisões globais e a distribuição de produção, acumulação e formas sociais”, na medida em que, “com a descentralização da produção e a consolidação do mercado mundial, as divisões internacionais e os fluxos de trabalho e capital quebraram e se multiplicaram, de modo que *já não é possível demarcar grandes zonas geográficas como centro e periferia, Norte e Sul*”<sup>5</sup>.

Como “os estabelecimentos fabris sem conforto de Nova York e Paris rivalizam com os de Hong Kong e Manila”, Hardt e Negri concluem que “a geografia de desenvolvimento desigual e as linhas de divisão e hierarquia não são mais encontradas ao longo de estáveis fronteiras nacionais ou internacionais, mas em fronteiras fluidas infra e supranacionais”<sup>6</sup>.

O primeiro elemento que deve ser notado é que as noções de Primeiro, Segundo e Terceiro Mundo apontam para um tipo de estratificação de nações e regiões que não estabelece pontes conceituais capazes de assinalar as razões que ligam os rumos de cada um desses mundos (agora entre o Primeiro e o Terceiro, dado a queda do Segundo, o mundo socialista). Com essas noções não se revelam as relações que definem ou marcam a situação das regiões.

Isso não ocorre com as noções de centro e periferia. Pelo menos a partir de sua reformulação pela teoria da dependência (tanto em sua vertente radical cepalina, quanto na marxista), centro e periferia (ou economias desenvolvidas e economias dependentes, conforme assinalou mais precisamente esta teoria) são as duas caras de um único processo: a expansão do capitalismo como sistema mundial, que ao longo de sua

---

<sup>5</sup> *Ibid.*, p. 307.

<sup>6</sup> *Ibid.*, p. 307.

história gera regiões e nações diferenciadas do ponto de vista da capacidade de se apropriar de valor (o centro) e outras de ser despojadas de valor (a periferia)<sup>7</sup>.

Estamos, portanto, diante de uma questão relacional, não apenas de posição geográfica (Norte-Sul) ou de maior ou menor avanço (Primeiro Mundo-Terceiro Mundo), mas sim de destinos ligados, porém diferenciados, revelando um sistema – capitalista – que se espalha tornando os espaços territoriais heterogêneos e gerando todo tipo de desigualdades.

Ao afirmar que entre os Estados Unidos e o Brasil ou a Grã-Bretanha e a Índia existem apenas “diferenças de grau” e que “não há diferenças de natureza”<sup>8</sup>, Hardt e Negri terminam complicando mais as coisas, aderindo a uma visão única do desenvolvimento, própria das teorias da modernização gestadas nos anos cinquenta e sessenta, e presente também na “teoria” da globalização (com suas noções de “países em vias de desenvolvimento” ou países “atrasados” e países “avançados”). Nessas visões se supõe que algumas regiões ou países estão à frente dos outros, como num trilho de trem, mas que no final é possível que todos cheguem na mesma meta – caso cumpram bem suas tarefas (ou os ajustes), diriam hoje o FMI e o Banco Mundial.

Acontece que, em contraste com essa visão, o crescimento das regiões periféricas engendra maiores desequilíbrios<sup>9</sup>. Disso

<sup>7</sup> A rigor, a teoria da dependência, particularmente em sua vertente marxista, não foi muito propensa a usar as noções de centro e periferia, dada sua necessidade de buscar novas categorias para explicar os problemas do subdesenvolvimento e devido ao viés “exogenista” que prevalece no discurso inicial de Prebisch e da Cepal. Posteriormente, esses termos são retomados por Braudel e, mais recentemente, por Wallerstein e Amin.

<sup>8</sup> *Imperio, op. cit.*, p. 307.

<sup>9</sup> Os êxitos econômicos de alguns países do sudeste asiático tendem a ser apresentados como uma “prova” dos equívocos da teoria da dependência. Tomando como acertada a possibilidade de qualificá-los como países

se depreende a relevância da afirmação de André Gunder Frank quando mostrou que a na periferia ocorre o “desenvolvimento do subdesenvolvimento”<sup>10</sup>.

Afirmar isso não implica desconhecer que o capitalismo explora e gera miséria e pobreza não apenas na periferia, *mas o faz também no centro*. Esta situação faz com que Hardt e Negri (e muitos outros) falem de uma “terceiro-mundialização” do Primeiro Mundo, com seu correlato: traços de “primeiro-mundialização” do Terceiro Mundo<sup>11</sup>. Assim se comprovaria a ideia da existência de simples “diferenças de grau” entre algumas regiões e/ou nações e outras.

Mas entre centros e periferias não apenas existe uma diferença de magnitude de alguns processos – como acontece com a pobreza (mais na periferia do que no centro) –, mas há também, e isso é mais importante, uma diferença qualitativa: o capitalismo central gestou uma modalidade de reprodução

---

desenvolvidos (afirmação que poderia gerar muitas controvérsias), valeria a pena ponderar o número desses países em relação ao resto daqueles que seguem como parte da periferia, ou seguem subdesenvolvidos, e isso na longa duração do sistema mundial capitalista. Tenho a impressão de que, violentando a lógica, *casos excepcionais são apresentados como fenômenos gerais*. Elementos como o massivo apoio que alguns desses países receberam no contexto da Guerra Fria e o efeito dinamizador do Japão sobre antigas colônias são algumas das variáveis destacadas por Ernesto Marcos Giacomán, em seu artigo “Las exportaciones como factor de arrastre del desarrollo industrial. La experiencia del Sudeste de Asia y sus enseñanzas para México”, em *Comercio Exterior*, v. 38, n. 4, México, abril de 1988.

<sup>10</sup> Ver *Capitalismo y subdesarrollo en América Latina*, Siglo XXI, Buenos Aires, 1970. As teses de Frank foram objeto de ampla polêmica. Minha posição sobre o tema pode ser vista em “El marxismo latinoamericano y la dependencia”, no livro *Las dos caras del espejo. Ruptura y continuidad en la sociología latinoamericana*. México: Triana Editores, 1995.

<sup>11</sup> “O mais importante é que divisões espaciais dos três mundos (Primeiro, Segundo e Terceiro) ficaram tão misturadas que a qualquer momento nos deparamos com o Primeiro no Terceiro, o Terceiro no Primeiro, e o Segundo, a bem dizer, em parte alguma”. *Império, op. cit.*, p. 14-15.



capitalista em que, chegando a uma certa etapa, no século XIX, teve a necessidade de incorporar massiva e ativamente sua população assalariada ao consumo, integrando-a ao mercado interno.

Isso não se deu no capitalismo dependente ou periférico, que – seguindo o modelo do período colonial – foi gestado orientando sua produção para os mercados externos, em especial para os países e regiões centrais (dando vida ao “modelo agro-mineiro exportador”), o que fez do mercado interno um elemento absolutamente secundário em sua reprodução, que passou a se conformar principalmente com as camadas sociais ligadas ao capital, e somente de forma acessória com as camadas assalariadas<sup>12</sup>. Esse “padrão”, que entre a crise mundial ao final da Primeira Guerra até meados dos anos setenta do século XX favoreceu uma etapa de industrialização – permitindo que camadas maiores de assalariados se incorporassem ao mercado local –, na etapa atual de mundialização voltou a se exacerbar, tornando os mercados externos seu centro de atenção.

Temos assim capitalismos que se reproduzem de modos diferenciados, gerando formas sociais e políticas também diferenciadas, bem como o desenvolvimento de soberanias desiguais, conforme veremos a seguir.

---

<sup>12</sup> A fundamentação teórica desse processo se encontra no livro de Ruy Mauro Marini, *Dialética de la dependencia*. México: Editorial Era, 1973. (Ed. bras.: texto presente em João Pedro Stédile e Roberta Traspadini (orgs.), *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005. Ver também, do mesmo autor, “El ciclo del capital en la economía dependiente”, no livro coordenado por Úrsula Oswald, *Mercado y dependencia*, Nueva Imagen, México, 1979. (Ed. bras.: texto incluído no livro organizado por Mathias Seibel Luce, Carla Ferreira e Jaime Osorio, *Padrão de reprodução do capital*. São Paulo: Boitempo, 2012.

## **Do exercício desigual da soberania no sistema mundial capitalista**

Nos debates sobre os rumos do Estado em tempos de mundialização geralmente surgem confusões em torno de três categorias-processos que devem ser diferenciadas. Refiro-me a Estado, Estado-nação e soberania.

Estado é a condensação das relações de poder político que atravessam a sociedade mediante as quais determinados agrupamentos humanos (classes, frações e setores) impõem seus interesses, tanto por meios coercitivos quanto consensuais<sup>13</sup>.

Em um processo simultâneo à emergência do capitalismo, na Europa toma forma o Estado-nação, entidade que requer – entre seus elementos centrais – fronteiras estabelecidas para o exercício do poder político sobre um território e o controle dos meios de violência através do estabelecimento de exércitos permanentes e da polícia.

A soberania plena, por fim, remete à capacidade estatal de decidir com autonomia, no interior e para o exterior, sem condicionamentos estabelecidos por outros Estados ou entidades.

A partir dessa distinção podemos entender que o *Estado-nação* pode existir independentemente de seus graus de soberania. Sua razão central reside em *cumprir as tarefas do poder político em territórios delimitados*. Este é o elemento específico de qualquer Estado-nação.

Nas colocações sobre as mudanças em termos de soberania que o Estado estaria sofrendo devido à mundialização, deve-se destacar primeiramente a generalidade do discurso. Fala-se de Estados simplesmente, de modo que desaparecem as diferenças

---

<sup>13</sup> No capítulo I da primeira parte deste livro há um desenvolvimento mais amplo destas ideias.

entre Estados e regiões centrais, semiperiféricas e periféricas, e com isso some também *o problema da divisão e do exercício desigual da soberania no sistema mundial capitalista*.

Massimo L. Savadori sintetiza o problema da seguinte forma:

Tem-se soberania no sentido pleno somente quando ela pode se fazer valer tanto no interior quanto no exterior. Quando, ao contrário, um Estado consegue exercer eficazmente a soberania em seu interior, mas não no exterior, então se tem uma soberania demediada [*sic*]. Quando, finalmente, um Estado atua, tanto no interior quanto no exterior, com base em decisões de outros Estados, sua soberania é apenas aparente. (...) Pois bem, na época posterior a 1945, o primeiro tipo de soberania caracterizou os Estados Unidos e a União Soviética; o segundo a Grã-Bretanha e a França; enquanto que o terceiro tipo foi próprio dos países que, por diversas razões, viveram na condição substancial, embora não formal, de países totalmente dependentes e inclusive de satélites.<sup>14</sup>

### *Um olhar para a história*

Uma breve revisão histórica sobre a América Latina possibilita uma melhor ponderação sobre os novos elementos em relação à perda (ou exercício limitado) da soberania estatal. Tanto em sua modalidade de economias de enclave quanto nas economias de controle nacional<sup>15</sup>, após os processos de

<sup>14</sup> “Estados y democracia en la era de la globalización: desde el Estado soberano absoluto al Estado ‘administrativo’”, em *Estados y globalización*. México: Porrúa/Friedrich Ebert Stiftung/Instituto de Estudios para la Transición Democrática, 1997, p. 14-15.

<sup>15</sup> Estas categorias foram desenvolvidas por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, *Dependencia y desarrollo en América Latina*. México: Siglo XXI, 1969. (Ed. bras.: *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970).

independência e de constituição de um poder central (atravessados por guerras civis em muitos casos) que organizará a reinserção das economias aos circuitos da economia exportadora no século XIX, *os Estados da região sempre gozaram de uma condição soberana muito limitada*.

Nos casos das economias de enclave, o Estado funcionou como instância negociadora e arrecadadora de impostos frente às empresas estrangeiras que controlavam a exploração de matérias-primas e alimentos, e como gendarme que zelava pela paz interior, buscando disciplinar a força de trabalho ocupada principalmente nas atividades ligadas aos núcleos exportadores. Basta lembrar o papel de vários governos centro-americanos em relação à *United Fruit Company*, em que esta empresa e o governo dos Estados Unidos, presente diretamente através de seus embaixadores, não apenas decidiam os montantes e as formas de organização da produção em geral, mas definiam também a organização política e inclusive as figuras que deviam assumir a direção do Estado. Nestes casos – e até mesmo naqueles menos extremos, de economias de enclave, como foi o Chile na fase do salitre e, posteriormente, na fase do cobre, com empresas estrangeiras explorando esses produtos –, dificilmente se poderia falar de Estados com grande soberania. A capacidade de decisão desses Estados estava fortemente limitada pelos consórcios estrangeiros e por seus Estados sedes<sup>16</sup>.

Esta situação foi atenuada, embora não superada, nos casos das economias de controle nacional, uma vez que a propriedade por parte dos capitais locais dos principais produtos de exportação (como na Argentina com o trigo e a carne) permitiu que

---

<sup>16</sup> São conhecidas as consequências da decisão “soberana” do governo de Salvador Allende no Chile de nacionalizar as jazidas de cobre.

esses setores e o Estado mantivessem margens de soberania superiores aos casos anteriores, embora também fosse limitada.

A história regional não muda muito ao longo do século XX, em que, junto do elemento econômico, persiste o componente político de intervenções abertas ou veladas propiciadas por Estados e multinacionais com a finalidade de que os governos regionais não afetassem seus interesses<sup>17</sup>.

O fato de hoje a *Ford*, a *Nestlé*, George Soros ou o FMI tomem decisões que ferem a soberania dos Estados latino-americanos nos revela um processo que, pelo menos em seus aspectos essenciais, tem pouco de novidade e *constitui uma característica constitutiva dos Estados latino-americanos e das regiões dependentes em geral: a presença de soberanias restringidas*.

Com a mundialização, a divisão desigual do exercício da soberania se redefine e assume novas formas, mas isso ocorre no contexto de um padrão intrínseco ao capitalismo como sistema: maiores graus de soberania no centro, menores quanto mais nos aproximamos do espaço das regiões e Estados dependentes.

### **Soberania fraca e poder político forte**

Para compreender as especificidades do Estado latino-americano é necessário estabelecer a diferença entre soberania e poder político. Embora existam aspectos que se entrelaçam, não são sinônimos.

Para que as classes dominantes dos países e regiões periféricas exerçam a soberania é essencial que contem com projetos

---

<sup>17</sup> Um exemplo paradigmático é a intervenção das grandes transnacionais do cobre e da ITT na derrubada de Salvador Allende, em 1973, *em estreita relação com o governo dos Estados Unidos*,

de nação autônomos em relação aos projetos das classes dominantes do mundo central. Na história da América Latina em geral isso não existiu. Predominou a subordinação das hegemonias periféricas aos projetos hegemônicos do mundo central e se gestaram autonomias muito restringidas, e isso se deu pois a burguesia periférica não tem uma vocação de burguesia “nacional”<sup>18</sup>.

Apenas entre a crise do modelo agro-mineiro exportador e o fim da etapa fácil de substituição de importações – que coincide, grosso modo, com a Primeira Guerra, a crise de 1929-1930 e a Segunda Guerra –, as classes dominantes latino-americanas mostraram certa margem de decisão independente e desenvolveram esboços de um projeto autônomo de nação, em parte propiciados pelos problemas que enfrentavam as regiões centrais e as burguesias imperialistas.

Mas uma vez que o mundo se reorganizou, agora sob a égide dos Estados Unidos, a burguesia industrial latino-americana não teve pudores para abandonar qualquer projeto autônomo e terminar se unindo às iniciativas da burguesia central.

O exercício restrito da soberania não restringiu, porém, o exercício de um férreo poder político por parte das classes dominantes latino-americanas tratando de impulsionar seus projetos. Isso foi possível porque tais projetos – das classes dominantes da

---

<sup>18</sup> Parte importante das deficiências das propostas de desenvolvimento da Cepal nos anos cinquenta e sessenta do século XX e dos neoestruturalistas dos anos noventa e da atualidade reside em ignorar esta característica das classes dominantes da região. Sobre esta questão, ver meu ensaio “Sobre las recetas para salir del subdesarrollo”, em *Política y Cultura*, n. 17, Departamento de Política y Cultura, Universidad Autónoma Metropolitana, México, primavera de 2002. Uma versão reduzida e com o título “El neoestruturalismo y el subdesarrollo. Una visión crítica” pode ser vista em *Nueva Sociedad*, n. 183, Caracas, janeiro-fevereiro de 2003.

periferia – mantêm fortes pontos de confluência com os interesses das classes dominantes do mundo central ou imperialista. Assim se fecha a equação de uma *soberania fraca frente a um poder político forte*. Esta equação não apenas é necessária para as classes e frações dominantes locais; também o é, em geral, para as classes e frações do capital hegemônico em escala internacional.

### **Estados ou semi-Estados na periferia?**

Frente a uma realidade em que a soberania é exercida com tantas restrições e a figura do Estado-nação não opera como no mundo desenvolvido, muitos autores se perguntam se o Estado se cristalizou na América Latina ao final da segunda metade do século XIX, e – pelas questões antes apontadas – duvidam até mesmo que existam na atualidade, indicando que sua constituição é ainda uma tarefa pendente<sup>19</sup>.

Temos assim uma reedição das velhas teorias da modernização, que coloca como tarefa central a remoção dos “obstáculos” presentes nas regiões dependentes, “obstáculos” estes identificados com a ausência – ou com “deformações” – de instituições, estruturas ou processos que impedem que se alcance metas econômicas e políticas de acordo com os modelos oferecidos pelas regiões e países centrais.

Frente a essas perspectivas, cabe dizer que a “precariedade” de algumas instituições e estruturas ou as “deformações” presentes no mundo dependente não são um sinal de ausência de modernidade, mas, ao contrário, expressam a forma como estas regiões e sociedades se organizaram no campo econômico

<sup>19</sup> Para uma análise dos problemas e especificidades da constituição do Estado-nação na América Latina, remeto o(a) leitor(a) ao trabalho de Edelberto Torres Rivas, “La nación: problemas teóricos e históricos”, particularmente seu capítulo III. Em *Estado y política en América Latina*, op. cit.

e político para responder às necessidades de exploração e de dominação, constitutivas da natureza desse sistema. Em suma, a heterogeneidade estatal que gerou desde o início o avanço do capitalismo em escala mundial, e que hoje se reproduz sob novas formas em sua etapa de mundialização, é intrínseca à lógica de expropriação de valor de algumas regiões e Estados em relação a outros, das estruturas hierarquizadas de dominação que tal processo exige e do *exercício diferenciado da soberania estatal que isso acarreta*.

O suposto *semi-Estado-nação* que existiu e que hoje existe nas regiões dependentes *é o tipo de Estado* requerido pelos interesses sociais internacionais e locais que lucram com o mundo que o capital constrói. Acreditar que podem funcionar com a soberania e a forma existentes nos Estados-nação do centro do sistema significa não entender a dialética heterogênea inerente ao capitalismo e sua expansão em escala mundial.

*Estado forte e Estado-nação fraco são as duas caras de um Estado que necessita de um poder político férreo e soberanias restringidas na organização política da periferia.*

É certo que em muitos processos atuais, diversos Estados do mundo central estão cedendo mais espaços de soberania, tal como acontece, por exemplo, nos processos de integração da União Europeia. No entanto, como bem foi apontado, tal cessão “provavelmente ajudou na sobrevivência dos Estados-nação europeus frente ao domínio dos Estados Unidos nas três décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial e frente à emergência do desafio econômico japonês”, o que lhes permitiu reter “o poder último e geral em muitas áreas políticas e econômicas”<sup>20</sup>. E isso por uma razão simples: os Estados que

<sup>20</sup> David Held, *La democracia y el orden global*, op. cit., p. 143-144.



dão vida ao chamado centro “são também rivais, competindo por recursos escassos, contratos de armamentos, prestígio internacional e outros meios de promoção nacional”<sup>21</sup>. Em síntese, expressam interesses sociais diferenciados que as alianças econômicas e políticas que perpassam a mundialização não eliminaram, mas, ao contrário, mantiveram e/ou reforçaram. O que também nos ajuda a refutar a ideia de que a mundialização poderia estar operando no sentido da gestação de um Estado supranacional<sup>22</sup>.

### **O Estado e os novos atores internacionais**

Um aspecto significativo da atual etapa da mundialização é a criação de circuitos financeiros em que a capacidade de controle dos Estados parece estar limitada pela lógica que rege os movimentos de capitais ou pelas decisões dos novos grandes conglomerados. Massas substanciais de capital se movem 24 horas por dia em diferentes cantos do planeta na busca por maiores rentabilidades. Contudo, a criação dos circuitos por onde fluem esses capitais não significa seu deslocamento sem controle, *nem que seus lucros não acabam se concentrando em setores sociais, regiões e Estados específicos*.

*A condição de dependência (ou de periferia) não é somente um problema externo*. Grupos locais nas nações periféricas tiram proveito de suas alianças com o capital transnacional, financeiro e industrial, participando também no curso desses processos<sup>23</sup>, o que não nega a presença de contradições e

<sup>21</sup> *Ibid.*, p. 146-147.

<sup>22</sup> Tal como aparece nas perspectivas de Hardt e Negri em *Império* (*op. cit.*) e que representa uma retomada das velhas teses de Kautsky sobre o tema.

<sup>23</sup> Esquecer esse aspecto nos deixaria presos nas formulações nacionalistas e terceiro-mundistas que caracterizaram as propostas da Cepal, em que os

conflitos. Isso explica o paradoxo de que, enquanto os países dependentes se empobrecem, cresce o número de grandes fortunas de empresários do mundo periférico nas listas dos principais milionários do planeta, baseados particularmente na América Latina. A pressão de alguns Estados (os centrais) para abrir as fronteiras aos movimentos especulativos e a incapacidade ou falta de vontade de outros Estados (os dependentes, com os interesses que representam) para fixar barreiras ou impostos para esse tipo de transação e de movimentos fazem parte dessa lógica.

Mas o que importa discutir aqui é a suposição de que *o capital financeiro não responde a interesses estatais*. A massa de recursos em dinheiro e em papéis que se movimenta hoje nos circuitos financeiros serve predominantemente a posições que têm sua base em nações do mundo desenvolvido. É nele que residem as sedes dos principais bancos e corretores que se aproveitam dos recursos financeiros externos (como aconteceu nos anos 1970 com os capitais provenientes dos excedentes do petróleo, por exemplo) para manejá-los e rentabilizá-los, apropriando-se de parte substancial dos lucros. Das 13 principais casas financeiras e de investimentos em escala mundial na atualidade, 11 são estadunidenses e as outras duas são europeias<sup>24</sup>.

Destacando apenas os montantes e os movimentos de dinheiro “sujo” nos atuais circuitos financeiros, Raymond Baker, colaborador do Brookings Institute estima que

---

interesses sociais endógenos do atraso e do subdesenvolvimento desaparecem, para acabar colocando as responsabilidades apenas nos fatores exógenos. Desta forma, as burguesias locais saem intocadas.

<sup>24</sup> Ver James Petras, “El imperialismo: pasado, presente y futuro”, em *La página de Petras*: (<[www.rebellion.org/petras.htm](http://www.rebellion.org/petras.htm)>. Acesso em: 30 mar. 2000).

o fluxo de dinheiro corrupto que sai das economias dos países em desenvolvimento (Terceiro Mundo) ou em transição (ex-comunistas) e que vai parar nas contas ocidentais é de 20 a 40 bilhões de dólares por ano, e o fluxo gerado pelas transações comerciais com preços manipulados é de 80 bilhões, se não mais. Minha estimativa mais prudente é de 100 bilhões de dólares anuais na soma das duas cifras, o que significa um trilhão de dólares em uma década. *E desta soma, pelo menos a metade teve como destino os Estados Unidos.* (Baker)

Em relação às grandes corporações multinacionais, e de acordo com dados do *Financial Times* (suplemento de 10 de maio de 2002), das 500 maiores companhias do mundo segundo sua capitalização no mercado, 48% são dos Estados Unidos, 30% pertencem a países da União Europeia e 10% são do Japão, sendo que essas três áreas somam quase 90%<sup>25</sup>. Para além das fusões e alianças entre empresas desses países e regiões – que, aliás, se multiplicam ultimamente – as matrizes permanecem com uma base territorial específica. Em outras palavras, a transnacionalização não rompe o vínculo entre o poder de tais empresas e seus Estados nacionais. Mais do que da perda de importância ou de uma “nova imponderabilidade do poder”<sup>26</sup>, estamos diante de um maior peso do poder

<sup>25</sup> Citado por James Petras, “¿Quién gobierna el mundo?”, em *La Jornada*, México, 31 de maio de 2002. A relação Estado-nação e grandes companhias fica evidente também com esses dados: 6 das 10 empresas farmacêuticas e biotecnológicas da lista antes citada do *Financial Times* são estadunidenses, e 4 das 10 companhias de gás e petróleo também o são; e o mesmo ocorre para 9 das 10 companhias líderes em seguros e 9 das principais empresas geradoras de comércio no varejo. Se consideramos apenas as 100 maiores empresas mundiais, 57% são estadunidenses.

<sup>26</sup> Zygmunt Bauman, *La globalización. Consecuencias humanas*, op. cit., p. 82-83.

estatal concentrado de forma heterogênea no sistema mundial capitalista.

Estudos empíricos têm demonstrado que mais de 80% das decisões fundamentais em termos de investimentos e tecnologia dos grandes conglomerados financeiros, industriais e de serviços são tomadas nas casas matrizes baseadas nos países e regiões centrais antes assinalados, e não em suas filiais espalhadas pelo mundo – como normalmente se supõe<sup>27</sup> –, de modo que é necessário se questionar sobre a suposta descentralização na tomada de decisões. E é para essas casas matrizes e para seus Estados sedes que são transferidos os maiores volumes de lucros.

Para os grandes capitais do mundo central e para os setores sociais dominantes dos Estados dependentes é de vital importância não enfraquecer a capacidade política estatal, mas, ao contrário, é fundamental fortalecê-la (no centro e na periferia), propiciando inclusive um renovado interesse de setores empresariais para tomar diretamente em suas mãos a direção estatal.

De todo modo, para além da transformação de empresários em “classes reinantes”<sup>28</sup> – passando a ocupar as altas posições do aparato estatal –, *a atual etapa da mundialização expressa a neo-oligarquização dos Estados*, em que frações, setores e pequenos grupos sociais, ligados aos bancos e às grandes corporações industriais e de serviço assumiram o poder político para organizar o sistema mundial de acordo com seus interesses. *Os grandes atores políticos dessa etapa da mundialização*

---

<sup>27</sup> Petras, *op. cit.*

<sup>28</sup> O termo é tomado de Nicos Poulantzas, *Poder político y clases sociales en el Estado capitalista*, *op. cit.*, porém é aqui reinterpretado (ver capítulo I).

*são, portanto, os Estados neo-oligarquizados*, e não um capital financeiro “desterritorializado”, as corporações multinacionais ou mesmo os organismos financeiros internacionais.

Considerações nesta mesma linha devem ser feitas para analisar as ações do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, dado que a maioria das interpretações tendem a apresentá-los como entidades que se movem de forma autônoma em relação aos interesses estatais. A simples análise dos países que outorgam os maiores recursos para suas operações – os Estados Unidos, países da União Europeia e Japão – permite começar a destrinchar as posições que de fato movimentam esses organismos na definição das políticas de reajuste e de controle que exercem – principalmente sobre o mundo periférico.

Falando da crise no sudeste asiático de 1997-1998, Joseph Stiglitz – então presidente do Banco Mundial – comenta que foi um observador direto de “como o FMI, *de mãos dadas com o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos*, respondeu a ela”, e é explícito sobre “a pressão vinda do Conselho Executivo do FMI – o organismo, *indicado pelos ministros de Finanças dos países industriais avançados*, que aprova todos os empréstimos do FMI”<sup>29</sup>. E não é casual que a presidência do Banco Mundial tenda a recair em alguma figura estadunidense, enquanto o FMI fica nas mãos de algum funcionário europeu.

No quadro de uma mundialização que alcançou uma centralidade política, econômica e territorial nunca vista antes, não deixa de ser paradoxal que se afirme que “o império não

<sup>29</sup> J. Stiglitz, “Lo que aprendi de la crisis económica mundial”, em *Momento Económico*, n. 108, IIEc, Unam, México, março-abril de 2000, p. 2-3 (itálicos nossos). (Texto reproduzido em diferentes meios em português. Acesso em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1504200014.htm>>.

estabelece um centro territorial de poder” e que, ao contrário, “é um aparato de *descentralização* e *desterritorialização*” da dominação. E, mais ainda, que “*os Estados Unidos não são (...) o centro de um projeto imperialista*”<sup>30</sup>. Os dados, porém, revelam que os processos caminham em direção contrária.

### O novo na mundialização

A existência de um padrão antigo de exercício diferenciado de soberania, com margens limitadas nas regiões dependentes, não pode nos fazer perder de vista, contudo, as novidades geradas pela própria mundialização<sup>31</sup>.

Os avanços espetaculares em termos de comunicações e transporte que caracterizam a atual etapa da mundialização permitiram que o capital financeiro, as corporações multinacionais e os organismos financeiros internacionais – com os meios de comunicação, os tratados comerciais e diversos planos de integração – formasse uma densa rede de relações e de poder econômico e político que engloba o planeta e que incide em novos reajustes no exercício diferenciado da soberania dos Estados no sistema mundial capitalista, tornando a soberania ainda mais restringida no mundo dependente (ou periférico) e também transformando-a em alguns territórios do mundo imperialista (ou central).

Esta rede, que tem *ancoragens estatais* no coração do sistema mundial capitalista, cumpre uma *função mediadora* na ingerência dos Estados hegemônicos do sistema sobre os

---

<sup>30</sup> Hardt e Negri, *Imperio*, *op. cit.*, p. 14-15 (itálicos do original).

<sup>31</sup> Aqui me distancio de autores que veem a mundialização como um velho problema e acabam deixando de considerar as particularidades do processo em sua etapa atual. Remetemos novamente ao capítulo V (Mundialização, imperialismo e Estado-nação).

Estados das regiões semiperiféricas e periféricas. Se antes tal ingerência operava predominantemente de forma direta, de Estado para Estado, hoje está mediada (embora não anulada) por essa rede, gerando também maior capacidade de controle e de poder a partir dos centros hegemônicos sobre os centros subordinados e de todos eles sobre a semiperiferia e a periferia do sistema e estabelecendo novas bases para as alianças entre as classes dominantes de alguns territórios sobre outros.

Esta rede de instituições econômicas, político-militares e ideológicas, embora se estenda *horizontalmente* – com filiais de multinacionais e bancos nos mais longínquos cantos do planeta; com a criação da chamada “fábrica mundial”, que tem oficinas de direção, desenho, criação de software, administração, plantas industriais, montadoras e maquiladoras espalhadas pelo mundo; com políticas mundiais controladas pelos organismos financeiros internacionais e com extensas cadeias e elos no campo das comunicações –, incide, contudo, no campo político numa função *vertical*: de operação e/ou mediação da dominação e do poder de Estados e de classes. Portanto, não é nada parecida com a metáfora de uma rede amorfa e difusa, como a desenhada por Castells<sup>32</sup> – a “sociedade de redes” –, mas se aproxima mais de uma teia de aranha que, a partir de seus núcleos centrais, expande seus tecidos<sup>33</sup>.

Se no plano econômico a mundialização implica uma nova capacidade do capital de operar extensiva e intensivamente nos mais diversos cantos do planeta, através das corporações multinacionais (agrícolas ou industriais, de serviços ou financeiras),

<sup>32</sup> Em seu livro *La era de la información. Economía, sociedad y cultura*, op. cit..

<sup>33</sup> Ver Atilio Borón, “Poder, ‘contrapoder’ y ‘antipoder’”. Notas sobre un extravío teórico político en el pensamiento crítico contemporáneo”, op. cit.

no plano político a mundialização redefine o dado histórico do exercício desigual da soberania no sistema mundial e o faz tendo o Estado-nação como um ator fundamental.

A mundialização reproduz assim a contradição que atravessa o capital entre o âmbito econômico e o âmbito político. A expansão econômica do capital, que busca apagar as fronteiras, se vê limitada no terreno político pela presença do Estado-nação, que fixa fronteiras. Mas este é apenas um aspecto da contradição. Ao mesmo tempo, *a mundialização capitalista somente pôde alcançar os níveis atuais, e somente poderá seguir avançando, ao estar apoiada no Estado-nação*, que poderá se redefinir, ampliando, por exemplo, os espaços “nacionais” a serem controlados<sup>34</sup>, mas que manterá os traços essenciais que o definem como tal e, com isso, manterá as disputas entre Estados capitalistas.

## O Estado e a complexidade societária

De acordo com as perspectivas das teorias de sistemas com raízes na obra de Niklas Luhmann, uma das características das sociedades modernas é a constituição de sociedades policêntricas, com o surgimento de um conjunto de subsistemas que superaram as sociedades organizadas em torno de um centro<sup>35</sup>.

<sup>34</sup> Dado que o “nacional” dos Estados é uma construção histórica bastante flexível em suas dimensões. No entanto, no capitalismo a ideia de um Estado que abarque o espaço mundial (como o Estado superimperialista de Kautsky) é inalcançável. Ver o capítulo V.

<sup>35</sup> Gonzalo Varela assinala que “a existência de sistemas funcionais autônomos leva a uma das observações mais polêmicas de Luhmann, a de que (...) nenhum sistema pode mais se apresentar como a representação da sociedade. Não há cúpula nem centro, mas apenas um grande número de sistemas que se perturbam reciprocamente, mas conservando sua autonomia”. Ver seu artigo “Niklas Luhmann en México”, *Estudios Sociológicos*, n. 30, El Colegio de México, setembro-dezembro de 1992, p. 785. Para uma breve e clara exposição



A cultura, a ciência, a religião, os meios de comunicação de massas, o sistema educativo, a família, o sistema jurídico etc., constituem espaços de organização da vida social com um papel primordial nessa perspectiva.

O ponto fundamental nesta visão consiste em não discutir o peso que podem ter ganhado essas ou outras instituições na vida societária moderna, mas o questionamento explícito do papel do Estado como centro ordenador da vida política, na medida em que é caracterizado como mais um subsistema dentro de muitos outros.

É próprio da organização capitalista apresentar a economia e a política como mundos autônomos, regidos por lógicas não apenas específicas, mas também independentes<sup>36</sup>. A ideia de sociedades policêntricas e descentradas não passa da ampliação para novas esferas societárias dessa ruptura entre o econômico e o político e da autonomia sem hierarquia que esses espaços teriam. Esta proposta é levada ao seu extremo por Hardt e Negri com sua visão descentrada e desterritorializada do Império, ao afirmarem que “não há lugar de poder: ele está ao mesmo tempo em todos os lugares e em lugar nenhum”<sup>37</sup>. Em suma, o Estado e o Poder atomizados e finalmente diluídos.

---

da posição de Luhman, ver seu livro *Sociedade y sistema: la ambición de la teoría*. Barcelona: Paidós, 1990.

<sup>36</sup> Para uma visão crítica dessa autonomização, ver Ellen Meiksin Wood, *Democracia contra capitalismo*. México: Siglo XXI, 2000. (Ed. bras.: *Democracia contra capitalismo*, trad. de Paula Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2003. N.T.) Ver também de Joachim Hirsch, *El Estado nacional de competencia. Estado, democracia y política en el capitalismo global*, op. cit.

<sup>37</sup> *Imperio*, op. cit., p. 181. Vale a pena destacar que Hardt e Negri, nos capítulos finais, matizam suas taxativas afirmações iniciais em relação à desterritorialização do Estado e do poder. Assim, “serviços financeiros e serviços voltados para os negócios em cidades-chave (como Nova York, Londres e Tóquio) administram e dirigem as redes globais de produção” (p. 276).

## Conclusões

O surgimento de novos atores no cenário local e internacional tem lavado alguns autores a supor que estamos diante de uma espécie de “medievalização” no campo político, com a criação de uma organização “cujas características essenciais” seriam a existência de “autoridades superpostas” e de “lealdades divididas”<sup>38</sup>, ou de redes de poder desterritorializadas, de modo que a centralidade estatal tenderia a se diluir.

Não acredito que se deva negar a presença de novos atores políticos e econômicos nos âmbitos local e internacional e de novas redes no contexto da mundialização, que incidem na tomada de decisão em diferentes esferas.

O que aqui se argumenta é, na verdade, que, em contraste com a imagem de uma espécie de atomização do poder político (que era característico do Estado na Idade Média) ou de sua diluição, os novos atores e as novas redes respondem a uma lógica de poder político altamente centralizada, cuja sede se encontra nos Estados nacionais do centro do sistema mundial, e que alcança os Estados dependentes e os núcleos sociais restritos que detêm o poder.

*As frações burguesas que hegemonizam a mundialização não buscam o enfraquecimento do Estado.* Ao contrário, tratam de

---

A violência e o dinheiro também contam com bases territoriais definidas. Tentativamente dizem que “pode parecer que os Estados Unidos são uma nova Roma, um grupo de novas Romas: Washington (a bomba), Nova York (o dinheiro) e Los Angeles (o éter)”. Mas minimizam essa afirmação agregando que “qualquer concepção territorial do espaço imperialista desse tipo, entretanto, é continuamente desestabilizada pela flexibilidade, mobilidade e territorialização fundamentais, no âmago do aparato imperialista”. E acabam concluindo: “Talvez se possa atribuir ao monopólio da força e da regulamentação do dinheiro determinações territoriais parciais, mas não à comunicação” (p. 317).

<sup>38</sup> David Held, *La democracia y el orden global*, op. cit., p. 171.

reformá-lo para fortalecê-lo em termos de poder, tanto no centro quanto na periferia, embora isso implique processos diferentes em cada caso. No mundo central, supõe reafirmar a força do Estado-nação, para ditar e impor as pautas de reorganização do sistema-mundo, utilizando os organismos financeiros internacionais, os conglomerados transnacionais e o capital financeiro-especulativo, bem como as novas redes de comunicação, ou através de operações militares diretas, orientando a mundialização numa direção que de modo algum é neutra do ponto de vista social e político.

Na semiperiferia e na periferia, *o reforço estatal com soberania restringida* busca fazer com que seja mais eficiente não apenas em termos administrativos, mas principalmente em termos políticos, para manter disciplinada a população assalariada e para reestruturar as economias à imagem e semelhança dos interesses hegemônicos locais e internacionais.

Como nunca antes, o capital tem rompido fronteiras e enfraquecido soberanias para operar, mas o faz estabelecendo espaços estatais e territoriais específicos onde baseia seus lucros. Com isso, gera polarizações sociais, estatais e regionais nunca vistas.



## VII. O ESTADO NO CAPITALISMO DEPENDENTE

### **Introdução**

Nas próximas páginas buscaremos destacar as particularidades do Estado no capitalismo dependente, bem como revelar algumas de suas características em diferentes momentos do processo econômico/político da região, como no período da industrialização, com suas diferentes etapas, e a posterior instauração do Estado de contrainsurgência.

### **Particularidades do Estado no capitalismo dependente**

Além das fissuras próprias de um Estado de classes, o Estado no capitalismo dependente está atravessado por pelo menos dois processos que definem suas particularidades e que, a um só tempo, redefinem as fissuras próprias do Estado capitalista. O primeiro processo se refere à condição dependente das formações sociais em que se constitui. O segundo se refere ao significado da particular modalidade de exploração no capitalismo dependente – a superexploração –, que determina as relações entre classes, frações e setores.

*Estados subsoberanos*

O Estado no capitalismo dependente implica uma condensação das relações de poder e dominação, bem como da construção de uma comunidade num espaço específico do sistema mundial capitalista, e é caracterizado pelas relações restringidas de soberania frente a formações econômico-sociais e regiões que apresentam exercícios mais plenos em termos de soberanias – na medida em que são Estados desenvolvidos, centrais e imperialistas. Este exercício desigual da soberania no interior do sistema mundial capitalista é uma característica estrutural, processo que se acentua ou se atenua em diferentes períodos históricos, mas que provoca no Estado do capitalismo dependente relações de *subsoberania*.

Entre outras coisas, a dimensão subsoberana do Estado do capitalismo dependente implica a subordinação/associação do capital e das classes dominantes locais frente ao capital e às classes soberanas do mundo desenvolvido e imperialista, situação que não deve ser interpretada como um obstáculo, mas, ao contrário, como uma condição de vida das classes dominantes locais, o que não exclui possíveis conflitos.

Este duplo processo provoca o enfraquecimento ou a ausência nas classes dominantes do capitalismo dependente – pelo menos em seus setores mais poderosos – de projetos autônomos de desenvolvimento e de projetos nacionais. Seus projetos operam em condições de subordinação – e associação – aos capitais desenvolvidos e imperialistas que predominam em diversos momentos históricos. Esta situação está na base do fato de que, no capitalismo dependente, *todo projeto político soberano deve necessariamente assumir*

*conotações anti-imperialistas e, ao mesmo tempo, anticapitalista e popular*<sup>1</sup>.

Os processos de monopolização nos mais diversos setores econômicos – oriundos do efeito da associação subordinada com o capital estrangeiro ou então pelos investimentos diretos de capital – provocam uma reduzida expansão das classes, frações e setores das classes dominantes. A debilidade na estrutura de tais classes e a acumulação de contradições do sistema mundial capitalista nas zonas periféricas e dependentes<sup>2</sup> – o que implica debilidades estruturais do Estado e do sistema de dominação no capitalismo dependente – são compensadas pelo peso das dimensões autoritárias do Estado e do governo, mesmo sob feições democráticas, e pela *internalização no – e por parte do – Estado dependente* das relações de poder de Estados e capitais centrais e imperialistas.

A debilidade estrutural das classes dominantes e a subordinação dependente exige que o Estado do capitalismo dependente opere como uma relação social condensada de enorme relevância. A debilidade produtiva do capitalismo dependente tem seu correlato no forte intervencionismo estatal, como força para impulsionar os projetos hegemônicos, mesmo em situações em que a política econômica e o discurso predominante pretendam apontar para o fim da intervenção estatal. A matriz Estadocêntrica é de particular importância na

---

<sup>1</sup> Teoricamente é possível imaginar a possibilidade de que nesse processo político sejam mantidas alianças táticas com setores burgueses hoje subordinados dentro do bloco no poder, mas o caráter e o sentido daquele processo necessariamente devem ser populares.

<sup>2</sup> Lenin sintetizava esta situação com a noção de “elos fracos da cadeia imperialista”.

história político-econômica da região, tanto de forma aberta como de modos mais ou menos encobertos.

*As determinações do Estado pela superexploração*

O fato da reprodução capitalista no capitalismo dependente estar baseada fundamentalmente na superexploração da força de trabalho<sup>3</sup> provoca diversas consequências em termos estatais nessas formações sociais e regiões. A superexploração gera processos produtivos que tendencialmente ignoram as necessidades da maioria da população trabalhadora, direcionando a produção para mercados estrangeiros e/ou para estreitas camadas sociais que conformam os reduzidos – embora poderosos – mercados internos, gerados em meio à aguda concentração da riqueza. Tais processos ganham formas variadas de acordo com os padrões de reprodução do capital imperantes nos diferentes períodos históricos<sup>4</sup>.

A restringida expansão da estrutura produtiva no capitalismo dependente reduz a massa de trabalhadores empregados, propiciando, em contraste, a tendência ao aumento da população trabalhadora subempregada ou desempregada, processos esses que alentam, por sua vez, o aumento da intensidade do trabalho e das jornadas de trabalho dos trabalhadores ativos.

Se o capitalismo é um sistema com dimensões civilizatórias, são as dimensões da barbárie, porém, que tendem a prevalecer no capitalismo dependente. Sociedades atravessadas por esses processos geram altos níveis de conflito social, alguns

---

<sup>3</sup> Sobre este tema, ver Ruy Mauro Marini, *Dialéctica de la dependencia*. México: Era, 1973. (Ed. bras.: João Pedro Stedile e Roberta Traspadinia (orgs.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

<sup>4</sup> Sobre o tema, ver de Carla Ferreira, Jaime Osorio e Mathias Luce (orgs.), *Padrão de reprodução do capital*. São Paulo: Boitempo, 2012.



latentes e muitos outros manifestos. A reprodução do capital sustentada na superexploração gera agudas fraturas sociais: ilhas de riqueza no meio de um mar de pobreza, trabalhadores esgotados prematuramente, miséria e desemprego. Tudo isso tende a criar condições para potencializar os enfrentamentos sociais e a luta de classes.

Assim, a ordem social se torna possível sobre a base de um exercício férreo do poder político, o que requer um Estado no qual os mecanismos coercitivos operam de forma recorrente.

Nessas condições, o Estado no capitalismo dependente tem sérios problemas para gerar um sentido de comunidade. Frente à profundidade das fraturas sociais provenientes da reprodução do capital – em que são mais poderosas as tendências à desintegração do que à integração –, serão a religião e os hábitos e costumes mantidos pelos povos originários – onde ainda existam e tenham peso na vida social – que operarão no sentido de conformar comunidades.

### **O aparato de Estado no capitalismo dependente**

Se em qualquer aparato de Estado capitalista as máximas autoridades, tendencialmente, aparecem como um comando acima da sociedade, tal característica se acentua no aparato de Estado do capitalismo dependente. Isso obedece a um duplo processo. Frente à barbárie generalizada que a reprodução do capital tende a gerar na sociedade, e frente ao sentimento de fragilidade social que se impõe sobre os indivíduos – devastados por forças que não conhecem nem controlam –, as autoridades estatais e o aparato de Estado emergem como um refúgio nos quais – e com os quais – seria possível se proteger.

Fenômenos políticos como o caudilhismo e de lideranças populistas, tão comuns na história política regional, são

frutos dessa situação, com suas variantes de direita ou então inclinados à esquerda.

Neste mesmo sentido se encontra a tendência à despolitização da população (e dos cidadãos) e a ideia de que a política é uma atividade reservada para setores especiais, dotados de qualidades carismáticas, de preparação, de experiência e de conhecimento.

Em um mundo social com enormes carências sociais e em que o aparato de Estado tendencialmente se constitui como uma grande instituição que reparte doações e benefícios e concede auxílio – não como direito dos cidadãos, mas como dádivas daqueles que mandam –, o aparato de Estado e suas autoridades são vistos como se estivessem acima da sociedade, como encarnação de um poder que, por dádivas e auxílios, permitiria mitigar o despotismo cotidiano do capital, depositando esperanças numa autoridade protetora.

Como um acréscimo de maiores dividendos políticos, tudo isso permite que as autoridades estatais ganhem reconhecimento e obediência; numa palavra: legitimidade.

Analisemos agora algumas etapas e características significativas do capitalismo dependente latino-americano.

### **O Estado desenvolvimentista**

O Estado desenvolvimentista latino-americano assumiu formas extensas. Dentro de suas funções é possível destacar, por um lado, os investimentos em setores que ainda não eram rentáveis para os empresários locais ou estrangeiros (grandes empresas industriais ligadas à produção de aço, por exemplo, e de serviços, como energia elétrica, água e educação) ou então aquelas atividades que, pela sua magnitude ou papel estratégico, ficaram nas mãos estatais (infraestrutura portuária, estra-

das, bem como os setores produtivos que geravam os maiores excedentes, tais como o petróleo, o cobre, entre outros).

Por outro lado, o aumento das funções e das instituições necessárias para esse modelo proporcionou também o crescimento do emprego estatal e da demanda interna, fator de vital importância para incentivar o mercado do incipiente setor industrial, justificados pelas teorias keynesianas (com variantes cepalinas em alguns casos) que sustentavam as políticas econômicas em geral.

Essas duas funções do Estado desenvolvimentista no âmbito econômico permitem revelar o modelo econômico que era impulsionado e frente ao qual essas tarefas estatais eram não apenas pertinentes, mas indispensáveis. Estamos falando do início e/ou consolidação do chamado modelo de industrialização na América Latina, um processo que – diante da debilidade da fração burguesa industrial na região e as reticências de investimento do capital estrangeiro no ainda fraco setor secundário – tinha nos investimentos estatais um elemento fundamental para o êxito da tarefa iniciada.

A forma e a magnitude que o aparato de Estado assumiu e as funções que este passou a cumprir expressavam o fim do antigo modelo econômico, bem como a emergência em seu seio de novos interesses sociais. Em primeiro lugar, os interesses de uma precária fração burguesa. Mas os interesses sociais representados no Estado industrializante não eram alheios às classes e às frações beneficiárias do antigo modelo exportador. Não se pode esquecer que, salvo no caso mexicano com a Revolução de 1910 e os processos que lhe seguiram – particularmente sob o governo de Lázaro Cárdenas, no qual foram afetados importantes segmentos dos proprietários fundiários – e no caso da Bolívia em 1952, no resto da América Latina não houve

processos de reforma agrária até meados dos anos 1960. Isso coloca em evidência o poderio político que a classe proprietária fundiária mantinha na região, mas revela também um aspecto econômico específico: a industrialização encontrará recursos para seu avanço nas rendas provenientes das exportações de matérias-primas e alimentos, ou seja, na manutenção da antiga economia exportadora (mas agora subordinada ao novo projeto econômico), que, apesar de seu declínio, seguia suprindo de recursos monetários duros, de modo que para a própria burguesia industrial era interessante que diminuíssem – mas não fossem destruídas – as bases de sustentação daqueles setores das classes dominantes.

Neste sentido, o bloco no poder se reacomoda em termos da divisão interna do poder, sob a crescente hegemonia da fração burguesa industrial, tendo no poder estatal sua principal arma para impor seu projeto econômico e societário.

O projeto dessa fração burguesa encontrou aliados sociais importantes no interior das classes dominadas, que tiveram um papel importante na acumulação de forças necessárias para o novo projeto: primeiramente, em amplos setores da pequena burguesia, tanto proprietária como não proprietária, que viram no processo de industrialização e nas ofertas de maior abertura política espaços para um melhor posicionamento na nova sociedade; e também nas velhas e novas camadas da população operária, com a geração de novos empregos na indústria e nos serviços, favorecendo sua aproximação com os novos projetos de desenvolvimento e, em maior ou menor medida, com os acordos e alianças políticas que fortalecem tais projetos.

Fundamentalmente, a forma e as funções do Estado desenvolvimentista estiveram diretamente ligadas aos interesses sociais que o hegemonizaram, bem como às tarefas e alianças

necessárias para o projeto de industrialização. Não foi, portanto, um produto alheio a essas necessidades. Ao contrário, obedecia à racionalidade econômica e política desse projeto.

Vários fatores se conjugam para o enfraquecimento e posterior esgotamento do Estado desenvolvimentista. Alguns se referem às transformações econômicas derivadas da emergência, durante os anos 1950 e 1960, de novos ramos produtivos – como o automotriz, o eletrônico, o petroquímico etc. –, nos quais o capital estrangeiro acaba se tornando forte e predominante, aproveitando-se da infraestrutura gestada na região nos anos anteriores e dos bens de capital que a Segunda Guerra Mundial tinha tornado obsoletos, principalmente nos Estados Unidos, após a aplicação dos avanços bélicos na indústria. Em pouco tempo tudo isso abrirá passagem para a projeção de novos ramos no mercado interno de alto poder de consumo, num primeiro momento, para posteriormente agregar sua projeção para mercados externos.

Essas mudanças econômicas, que vão acompanhadas de alianças entre certas camadas da burguesia industrial local com o capital estrangeiro, propiciam o surgimento de fortes divisões sociais e políticas no interior das classes dominantes, com a emergência de uma fração do grande capital (industrial, agrícola, comercial e financeiro, que podemos caracterizar como burguesia dinâmica) tendente a colocar em questão as bases de uma *industrialização estendida e diversificada*, que caracterizou o processo em sua primeira etapa, para privilegiar uma *industrialização seletiva e concentrada*, na qual os novos ramos industriais passariam a ocupar um lugar central<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Ruy Mauro Marini faz uma lúcida exposição desse processo em “El ciclo del capital en la economía dependiente”, texto que compõe o livro de Úrsula

O avanço desse novo projeto gera o impulso de políticas econômicas que fortalecem os segmentos sociais de alto poder de consumo no plano local e, posteriormente, gera apoios para se lançar à conquista de mercados no exterior, processos que começam a debilitar as posições da fração burguesa mais tradicional e dos setores sociais assalariados vinculados ao mercado interno. Os primeiros pactos de integração da região começam a ganhar vida precisamente nesses momentos.

Todas essas mudanças acabam colocando em questão as alianças sociais e políticas que sustentavam o velho Estado, de modo que aqueles setores sociais dominados que sobreviviam dessas alianças aparecem agora como um estorvo. Isso dá início – com maior ou menor rapidez nos diversos países da região – a rupturas pela via de restrições salariais, fechamento de antigas instituições do aparato estatal, cortes de funcionários do Estado e toda a gama de medidas levadas a cabo no último quarto do século XX e que implicaram na expulsão do consumo de amplas camadas sociais. Não foi alheio a essas rupturas o fechamento dos espaços políticos com a instauração de regimes militares ou de governos civis autoritários na maioria dos países da região.

Esses processos se agudizam mais ainda após o abandono do projeto industrializante voltado para o mercado interno, em todas suas variantes, e a abertura para a conformação de um novo padrão de reprodução, baseado na criação de economias

---

Oswald (coord.), *Mercado y dependencia*. México: Nueva Imagen, 1979. (Ed. bras.: texto publicado em português no livro de Carla Ferreira, Jaime Osorio e Mathias Luce (orgs.), *Padrão de reprodução do capital*. São Paulo: Boitempo, 2012. (N.T.). Também em Ruy Mauro Marini, *El reformismo y la contrarrevolución. Estudios sobre Chile*. México: Era, 1976.

exportadoras que buscam aproveitar suas vantagens naturais e produtivas para competir no mercado mundial.

### **O Estado contrainsurgente**

O fim do projeto de industrialização *diversificada* e a orientação do processo para uma industrialização cada vez mais seletiva – prenúncio da especialização produtiva exportadora posterior – marcou o esgotamento das possibilidades do capital latino-americano manter as amplas alianças de classes com os setores dominados, em particular com a pequena burguesia e o proletariado industrial, estabelecidas na primeira fase daquele projeto. Os mercados da nova reprodução passam a ser buscados em mercados externos e na somatória dos altos mercados internos de cada economia e com isso se colocam em marcha projetos integracionistas. Neste processo, o capital mais dinâmico, crescentemente hegemônico, deverá romper acordos com amplos setores assalariados.

O problema para levar a cabo essa tarefa é que o próprio processo de industrialização tinha fortalecido a população operária – devido à expansão do setor secundário –, bem como a pequena burguesia assalariada do setor público – pelo peso e diversificação das atividades estatais no impulso à industrialização – e também no setor privado. Todos esses agrupamentos assalariados não apenas haviam crescido em número, mas também em suas organizações sindicais e participação em partidos políticos, em um período da história regional – anos 1950 e 1960 – em que se multiplicou o ativismo popular em prol de melhores condições de vida, ao qual se somaram os protestos e as manifestações dos novos pobres urbanos por serviços básicos e por espaços na vida econômica, política e institucional.

A ruptura daquelas alianças, com o disciplinamento das classes populares para as novas condições de vida e de trabalho – que implicavam perdas de empregos, de salários e de diversas assistências sociais – e a desarticulação de suas organizações – que foram desmobilizadas e obrigadas a se sujeitar aos novos despotismos do capital –, levou ao estabelecimento de um novo tipo de Estado: o Estado de contrainsurgência.

Tal denominação tem como origem o fato de que os Estados latino-americanos adotaram a doutrina de contrainsurgência imperante nas escolas militares estadunidenses ocupadas na formação de militares latino-americanos, por onde passaram diversas gerações de suboficiais e oficiais, hoje em posições de alto escalão no seio das Forças Armadas da região.

O núcleo dessa doutrina pode ser sintetizado em poucas linhas: no contexto da guerra fria, os Estados ocidentais e democráticos sofreriam ofensivas do comunismo providas não apenas do exterior, mas também internas, pela via da preparação de quadros comunistas e ativistas no exterior, que retornariam para se inserir nas sociedades e a partir dela levar a cabo as tarefas insurgentes, recrutando para tanto diversos setores sociais, como estudantes, dirigentes sindicais, militantes partidários e mesmo a população em geral, gerando desestabilização e permitindo que o comunismo ganhasse posições. Em poucas palavras, a guerra já não é mais externa, mas, ao contrário, é fundamentalmente interna: o inimigo teria se incrustado no seio de nossas sociedades. À luz dessa doutrina, a leitura sobre as mobilizações populares e sobre o ativismo em geral era a de que estaria em curso a marcha ascendente da insurgência interna fomentada pelo comunismo internacional.



Fazer frente a essa marcha implicaria destacamentos especiais das Forças Armadas, preparados para a guerra interna. É nessa lógica que começam a se multiplicar tais destacamentos nas Forças Armadas da região. Não é difícil estabelecer a complementariedade dessa nova doutrina com as necessidades do capital dinâmico, estreitamente associado ao capital estrangeiro, que tratava de romper as alianças políticas com amplos setores populares e disciplinar o campo popular para a reprodução de capital e para a marcha e/ou reconversão dos novos projetos do capital.

Em muitas sociedades da região, a emergência dos Estados de contrainsurgência tomou a forma de ditaduras militares, após os golpes militares que implicaram maiores ou menores graus de violência sobre a população civil. No Brasil, em 1964, deu-se início a esse processo, que se seguiu posteriormente na Bolívia (1971), no Chile (1973), no Uruguai (1973), no Peru (1975) e na Argentina (1976), cobrindo praticamente toda a parte sul da América Latina.

As ditaduras militares entronizadas nesse período apresentam substanciais diferenças com a presença de militares na história regional prévia. A diferença mais importante é que são as Forças Armadas, enquanto instituição, que aplicam os golpes militares, e não oficiais que conseguem apoio de setores militares para chegar ao governo. Há também a presença de uma doutrina militar – a doutrina de contrainsurgência –, o que unifica os corpos militares que assumiram a direção do aparato de Estado como parte de um projeto militar e político: a guerra interna contra o comunismo. Por último, as novas ditaduras estabelecem um alto grau de coordenação em matéria de inteligência e de repressão, tornando os aparatos repressivos perseguidores de qualquer

sujeito qualificado como subversivo, independentemente de sua nacionalidade.

Em geral, essas novas ditaduras militares tendem a fechar os parlamentos, anular os partidos políticos, submeter o poder judicial, estabelecer um férreo controle sobre os meios de comunicação e executar políticas de extermínio de dirigentes políticos, estudantes, sindicalistas e de todos aqueles catalogados como subversivos, fazendo uso de uma violência que busca não apenas conter, mas também submeter a população civil pelo medo e pelo pavor.

Esses últimos aspectos levarão alguns autores a qualificar tais ditaduras como fascistas, enquanto outros optarão pela denominação de Estados de Quarto Poder<sup>6</sup>, dando ênfase ao novo papel das Forças Armadas como poder no interior dos três poderes clássicos do Estado.

Em outras sociedades latino-americanas, embora não tenha havido golpes militares, a presença do Estado de contrainsurgência ganhou forma sob governos civis. Contudo, as Forças Armadas assumiram também nesses casos seu novo papel na guerra interna, com destacamentos especiais e com ofensivas que em muitos casos não tiveram tanta repercussão midiática como nos casos em que houve golpes militares. Também nesses casos, contudo, as Forças Armadas tiveram um novo papel dentro do Estado.

---

<sup>6</sup> Ver parte desse debate e as posições em disputa em Pío García, Agustín Cueva, Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, “La cuestión del fascismo en América Latina”, em *Cuadernos Políticos*, n. 18, México, outubro-dezembro de 1978. Ver também de Ruy Mauro Marini, “La lucha por la democracia en América Latina”, em *Cuadernos Políticos*, n. 44, México, julho-dezembro de 1985. (A coleção completa da revista *Cuadernos Políticos* está disponível na seguinte página: <<http://www.cuadernospoliticos.unam.mx>> N.T.)

Destruir as organizações políticas e sindicais, matar suas lideranças e seus dirigentes, implementar políticas de terra-arrazada sobre vastos contingentes da população civil, gerar terror, disciplinar a população: tais foram alguns dos principais objetivos dos Estados de contrainsurgência.

Tratava-se de uma violência com um sentido político preciso: gerar uma “paz social” que tornasse possível o estabelecimento de novas modalidades de reprodução do capital com altos custos para as condições de vida e de trabalho da ampla maioria da população. Uma paz social que perduraria por décadas, enquanto os capitais locais criassem as condições de sua reconversão dentro de uma nova divisão internacional do trabalho, em que a região voltaria a ser grande abastecedora de matérias-primas e alimentos para o mercado mundial e produtora de partes e/ou montadora de produtos sob a forma de maquila. Em outras palavras, uma paz para a conformação de um novo padrão de reprodução – exportador –, que reproduzisse a dinâmica das economias dependentes em toda sua ferocidade, com uma estrutura produtiva orientada a ignorar as necessidades do grosso da população, a não integrar ou integrar apenas marginalmente essa população ao mercado e a redobrar os mecanismos de superexploração.

Nesse caminho, romper com as alianças sociais e políticas geradas nas primeiras décadas da industrialização era uma necessidade iniludível. O Estado de contrainsurgência foi a forma política para realizar aquelas fraturas, que mais tarde se estenderão sob a dinâmica do mercado, e as políticas neoliberais que acompanharam as novas formas de reprodução do capital na região.

O início e a cristalização do novo modelo exportador implicaram profundos reajustes políticos que necessariamente deveriam se expressar no Estado, sendo em geral segmentos

do grande capital financeiro, industrial, comercial e agrário dinâmicos, privilegiadamente aliados ao capital estrangeiro, que hegemonizaram esse processo.

A disputa pelo Estado que esse processo implicou não foi uma questão menor. Somente no Estado se cristaliza a hegemonia *política* e a definição dos projetos e modelos econômicos e políticos que prevalecem. Somente o Estado tem a capacidade de apresentar interesses sociais limitados como interesses societários de toda a comunidade, ou seja, como projeto de todos. Foi através do Estado, portanto, que a nova grande burguesia latino-americana conseguiu impor seu novo padrão de reprodução e readequar a sociedade para o exercício de sua dominação. A centralidade do Estado foi um elemento fundamental para fortalecer econômica e politicamente os setores que o hegemonizaram.

O poder econômico desse setor do capital foi ampliado pelos processos de privatização. Um número elevado de empresas estatais passou para mãos privadas, vendidas em geral a preços irrisórios<sup>7</sup>. A isso se soma a abertura de serviços estatais como a saúde, educação e moradia, e particularmente do controle dos fundos de pensão, para que se tornassem meros negócios<sup>8</sup>. Tudo isso concedeu um potencial econômico ao grande capital latino-americano como nunca antes.

---

<sup>7</sup> Em 1998, ano em que as privatizações nas economias latino-americanas já tinham percorrido um longo caminho, capitais locais associados às multinacionais, atraídas pelos baixos preços, investiram a cifra recorde de 56 bilhões de dólares na compra de empresas na região. Dessa quantia, 47 bilhões de dólares foram destinados à compra de companhias brasileiras. Ver James Petras, "El fin del mito de la globalización", *Rebelión*, 25 de março de 1999.

<sup>8</sup> Somente a título de exemplo, basta considerar o papel desse processo no caso chileno. "Em julho de 1995 os ativos dos fundos de pensão nesse país chegaram a aproximadamente 26 bilhões de dólares, cifra superior a 40% do Produto

Em conjunto com esse processo foram realizadas reformas trabalhistas, em geral marcadas pela tendência à desintegração ou atomização de sindicatos e de outros mecanismos de defesa existentes no campo do trabalho, o que permitiu um drástico aumento da superexploração, oculta em categorias como “flexibilidade das leis trabalhistas” ou “emprego precário”<sup>9</sup>. Com isso, cresceu a camada da população em nível de pobreza. Nas novas condições, pobreza já não é sinônimo de desemprego, como nas décadas passadas: mesmo com emprego é possível ser pobre na nova situação.

### **A centralidade do Estado dependente**

Para realizar as mudanças econômicas e políticas que de forma sucinta esboçamos, o Estado teve um papel central. Não é casual que muitas transformações que engendraram o novo modelo exportador tenham sido realizadas sob Estados ditatoriais ou autoritários e que, apesar das múltiplas consultas eleitorais realizadas após a queda desses regimes, os grupos econômicos que começaram a se tornar fortes na etapa anterior tenham se fortalecido ou mantido seu poderio, acentuando a polarização da sociedade e tornando a América Latina a região que apresenta

---

Geográfico Bruto (PGB) e no ano 2000 esses fundos representariam 80% do PGB”. Ver Juan Arancibia, “La reforma del sistema de pensiones y el ahorro interno”, em Saúl Osorio e Berenice Ramírez (coords.), *Seguridad o inseguridad social: los riesgos de la reforma*. México: Triana Editores/Unam, 1997, p. 191.

<sup>9</sup> De acordo com um estudo realizado em 1998 no Chile, “em 1992, 15,6% dos empregados assalariados trabalhavam sem contrato de trabalho assinado. Em 1994, este número aumentou para 20,3% e em 1996 para 22,3%”. Ver: Magdalena Echeverría e Verónica Uribe. *Condiciones de trabajo en sistemas de subcontratación*, OIT, Santiago, 1998, p. 3. Isso permitiu que no Chile o emprego crescesse nos últimos anos da década de 1990, mas foi um aumento do emprego precário, que tem como uma de suas características a remuneração dos novos assalariados por baixo da linha da pobreza.

os maiores índices de desigualdade<sup>10</sup>. A hegemonia do grande capital latino-americano não foi alterada após as mudanças nas formas de dominação com as chamadas democratizações.

O novo papel do mercado, regido pelo poderio dos grupos monopólicos, gerou novos exercícios da política, que parece deslocada ou relegada a segundo plano diante dos condicionamentos de oferta e demanda. Mas esse deslocamento é altamente funcional para as necessidades políticas do grande capital local e internacional, ou seja, trata-se de um movimento cuja finalidade é não apenas econômica, mas particularmente política, supostamente transferindo a tomada de decisões para um território aparentemente neutro – o mercado –, onde o capital hegemônico tem melhores condições para levar adiante seus projetos.

A “mão invisível” que regeria o mercado foi uma parte central do discurso ideológico (apoiado em paradigmas neoclássicos) empregado pelos dominantes para justificar a sujeição sobre outros interesses de classe e *para ocultar novas modalidades de ingerência estatal em seu benefício*. O suposto abandono da política (ou da politicagem) para abrir passagem para a racionalidade da economia – defendida pela tecnocracia – era na verdade uma nova forma de fazer política, mas agora dirigida para dar conta de outros interesses sociais.

### *Uma nova matriz Estadocêntrica*

Isto posto, a ideia de que teriam chegado ao fim as sociedades organizadas em torno a uma matriz Estadocêntrica na

<sup>10</sup> Sobre este ponto, ver Adolfo Figueroa, “Equidad, inversión extranjera y competitividad internacional”, *Revista de la Cepal*, n. 68, Santiago, agosto de 1998.

América Latina, passando a serem regidas pelo mercado<sup>11</sup>, está equivocada ao colocar ênfase em alguns aspectos do Estado “visível”, como a redução do aparato estatal e o fim de diversas políticas sociais. Essa análise perde de vista a centralidade das novas formas de intervenção estatal e de exercício do poder para concretizar os interesses daqueles que o detêm. No fundo, a reflexão fica frágil ao não considerar os problemas referidos ao Estado “invisível”. De políticas sociais que ofereciam alguma proteção para cobrir as necessidades de amplas classes sociais, incluindo setores assalariados, passou-se nas últimas décadas a formas de intervenção socialmente restringidas.

Estaríamos então numa etapa em que se esgota a *matriz Estadocêntrica*, mais heterogênea e policlassista em sua intervenção, e se inicia a construção de uma *nova matriz, também Estadocêntrica*, porém mais homogênea em relação aos interesses sociais defendidos em sua intervenção.

Isso não nega a necessidade de diferenciar as diversas modalidades de Estado<sup>12</sup>, do aparato estatal, o tipo de políticas que são implementadas e as mudanças nas funções do Estado

<sup>11</sup> Marcelo Cavarozzi e Manuel Antonio Garretón foram dois dos principais expoentes dessas ideias. Do primeiro, pode-se ver: “Más allá de las transiciones. Reflexiones sobre el largo plazo en la política latinoamericana”, no livro compilado por C. Barba, J.L. Barros Horcasitas e J. Hurtado, *Transiciones a la democracia en Europa y América Latina*. México: Flacso/Porrúa, 1991. Do segundo, pode-se ver, em colaboração com Malva Espinoza, “¿Reforma del Estado o cambio en la matriz sociopolítica? El caso chileno”, *Perfiles Latinoamericanos*, n. 1, Flacso, México, dezembro de 1992.

<sup>12</sup> O tema pode ser abordado também a partir da ideia das mudanças nas “formas de Estado”, com ênfase nas questões da legitimidade (mando-obediência), tal como o faz Rhina Roux em *El príncipe mexicano. Dominación y comunidad en el Estado posrevolucionario*, Tese de Doutorado, Facultad de Ciencias Políticas y Sociales, Unam, México, 2003. A ênfase em “como se domina”, relegando o problema de “quem domina”, é uma de minhas principais críticas a esse interessante trabalho.

em diversos períodos históricos. Considerando os últimos elementos, temos uma mudança no *modo de regulação estatal*. Os padrões de industrialização (regidos por políticas econômicas de corte keynesiano) exigiram uma forma de intervenção estatal que se modifica sob o padrão exportador atual (com orientações neoliberais em termos de política econômica). Tudo isso deve estar situado no mapa cartográfico que tem como coordenadas a análise sobre quem detém o poder político e como o exerce.

Por isso, contra o discurso ideológico neoliberal, *é preciso questionar a ideia de que já não há intervenção estatal. Esta intervenção simplesmente se redefiniu* em função dos interesses sociais prevalecentes no Estado. É o que ocorre, por exemplo, quando o “austero” Estado latino-americano passa a cobrir as dívidas de grandes banqueiros ou assume os custos dos investimentos que não prosperam.

Na verdade, as mudanças em relação ao tamanho do aparato do Estado e à reorientação de suas funções levaram à formação de um Estado muito mais eficiente e adequado para os fins do grande capital local e internacional. A desregulamentação da economia gera maiores volatilidades, *o que exige maiores intervenções estatais para regulá-la*, tanto no plano nacional quanto no internacional. Por exemplo, para criar programas de governos ou regiões em crise<sup>13</sup> e para enfrentar a intensificação da concorrência entre capitais.

Esta nova matriz é também Estadocêntrica em relação ao exercício do poder político: foi se radicando no poder

---

<sup>13</sup> Como aconteceu na crise da economia mexicana ao final de 1994, em que o governo dos Estados Unidos, encabeçado por William Clinton, aportou 20 bilhões de dólares para solucionar o problema.



do Estado, no Estado “invisível”, que as novas hegemonias conseguiram reordenar a sociedade e disciplinar as diversas classes. Em suma, o exercício do poder político estatal aparece como a variável fundamental que permite explicar o mundo societário das últimas décadas.

## Conclusões

Frente aos desafios colocados pela mundialização, o Estado latino-americano segue cumprindo tarefas políticas e econômicas essenciais. A “paz social”, na férrea concorrência por capitais no plano internacional, constitui hoje um dos elementos vitais que devem ser alcançados pelos Estados, e isso tem promovido um reforço dos mecanismos de disciplinamento societário e de controle dos conflitos requeridos pelo próprio modelo econômico.

Neste mesmo sentido, é o Estado que negocia com outros Estados os processos de integração regional, bem como os espaços a serem conquistados pela nova economia no plano internacional, de modo que seus dirigentes participam ativamente nos mais diversos fóruns econômicos mundiais. É sobre esta base que o grande capital local e as filiais internacionais assentadas na região tratam de alcançar melhor posições.

Tudo isso exige uma administração estatal cada vez mais eficiente e novos tipos de reforma estatal, temas que estão entre as preocupações centrais de organismos como o Banco Mundial ou a Cepal<sup>14</sup>.

---

<sup>14</sup> Do primeiro, ver *El Estado en un mundo en transformación*, op. cit.; e do segundo, *El pacto fiscal. Fortalezas, debilidades, desafíos*, op. cit.



## VIII. A TRANSIÇÃO PARA A DEMOCRACIA NA AMÉRICA LATINA

### Introdução

Na sociologia política há duas questões centrais para destripar a constituição e o exercício do poder político em um momento histórico determinado. Sua formulação, mas não sua resposta, é simples: *quem detém o poder político e como o exerce?*

A imbricação destas questões é indispensável para alcançar uma justa avaliação dos temas apontados. Do contrário, caso se privilegie uma das questões, sérios problemas podem surgir na análise. Ao considerar apenas a segunda questão, pode-se acabar ignorando os problemas referentes a quem forma o bloco no poder e como se conforma a hegemonia estatal; ao considerar apenas a primeira questão, abandona-se o tema das formas de governo.

Aqui reside uma das principais limitações da chamada teoria da transição – ou consolidação – democrática, que teve forte difusão nas análises políticas da América Latina nas últimas décadas do século XX<sup>1</sup>. O interesse fundamen-

---

<sup>1</sup> Um dos marcos dessa teoria foi o trabalho de G. O'Donnell, P. Schmitter e L. Whitehead, *Transiciones desde un gobierno autoritario*. Buenos Aires: Paidós,

tal dessa teoria se centrou no problema de como se exerce o poder, esgotando-se em precisões sobre o início e o fim das transições, sobre as instituições dos regimes democráticos e suas inter-relações, entre outros temas semelhantes.

Contudo, a preocupação sobre quem detém o poder ficou limitada a constatar as trocas na cúpula do aparato estatal, na esfera que administra o Estado<sup>2</sup>: da passagem de militares e tecnocratas – no caso das ditaduras militares – ou de partidos de Estados e tecnocratas – nas fórmulas civis autoritárias –, para a gestão de governos civis nas mãos de novos tecnocratas e políticos, sem se interrogar sobre os interesses de classe específicos que, sob uma ou outra administração, o Estado realmente representa. Isso deixou os teóricos da transição desarmados para compreender – entre outros temas – os limites reais enfrentados pelos processos de liberalização política.

Buscamos realizar aqui uma análise que contemple as duas questões levantadas. Podemos começar com algumas perguntas que nos remetem imediatamente aos problemas a serem abordados. Os períodos de transição<sup>3</sup> pressupunham trocas da classe reinante. Com essas trocas – que de modo algum foram irrelevantes –, a transição gerou mudanças nos

---

1988, que tiveram ampla gama de seguidores em nossa região. No presente ensaio se encontram comentários sobre outros trabalhos de O'Donnell. (Ed. bras.: *Transições do regime autoritário*, trad. de Adail Sobral. São Paulo: Ed. Vértice, 1988. N.T.) Outro autor de enorme peso na “transitologia” foi Adam Przeworsky, de quem se pode ver *Democracia sustentable*. Buenos Aires: Paidós, 1998.

<sup>2</sup> Ou seja, a “classe reinante”, conforme denominamos a partir da reformulação da proposta de Poulantzas. Ver *Poder político y clases sociales en el Estado capitalista*, *op. cit.* Este tema foi trabalhado no primeiro capítulo do presente livro.

<sup>3</sup> Que não se dirigem necessariamente à democratização das sociedades latino-americanas.

setores sociais que detêm o poder político na América Latina? Implicou mudanças relevantes no bloco de poder? Modificou-se a hegemonia exercida por frações de classes específicas?<sup>4</sup>

Mais concretamente: com o início dos processos políticos de abertura, teriam perdido força os poderes econômicos gestados nos períodos autoritários e os projetos econômicos que esses poderes levaram a cabo?

Formulo uma hipótese-resposta: poucos momentos da história latino-americana expressaram um grau tão forte de oligarquização do Estado e uma capacidade tão marcada de ingerência e decisão política de grupos econômicos restritos como o momento vivido pela região entre as ditaduras militares e o período imediatamente posterior à queda de tais ditaduras (que abarcou um lapso de tempo maior ou menor, conforme a situação) ou entre o estabelecimento dos Estados civis de contrainsurgência e sua substituição por governos surgidos de consultas eleitorais. Talvez seja necessário retornar à segunda metade do século XIX, momento subsequente à constituição dos Estados nacionais, para encontrar uma época que se aproxime desse chamado período de transição democrática, em que o Estado se tornou alvo do botim de alguns poucos grupos. De todo modo, as transições não pressupunham uma mudança substancial do bloco no poder e nem da hegemonia formada durante os governos autoritários, o que ocorreu apenas em casos particulares, já no início do século XXI, como na

---

<sup>4</sup> Entendemos como bloco no poder uma forma particular de articulação das frações e setores das classes dominantes, de acordo com seus graus de força, num período histórico determinado. Dentro desse bloco, alguma fração exerce a hegemonia, ou seja, consegue que seu projeto articule o bloco no poder e se imponha ao resto da sociedade. Sobre o tema, ver Nikos Poulantzas, *Poder político y clases sociales en el Estado capitalista*, op. cit.; e também o primeiro capítulo do presente livro.

Venezuela e na Bolívia, em que a abertura eleitoral oferecida pelas transições permitiu que movimentos e forças populares se organizassem e ganhassem a direção do governo.

No resto da região, em geral assistimos a uma *neo-oligarquização do Estado*. Paradoxal nessa situação é que isso ocorre em momentos em que, devido aos processos eleitorais, os assuntos públicos parecem matéria de decisão da maioria da população, de modo que o Estado latino-americano como nunca antes se apresenta como o Estado de todos<sup>5</sup>.

Para evitar discussões desnecessárias, indico desde logo que não é um problema menor em política a determinação sobre como se exerce o poder e que distingo teórica e politicamente a importância do fato de que, na América Latina, tenha se estabelecido limites aos regimes autoritários, sejam eles militares ou civis. Mas isso tem tanta importância teórica e política quanto responder à questão sobre quem detém o poder. Acredito que a resposta a esta última questão esclarece muito as tendências, as perspectivas e as limitações que subjazem na primeira questão.

### **Exclusão econômica e inclusão política?**

Na América Latina observamos a consolidação de um projeto econômico e social altamente excludente, no mesmo momento em que se coloca em marcha um projeto político – a democratização – que convoca à inclusão social.

Quanta pobreza e exclusão a democracia admite? Quanta democracia permite uma economia que empobrece não apenas

---

<sup>5</sup> A busca de uma explicação geral, como a que se pretende oferecer aqui, impede desenvolver especificações de casos particulares, que obviamente matizariam algumas colocações.

os desempregados, mas também camadas sociais que conseguem emprego?<sup>6</sup> De quanto tempo as novas democracias precisam para oferecer soluções reais aos problemas da exclusão econômica antes de gerar não apenas perda de legitimidade dos governos, mas também desencantos com a democracia realmente existente?

É possível fazer uma lista das características do atual padrão de reprodução de capital de especialização produtiva, na qual se destacam questões como as seguintes<sup>7</sup>:

– É um padrão de reprodução de capital que, como aquele que prevaleceu no século XIX e início do século XX, está particularmente direcionado para os mercados externos. Modelo agro-mineiro exportador foi como se denominou aquele padrão. O atual tem sido qualificado como modelo secundário exportador, nova economia exportadora com especialização produtiva etc.

– Do ponto de vista social, o privilégio dos mercados externos tem sido acompanhado de drásticas restrições ao mercado interno criado pelas classes assalariadas. Importantes camadas sociais têm sido marginalizadas ou perderam posições no consumo pela via de reduções no nível de emprego, aumentos do desemprego e subemprego e pela diminuição do salário real.

<sup>6</sup> Com todas as reservas sobre os critérios assumidos pela Cepal para delimitar o problema, este organismo reconhece que na América Latina a pobreza total aumentou em termos relativos entre 1980 e 1997, passando de 35% para 36% e tendo como ponto mais alto o ano de 1990, com 41%. Ver *Anuário estadístico*, Santiago, 1998, p. 67. Em números absolutos, havia 135,9 milhões de pobres em 1980 e 209,3 milhões em 1994. Cepal, *Panorama social de América Latina*, Santiago, 1996, p. 20.

<sup>7</sup> Analisamos as características do novo modelo econômico em “América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva. Estudo de cinco economias da região”, em Carla Ferreira, Jaime Osorio e Mathias Luce (org.), *Padrão de reprodução do capital*. São Paulo: Boitempo, 2012.

– Temos assim uma modalidade particular de economias exportadoras, pois uma forma é a ampliação da oferta de bens para o exterior com a manutenção e inclusive a ampliação do consumo interno, e outra, bem diferente, é executar aquela ampliação reduzindo este consumo. A aliança entre políticos, tecnocratas e grandes empresários – que comanda o Estado latino-americano em quase todos os casos – optou por se re-inserir na economia mundial reestruturando o consumo local, o que em termos políticos significou modificar as alianças de classes que se organizavam em torno do Estado.

– A nova economia exportadora pressupôs uma drástica transformação nas condições de trabalho da população assalariada. Junto da precarização do emprego e da redução do poder de compra dos salários se unem, como parte de um mesmo processo, prolongamentos das jornadas de trabalho<sup>8</sup>, intensificações do trabalho e inúmeras transformações caracterizadas como “flexibilidade do trabalho”, que favorecem o desgaste prematuro dos trabalhadores. Em muitos terrenos tem se retornado a épocas que pareciam superadas em termos de deterioração das condições de trabalho. Não estamos diante de qualquer modernização, mas de uma modernização que gera brutais condições para os assalariados. Se até os anos 1970 ser pobre estava relacionado com a exclusão do emprego, hoje é possível ter emprego e ser pobre, devido à deterioração do salário e das condições de trabalho.

---

<sup>8</sup> De acordo com os resultados de uma pesquisa realizada em 1992, em indústrias do setor metal-mecânico e de alimentos no Chile, a média de horas semanais trabalhadas eram, respectivamente, 56,4 e 53,5. A jornada legal é de 48 horas semanais. Ver “Restricciones al crecimiento, mercado de trabajo y relaciones laborales”, de Gonzalo Herrera e Gonzalo Rivas, *Economía y trabajo en Chile – 1992-1993*, PET, Santiago, p. 38.



Uma grande polarização social caracteriza a nova economia latino-americana. Os ricos da região, com posições nas listas das maiores fortunas do planeta, são apenas a outra cara dos milhões de pobres que se concentram na região. Temos assim um modelo econômico que democratiza a pobreza, com a mesma capacidade que gera poucos e extremamente ricos setores sociais<sup>9</sup>.

Não é difícil entender que a médio e longo prazo não é viável a convivência entre um projeto econômico tão excludente quanto o que está em marcha atualmente na América Latina e projetos políticos que supõem um imaginário de crescente inclusão, como aqueles ligados à ideia de democratização.

Diante dessa estranha convivência entre uma economia que expulsa e uma organização política que supostamente inclui, colocam-se a médio prazo, pelo menos, as seguintes alternativas: ou a economia termina excluindo menos, incorporando substantivamente setores importantes da população hoje marginalizada do consumo, do emprego e dos benefícios do crescimento econômico em geral – com o que teríamos uma adequação entre economia e política pela via de criar modelos que propiciem o crescimento e a equidade<sup>10</sup> –; ou

<sup>9</sup> De acordo com informes de organismos internacionais, “a América Latina é considerada, em âmbito internacional, a região com mais altos níveis de desigualdade”. Bernardo Kliksberg, “Desigualdad y desarrollo en América Latina: el debate postergado”, em *Revista del Clad*, n. 14, p. 18. Em 1990, “os 20% mais ricos da população na América Latina detêm 52,94% da renda, proporção muito superior a de todas as outras áreas do mundo, inclusive a África do Norte e Oriente Médio (45,35%). No outro extremo, os 20% mais pobres alcançam apenas 4,52% da renda, a menor porcentagem internacional, menor do que na África do Norte e Oriente Médio (6,90%)”. *Ibid.*, p. 19.

<sup>10</sup> Algo inexistente na história regional. Sobre este ponto, ver Fernando Fajnzylber, *Industrialización en América Latina. De la “caja negra” al “casillero vacío”*, Cuadernos de la Cepal, n. 60, Santiago, 1989.

então os processos de abertura incluem menos do que parece, de modo que se chega a uma adequação com a economia pela via da institucionalização dos sistemas políticos, que se abrem em certos espaços – aqueles menos significativos em termos econômicos e políticos – para estreitar seu círculo no campo das decisões substanciais. A seguir veremos que no fundo foi este o curso seguido pelos processos de democratização da região, considerando a exceção dos governos populares da Venezuela e da Bolívia.

### **Os fundamentos da chamada democratização**

Como vimos, o Estado é também uma comunidade – ilusória –, e nele tem um papel central o processo pelo qual aqueles que obedecem reconhecem o direito de mandar daqueles que de fato mandam.

Nas últimas três décadas do século XX, a América Latina viu o esgotamento de uma relação de mando-obediência que perpassava a proteção do Estado sobre amplos setores sociais através de políticas de emprego, benefícios sociais em matéria de saúde, educação e moradia, proteção no trabalho e seguridade social. Este arremedo – mas em condições de dependência – do Estado de bem-estar configurado nas economias centrais permitiu a conformação de amplas alianças sociais que, no quadro de uma onda cíclica recessiva no sistema mundial e de recessão da região, tornaram-se onerosas para o capital.

Com o desdobramento de novas formas de reprodução do capital, no contexto de uma reorganização da divisão internacional do trabalho, os setores dominantes da região buscaram restabelecer sobre novas bases a relação de mando-obediência, fazendo com que a cidadania, o voto, as eleições e a transição para a democracia fossem os novos eixos de um novo padrão de

legitimidade. A brutal guerra contrainsurgente desenvolvida sob formas militares e civis a partir da década de 1960 abriria – no cálculo dos setores dominantes – um amplo espaço para transições sem sobressaltos políticos.

Após um primeiro momento em que pareciam amadurecer os novos mecanismos de legitimação, sustentados no imaginário de integração presente no “você decide” das disputas eleitorais, logo se fariam presentes sérios problemas cujas expressões mais significativas estão representadas pelo surgimento de novos governos que expressam uma rápida rearticulação de forças populares capazes de se manifestar nas lutas eleitorais e que, apoiados na organização e mobilização de setores populares, propuseram-se não apenas a modificar a política neoliberal em marcha, mas também a estatizar e nacionalizar importantes recursos naturais, além de estabelecer outras limitações para as operações do capital.

O hiato entre o Estado e o aparato de Estado, na dominação exigida pelo capitalismo, e a administração deste aparato por setores sociais que não se situam nas classes dominantes constituem a base para compreender a possibilidade teórica e política de entronização de governos populares como os presentes atualmente na região.

No esforço de oferecer uma linha de interpretação geral que integre os movimentos econômicos e políticos da região nas últimas décadas, o presente capítulo se concentra nesses processos e em suas soluções atuais, que apresentam uma imbricação simultânea de democracia e autoritarismo<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> Para um desenvolvimento mais amplo de algumas das hipóteses presentes aqui, ver Jaime Osorio, *Explotación redoblada y actualidad de la revolución*. México: Itaca-UAM, 2009.

## **Transformações na reprodução do capital e no padrão de legitimidade**

O início das consultas eleitorais para a eleição das autoridades governamentais e sua formulação teórico-ideológica como transição para a democracia fizeram parte de uma mudança substancial nos mecanismos de legitimação do Estado latino-americano e da relação de mando-obediência. Esta mudança teve como pano de fundo profundas transformações econômicas e políticas na região, que, por sua vez, fizeram parte de uma grande transformação no sistema em seu conjunto ocorrida nas últimas três décadas do século XX.

### *O esgotamento do Estado protetor*

No bojo da longa onda de queda da taxa de lucro em escala sistêmica iniciada ao final dos anos 1960 e de suas expressões na América Latina, com a redução da taxa de crescimento nos anos 1970 e a crise da dívida dos anos 1980 – a chamada “década perdida”, segundo os organismos internacionais –, as amplas alianças de classes que sustentavam o padrão industrial vigente e uma comunidade estatal regida por laços de proteção e obediência se tornaram um duro obstáculo para a acumulação e reprodução do capital local.

Para as economias de maior desenvolvimento na região, esse padrão implicou, em termos políticos, um arremedo do *welfare state*, que se formou nas economias centrais, incitando os Estados a estabelecerem políticas de emprego, salários, educação, saúde, moradia, seguridade social, proteção no trabalho<sup>12</sup> etc., que constituíram uma base real para gerar

---

<sup>12</sup> A partir da perda de vários desses benefícios, é possível ter atualmente uma dimensão da envergadura daquelas políticas e de sua capacidade para sustentar alianças sociais com amplos e diversos setores das classes dominadas.

e sustentar amplas alianças com setores assalariados da pequena burguesia estatal e do setor privado, bem como com setores operários e camponeses. Esse processo, por sua vez, estava vinculado às primeiras etapas do padrão industrial (parte final dos anos 1930 até a década de 1950), que exigiam níveis significativos de participação de setores assalariados no mercado local.

Nos anos 1960 e 1970 a divisão no interior da burguesia latino-americana tende a se aprofundar, o que terá importantes consequências para as questões que aqui nos ocupam, na medida em que emerge uma fração monopólica fortemente associada ao capital estrangeiro e fundamentada em um ramo de produção mais complexo do que a indústria de alimentos, de vestuário, de calçados e de bens duráveis – particularmente móveis e produtos básicos para o lar –, que caracterizou as primeiras etapas da industrialização latino-americana e que deu vida a uma fração burguesa tradicional.

A nova fração burguesa, mais dinâmica, concentra seus investimentos em bens intermediários e em bens de consumo duráveis complexos (como a produção de automóveis e de eletrônicos, como rádios, geladeiras e televisores), o que exige a formação e/ou o fortalecimento de um mercado de alto consumo local, ao mesmo tempo em que coloca na mira os mercados externos, particularmente os mercados regionais. É nesse contexto que se dão os primeiros acordos de integração sub-regionais realizados na época (Aladi, Pacto Andino na parte sul do continente, Mercado Comum Centro-americano mais ao norte), e é também neste contexto que ocorrem a agudização das disputas interburguesas e as pressões iniciais da nova fração burguesa para acabar com as prerrogativas

do mundo do trabalho na etapa mais dinâmica e expansiva do padrão industrial<sup>13</sup>.

O esgotamento daquelas amplas alianças sociais se tornou mais patente em termos econômicos e políticos quando o grande capital transnacional, a partir de final dos anos setenta, impulsionou fortemente a grande transformação, visando alterar a organização global do sistema mundial sobre a base de uma nova divisão internacional do trabalho, que se formará em torno das cadeias globais de produção<sup>14</sup> e da segmentação dos processos produtivos, agora possível devido à revolução tecnológica na microeletrônica, no software, nas comunicações e no transporte, que possibilitou o deslocamento a baixo custo de segmentos produtivos e de mercadorias para lugares remotos do planeta e o controle da produção e da qualidade, em tempo real, a partir de escritórios localizados no mundo central.

Nesta segmentação, as economias imperialistas tenderam a monopolizar as fases de desenho, pesquisa, geração de conhecimentos, a definição de políticas de *marketing* e de comercialização, bem como o controle de qualidade e eficiência, deixando as fases de produção e montagem nas economias periféricas e dependentes<sup>15</sup>.

<sup>13</sup> É esta divisão que, no caso do Chile, explica as duas candidaturas apresentadas pela burguesia para as eleições presidenciais de 1970, permitindo o triunfo de Salvador Allende com pouco mais do que 30% dos votos. Naquele tempo não havia segundo turno e o Congresso Nacional deveria optar entre as duas primeiras maiorias. Os votos da Democracia Cristiana, fraturada pela luta interburguesa e entre uma crescente mobilização popular, acabam se inclinando para o candidato da Unidad Popular.

<sup>14</sup> Ver Gary Gereffi e Miguel Korzeniewicz, *Commodity Chains and Global Capitalism*, Praeger, Westport, 1994. E também de Gary Gereffi, "Las cadenas productivas como marco analítico para la globalización", *Problemas del Desarrollo*, n. 125, IIEc-Unam, México, abril-junho de 2001.

<sup>15</sup> *Ibid.*

Sob a égide dos grandes monopólios transnacionais, foram desenvolvidas cadeias de subcontratação em todo o planeta, numa estrutura altamente hierarquizada, com grandes, médias e pequenas empresas inseridas na dinâmica imposta pelas empresas que encabeçam as cadeias globais, com fortes transferências de valores das economias dependentes para o mundo central<sup>16</sup> e com redução dos salários, das aposentadorias e dos direitos dos trabalhadores à medida que se desce na hierarquia da cadeia. A chamada precarização do trabalho (empregos sem contrato ou com contratos de curto prazo, que não geram direitos, mas sim longas jornadas sem o pagamento de horas extras, com baixos salários) é a outra cara, particularmente no mundo dependente, do reino das grandes indústrias de ponta nas cadeias globais.

Nunca como a partir das últimas décadas do século XX o capital conseguiu uma subsunção real do trabalho e da natureza de tal magnitude e uma expansão planetária de tamanha envergadura – alimentada pela queda do antigo campo socialista e sua rápida inserção nos circuitos do capital e das cadeias globais, bem como pela agressiva incorporação da China ao mercado mundial.

### *As bases para uma nova legitimidade*

Essa nova divisão internacional do trabalho marcou o fim do padrão industrial e colocou as bases para um novo padrão de reprodução do capital<sup>17</sup> nas economias da região, após um

<sup>16</sup> De 1999 a 2006, a transferência líquida de recursos foi desfavorável para a América Latina, chegando a 75,5 bilhões de dólares. Cepal, *Estudio Económico de América Latina y el Caribe – 2005-2006*, Santiago, 2006, p. 345.

<sup>17</sup> Sobre a noção de “padrão de reprodução do capital” e suas formas na América Latina, ver Jaime Osorio, “Padrão de reprodução do capital: uma proposta

período de mudança mais ou menos curto segundo cada caso: trata-se do padrão exportador de especialização produtiva, em que o capital busca sua realização particularmente em mercados externos<sup>18</sup>, de modo que se abandona o projeto de industrialização diversificada que caracterizava o padrão exterior, com a finalidade de promover agora a especialização, seja ela agrícola, mineira, agroindustrial ou industrial<sup>19</sup>. A fração burguesa mais dinâmica, fortemente monopólica e associada ao capital estrangeiro, reestruturada e fortalecida pela massiva venda de ativos públicos a preços irrisórios, hegemonizará o novo projeto.

A reestruturação produtiva exigida pela nova reprodução implicava acelerar os processos de centralização de capitais, com a finalidade de aumentar as condições de concorrência nos mercados externos e no mercado local frente aos processos de abertura impulsionados pela grande transformação,

---

teórica”, em Carla Ferreira, Jaime Osorio e Mathias Luce (orgs.), *Padrão de reprodução do capital*, op. cit.

<sup>18</sup> Entre 1973 e 1988, a América Latina ganhou pequenas, embora significativas, posições no comércio mundial, passando de 3,9% a 5% do total das exportações mundiais. Isso enquanto para os Estados Unidos e o Canadá essa cifra caiu de 19,1% para 18,6% e para a Europa ocidental passou de 50,3% para 47,4% do total. Cepal, *Globalización y desarrollo*, Santiago, 2002, p. 32. Outro indicador da vocação exportadora do novo padrão: o valor das exportações totais da América Latina e do Caribe quase triplicou no período de uma década, passando de aproximadamente 280,7 bilhões de dólares em 1995 para 779,4 bilhões em 2006. Cepal, *Anuario Estadístico de América Latina y el Caribe. 2007*, Santiago, 2007, p. 262.

<sup>19</sup> Seria um erro, portanto, chamar o novo padrão de “secundário exportador”. Ver José Valenzuela Feijóo, *¿Qué es un patrón de acumulación?* México: Facultad de Economía-Unam, 1990. Somente algumas economias, em particular o México e o Brasil, fazem da produção industrial um eixo fundamental do atual padrão. Ver Jaime Osorio, *Crítica de la economía vulgar. Reproducción del capital y dependencia*. México: Miguel Ángel Porrúa/UAZ, 2004, cap. 4: “El nuevo patrón exportador latino-americano”.



de modo que a subordinação e o disciplinamento do resto dos setores burgueses em relação a esse setor monopólico se tornam necessários e são alcançados em diversos casos após agudos enfrentamentos.

Os processos de privatização, por sua vez, fizeram parte de um agressivo movimento de expropriação de ativos sociais da população trabalhadora. Isso foi possível devido a uma radical mudança da correlação de forças na sociedade e ao predomínio assumido nesses processos, dentro do Estado, pelo grande capital local e transnacional.

A ruptura das amplas alianças no mundo dos assalariados tinha condições objetivas para ocorrer, dado o papel secundário desses setores no mercado necessário para a nova produção, o que tornava possível a elevação da taxa de exploração mediante a simples transferência de parte do fundo de consumo dos trabalhadores para o fundo de acumulação, pela via de uma violenta queda dos salários reais<sup>20</sup>, agudizando a tendência da reprodução dependente a manter os salários abaixo do valor da força de trabalho. Com isso, promoveu-se uma forte concentração de renda<sup>21</sup>, o que possibilitou a criação de um mercado interno estreito em termos sociais, mas com um alto poder de consumo, que figurou como o outro mercado (junto ao externo) da nova reprodução.

<sup>20</sup> No México, o salário mínimo caiu aproximadamente 70% entre a década de 1980 e meados da década de 1990. Cepal, *Indicadores sociales básicos de la subregión norte de América Latina y el Caribe*, México, 1997, p. 8. No Chile, uma das economias mais dinâmicas da região, o salário médio em 2002 ainda não chegava aos níveis de 1972. Em *Economía y Trabajo en Chile*, Programa de Economía del Trabajo, Santiago, 2003, p. 276.

<sup>21</sup> Em 2002, por exemplo, os 10% mais ricos da região se apoderavam em média de 36,1% da riqueza social, enquanto os 40% mais pobres detinha em média apenas 36,1% da riqueza. Cepal, *Panorama social de América Latina 2002-2003*, Santiago, 2003, p. 72-75.

É neste contexto que se engendram medidas devastadoras para os direitos adquiridos quanto à seguridade social, ao trabalho, à aposentadoria etc. Sob tal modalidade de reprodução, a precarização do trabalho, o aumento da pobreza e da miséria e o crescimento da desigualdade social passaram a ser resultados normais<sup>22</sup>.

### *De súditos e cidadãos*

O neoliberalismo se torna a política econômica que permite romper as travas e abrir os caminhos para o novo padrão de reprodução. A austeridade e o equilíbrio fiscal, a desregulamentação, o mercado como espaço de alocação dos recursos: esses são alguns dos novos eixos do discurso econômico. Nessas condições, a dominação e a legitimidade dos setores dominantes não poderiam seguir se sustentando no protecionismo, no paternalismo estatal e no rombo fiscal, segundo o novo evangelho do capital.

O fim do Estado inchado e das políticas populistas foram alguns dos temas que indicavam o fim de uma etapa não apenas econômica, mas também política.

Do Estado paternalista e protetor deveria se passar ao Estado eficiente, e do súdito ao cidadão. A legitimidade seria alcançada agora não mais pelas regalias estatais outorgadas a sujeitos acostumados a pedir e esperar, mas sim por sujeitos adultos e políticos, sábios, capazes de decidir em consultas eleitorais transparentes e que recebem do mercado os benefícios equivalentes ao seu esforço e capacidade. A ofensiva de um

---

<sup>22</sup> A América Latina é a região que apresenta as cifras mais extremas em termos de desigualdade social, como resultado do duplo processo de aumento da apropriação *absoluta* de riqueza nos estratos altos e de queda, também de forma absoluta, da renda dos estratos mais baixos.

liberalismo tacanho, transvestido com uma mensagem que destacava as virtudes distributivas do mercado e a força do cidadão-eleitor, dava as caras como fórmula que regeria agora a relação de mando-obediência. Foi no bojo dessa agressiva política econômica e social que emergiu o discurso político da transição para a democracia.

Se a proteção do antigo Estado havia conseguido mitigar os efeitos da exploração para certos setores da população, nas novas condições o capital monopólico reduziu tal proteção e deixou à deriva amplas camadas da população, tornando-se agora um Estado protetor, paternalista e interventor apenas para as necessidades do capital<sup>23</sup>.

#### *A aporia entre o projeto econômico e o discurso político*

Não deixa de chamar a atenção a aporia presente no processo visto em seu conjunto, conforme tem sido aqui analisado: enquanto no campo econômico-social se colocava em marcha intensos processos de espoliação, desapropriação, pauperização e exclusão, no terreno político se convocava para a inclusão sob o imaginário de uma sociedade em que os indivíduos-cidadãos tomariam as rédeas das decisões sobre a vida pública.

Ao considerar a vida social como uma unidade, não é possível que no médio e longo prazo a economia e a política caminhem em direções tão contrárias. Ou a economia não excluía como as estatísticas mostravam – de modo que se

---

<sup>23</sup> A salvação do sistema bancário mexicano na segunda metade dos anos 1990, conhecido como Fobaproa (Fundo Bancário de Proteção à Poupança), que impôs sobre o conjunto da população e gerações futuras os custos desse processo, forma parte da história do Estado protetor que o capital conseguiu constituir na região nesse período, quando renegava precisamente o protecionismo estatal, o que revela que o Estado seguiu intervindo, mas agora com outro sentido social e político.

tornaria viável uma democratização com inclusão; ou então a democratização não incluía tanto quanto seu discurso tratava de afirmar – de modo que assim se sintonizava com as exclusões presentes no campo econômico. Esta última via foi a que de fato ocorreu na região nos primeiros anos de transição para a democracia: a força do voto serviu apenas para definir a substituição das elites ou da classe reinante que administra o aparato estatal, nunca para definir a agenda nem o rumo dos assuntos públicos, ou então o padrão de reprodução ou a política econômica que deve ser aplicada, o tipo de comunidade estatal a ser construído ou o espaço de decisões possíveis na chamada democratização.

Isso foi o que fundamentalmente expressaram os governos de Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso no Brasil, Patricio Aylwin e Eduardo Frei Ruiz-Tagle no Chile, Raúl Alfonsín e Carlos Menen na Argentina, Alberto Fujimori no Peru, Carlos Salinas de Gortari até Vicente Fox no México – para mencionar alguns nomes.

No entanto, pouco depois apareceriam outras opções, por certo inesperadas, quando novas organizações sociais e políticas – aproveitando-se das fissuras interburguesas abertas pela nova economia e alimentadas pelo achaque social e pelas ofensivas sobre o campo popular, frutos do padrão excludente e depredador e da política econômica neoliberal – triunfam e se apropriam das promessas não cumpridas da transição democrática, começando a decidir não apenas sobre os funcionários que ocuparão os postos-chave do aparato estatal, mas também sobre o rumo dos assuntos públicos, provocando problemas para a reprodução do capital e sua dominação, e tornando palpável a possibilidade de outras formas de democratização e de organização da comunidade.

## **Os novos governos populares**

A eleição e conformação de governos que, em linhas gerais, podem ser qualificados como populares – seja pelas forças sociais e políticas nas quais se apoiam, seja pelas políticas que impulsionam – foi uma verdadeira surpresa para os setores dominantes, e também para as forças populares, tendo em vista as condições prévias prevalecentes na região.

### *A guerra contrainsurgente e os novos espaços para a dominação*

O novo padrão de legitimidade sustentado na figura do cidadão convocado para consultas eleitorais confiáveis repousa numa base sólida para poder ser levado a cabo e funcionar: o enorme espaço político dos setores dominantes outorgado pela guerra contrainsurgente executada fundamentalmente entre os anos 1960 e 1980 na região.

Esta guerra provocou efeitos devastadores no campo popular, considerando as organizações políticas e sindicais destruídas ou desarticuladas; o número de dirigentes, militantes e simpatizantes assassinados, torturados, desaparecidos, presos ou expulsos de seus países; a violência e o terror exercidos sobre grande parte da população; o fechamento de espaços políticos e o estabelecimento de ditaduras militares em muitos casos; a proscrição de meios de comunicação; o fechamento de faculdades e cursos de ciências sociais; o empastelamento de editoras progressistas, a queima de livros, o controle das publicações e a proibição de manter determinados títulos ou autores em bibliotecas públicas e privadas.

A guerra contrainsurgente não significou apenas a alteração radical da correlação de forças em favor do capital em termos políticos. Constituiu também o embasamento que tornaria possíveis as grandes transformações econômicas que o grande

capital local e internacional colocou em marcha. Somente através do espaço e da força obtidos naquela guerra – mais aberta em alguns casos, mais soterrada em outros, porém presente em toda a região – o capital pôde lançar as bases políticas de disciplinamento e paz social para a nova reprodução. *Nunca a política foi tanta economia concentrada.*

Junto à desarticulação executada nos Estados nacionais e também com a coordenação de operações de contrainsurgência sub-regionais<sup>24</sup>, houve o impulso das políticas neoliberais que, em relação ao tema que aqui nos interessa, cumpriam com o objetivo político de prosseguir as tarefas de atomização e desarticulação de redes sociais de contenção iniciadas pela guerra de contrainsurgência. Tais políticas foram, portanto, a continuação da guerra por outros meios. *Nunca a economia foi tanta política concentrada.*

### *Uma rápida rearticulação popular*

Ao ponderar a devastação provocada pela guerra contrainsurgente e suas derivações neoliberais, nada indicava que em curto e médio prazo a abertura de certos espaços políticos provocaria irrupções como as que ocorreram na região, com a emergência de governos como os de Hugo Chávez na Venezuela – eleito inicialmente em 1998 e reeleito em 2000 e em 2006 – e o de Evo Morales na Bolívia – eleito em 2005 e reeleito em 2009.

Estes governos formam a ponta de lança em termos de organização e disposição de luta alcançadas por diversos setores

<sup>24</sup> Como o Plano Condor, nome da coordenação dos serviços de inteligência postos em marcha pelas ditaduras do Cone Sul na luta contrainsurgente, não apenas para a troca de informações, mas também para realizar operativos conjuntos contra os opositores.

sociais, tanto nas sociedades em que ocorreram esses triunfos, como no restante da região, cabendo mencionar: a longa ação dos operários metalúrgicos no Brasil, que somou novos setores urbanos e populares e deu vida ao Partido dos Trabalhadores e, também nesse país, a ação dos camponeses e trabalhadores rurais organizados no Movimento dos Sem Terra; o levante indígena em Chiapas, no México, precisamente no momento em que se iniciava o Tratado de Livre Comércio com Estados Unidos e Canadá, projeto que, na visão oficial, marcava a entrada do México no Primeiro Mundo; as mobilizações indígenas na Bolívia e no Equador, que levaram à queda de vários governos; a sublevação popular que pôs fim ao governo de Fernando de la Rúa na Argentina; as massivas mobilizações populares nas eleições de 2006 no México e a organização e mobilização da Asamblea Popular de los Pueblos en Oaxaca (APPO); a resistência dos povos indígenas no Peru e no Chile, mais recentemente, frente a diversos projetos de expropriação de suas terras.

Por que a guerra contrainsurgente, apesar de sua extensão e profundidade, não conseguiu resultados de maior fôlego? Por que a transformação de estruturas e relações e a ruptura de tecidos sociais não geraram bases mais estáveis de dominação?<sup>25</sup>

Não há paralelo na história moderna de operações político-militares de tamanha envergadura<sup>26</sup> e que, no entanto,

---

<sup>25</sup> Chile é talvez a sociedade regional em que a contrarrevolução alcançou seus mais duradouros efeitos, produto de uma profunda transformação de todo o tecido social e ideológico. Mas mesmo neste país já vemos rearticulações e reativações sociais importantes na primeira década do século XXI, como nas mobilizações dos estudantes, dos povos mapuches e inclusive das organizações sindicais.

<sup>26</sup> Entre 1960 e 1996, o número de execuções e desaparecimentos forçados na Guatemala chega a aproximadamente 200 mil pessoas. No Peru, calcula-se

apresentem, em tão breve período – em menos de três décadas –, um nível de rearticulação e reanimação de forças populares, que inclusive assumiram a iniciativa política e abriram processos com potencialidades de questionar a dominação do capital<sup>27</sup>.

### *Elo fraco e atualidade da revolução*

São muitos os aspectos que incidem na situação antes apontada. Numa simples enumeração, cabe destacar os seguintes:

– As injúrias provocadas pela própria guerra contrain-surgente incitaram respostas que mantiveram acesa a chama da rebeldia mesmo nos piores momentos da repressão, com a organização de novos setores sociais que procuram o paradeiro de seus filhos, filhas ou cônjuges desaparecidos e demandam o julgamento de militares e civis implicados nos crimes, e que mantêm uma disposição de desafio frente à brutalidade ditatorial que impediu que o refluxo fosse maior. As Madres

---

69 mil mortos e desaparecidos entre 1980 e 2000, segundo a Comisión de la Verdad y Reconciliación; na Argentina, os desaparecidos no período militar dos anos 1970 chega a 30 mil, com 2.434 mortos; e no Chile, foram mortas sob o período ditatorial de Pinochet 2.095 pessoas, 1.102 desaparecidas, e milhares presas e expulsas do país. No México, segundo o informe da Fiscalía Especial para Movimientos Sociales y Políticos del Pasado, o número de desaparecidos entre 1964 e 1982 (que cobre os governos de Díaz Ordaz, Echeverría e López Portillo) chega a 784 pessoas, cifra que pouco diz pouco ao considerar o terror estatal desatado em 2 de outubro de 1968 na matança de estudantes na praça de Tlatelolco, na Cidade do México, e em diversas zonas do país durante aqueles anos; na Colômbia os desaparecidos chegam a 27 mil em quinze anos (1985-2000); e em El Salvador o conflito armado na década de 1980 deixou 75 mil vítimas de violações dos direitos humanos. Ver a página *desaparecidos*, agregando o país.

<sup>27</sup> Após a derrota na Guerra Civil espanhola (1936-1939), em que se calculam pelo menos 500 mil mortos, as forças progressistas na Espanha não conseguiram sair do refluxo até o triunfo do PSOE com Felipe González nas eleições de 1982, mas de modo algum em condições de questionar a dominação.



de la Plaza de Mayo na Argentina são o melhor exemplo dessas organizações e da audácia e ousadia de suas ações.

– A concretização do padrão de reprodução e a política econômica neoliberal foram um poderoso estímulo para a efervescência social, devido à sua agressividade em termos de exploração, pauperização, expropriação e desigualdade social. Em um quadro de sociedades que sofreram importantes transformações – como uma elevada população urbana, com graus nada desprezíveis de educação e organização –, a ortodoxia na aplicação dessas políticas na região operou como detonador político para a ação, apesar da repressão e do medo.

– Embora a nova reprodução tenha tendido a debilitar numericamente o proletariado propriamente industrial, alimentou a criação de novos segmentos proletários no campo dos serviços e do chamado trabalho informal<sup>28</sup>, elevando a magnitude de *paupers* urbanos – que se fizeram sentir, por exemplo, nas revoltas populares que conduziram à queda do governo de Fernando de la Rúa na Argentina em 2001.

– A política de acumulação por despossessão incentivada nas últimas décadas sobre territórios de comunidades camponesas-indígenas colocou-as no centro de uma das manifestações mais agressivas do capital, o que incitou nesses setores sociais a organização, a resistência e a disposição de luta, tornando-se sujeitos políticos significativos em diversos processos na história recente da região.

– Existe um tecido social, político e cultural oriundo das raízes comunitárias indígenas e camponesas que se mantém vivo em muitas partes do subcontinente, em que as tendên-

---

<sup>28</sup> Ver Ricardo Antunes, “Al final, ¿quién es la clase trabajadora hoy”, em *Herramienta*, n. 36, Buenos Aires, outubro de 2007.

cias do que se valoriza não se arraigam completamente, e que operam como diques de contenção à devastação econômica e política produzida pelo capital com particular força nas últimas décadas<sup>29</sup>.

– Tudo isso fica presente na memória coletiva dos usurpados e injuriados, na região em que as rebeliões populares têm sido uma constante em sua história de longa e média duração.

– No terreno propriamente estatal, a concretização do novo padrão de reprodução se tornou possível a partir de profundas rupturas sociais, tanto no interior das classes dominantes, como particularmente no campo das classes dominadas. Esta situação limitou os projetos em estabelecer um novo padrão de legitimidade para o capital sobre a base de uma democratização formal e restringida.

– As derrotas político-militares sofridas pelas organizações que apresentavam formas de luta para além da institucionalidade na etapa contrainsurgente, frente à ausência ou precariedade de mecanismos de luta eleitoral minimamente confiáveis, provocaram redefinições em algumas delas, devido não apenas às derrotas, mas também pelo início de aberturas que tornaram possível a disputa pela via institucional e eleitoral. Este processo possibilitou a presença de novos partidos e de novos contingentes da classe política na região com práticas que se afastam da decomposição dessa classe política<sup>30</sup>.

---

<sup>29</sup> Para uma análise das rupturas de alguns desses diques na situação mexicana, ver o artigo de Rhina Roux, “El Príncipe fragmentado. Liberalización, desregulación y fragmentación estatal”, em *Veredas*, n. 20, primeiro semestre de 2001.

<sup>30</sup> A melhor expressão dessa situação é Evo Morales e sua equipe de governo. Mas seria possível agregar o papel de ex-tupamaros no Uruguai; de quadros da Frente Farabundo Martí em El Salvador, de onde provém precisamente o atual primeiro mandatário Mauricio Funes; de quadros que alimentaram a

Aspectos como os anteriormente mencionados, em si mesmos relevantes para compreender a ascensão social e política dos oprimidos nas últimas décadas, se redefinem e se potencializam ao serem visualizados no marco das debilidades estruturais de dominação na região, expressão de formas de reprodução do capital que recriam a tendência de se sustentar na exploração *redobrada* e que agudizam a tensão presente na lógica do capital entre a dinâmica da estrutura produtiva e as necessidades dos trabalhadores, expressada num acentuado hiato no mundo dependente<sup>31</sup>.

Este hiato faz com que, em quase dois séculos de história de independência (formal) da região, tenham prevalecido os padrões com vocação exportadora, sendo que, quando muito, em apenas três ou quatro décadas, e apenas onde tendeu a operar o padrão industrial, é possível encontrar uma participação significativa dos assalariados no mercado local. No mais, vemos modelos exportadores que sempre foram acompanhados de significativos processos de marginalização e/ou redução

---

formação do PT no Brasil e que participaram da equipe de governo de Lula; bem como de ex-insurgentes presentes na equipe de Chávez na Venezuela. Não poucos ex-insurgentes e ex-guerrilheiros, porém, se converteram e se apropriaram rapidamente das práticas mais nefastas da classe política regional. Cabe ressaltar que esse processo vai além da simples explicação de casos individuais. Sobre o tema, ver Jaime Osorio, “Descomposición de la clase política latinoamericana: ¿el fin de un periodo?”, em *Nueva Sociedad*, n. 203, maio-junho de 2006. Este material está incluído no livro *Explotación redoblada y actualidad de la revolución*, *op. cit.*

<sup>31</sup> Esta é uma das manifestações do conflito entre o capitalista e o trabalhador: o capital, ao enfrentar o trabalhador como produtor, procura extrair a maior mais-valia possível, mesmo à custa de se apropriar de parte do fundo do consumo do trabalhador, se contradizendo ao enfrentá-lo como consumidor, ao desejar que o trabalhador conte com um alto salário que favoreça a realização da mais-valia.

do consumo dos trabalhadores. As cifras da queda radical dos salários em termos reais no atual padrão o comprovam<sup>32</sup>.

Essa forma particular de reprodução do capital *agudiza as fraturas sociais e políticas inerentes a todo e qualquer capitalismo* e limita as condições de desenvolvimento de modalidades de dominação mais ou menos estáveis, potencializando também a força de ruptura dos dominados.

Tal modalidade de reprodução fez parte dos processos em que o capital transnacional e o local ampararam uma *acelerada inserção da região nos processos mundiais de acumulação*, desde o fim dos pactos coloniais e com maior força no último terço do século XIX<sup>33</sup>, fortalecendo as alianças entre esses setores, sem prejudicar a transferência de valores das economias dependentes para o mundo imperialista em encadeamentos proveitosos para ambos<sup>34</sup>. Isso estabeleceu limites para o surgimento de uma burguesia com projetos nacionais na região.

<sup>32</sup> Podem existir diferentes modelos de formação de economias exportadoras por parte do capital: alguns baseados na manutenção ou aumento do consumo da população trabalhadora (como no caso da Alemanha, por exemplo, e outros com base na redução desse consumo (que é o caso das economias da América Latina), através de vários mecanismos de superexploração.

<sup>33</sup> “O que abriu a porta para o caminho da modernização que (...) estava fechada (...) ao final da Colônia e nos primeiros anos da Independência foi o processo de formação do mercado mundial na segunda metade do século XIX e o ciclo de expansão do capital central, que incorporou a América Latina (...) ao movimento do capital mundial, que sofreu uma aceleração sem precedentes a partir dos anos sessenta do século XIX”. Adolfo Gilly, *La revolución interrumpida*. México: Ed. Era, 1994, p. 16 (nota de rodapé).

<sup>34</sup> A grande burguesia local (e seus antepassados oligárquicos), em suas diversas etapas, necessita estreitar laços com o capital estrangeiro, já que assim aumenta sua capacidade de apropriação de lucros extraordinários, fazendo com que o peso substancial daqueles valores transferidos para os setores mais poderosos do capital acaba sendo assumido pelos setores atrasados do capital local e particularmente pela exploração redobrada dos trabalhadores.

Aquela acelerada inserção nos circuitos mundiais de acumulação permitiu a *internalização dos conflitos que atravessam o sistema mundial capitalista* e, por sua vez, levará a uma rápida reorganização das estruturas produtivas locais, com uma acelerada maturação dos grupos humanos e dos conflitos inerentes à valorização do capital. A contradição capital-trabalho se constitui assim no eixo da vida societária no momento em que o encadeamento do mundo sob a direção e sujeição do capital alcança um novo estágio em sua fase imperialista, a partir de finais do século XIX. Daí em diante, as contradições do sistema tendem a se concentrar em seus elos fracos.

A vocação de ruptura e a capacidade dos oprimidos da região para gerar, de forma recorrente, condições em que a dominação se veja ameaçada, não provêm de particularidades genéticas para a violência ou para o não reconhecimento das autoridades e sua não obediência. Isso é resultado de uma particular configuração reprodutiva que lhe atravessa, em condições de uma agressiva e acelerada vinculação com os processos de acumulação em escala mundial, em que a barbárie que acompanha o furacão do capital predomina sobre seus possíveis efeitos civilizatórios, alimentando tendências permanentes para a rebelião e para a constituição de sujeitos sociais que recorrentemente colocam em questão as bases da dominação e da exploração<sup>35</sup>. Com isso, torna-se presente, também de forma recorrente, a atualidade da revolução<sup>36</sup>.

<sup>35</sup> Os oprimidos da região, filhos legítimos do capital, geram explosões sociais e desenvolvem capacidades organizativas cuja força tende a se projetar sobre os núcleos e relações que articulam e organizam a dominação, frente à fragilidade de sua sustentação e à debilidade para que seja oculta, ou para que se torne hegemônica no sentido gramsciano. Assim, suas irrupções políticas não tendem a se limitar a tumultos ou motins sem maiores repercussões no campo do poder.

<sup>36</sup> Com essa noção, Georg Lukács sintetizou uma das principais contribuições de Lenin para a teoria da revolução. Ver "Lenin. Estudio sobre la coherencia

## O hiato entre Estado e aparato de Estado

A possibilidade de que forças políticas que não representam diretamente posições do capital possam ter acesso ao aparato estatal tem sua raiz no hiato existente entre o Estado e o aparato do Estado capitalista<sup>37</sup>. Vejamos melhor este assunto.

Uma particularidade do Estado capitalista se refere ao fato de que o manejo e a administração do aparato estatal tende a estar nas mãos de classes e setores sociais que não compõem as classes dominantes. Uma das razões dessa particularidade é ser ela mesma um elemento essencial para o exercício da dominação de uma ordem societária sustentada no imaginário de uma comunidade conformada por homens livres e iguais.

Tal como acontece com a organização da classe política, que recorre aos princípios de representação, a conformação da classe reinante daquele modo contribui para obscurecer o caráter de classe do Estado e da dominação, dando bases mais sólidas para a construção do imaginário de uma comunidade estatal.

Assim, o fato de que o aparato estatal tendencialmente esteja nas mãos de classes e grupos alheios ao capital não é uma exceção, mas, ao contrário, trata-se de uma necessidade da dinâmica estatal capitalista. Esse processo faz parte da essência da comunidade e da dominação que o Estado constitui<sup>38</sup>.

---

de su pensamiento”, em Lukács, *Lenin-Marx*, Gorla, Buenos Aires, 2005. (A análise de Lukács sobre Lenin foi publicada no Brasil no livro *Lenin*. São Paulo: Boitempo, 2012. N.T.)

<sup>37</sup> Para uma análise mais ampla desta questão, ver o capítulo II deste livro.

<sup>38</sup> O que não nega a possibilidade, como exceção, de que personagens ligados ao capital possam chegar aos postos mais altos do aparato do Estado. Entre os casos mais recentes, podemos mencionar, como exemplos, George W. Bush, nos Estados Unidos, Silvio Berlusconi, na Itália e Sebastián Piñera, no Chile. A exceção não nega, mas, sim, confirma a regra ou tendência.

Para além das vicissitudes históricas referentes aos fundados temores presentes nas classes dominantes diante dessa situação – e também diante do voto universal –, o certo é que, para essas classes, *até certo ponto* não é um problema maior a procedência social da classe reinante nem da classe política, na medida em que o aparato se organiza e se estrutura em torno das relações de dominação condensadas denominadas Estado. A preocupação passará na verdade para o terreno das orientações políticas do Estado – como os projetos que encarnam e as forças sociais que os impulsionam – e, em especial, para as conjunturas políticas de convulsão social, nas quais o tema de quem ocupa o aparato estatal assume, agora sim, uma condição problemática.

Teoricamente, não havia elementos para maiores preocupações no campo da dominação, uma vez que se colocava em marcha de forma regular, e com graus relativos de transparência, as consultas eleitorais como mecanismo para arbitrar sobre as autoridades de governo na América Latina. Muito menos quando as primeiras experiências de “transição para a democracia” trouxeram consigo governos como os de Menen, Cardoso, Aylwin e Frei, Sánchez de Losada ou Fujimori, entre outros. Nem a teoria nem a situação política fizeram do hiato entre Estado e seu aparato um tema conflitivo. E, se o fizeram, tais preocupações não tiveram uma dimensão regional nem geopolítica, ficando limitadas a problemas relativamente menores no interior dos Estados nacionais.

A situação, tal como vimos, começou a se complicar quando a rápida e acelerada recomposição popular se estendeu, irrompeu no terreno eleitoral e gerou triunfos que levaram à presidência governos encabeçados por Hugo Chávez

e Evo Morales, que impulsionaram medidas que afetavam a política econômica neoliberal, além de nacionalizações e estatizações de setores estratégicos e de empresas em mãos do capital estrangeiro e local. Além de mudanças nas constituições tendentes a outorgar maiores prerrogativas para setores populares e a limitá-las para o capital, e ações que visavam a manter e ampliar a esfera de organização e mobilização da população, freando, ao mesmo tempo, as arremetidas daqueles que buscavam limitar a realização dessas medidas.

Neste novo contexto, o tema sobre quem acaba sendo a classe reinante se torna problemático para o capital da região e também para a Casa Branca e para o Departamento de Estado dos Estados Unidos, cuja atenção no período anterior tinha se concentrado particularmente no Iraque e no Afeganistão.

Isso provocará uma guinada significativa, tendendo a apontar como alto o potencial revolucionário presente naqueles governos, limitar as políticas de outros governos e impedir a ascensão de terceiros, qualificados como “perigosos”. É nesse *processo contrarrevolucionário* na região que devemos situar a fraude eleitoral no México em 2006, a destituição de Manuel Zelaya em Honduras a meados de 2009 – junto das dúvidas e vacilações da comunidade internacional, para além das declarações, em relação à restituição de Zelaya ao seu cargo, o que finalmente não ocorreu –, e a instalação de bases militares estadunidenses na Colômbia, com tímidas reclamações na região, salvo aquelas encabeçadas por Chávez, Morales, Correa e também pela Alba em sua reunião de Cochabamba, em meados de outubro de 2009.

A principal arma de legitimação levantada pelo capital – a chamada democratização – tornou-se um campo de disputas



entre projetos políticos claramente diferenciados e em conflito<sup>39</sup>.

### **Democracia/autoritarismo: o pensamento dicotômico**

Parece pertinente fazer um breve parêntese com a intenção de refletir criticamente sobre a conteúdo das análises em torno da democracia no discurso predominante na academia e no espaço da classe política. O pensamento moderno precisa pensar em termos dicotômicos: sujeito/objeto, determinação/contingência, democracia/autoritarismo. Sob o princípio de identidade da lógica formal, se algo é A, não pode ser simultaneamente não A. Isso é democracia e, assim, se afirma que não é autoritarismo. Mas a realidade do ser é mais complexa e A é também simultaneamente não A.

Com base nesses apontamentos, deve-se indicar que o autoritarismo presente no novo cenário democrático latino-americano é muito mais do que um tema de “enclaves” restringidos, incrustados em alguma parte da vida societária<sup>40</sup>, ou de ações não democráticas, contingentes ou pontuais de governantes, assumindo, porém, como democrática a vida societária em geral e como democráticos os governantes<sup>41</sup>.

<sup>39</sup> O triunfo de Sebastián Piñera no Chile, em dezembro de 2009, pode indicar uma mudança de tendência para as próximas disputas eleitorais, o que não é um dado menor ao considerar que as próximas eleições são no Brasil e na Argentina.

<sup>40</sup> Tal como reiteraram alguns cientistas políticos chilenos ao se referirem a uma espécie de “resíduos institucionais” que se mantêm desde a época da ditadura militar. Por exemplo, ver Manuel Antonio Carretón, “Aprendizaje y gobernabilidad en la redemocratización chilena”, *Nueva Sociedad*, n. 128, Caracas, novembro-dezembro de 1993.

<sup>41</sup> Ideia presente quando se afirma que “a pergunta já não é o que fazer para frear o autoritarismo, mas como fazer para melhorar a democracia”, conforme colocado na apresentação do novo informe de *Nuestra Democracia*, elaborado pelo PNUD e OEA. *El País*, Espanha, 16 de abril de 2011, p. 11.

A partir de uma perspectiva geral, poderia se afirmar que o autoritarismo perpassa a totalidade da vida em sociedade, com o despotismo do capital reinando em todo lugar, submetendo grande parte da população à precariedade do trabalho, estabelecendo jornadas intermináveis, fazendo da saúde, da educação e dos fundos de pensão rentáveis negócios, estabelecendo uma desigualdade social crescente, impondo um férreo controle e criminalização dos protestos sociais, tornando um expediente natural e cotidiano a expropriação de terras e de recursos naturais de povos e comunidades, em suma, submetendo toda a existência à arbitrariedade e violência do capital em seu afã de lucro.

Nesta perspectiva é pertinente assumir como problema a estranha convivência de uma institucionalidade supostamente democrática e uma vida societária submetida ao poder do capital. Algo nessa equação não fecha e tudo indica que *aquela institucionalidade é um espesso véu de procedimentos formais que oculta o forte traço autoritário que em geral prevalece*, inclusive nas sociedades da região caracterizadas pelos organismos internacionais como modelos de democracia.

Um fundamento que sustenta a base teórica que não problematiza essa estranha convivência é a percepção da sociedade como uma entidade dividida pelo menos em três esferas ou campos de ação autônomos: o Estado, a sociedade e o mercado. A democracia – dizem – é um assunto do Estado, e por isso não pode resolver problemas como a pobreza, a precariedade do trabalho ou a vida indigna, assuntos esses que competem a outra esfera, o mercado, que, sob regras autônomas – e *não políticas* – distribui prêmios e castigos aos “atores” econômicos. A sociedade civil e suas organizações (ONGs de toda espécie, organizações de consumidores, de vizinhos, filantrópicas, clubes, incluídas as novas associações em rede pela internet etc.)

seriam as figuras predominantes na esfera da sociedade, em que o pluralismo de poderes diferentes questionaria a ideia da centralidade do poder político e sua fundamental hierarquia.

Nesta leitura, que atravessa a teoria da transição para a democracia, é perfeitamente possível a presença de Estados democráticos, já que se respeitam as regras de procedimento estabelecidas<sup>42</sup>, embora no conjunto da vida social se faça patente o brutal despotismo do capital. Com isso, a discussão se desloca da questão sobre se existe ou não democracia – partindo do suposto de que existe – e passa a ser sobre os critérios para definir a “qualidade” da democracia (pois se suspeita que algo não anda muito bem), de modo que as análises políticas entram em labirintos e enredos formais em relação a *quão democrática (ou não) é a democracia*<sup>43</sup>.

É assim que a teoria política – principalmente de raiz anglo-saxã – se furta de problematizar e, portanto, explicar a estranha convivência imperante entre democracia (política) e despotismo do capital. Revelar a arbitrariedade daquela divisão da sociedade e enfatizar a unidade em sua análise enquanto totalidade constitui um problema teórico, epistêmico e político de primeira ordem<sup>44</sup>.

<sup>42</sup> Como processos eleitorais confiáveis, concorrência entre partidos, contagem de votos minimamente confiável etc. Inclusive, num alto nível da institucionalidade democrática, já que forças governantes entregam o governo a opositores, tema que eleva a posição da sociedade, sendo que isso contribui para o índice de “qualidade” da democracia.

<sup>43</sup> “O desafio que se apresenta para a América Latina é passar de uma democracia eleitoral para uma democracia cidadã”, já que “a qualidade da democracia se mede por sua capacidade de transformar direitos em cidadania”, segundo Dante Caputo, coeditor do estudo *Nuestra Democracia* antes mencionado. Em *El País*, Espanha, 16 de abril de 2011, p. 11.

<sup>44</sup> Para uma aproximação do tema da unidade na análise a partir da perspectiva da totalidade, ver o primeiro capítulo deste livro.

## Soluções em marcha

Ao analisar as sociedades latino-americanas do ponto de vista das soluções alcançadas em relação ao padrão de legitimidade que se coloca em marcha nas últimas três décadas, podemos distinguir *grosso modo* três formas predominantes.

A primeira se caracteriza por sociedades em que o capital conseguiu que a passagem de um padrão a outro fosse aberta e as consultas eleitorais, a cidadanização e o voto se tornassem a forma fundamental na reorganização da relação de mando-obediência. Chile, Uruguai, Costa Rica e Brasil são alguns dos casos principais dessa solução, sustentados numa cultura eleitoral de relativa longa data, na profundidade e extensão do processo contrarrevolucionário, no desarme ideológico, no esquecimento, bem como na rápida adoção por parte da esquerda política dos princípios econômicos neoliberais e ao padrão de reprodução construído no período ditatorial – onde existiram. Tudo isso se combina, nesses casos, para que haja atualmente uma direita democrático-liberal e uma esquerda – onde existe – que adota a mesma visão, sendo qualificada por isso como “moderna” e apresentada pelos porta-vozes do capital como modelos a serem seguidos pelo resto da esquerda regional.

A segunda forma se refere às sociedades em que a recomposição e a reativação de diversos setores populares permitiram que novas forças políticas triunfassem nas disputas presidenciais, impulsionando políticas que criam obstáculos às tendências fundamentais da acumulação. Os processos para alcançar o novo padrão de legitimidade foram transtornados e surgem sinais de interrogação sobre a capacidade do capital para restituir sua hegemonia. Venezuela e Bolívia são os exemplos principais dessa solução, que encontram, no primeiro

caso, bases políticas em importantes tendências nacionalistas e anti-imperialistas no seio das Forças Armadas (da qual provém o próprio presidente Chávez), e, no segundo, a articulação popular e a massiva e persistente organização e mobilização de mineiros, camponeses e dos povos indígenas em geral.

A terceira solução constitui uma fórmula autoritária que se afasta das duas anteriores. Nesta os setores dominantes romperam as bases de sustentação da relação de mando-obediência que organizava a comunidade estatal no arremedo de *welfare state* dependente, mas não conseguiram estabelecer o novo padrão de legitimidade sustentado em consultas eleitorais e no voto cidadão. México é o modelo principal dessa não solução, ao ter violentado as decisões cidadãs em 1988 (pelo PRI, com aval do PAN) e em 2006 (pelo PAN, com aval do PRI<sup>45</sup>).

O que temos é um *empate catastrófico* em que as classes dominantes não conseguiram rearticular um processo de legitimação e os setores dominados não tiveram força suficiente para defender as maiorias eleitorais alcançadas.

Nessa situação que divide o país sem uma solução consensual, a conformação de um novo tipo de autoritarismo emerge como resposta pela via de uma crescente militarização da vida pública, da criminalização da oposição social, do governo pela via de decretos, com o Estado tomado por uma maioria parlamentar formada por uma velha aliança partidária que adere às soluções autoritárias (como as fraudes eleitorais, a promulgação, a toque de caixa, de leis antipopulares ou o atropelo de opositores), e poderosos meios de comunicação que operam cada vez mais como aparatos de Estado. Neste

---

<sup>45</sup> PAN: Partido Acción Nacional; PRI: Partido Revolucionário Institucional. (N.T.)

tipo de predomínio do Estado como dominação e coerção e cada vez menos como mando legítimo e como comunidade, abre-se espaço para uma acelerada decomposição da vida pública e social.

Este exercício não deve impedir a análise e a explicação dos processos que se inserem nesta última solução. Se do ponto de vista do novo padrão de legitimidade o que temos no México é uma não solução, do ponto de vista da dinâmica da luta de classes *a fórmula mexicana de 2006 constitui a segunda solução contrarrevolucionária exitosa na região* no período em que a chamada democratização abriu espaços para uma nova geração e expressão de tendências potencialmente revolucionárias<sup>46</sup>.

Após avaliar as políticas e a reativação popular estimulada pelos governos Chávez e Morales, com seus perigosos resultados para a reprodução do capital e da dominação, os setores dominantes do México não estiveram dispostos a permitir a experiência de um governo central encabeçado por um líder

---

<sup>46</sup> A rigor, a primeira foi a destituição do presidente Jean-Bertrand Aristide no Haiti, em fevereiro de 2006, quando forças militares especiais dos Estados Unidos, sob a supervisão de Otto Reich e Roger Noriega, na época Subsecretário de Estado, em conluio com os serviços de inteligência da França, retiram Aristide do Palácio de Governo e o enviam a Bangui, capital da República Centro-africana, ficando em mãos dos serviços secretos franceses. Ver Thierry Meyssan, *El golpe de Estado en Haití*, disponível em: <<http://www.voltairenet.org/article120678.html>>. Posteriormente, diversos governos da região colaboraram com o envio de tropas para assegurar o controle do Haiti. Aristide, um ex-sacerdote ligado à Teologia da Libertação, manteve posturas anti-imperialistas que provocaram Washington e Paris, como ter exigido da França o pagamento de 90 milhões de francos-ouro que foram apropriados por esse país entre 1825 e 1885, bem como a celebração em 1º de janeiro de 2004 do bicentenário da “Primeira república negra da América”, frente ao que o Departamento de Estado pressionou os mandatários da região a não assistirem. A tentativa de golpe de Estado contra o então presidente Chávez em 2002 constitui, por sua vez, a primeira grande resposta à ação contrarrevolucionária fracassada no período.

“tropical” e populista como Andrés Manuel López Obrador<sup>47</sup>, que, além disso, convocava amplos setores das classes dominadas para a mobilização e organização.

A partir dessa premissa, que propiciou inicialmente a perda de imunidade de López Obrador – medida da qual a classe política aglutinada em torno do PRI-PAN teve que recuar como resultado das mobilizações que lhe seguiram –, as classes dominantes (numa aliança entre o grande capital local e o capital estrangeiro), organizadas em um sólido bloco político-corporativo, desenvolveram uma agressiva campanha eleitoral, que teve na televisão sua ponta de lança, na qual definiram López Obrador como “perigo para o México”, culminando suas operações na fraude eleitoral das eleições em 2006, protegida nas mais diversas instituições estatais e suas representações partidárias, frente à impossibilidade de deter de outra forma sua chegada à presidência do país.

Este verdadeiro golpe branco no México foi a resposta dos setores dominantes e suas representações frente ao temor de uma reedição nesse país do que viam em outras latitudes da região – particularmente na Venezuela e na Bolívia, e não sem razão – como o desencadeamento de processos com tendências revolucionárias. Seu principal temor não se originava do programa de López Obrador e nem das organizações políticas que o apoiavam, mas sim do movimento social que sua candidatura foi criando e organizando no processo eleitoral, da presença

---

<sup>47</sup> O primeiro adjetivo corresponde a Enrique Krauze – discípulo do Octavio Paz político (não o poeta) –, que se tornou um importante intelectual orgânico do capital mexicano e regional nas últimas décadas. Ver seu ensaio “El mesías tropical”, em *Letras Libres*, n. 57, junho de 2006. Em 2008 Krauze publicou *Entre el poder y el delirio* (Ed. Tusquet, México), um verdadeiro panfleto anti-Chávez.

de outros movimentos sociais significativos no país – como a APPO no estado de Oaxaca – e das tendências progressistas e de esquerda que ganhavam força na região. A condição fronteira do México com os Estados Unidos não é, de modo algum, uma questão secundária em todo esse processo.

Com a fraude eleitoral de 2006, as classes dominantes no México e suas representações (PAN-PRI) acabaram com o incipiente princípio de legitimidade que as eleições do ano 2000 tinham gerado – eleições estas em que teriam sido superados os problemas derivados da “queda do sistema” de contagem em 1988, quanto Cuauhtémoc Cárdenas, o candidato da esquerda, liderava as votações –, e acabaram também com a frágil recomposição da comunidade estatal, fraturada em sua base pelo menos desde a segunda metade dos anos 1970 e acentuada particularmente pelos governos neoliberais de Miguel de la Madri em diante.

O novo governo mexicano expressou o autoritarismo do capital em um novo patamar, mas que prossegue numa tendência de longa data. A guerra de contrainsurgência, que tomou formas estatais de ditaduras militares nas principais sociedades da região, pôde ser levada a cabo no México sob a forma da “ditadura perfeita”, nos dizeres de Mario Vargas Llosa, ou seja, a forma de um Estado com marco civil e um férreo controle das organizações sindicais e dos meios de comunicação, e sem apresentar alterações muito visíveis nos governos encabeçados pelo PRI<sup>48</sup>.

---

<sup>48</sup> Entre os aspectos visíveis estão a proscrição de partidos opositores de esquerda – o que se resolve tardiamente –, a ausência de eleições autônomas e confiáveis para o governo, cooptação corporativa de grêmios e sindicatos e um aparato televisivo que operava como aparato do Estado.



O novo autoritarismo civil mantém os aparatos estatais armados em um lugar preponderante não apenas por seu deslocamento cotidiano através das estradas, de bloqueios e de suas tarefas de patrulhamento e vigilância nas ruas e avenidas das cidades e povoados, justificado pelo combate a grupos criminais cada vez mais poderosos. Isso se deve também ao seu desmedido avanço em operações propriamente políticas e de preservação da paz social.

O novo Estado autoritário mexicano se sustenta na particular aliança parlamentária (que expressa fortes alianças sociais) das duas principais forças políticas do país – o PRI e o PAN, que se alteram para administrar e representar os interesses do capital<sup>49</sup> –, numa dinâmica de estímulo às soluções autoritárias e ilegais<sup>50</sup> (avalizando fraudes, unindo-se para levar adiante decretos antipopulares, gerando a perda de direitos políticos dos opositores ou a criminalização de suas ações<sup>51</sup>), com um tipo

<sup>49</sup> Esta particular aliança tomou forma no governo de Carlos Salinas de Gortari, tendo como contrapartida no PAN o então parlamentar Diego Fernández de Ceballos. Os grandes negócios e uma política que envolveu assassinatos de políticos e nebulosas manobras caracterizaram desde o início os procedimentos amparados nessa aliança.

<sup>50</sup> Não deixa de surpreender a ingenuidade da esquerda política que segue buscando os setores “democráticos” no interior do PRI para formar alianças que obstaculizem a direita política, bem como sua férrea defesa das lutas no marco das leis, frente à tendência do PRI e do PAN de passar por cima das leis quantas vezes for necessário. O mínimo que poderia se esperar é uma séria denúncia pública das manobras ilegais daquelas forças políticas e de sua dupla faceta neste terreno. Isso cumpriria um papel elementar de educação política para a população.

<sup>51</sup> Alguns exemplos recentes dessa parceria autoritária entre aqueles dois partidos: o governador priísta de Oaxaca, Ulises Ruiz, foi julgado pelo superior Tribunal de Justiça do México como principal responsável pelas violações de direitos humanos durante a repressão contra a APPO em 2006 e 2007, repressões que contaram com a vista grossa do então presidente panista Vicente Fox, e ainda levaram à prisão de vários líderes daquele movimento. A repressão em Atenco, no Estado de México, por parte de autoridades priístas, contou com

de mando cada vez mais neo-oligárquico com coro eleitoral e centralização das principais decisões de organização da vida pública no *bunker* hegemônico<sup>52</sup>. A isso se soma a crescente reconfiguração dos meios televisivos e seu peso não apenas como espaços para criar opinião, mas também como um meio com crescente ingerência na vida política, com incidência no Congresso pela via de parlamentares ligados às corporações e nas decisões dos poderes do Estado.

### O Estado neodesenvolvimentista

Nos últimos anos se generalizou a ideia de que vivemos na América Latina processos econômicos/políticos qualificados como neodesenvolvimentismo<sup>53</sup>. Sem alterar em essência o atual padrão exportador de especialização produtiva, considera-se que algumas medidas econômicas específicas estariam sendo desenvolvidas, tais como incentivo para novos nichos de atividade industrial, ou de maior complexidade nas montagens, na maquiagem ou na produção de partes, bem como novas atividades no setor primário, direcionadas a agregar valor e gerar maiores níveis de tecnicização dos bens exportáveis, processos que permitiriam retomar o caminho do desenvolvimento. Não é um dado menor, para moderar esse otimismo, o aumento

---

o aval também do governo de Vicente Fox, e também gerou a condenação perpétua dos principais dirigentes. A retirada dos direitos políticos de López Obrador em 2004, votada no Congresso, contou com os votos de panistas e priístas. A atual ocupação militar das instalações da companhia Luz y Fuerza e a demissão de mais de quarenta mil trabalhadores decretada pelo presidente panista Felipe Calderón contou com o apoio dos principais legisladores do PRI, enquanto sua direção mantém um cuidadoso silêncio.

<sup>52</sup> Sobre essas noções, ver o capítulo VII deste livro.

<sup>53</sup> Ver Rodrigo Castelo, “O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano”, em *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

dos gastos com importações de equipamentos e tecnologias nas últimas décadas na região.

Aumentos salariais, queda nos níveis de pobreza e miséria, aumento do emprego, crescimento do consumo e certa expansão do mercado interno, foram outros indicadores importantes para afirmar que as políticas neoliberais estariam batendo em retirada, o que justificaria falar de uma etapa pós-neoliberal.

Com isso, o Estado estaria sofrendo importantes mudanças, como uma maior participação na gestão da economia e/ou nos investimentos, bem como em programas sociais que tratam de melhorar o bem-estar dos setores sociais mais afetados, aproveitando os altos preços dos bens exportados pela região nas primeiras décadas do século XXI, favorecendo redistribuições da riqueza e também o impulso a novos investimentos, com o objetivo de expandir e tornar mais complexa a estrutura produtiva e a inserção internacional.

Mais a fundo se defende que estariam sendo revertidas as tendências à exclusão, prevalentes na primeira etapa do atual padrão exportador, e que isso estaria acompanhado por uma expansão das “classes médias”, tendo em vista o aumento da renda e do consumo desses setores. Assim, as alianças de classes que o Estado alberga estariam sendo ampliadas para as camadas assalariadas, pequeno-burguesas e proletárias.

Frente a esse idílico quadro pintado pelo discurso dominante local e de organismos internacionais, cabe apontar que o padrão exportador em essência não apenas não se modificou, mas tende a se acentuar, e sua lógica não caminha na direção de incluir e sim de seguir excluindo, e que as políticas sociais e as intervenções estatais em curso fazem parte de dispositivos que buscam atenuar aspectos e dimensões da barbárie imperante, facilmente reversível com o triunfo de outras forças políticas.

As políticas sociais executadas por alguns governos da região, particularmente no Brasil, na Argentina e no Uruguai, onde os debates sobre o neodesenvolvimentismo alcançaram maior força, devem ser situadas considerando as agressivas políticas de exclusão social geradas pelo funcionamento daquele padrão, e nesse contexto devem ser ponderados os dados sobre as melhorias na renda, sobre a redução da pobreza ou aumento do consumo. Em geral tendem a considerar como ponto de comparação os anos em que a devastação dos salários, dos empregos e das assistências sociais pelo novo padrão e suas políticas neoliberais estavam no seu auge, o que permite destacar os avanços alcançados nos últimos anos, com cifras que, no entanto, revelam-se irrisórias se comparadas com os salários e as aposentadorias vigentes nos anos 1960 e 1970 e com as cifras de pobreza e consumo popular que prevaleciam na região naqueles anos.

Há um fenômeno real operando no novo discurso, que é o aumento recente do consumo – com as limitações antes assinaladas –, resultante de frágeis aumentos do salário real em restritos setores sociais, da expansão do crédito para camadas assalariadas antes excluídas, bem como do aumento da massa de salários por residência – pela via do trabalho de mais membros da família e com maiores jornadas ou com maior intensidade de trabalho. Isso possibilitou que indivíduos ou famílias com baixos salários individuais pudessem ter acesso a bens de consumo imediato e a bens duráveis, à custa de onerosas e prolongadas dívidas – devido ao aumento do preço real dos produtos –, sustentado ao se redobrar os mecanismos de superexploração<sup>54</sup>. Esta forma de incorporação ao mercado

---

<sup>54</sup> Para uma discussão sobre a noção de “classes médias” e o aumento da superexploração, em relação ao Brasil, ver Mathias Luce, “Brasil: ¿nueva

acaba sendo um efetivo mecanismo de disciplinamento social, devido às próximas dívidas mensais ou quinzenais que deverão ser pagas, mas também se torna um mecanismo com potencial de ruptura, dado o estabelecimento de tetos de bem-estar – ou melhor, de vida digna – extremamente baixos.

Por último, caberia destacar que grande parte das realizações de alguns Estados da região na linha do que tem sido qualificado como neodesenvolvimentismo repousa na particular conjuntura internacional que favoreceu os preços dos produtos primários, particularmente potencializados pela demanda da economia chinesa. Portanto, sua base de sustentação é muito precária, como precárias são as condições para que tal conjuntura se mantenha, no bojo de uma crise mundial que parece ainda não ter manifestado todas suas consequências negativas.

## Conclusões

A passagem para novas formas de rearticulação das relações de mando-obediência e de reconfiguração geral do Estado na América Latina abriu as portas para o surgimento de governos que não tomam como tarefa a simples administração dos projetos e interesses do grande capital local e estrangeiro. Novas formas e princípios organizativos da comunidade começaram a ganhar forma, abrindo um período carregado de potencialidades revolucionárias e de agudização dos conflitos sociais, em que as respostas contrarrevolucionárias não se fizeram esperar.

Na base desses processos se situam as grandes transformações econômicas que no mundo dependente implicaram na

---

clase media' o nuevas formas de superexplotación de la clase trabajadora?», em *Reforma y Revolución*, n. 25, Buenos Aires, julho de 2013. (Ed. bras.: artigo originalmente em português, publicado na revista *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 11, n. 1, Rio de Janeiro, janeiro-abril de 2013).

agudização da exploração, da exclusão, da expropriação e em geral dos mecanismos que colocam a vida dos trabalhadores em questão, exacerbando as injúrias e a rebelião. Acabaram com as proteções sociais que davam coesão a um precário sentido de comunidade e deixaram poucos espaços para que as novas formas de legitimação – agora de cidadãos e consumidores – alcançassem patamares estáveis de funcionamento.

Sob novos contornos e novos aspectos, a condição de elo fraco da região volta a se fazer presente. O pulso, que busca modificar o estado de coisas e que provém de raízes sociais e políticas extensas e profundas, alcança condensações em governos populares atravessados por tensões internas entre consolidar o que se conquistou ou prosseguir na tarefa de revolucionar a revolução<sup>55</sup> e romper as relações de dominação, no meio de políticas imperialistas e do capital global cada vez mais ofensivas

O surgimento de elementos econômicos e políticos qualificados como neodesenvolvimentistas repousam sobre bases muito frágeis de inserção internacional e se sustentam em comparações estatísticas manipuladas para apresentar um quadro de mudanças substantivas. As massivas manifestações e protestos no Brasil, a meados de 2013, são as primeiras manifestações da crise de um discurso – neodesenvolvimentista – que tornou presente muito rapidamente seu esgotamento como fator de coesão social e mais ainda como projeto real de desenvolvimento.

---

<sup>55</sup> Se a revolução “como explosão imaginária de liberdade (...) e momento mágico de solidariedade universal (...) pretende deixar marcas na inércia do (...) edifício social”, deve impedir que fique travada “na ideia de que liberdade e a justiça podem ser alcançadas simplesmente fazendo uso do aparato estatal já existente e de seus mecanismos democráticos”, algo como pretender “subverter a dominação capitalista a partir da mesma forma política da democracia capitalista”, já que isso seria o mesmo que querer uma “revolução sem revolução”, nos dizeres de Žizek. Ver Slavoj Žizek, *Repetir Lenin*. Madri: Akal, 2004, p. 10-11.

## IX. A INGOVERNABILIDADE DA DEMOCRACIA: CRÍTICA A UM DISCURSO CONSERVADOR

### **Introdução**

Nas ciências sociais, as origens teóricas e políticas de um determinado tema não constituem um dado menor em relação à compreensão dos horizontes de reflexão que tal tema propõe. Isso vem ao caso pois a maioria dos autores que analisaram a questão da governabilidade na América Latina deram pouca importância à carga teórica e política conservadora a partir da qual esta noção emerge. Este aspecto é reconhecido de maneira geral, mas supõe-se que, com a agregação de alguns ingredientes – como pensar em uma governabilidade “democrática” –, o problema seria resolvido, abandonando-se a tarefa da crítica e da reconstrução conceitual.

Como veremos, esta despreocupação não é casual. Os traços progressistas que o tema da governabilidade apresenta – a partir de uma perspectiva democrática – não permitem ocultar, no entanto, seu compromisso com o *status quo*, o que – com diferenças que não podem ser menosprezadas – conecta o tema àquele discurso que o colocou em cena.

## Os tempos da governabilidade

É na primeira metade dos anos setenta que o tema da governabilidade irrompe nas ciências sociais e no discurso político<sup>1</sup>. Trata-se de um momento de crise econômica do capitalismo no mundo desenvolvido, de incapacidade de manter a gestão do Estado de bem-estar, de surgimento de diversos movimentos sociais e de multiplicação da demanda por cidadania. Neste quadro, a participação da população nos assuntos públicos começa a ser impeditiva para os requisitos de reorganização do capitalismo, bem como o direito à educação, à saúde, à moradia e outras conquistas sociais. Em poucas palavras, a modalidade de democracia que combina participação eleitoral e benefícios sociais se converteu em um obstáculo para os novos tempos do capital. É assim que se postula que a democracia está ameaçada pela sobrecarga de demandas.

Esse postulado cumprirá um papel teórico e político significativo na tarefa de justificação do novo rumo assumido pelo capitalismo nos anos subsequentes, agora sob as bandeiras do neoliberalismo<sup>2</sup>, varrendo para longe, por exemplo, muitos programas sociais.

Na América Latina, o tema da governabilidade ganha espaço a partir da segunda metade dos anos oitenta, quando

---

<sup>1</sup> A formulação que institucionalizou o problema foi a de Michel Crozier, Samuel Huntington e Joji Watanaki em *The Crisis of Democracy. Report on the Governability of the Democracies to the Trilateral Commission*, New York University Press, 1975. Uma versão em castelhano, publicada com o título de “La gobernabilidad de la democracia”, pode ser encontrada em *Cuadernos Semestrales*, Estados Unidos, n. 2-3, 1977, Cide, México. Referiremo-nos a esse texto como Relatório da Comissão Trilateral.

<sup>2</sup> Uma exposição lúcida sobre o caminho histórico percorrido pela onda neoliberal pode ser encontrada no ensaio de Perry Anderson “Balanço do neoliberalismo”, no livro organizado por Emir Sader, *Pós-neoliberalismo. As políticas sociais e o Estado Democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.



a maioria dos governos militares deu lugar a governos civis, com o que – destaca-se – a tarefa política e teórica por excelência já não é pensar a “transição para a democracia”, mas sim como “governar democraticamente”<sup>3</sup>. Daí em diante, e já no decorrer dos anos noventa, o tema seguiu ganhando atenção, incentivado também pela preocupação de diversos organismos internacionais<sup>4</sup>.

Em um quadro de regimes que apresentam uma longa lista de tarefas pendentes no que se refere à democratização e à dívida social, não deixa de chamar a atenção que ganhe crescente audiência nos governos da região um discurso que enfatizará a necessidade de estabilidade política e a responsabilidade orçamentária e econômica, questões que terminam se traduzindo em uma convocatória para fechar – ou diminuir – as portas às demandas por bem-estar e por uma maior e melhor participação dos cidadãos, assumindo os programas de ajuste neoliberal. Tudo em benefício da governabilidade.

Pois bem, nossa preocupação aqui não é com qualquer discurso sobre governabilidade, mas com aquele que pretende tornar a democracia governável. Vejamos alguns pontos centrais que caracterizam esta proposta.

### **A governabilidade “democrática”**

A nova discussão sobre a governabilidade remete a um velho problema da filosofia política e da teoria política: a relação entre governantes e governados. Isso lhe confere legitimidade

<sup>3</sup> Segundo Antonio Camou, esse passo foi descoberto tarde e mal nas experiências de transição no Cone Sul. Ver “Gobernabilidad y democracia en México”, em *Nueva Sociedad*, n. 128, nov.-dez. 1993.

<sup>4</sup> Ver, por exemplo, de Luciano Tomassini, *Estado, gobernabilidad y desarrollo*, Series de monografías del BID n. 9, Washington, 1993.

e relevância, pois aponta para um tema chave que não pode ser deixado de lado.

Na reflexão sobre essa relação, em geral predominou a preocupação com um dos polos: como os governantes conseguem se manter no poder<sup>5</sup> e como conseguem obter legitimidade. Essa foi, portanto, uma forma particular de enxergar dita relação, privilegiando o interesse daqueles que governam acima do interesse dos governados.

Nas primeiras formulações sobre o tema, este viés é explícito. O Relatório da Comissão Trilateral ao qual nos referimos anteriormente mostrava as preocupações, a partir do poder, com o excesso de demandas sociais, frente às dificuldades de governos democráticos para lhes dar resposta. Em termos gerais, a visão do Relatório aponta para que, na equação entre democracia e governabilidade, a primeira seja aquela que se reduz em favor do ganho de terreno para a segunda.

Na formulação de uma governabilidade “democrática”, trata-se de enfrentar estes problemas propondo um maior equilíbrio: “a responsabilidade de manter condições adequadas de governabilidade não é uma questão que recai, de maneira unilateral, sobre o governo ou sobre a sociedade”, de modo que “governo e oposição, partidos e organizações cidadãos devem se comprometer de maneira conjunta no momento de manter um nível aceitável de governabilidade”<sup>6</sup>.

Os governos não devem cair na tentação nem de prometer mais do que é possível cumprir (assunto sobre o qual existem

---

<sup>5</sup> Assunto que preocupa Maquiavel e que lhe permite assentar as bases da política moderna. Ver, de Giovanni Sartori, *La política. Lógica y método en las ciencias sociales*. México: Fondo de Cultura Económica, 1984.

<sup>6</sup> Camou, A., “Gobernabilidad y democracia”, *Cuadernos de Divulgación de la Cultura Democrática*, n. 6, IFE, México, p. 15.

critérios sociais diferenciados), nem de realizar ações indevidas em matéria de gastos – visando ao ganho de legitimidade –, pois isso afeta a efetividade. Os cidadãos não devem demandar mais que aquilo que se pode e deve solicitar (pontos nos quais persistem os critérios sociais diferenciados). Por isso, a questão da cidadania exige qualificação. Não se trata de qualquer cidadania, mas de uma que seja “responsável”<sup>7</sup>.

No fundo, o que temos é a proposta de uma sociedade autocontrolada, que, pela via da autoconscientização dos diversos setores sociais e de seus representantes, chega à convicção de que é melhor “estabelecer acordos” em diversos terrenos (econômicos, sociais e políticos), pois, do contrário, será pior para todos, já que a ausência de acordos levará a situações de ingovernabilidade. O temor do regresso ao “estado natural”, à época na qual o homem se converte em um lobo para os outros homens, constitui o principal estímulo para a negociação.

Não é difícil perceber aqui – reformuladas – velhas ideias do contratualismo social<sup>8</sup>. E, como aquelas, estas também pecam por sua a-historicidade e ingenuidade. Como é possível

---

<sup>7</sup> Isso lembra o Relatório da Comissão Trilateral quando indica que “aqueles que adquiriram novo poder, como os meios de comunicação, os sindicatos, os intelectuais e os tecnocratas, devem ser induzidos a usar esse poder de uma forma responsável”. *Op. cit.*, p. 386. Não deixa de ser paradoxal que, em uma região na qual a constituição de cidadania segue sendo uma tarefa central, o discurso da governabilidade democrática, ao exigir uma cidadania “responsável”, enfatize os traços que limitam esse processo, em detrimento de sua ampliação. No entanto, o que significa o adjetivo “responsável”? Aqui entramos em leituras sociais diferenciadas para os problemas. Para alguns, exigir trabalho e rendimentos suficientes para viver pode ser uma irresponsabilidade, um fator de ingovernabilidade. Para outros, significa simplesmente começar a erguer o alicerce da construção cidadã e de governabilidade.

<sup>8</sup> Ver Norberto Bobbio, *Thomas Hobbes*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992, cap. I, “El modelo iusnaturalista”.

pactuar em sociedades com agrupamentos humanos tão desiguais em termos sociais? Este dado central, ponto chave em qualquer proposta que busca a concertação, não aparece como um problema, ou, quando aparece, são buscadas soluções que evidenciam os limites do modelo.

A democracia – nos dirão – é apenas uma forma de governo, nunca uma fórmula de organização societária. Portanto, “não resolve todos os problemas”<sup>9</sup>. O ponto não é que a mesma resolva todos os problemas, mas reduzi-la a expressões que impedem que seja considerada a possibilidade de resolução de alguns problemas fundamentais.

Esvaziada de “todo conteúdo normativo (referente às formas de vida concretas), liberando-a de uma pesada carga que impede sua coexistência com uma sociedade plural, desigual ([econômica e socialmente) e, sobretudo, sumamente conflituosa”<sup>10</sup>, a democracia “dá resposta apenas ao muito importante (problema) de como eleger as pessoas que nos governam. Mas não resolve, por si mesma, os problemas de injustiça, do atraso, do emprego e da imobilidade social”. Seu campo de operações é a política, mas apenas um espaço restrito dentro da política. Por isso, “sua eficácia se dá no âmbito da representação política e da forma como aqueles que governam são eleitos”<sup>11</sup>.

O privilégio de uma visão puramente procedimental da democracia reflete que os novos liberais seguem amarrados

---

<sup>9</sup> Héctor Aguilar Camín, “Lectura de la democracia mexicana. Una entrevista”, *Nexos*, n. 137, 1989, México, citado por Rafael Farfán, “Del paradigma político de la transición. Estudio crítico de un modelo de análisis político”, em *Sociológica*, n. 30, jan.-abr. 1996, México, p. 20.

<sup>10</sup> Farfán, *op. cit.*, p. 20.

<sup>11</sup> Aguilar Camín, *op. cit.*

ao velho temor liberal que busca impedir que se questione a ordem da economia a partir da política<sup>12</sup>, bem como aos mecanismos que sancionaram a separação entre produtores (reino da desigualdade) e cidadãos (reino da igualdade).

Definitivamente, embora não seja dito de maneira explícita, aqueles que têm esta visão assumem que a organização da economia é alheia à política, de modo que a intervenção desta sobre aquela só pode existir para enfrentar as desordens mais sérias, aquelas que, se deixadas à própria sorte, podem alcançar níveis que interferem na governabilidade.

A nova proposta de contratos ou acordos – apesar de defender o “realismo político” contra colocações utópicas<sup>13</sup> – tampouco considera de maneira séria e realista o problema da força diferenciada dos diversos agrupamentos sociais no momento de buscar o estabelecimento de acordos. A título de quê os grandes grupos econômicos latino-americanos alterarão as regras que lhes permitem obter grandes lucros em um mar de pobreza? Por simples conscientização de que isso pode gerar ingovernabilidade? Não estariam mais dispostos a propiciar governabilidade (entenda-se governos mais autoritários) ainda que isso reduza a democracia? Gerando alianças sociais e políticas para – de alguma maneira – obrigá-las a concertar? Como gerar essa força social e aplicá-la sem assustar os gran-

<sup>12</sup> Tema que provocou reticências dos liberais diante do sufrágio universal. Apenas quando foram estabelecidas “as travas” que impediram que as consultas eleitorais passassem a um questionamento da organização societária, os liberais puderam se fazer democráticos. Ver Macpherson, *La teoría política del individualismo posesivo*. Espanha: Ed. Fontanella, 1970. Algumas pistas sobre este processo também podem ser encontradas em Sartori, *Teoría de la democracia*, v. 2, cap. XIII, Alianza Universidad, Madri, 1988; e em Bobbio, *Liberalismo y democracia*. México: FCE, 1989.

<sup>13</sup> Ver Norbert Lechner (org.), *¿Qué es el realismo en política?* Buenos Aires: Catálogos Ed. 1987.

des capitais e entrar em conflitos agudos de desinvestimento, fuga de capitais etc., isto é, sem propiciar novos mecanismos de ingovernabilidade?

A partir desta ausência de referências sociais e históricas concretas que demonstrem sua viabilidade, a proposta da governabilidade “democrática” aparece como um manifesto de boas intenções, porém irreal. É, assim, a faceta política de outra ilusão, aquela da “transformação produtiva com equidade”, formulada pela Cepal há alguns anos<sup>14</sup>, na qual nunca se descobre onde se encontram os empresários latino-americanos que buscarão produzir grandes lucros e que, além disso, propiciarão a equidade, ou que estarão dispostos a se sujeitar a determinadas normas sobre o tema estabelecidas pelo Estado, sem gestar todo tipo de pressões econômicas e políticas para “disciplinar” qualquer governo que apenas ameace tentar discipliná-los.

Varrendo do cenário as visões utópicas (“o desejável”), a nova sociologia política latino-americana acreditou ter resolvido o problema da construção do “possível”. No entanto, mesmo os pequenos passos que se arrisca a dar mostram que são sonhos irrealizáveis, pelo menos enquanto prevalecer o atual estado de coisas.

O realismo político não apenas exige constatar que “um problema fundamental que acometeu a América Latina foi a construção de uma ordem política (democrática) simultaneamente legítima e eficaz”<sup>15</sup>, mas também explicar as razões pelas quais isso não foi possível e como, a partir da história concreta, com atores específicos e à luz da experiência de suas

---

<sup>14</sup> Ver *Transformación productiva con equidad*, Cepal, Santiago, 1990.

<sup>15</sup> Camou, “Gobernabilidad y democracia”, IFE, *op. cit.*, p. 12.

condutas sociais, tal ordem poderia se realizar. Enquanto isso não ocorrer, os teóricos da governabilidade “democrática” (e da “transformação produtiva com equidade”), os novos sociólogos (e economistas), continuarão formulando “contratos” equitativos que terminam, porém, sendo pasto para uma política que reproduz a desigualdade (e a ingovernabilidade).

### **Qual eficácia? Qual legitimidade?**

Na discussão sobre o que torna uma sociedade governável ou ingovernável, em geral se esquece de colocar em debate algumas premissas fundamentais, que são aquelas que permitem que o indicador de governabilidade se movimente em uma ou em outra direção<sup>16</sup>.

#### *Legitimidade, eficácia e estabilidade*

Estabelece-se que a eficácia, a legitimidade e a estabilidade constituem os três componentes fundamentais da governabilidade<sup>17</sup>. Aqueles que governam devem cumprir de maneira adequada mandatos sociais e os de baixo outorgam sua anuência e seu consenso.

Um governo deve ser eficaz, isto é, deve ser capaz de alcançar êxitos ou metas pré-fixadas. Mas também deve ser eficiente, tendo que alcançar tais êxitos ao menor custo pos-

<sup>16</sup> Pontos que também ajudam a decifrar o que é que se quer tornar governável: a democracia? Esta democracia? O capitalismo? Este capitalismo?

<sup>17</sup> “A governabilidade, definitivamente, depende da existência de relações entre o Estado e a sociedade civil que tornem possível a legitimidade, a eficiência e a estabilidade do governo, em um sentido amplo”. Tomassini, L., *Estado, gobernabilidad y desarrollo*, op. cit., p. 4. Camou – trocando eficiência por eficácia – também considera estes elementos. Ver *Gobernabilidad y democracia*, IFE, op. cit., p. 15. Xavier Arbós e Salvador Giner enfatizam apenas os dois primeiros componentes. Ver *La gobernabilidad. Ciudadanía y democracia en la encrucijada mundial*. Madri: Siglo XXI, 1993

sível<sup>18</sup>. Estes são elementos que se destacam para a gestão de um “bom governo”.

Mas aqui começam os problemas. Porque as noções de eficácia e eficiência não são socialmente neutras. Isso significa assumir que na sociedade existe mais de um projeto de sociedade e que, além disso, alguns deles podem ser contrapostos. Nesse quadro, é cabível perguntar: eficácia para lograr quais metas? Eficiência para reduzir os custos para quem?<sup>19</sup> Formulemos as seguintes perguntas, a fim de examinar o problema mais de perto: Como se definem metas e como se decide sobre quais setores sociais devem ser descarregados os custos para ser, na América Latina, eficiente nos âmbitos político e econômico?<sup>20</sup>

Não deixa de ser paradoxal constatar que muitos dos programas de ajuste econômico aplicados na região, e que acentuam processo de marginalização e exclusão, foram postos em marcha no momento em que se “transitava” para a democracia, pela mão de governos entronizados através de eleições. Soa estranho que a população, tendo a possibilidade de escolher,

---

<sup>18</sup> Ver Amitai Etzioni, *Organizaciones Modernas*. México: Uteha,, 1964. Citado por A. Camou em *Gobernabilidad y democracia*, IFE, p. 16.

<sup>19</sup> Ainda que seja importante, na política, precisar como se governa, também o é questionar para quem se governa. A proeminência de um ou do outro aspecto conduziu a equívocos importantes na filosofia e na teoria política.

<sup>20</sup> Agreguemos novas perguntas: a quem se consultou, na América Latina, para saber que a meta, por exemplo, era reestruturar as economias da maneira que se fez, e a quem se consultou para determinar que os custos seriam as margens de desemprego, subemprego e pobreza nas quais se vive atualmente na região? Alguém pode afirmar que nos processos eleitorais levados a cabo na América Latina desde o início das “transições democráticas” estes temas tenham sido realmente discutidos? Apenas para assinalar uma referência: não existe um espaço enorme entre as ofertas de campanha das forças que triunfam e “a política realmente existente” no nível dos governos?



opte por alternativas que deterioram significativamente suas condições de vida<sup>21</sup>.

Para alguns, a exigência de democracia visa a alcançar, no campo da política, a reconstituição de uma comunidade perdida (diante da desintegração gestada a partir da economia)<sup>22</sup>. Para outros, a irrupção de vastos setores informais na política permite a criação de “maiorias voláteis”, construídas através de modernas técnicas de mercado, através das quais é realizado um verdadeiro “tráfico” com suas esperanças de melhoria de vida, de modo que – dadas suas precárias condições culturais e de subsistência – “votam mas não elegem”<sup>23</sup>.

O paradoxo anterior também pode ser explicado indicando que uma parcela substantiva da política na América Latina não é definida nem dirimida nos espaços institucionais estabelecidos para a consulta cidadã. As disputas eleitorais, sob as atuais modalidades, não significam uma participação efetiva dos cidadãos na definição dos temas centrais, referentes ao rumo de nossas sociedades, nem muito menos na repartição do poder político<sup>24</sup>. Não permitem, portanto, incidir na definição de metas sociais e dos custos para alcançá-las.

<sup>21</sup> Há vários ensaios que abordam este problema no livro *Modernización económica, democracia política y democracia social*, Centro de Estudios Sociológicos, El Colegio de México, México, 1993. Ver em particular os trabalhos de Atilio Borón, Norbert Lechner e Edelberto Torres Rivas.

<sup>22</sup> Lechner, “La búsqueda de la comunidad perdida. Los retos de la democracia en América Latina”, em *Sociológica*, n. 19, maio-agosto, UAM-Azcapotzalco, México, 1992.

<sup>23</sup> Torres Rivas, E., “La democracia latinoamericana en la fragua”. Em *Modernización económica, democracia política y democracia social*, *op. cit.*

<sup>24</sup> O problema vai além de nossas democracias “incertas”, ainda que alcance símbolos originais e acentuados. Com crueza, Michel Crozier explicita os limites da incidência do fenômeno eleitoral sobre os problemas do poder político ao indicar que “o sufrágio universal dá direito a governar, mas dentro dos limites estreitos dos convênios livres entre os homens. Esse sufrágio não

Por outro lado, está presente também o problema de que certas metas e custos são explícitos durante as campanhas eleitorais, alterando-se, porém no momento de governar. Assim, por exemplo, pode ocorrer que a população vote azul para que não vença vermelho, e o candidato azul, uma vez vitorioso, implemente o programa vermelho e não existam condições institucionais para que seja chamado a prestar contas<sup>25</sup>. Qual é a legitimidade de um governo que atua no sentido contrário àquele da vontade cidadã que o elegeu?

A impossibilidade de controlar aqueles que se elege e a obscuridade que prevalece entre propostas eleitorais, bem como o que isto efetivamente supõe em termos de práticas governamentais (no que se refere a metas e custos, por exemplo), são aspectos da maneira de operação das eleições nesta modalidade de democracia pela qual atualmente transitamos<sup>26</sup>, para não mencionar os problemas relativos à constituição de cidadanias<sup>27</sup>.

---

pode consagrar o direito de transformar a sociedade”. Ver *Estado modesto, Estado moderno. Estrategia para el cambio*. México: FCE, 1992, 2ª ed., p. 261.

<sup>25</sup> Isso ocorreu, por exemplo, no primeiro mandato de Alberto Fujimori no Peru. O eleitorado repudiou o programa de ajuste de Mario Vargas Llosa e deu seu voto a Fujimori. Este, instalado na presidência, terminou aplicando o plano econômico neoliberal do escritor. Ver, sobre o tema, Carlos Iván Degregori, “Etnicidad, modernidad y ciudadanía. El aprendiz de brujo y el curandero chino”, em *Modernización económica, democracia política, op. cit.*

<sup>26</sup> Lechner vislumbra estes problemas ao destacar a perda do contato entre o sistema político e a vida dos cidadãos. Assim, destaca que “a política se dilui em múltiplas microdecisões, tomadas na penumbra de alguma comissão, que afetam a vida cotidiana dos cidadãos sem que esses se deem conta. Por outro lado, as instituições democráticas legitimam ritualmente uma tomada de decisões que já não radica nelas”. Ver “Las transformaciones de la política”, *Revista Mexicana de Sociología*, n. 1, 1996, p. 12.

<sup>27</sup> O tema vem atraindo interesse. Ver Guillermo O’Donnell, “Estado, democratización y ciudadanía”, *Nueva Sociedad*, n. 128, nov.-dez., 1993. E,

## O conflito entre governabilidade e democracia

A noção de governabilidade está associada à noção de democracia de modo conflitivo, pois respondem a lógicas distintas: uma, responde à estabilidade e ao poder, a outra, à igualdade<sup>28</sup>. Também foi indicado que o conflito entre democracia e governabilidade está marcado pelos curtos-circuitos inerentes à diferenciação institucional com a qual são tomadas decisões em um sistema democrático e ao surgimento de formas de representação que escapam aos instrumentos tradicionais<sup>29</sup>, o que dificulta a tomada de decisões com efetividade (no primeiro caso) e diminui a legitimidade (no segundo caso).

Mas o problema tem mais arestas. Não existe uma única visão sobre o que se deve entender por democracia e, portanto, existem distintas leituras sobre o que é governável ou ingovernável. Para uma visão procedimental da democracia, por exemplo, os limites do governável são mais estreitos que para uma visão substantiva da democracia, na qual a leitura sobre o que é ingovernável se inicia em fronteiras mais distantes.

Enquanto para este último discurso o ingovernável tem a ver com insuficiências na democratização e na repartição do

---

também, de E. Torres Rivas, "La democracia latinoamericana en la fragua", *op. cit.*

<sup>28</sup> "A governabilidade e a democracia estão baseadas em princípios antagônicos, e, portanto, encontram-se em inevitável conflito. A governabilidade requer a representação efetiva dos grupos em proporção a seu poder; a democracia requer a representação dos grupos em proporção ao número de correligionários que cada grupo tem. A governabilidade respeita a lógica do poder, enquanto que a democracia respeita a lógica da igualdade política". Michael Coppedge, *Institutions and Democratic Governance in Latin America*, University of North Carolina, 1993, citado por Manuel Alcántara Sáez, *Gobernabilidad, crisis y cambio*. México: FCE, 1995, p. 41.

<sup>29</sup> Trata-se das "tensões internas" e das "limitações externas" consideradas por Camou. Ver *Gobernabilidad y democracia*, IFE, *op. cit.*, p. 37 e seguintes.

poder, para o discurso procedimental a demanda por mais e melhor democracia visando a impedir a ingovernabilidade significa o mesmo que tentar apagar o fogo com gasolina.

No tabuleiro de uma democracia restringida, os “sinais vermelhos” – para usar um linguajar caro aos mensuradores da governabilidade – encontram-se mais rápido e com maior frequência do que no tabuleiro de um projeto democrático substantivo.

Mas existe mais um problema de fundo. Poderíamos formulá-lo nestes termos: Como conseguir a estabilidade de sociedades divididas desde sua base? Ou, como conseguir que os conflitos que têm sua raiz na desigualdade econômica não cheguem a ter expressão no âmbito político ou possam ser processados neste campo de maneira governável e democrática?

A desigualdade é estrutural e atravessa os espaços institucionais e as formas de fazer política. Esta última se constrói sobre o imaginário de igualdade projetado pela figura do cidadão (cada cabeça um voto) e sobre a realidade de produtores socialmente desiguais e sobre condições gerais que reproduzem a desigualdade<sup>30</sup>.

Neste nível de análise, a democracia é estruturalmente ingovernável em nossa sociedade<sup>31</sup>. A incorporação da população nos assuntos públicos se converte em um elemento que ultrapassa os cenários restritos que o capitalismo exige em termos políticos. Não é casual que se fale de “excessos”

---

<sup>30</sup> Por que os fatores que determinam a desigualdade social constituem apenas um dado e não um problema a ser discutido para certa análise da política? Qual é o limite teórico para eludir estes problemas?

<sup>31</sup> Entendida a governabilidade não apenas como “paz social” (governabilidade a seco) ou como “paz social com eleições e equidade” (governabilidade democrática), mas como elemento constitutivo de uma “boa sociedade”.

em termos de democracia e que se qualifique certos níveis de despolitização dos cidadãos como sendo funcionais<sup>32</sup>.

Na América Latina esses postulados alcançam uma maior validade dada a tendência das economias da região a caminhar em níveis mais agudos de desigualdade social, tornando portanto mais frágil o véu da igualdade cidadã<sup>33</sup>.

## Conclusões

O discurso predominante sobre a governabilidade “democrática” integra em uma síntese contraditória ingredientes do discurso democrático e do discurso liberal<sup>34</sup>. Em geral, porém, é este último que se sair melhor da conjugação.

Diante das propostas neoliberais (que exigem que a intervenção estatal se dê apenas para assegurar as garantias e direitos individuais e supõem que não existem mais que racionalidades individuais), ou do pensamento neoconservador (que privilegia a governabilidade, sem se importar se, com isso, afeta a democracia), esta concepção constitui uma posição progressista.

---

<sup>32</sup> “Um excesso de democracia significa um déficit de governabilidade; uma governabilidade fácil sugere uma democracia deficiente”. *Reporte de la Comisión Trilateral*, op. cit., p. 385. Este é um tema caro ao pensamento conservador. Mas é cabível questionar: a partir de qual horizonte se pode pensar em “excessos” em matéria de democracia?

<sup>33</sup> Em um estudo sobre 46 países, baseado em informação do Banco Mundial para 1989, os países latino-americanos se situam nos últimos lugares no que se refere à distribuição de renda. A Argentina se encontra no 33º lugar, o Chile no 35º, a Costa Rica no 39º, a Venezuela no 41º, o México no 42º, o Peru no 45º e o Brasil no 46º lugar. Ver Rodrigo Vergara, “Nuevos modelos de crecimiento: una revisión de la literatura y algunos elementos para una estrategia de desarrollo”, *Estudios Públicos*, n. 43, Santiago, Chile, inverno de 1991, p. 275.

<sup>34</sup> Uma caracterização destas correntes pode ser encontrada nos textos de C.B. Macpherson e G. Sartori, já citados.

No entanto, como já comentamos, padece de realismo político. Exige consensos, mas sem questionar as bases do conflito, de modo que sua exigência de governabilidade termine – embora não proponha – adubando o caminho para que outros projetos, de governabilidade não democrática, acabem por se impor.

Além disso, este discurso pode se apresentar como uma proposta progressista porque convoca para a política, para a reforma do Estado e para a democratização, evidenciando uma série de aspectos das formas de dominação na região que é necessário modificar, como a corrupção, a falta de regras claras nos processos eleitorais, os déficits em termos de justiça, práticas políticas viciadas, ausência de equilíbrio entre poderes e de real autonomia entre os mesmos etc. Não há dúvida de que estes problemas – e outros – constituem aspectos que devem ser solucionados<sup>35</sup> e muitas propostas formuladas pelo discurso da governabilidade democrática constituem um passo adiante nesse sentido.

Entretanto – e é isso que nos interessa destacar – não se trata de um passo adiante qualquer. Aponta para uma convocatória para a política, para uma reforma do Estado, para uma cidadanização e uma democratização que terminam questionando os traços menos civilizados do projeto de dominação de um capital globalizado, que necessita ser eficaz e eficiente e que requer a modernização das estruturas políticas<sup>36</sup>.

---

<sup>35</sup> Aspectos que, contudo, não são patrimônio desse discurso. Os discursos democrático e neoliberal também podem se vincular a muitas (senão todas) as demandas anteriores.

<sup>36</sup> Temas que analisamos mais detalhadamente no ensaio “La despolitización de la política y de la ciudadanía”, incluído no livro *Despolitización de la ciudadanía y gobernabilidad*. México: UAM-Xochimilco, 1997.

No campo da economia, este discurso manifesta seu mal-estar em relação às sequelas mais agressivas dos novos modelos, mas em seu realismo termina aceitando-os<sup>37</sup>, confundindo a necessidade de reinserção internacional, de abertura das economias e de eficiência, com as formas atuais através das quais estes processos são implementados, de modo a somar-se às modalidades de globalização que são impulsionadas sob o paradigma neoliberal.

Podem ser encontradas críticas à irracionalidade presente nos novos modelos de reinserção internacional e aos aspectos de ingovernabilidade que deles se desprendem. Mas a passagem para um questionamento de fundo é evitada com o fácil expediente de destacar que não aparecem, no horizonte, alternativas às formas neoliberais<sup>38</sup>. Desta forma, esta modalidade de “mal-estar” com o mundo real – nas versões mais

<sup>37</sup> Este tipo de compromisso com o modelo econômico pode ser percebido em Lechner quando este autor afirma que “o dinamismo da economia choca com as rigidezes da institucionalidade política”. E agrega, umas linhas adiante, que “enquanto a economia é regida por um conjunto relativamente compartilhado de opiniões e um menu limitado de medidas, sabemos pouco acerca das instituições e dos processos políticos requeridos no novo contexto”. Em “La reforma del Estado y el problema de la conducción política”, *Perfiles Latinoamericanos*, n. 7, Flacso, México, dezembro de 1995, p. 152. Caberia questionar: Qual é o “conjunto relativamente compartilhado de opiniões” nesse tema?

<sup>38</sup> É isso que aponta, por exemplo, Aguilar Camín, ao indicar que “o único projeto de modernização do México [era] aquele que começava a se impor como uma onda por todo o mundo: a diminuição do Estado através de privatizações, saneamento das contas públicas, abertura ao comércio internacional, busca de investimentos e tecnologia estrangeira etc.”. Mais adiante, agrega que: “O que confessei aqui e volto a confessar agora é que, com diversos ajustes (...), não encontro um rumo de modernização alternativo àquele que o México empreendeu”. Ver *Proceso*, n. 1005, México, 5 de fevereiro de 1996, p. 23. A afirmação de Aguilar Camín, ao não se revestir refinamentos teóricos, é cristalina. Sua lista de políticas que definem o projeto de modernização econômica vá no sentido do “como”, mas também deve-se destacar o “para

conservadoras, como a versão que recém apresentamos – termina nutrindo o conformismo político.

Pode existir algo mais irracional que economias que comecem a operar eficaz e eficientemente, mas que mantêm uma porcentagem tão elevada da população sem trabalho e sem salário? E que se pode dizer sobre os elevados níveis de pobreza e de pobreza extrema? Acaso não seria a lógica desta forma de crescer o principal fator para gerar ingovernabilidade?<sup>39</sup>

Não são irracionais – alimentando a ingovernabilidade – as fortes transferências de recursos ao exterior para o pagamento da dívida externa, em períodos de agudos custos sociais, de redução ou encarecimento do crédito interno, de falência de empresas?<sup>40</sup>

As reformas estatais em marcha e os sistemas políticos que são construídos admitem um espaço de representação demasiado estreito para dar conta das ebulições sociais e da magnitude de atores sociais que a própria modernidade capitalista foi criando. Dá-se, assim, a necessidade de uma politização seletiva. Por isso, as crises de representação (a incapacidade dos sistemas políticos de oferecer espaços reais de expressão para

---

quem”. É aqui que poderíamos encontrar as maiores diferenças entre projetos de modernização.

<sup>39</sup> Para não mencionar as fugas de capital, os movimentos especulativos, as pressões sobre a moeda nacional, o fechamento de mercados e tantas outras medidas “racionalis” para o liberalismo econômico.

<sup>40</sup> De acordo com dados da Cepal, em 1995 os países latino-americanos pagaram 94 bilhões de dólares a título de juros da dívida externa, que, apesar de todos os pagamentos realizados previamente, subiu para a ordem de 573,69 bilhões de dólares. Ver *Balance preliminar de la Economía de América Latina y el Caribe 1995*, Santiago, 1995. No ano seguinte as notícias não foram melhores. “As projeções indicam que, ao fim de 1996, a dívida externa total dos países da América Latina e do Caribe superará 620 bilhões de dólares, com um aumento nominal de ao redor de 6% em relação a 1995”. Cepal, *Panorama económico de América Latina 1996*, Santiago, 1996, p. 13.



a pluralidade de atores e de demandas) constituirão um dos aspectos recorrentes da ingovernabilidade no plano político.

Chegando a este ponto, pode-se afirmar que as fórmulas descobertas pelo capital global no âmbito econômico e as soluções políticas em torno a democracias governáveis (ou restritas), constituem os principais fatores de ingovernabilidade na América Latina de nossos dias. Sobre isto, é pouco o que o discurso predominante pode avançar em termos da governabilidade “democrática”, ao discutir apenas as tendências bárbaras das lógicas econômicas e políticas em marcha.



TERCEIRA PARTE: ESTADO,  
SOCIEDADE CIVIL E PODER  
POLÍTICO



## X. AS FRONTEIRAS ENTRE O ESTADO E A SOCIEDADE CIVIL

### Introdução

A reflexão ao redor das relações entre a sociedade e o Estado e entre este e a economia está estreitamente associada à análise sobre os limites do Estado e sua especificidade. As respostas formuladas sobre estas temáticas apresentam uma estridente gama de problemas nos quais aos perigos do reducionismo<sup>1</sup> se somam os do “extensionismo”, isto é, de posturas que diluem as particularidades do Estado e de suas funções, ao ampliar suas fronteiras.

Abordar esses problemas significa situar-se em um dos pontos essenciais das ciências sociais em geral e da teoria

---

<sup>1</sup> Para uma síntese sobre as diversas modalidades de reducionismo, ver o Epílogo ao livro compilado por Norbert Lechner, *Estado y Política en América Latina*. México: Siglo XXI, 1981. Em geral, o reducionismo mais criticado é o economicismo. Com este qualificativo, certas correntes tentam desacreditar qualquer análise que busque na economia elementos para uma reflexão sobre o social e o político. Com razão, Miliband sustenta que “o termo ‘economicismo’ foi utilizado em sentidos amplos e chegou a abarcar uma multiplicidade de pecados verdadeiros e imaginários”. Em *Marxismo y política*. Madri: Siglo XXI, 1978, p. 15-16.

política em particular, já que o fenômeno estatal está em estreita unidade com os processos de integração e coesão de uma ordem social, bem como com os processos de ruptura e transformação dessa ordem. Por isso, assumimos, com Gramsci, que “analisar as discussões suscitadas (...) a propósito dos limites da atividade do Estado é a discussão mais importante da doutrina política”<sup>2</sup>.

Nas páginas subsequentes, analisaremos diversos problemas que advêm do estabelecimento das fronteiras estatais. Atualmente, este tema se encontra particularmente presente nos debates ao redor da relação entre o Estado e a sociedade civil<sup>3</sup>. Tomaremos como base para essa exposição os problemas que tal relação apresenta na obra de Antonio Gramsci. A escolha não é gratuita, uma vez que esse autor constitui uma das bases teóricas mais consistentes das modernas reivindicações teóricas e políticas sobre a sociedade civil<sup>4</sup>.

Foi nos anos 1970 e 1980 que a obra de Antonio Gramsci começou a ser difundida extensamente na academia latino-americana. A essa espécie de “descobrimento” do revolucionário italiano, seguiram-se uma multiplicidade de “leituras” e

---

<sup>2</sup> *Notas sobre Maquiavelo, sobre política y sobre el Estado Moderno*. México: Juan Pablo Editor, 1975, p. 159.

<sup>3</sup> Nas conclusões, ressalta-se que tais fronteiras não constituem muros rígidos e que existe, entre Estado e sociedade civil, maior imbricação e mútua negação na ordem capitalista.

<sup>4</sup> Também existem outras fontes intelectuais, como as habermasianas, no livro de Jean L. Cohen e Andrew Arato, *Sociedad civil y teoría política*. México: FCE, 2000; e de Touraine e Melucci em diversos ensaios reunidos no livro *La sociedad civil. De la teoría la realidad*, de Alberto J. Olvera. El Colegio de México, 1999. Essas fontes situam o conceito de sociedade civil no terreno social, diferentemente de Gramsci, que o aninha no campo político-ideológico. Debruçamo-nos sobre elas no ponto 2 (“Estado e sistema de dominação”) do capítulo II deste livro.

interpretações e as mais variadas posições teóricas e políticas buscaram inspiração e justificação em seus escritos e em sua conceitualização<sup>5</sup>.

O certo é que esse paradoxo, como tentaremos indicar em seguida, obedece à defasagem entre as preocupações de Gramsci como estrategista e dirigente revolucionário e o Gramsci escritor, particularmente o Gramsci do cárcere, que – ao se encontrar sob uma série de circunstâncias adversas, como a censura prisional, a relativa solidão teórico-intelectual na qual escreve e a concepção de problemas novos com uma linguagem antiga – não precisa rigorosamente os problemas para os quais busca respostas, oferecendo soluções que o conduzem por caminhos distantes de suas motivações subjetivas: encontrar

---

<sup>5</sup> A diversidade de interpretações sobre Gramsci torna difícil uma aproximação de todas. Apenas a título de exemplo destacamos algumas: Huges Portelli, em *Gramsci y el bloque histórico*. México: Siglo XXI, 11ª ed., 1985, assinala que a contribuição original de Gramsci se refere ao estudo do vínculo orgânico entre estrutura e superestrutura, vínculo este que é o cerne do bloco histórico (*op.cit.*, p. 143); G. Vacca compartilha esta postura, destacando que “ao redor da noção de ‘bloco histórico’ orbitam e se vinculam todos os elementos da concepção gramsciana sobre a política e a história. Esta noção é um pouco a alma de seu marxismo” (Ver “Discurriendo sobre socialismo y democracia” em *¿Existe una teoría marxista del Estado?* de N. Bobbio *et al.*, México: Universidad de Puebla, 1980, p. 99). Para J. C. Portantiero, em *Los usos de Gramsci* (México: Cuadernos de Pasado y Presente, n. 54, 1977, p. 19), o fio condutor de “todos os fragmentos de sua obra é sua concepção sobre a revolução”. Norberto Bobbio, em “Gramsci y la concepción de la sociedad civil”, em Pizzorno *et al.*, *Gramsci y las ciencias sociales*, Cuadernos de Pasado y Presente, n. 19, Córdoba, 1972, aponta que “para uma reconstrução do pensamento político de Gramsci, o conceito-chave, o conceito necessário como ponto de partida, é o de *sociedade civil*” (p. 70, destacado no original). Para Christine Bucí-Glucksmann, em *Gramsci y el Estado*. México: Siglo XXI, 1978, a noção de hegemonia é a chave do pensamento gramsciano. A mesma ideia subjaz em E. Laclau, que indica: “a noção de hegemonia é o princípio articulado diferencial dos elementos de uma formação social”. Ver *Política e ideología en la teoría marxista*. México: Siglo XXI, 1980, p. 53.

as vias da revolução para os países regidos por democracias burguesas parlamentares.

Isso é o que ocorre, por exemplo, com sua concepção de Estado. É notório que em Gramsci existe mais de uma proposta sobre o Estado, seus limites, as instituições que o conformam, as funções que desenvolve etc.<sup>6</sup>.

A rigor, é possível distinguir três versões, cada uma das quais – ao conceber a dominação burguesa como um processo que não se reduz aos aspectos coercitivos, mas contém componentes consensuais – introduz problemas teóricos e políticos relevantes. No entanto, frente às imprecisões conceituais com as quais são abordadas, em grande medida obscurecem o panorama que se pretende clarear. Realizaremos em seguida uma revisão sobre cada uma destas versões gramscianas e sobre os problemas teóricos e políticos que apresentam.

### **Primeira versão: o Estado como sociedade política**

Para o marxismo clássico – o de Marx, Engels, Lenin, Trotsky e Rosa Luxemburgo<sup>7</sup>, o Estado se identifica à força e à coerção e constitui o núcleo central do poder das classes dominantes. Neste enfoque, as instituições da chamada sociedade civil (aparato educacional, igrejas, meios de comunicação etc.) têm papel destacado na dominação, embora secundário, e assume-se que as mesmas *se situam fora do Estado*.

<sup>6</sup> Ver, sobre o tema, o cuidadoso e documentado trabalho de Perry Anderson, “Las antinomias de Antonio Gramsci”, em *Cuadernos Políticos* n. 13, México: ERA, jul.-set., 1977. Em diversos aspectos, este material nos serve de orientação na análise subsequente. Contudo, temos diferenças quanto às fórmulas de Estado que Anderson encontra em Gramsci, bem como nas derivações políticas que depreende das mesmas.

<sup>7</sup> Em um sentido geral, o próprio Gramsci situa-se no marxismo clássico. Entretanto, no que se refere ao Estado é difícil situá-lo dessa maneira.

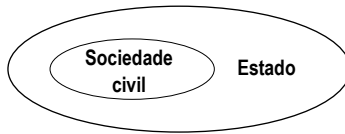


Nesta primeira versão, Gramsci contrapõe a situação do “Ocidente” – com uma sociedade civil separada do Estado e na qual “entre Estado e sociedade civil existia uma justa relação” – à situação que prevalece no “Oriente”, onde “o Estado era tudo e a sociedade civil era [apenas] primitiva e gelatinosa”<sup>8</sup>.

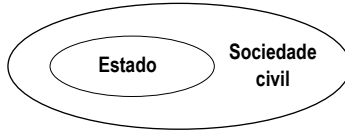
Se até aqui a visão é rigorosamente clássica, a continuação do parágrafo recém citado nos indica que estamos diante de outra concepção estatal. Assim, aponta-se que “sob a convulsão do Estado, evidenciava-se uma robusta estrutura da sociedade civil. *O Estado era apenas uma trincheira avançada*, atrás da qual existia uma *robusta cadeia de fortalezas e casamatas*”<sup>9</sup>.

O giro gramsciano pode ser concebido nos dois gráficos seguintes:

**O Estado como trincheira exterior**



**O Estado como no núcleo**



O Estado burguês democrático desenvolve uma espécie de jogo de espelhos com a finalidade de impedir que as lutas

<sup>8</sup> Gramsci, *Notas sobre Maquiavelo...*, op. cit., p.95.

<sup>9</sup> *Ibidem*, p. 96 (ênfase nossa).

populares apontem a mira de suas armas em sua direção, ocultando, assim, os núcleos do poder e seu caráter de classe. Estas são algumas das principais funções dos chamados “aparatos ideológicos” que compõem a sociedade civil.

*O Estado nunca é, portanto, uma trincheira exterior na dominação.* Ao contrário, é seu centro, protegido e velado por uma multiplicidade de “trincheiras” e “casamatas”. A preocupação de Gramsci em ponderar o consenso no sistema de dominação do Ocidente o leva, assim, a sobrelimitar sua importância, fazendo da sociedade civil seu aspecto-chave.

Isso implica, por sua vez, uma nova concepção sobre o poder, que já não se concentraria particularmente no “débil” Estado, encontrando-se atomizado na série de instituições que conformam a “robusta” sociedade civil. Dessa forma, pode-se afirmar, como o faz Portantiero, que “o poder não é tomado por assalto, pois o mesmo não está concentrado em apenas uma instituição, o Estado-governo, mas, sim, disseminado em uma infinidade de trincheiras”<sup>10</sup>.

A guerra de posições, enquanto guerra de desgaste da hegemonia burguesa e de disputa dessa capacidade de direção, trincheira por trincheira, constitui-se assim como a estratégia-chave para a conquista do poder, que, dada sua dispersão e atomização, pode ir sendo conquistado gradualmente, “não por assalto”, mas sim após a somatória de pequenas conquistas parciais.

<sup>10</sup> Juan Carlos Portantiero, *Los usos de Gramsci, op. cit.* p. 20. Não é demais destacar que, em certo tipo de literatura, a ideia de “assalto ao poder” – diferentemente de seu emprego por Lenin – é utilizada como sinônimo de complô, blanquismo, vanguardismo etc., com o que, mais que uma concepção revolucionária de tomada do poder, contrapõe-se o aventurerismo à guerra de posições, para privilegiar esta última.

Sobre estas premissas, a ruptura política assume uma modalidade específica: “A revolução é assim um processo social no qual o poder é conquistado através de uma sucessão de crises políticas cada vez mais graves, nas quais o sistema de dominação vai se desagregando, perdendo apoios, consenso e legitimidade, enquanto as forças revolucionárias concentram crescentemente sua hegemonia sobre o povo, acumulam forças, ganham aliados; mudam, enfim, as relações de força”<sup>11</sup>.

A revolução se converte dessa maneira em um processo imperceptível. Nesta soma de conquistas parciais, vai-se acumulando poder e, de súbito, em algum ponto que não se especifica, produz-se uma mudança na correlação de forças da sociedade e conforma-se uma nova direção classista estatal.

A noção de poder estatal também perde especificidade. Pressupõe-se que o poder ou força ganha e exercida na sociedade civil é da mesma natureza que o poder no Estado e do Estado. Mas *não existe linha de continuidade entre um e outro*. São de qualidades distintas, de modo que se faz necessário estabelecer as diferenças conceituais. Damos a conotação de poder *político* ao poder estatal, para diferenciá-lo das formas de poder exercidas na escola, na família ou nas igrejas. Esses últimos têm uma marca classista e fazem parte do exercício da dominação, mas não assumem, por isso, uma conotação estatal.

Desta forma, pode-se acumular força ou poder (a seco) na sociedade civil, mas sempre haverá uma ruptura para alcançar o poder do Estado – o poder político – e essa passagem se chama revolução, que nunca poderá ser um processo imperceptível.

---

<sup>11</sup> *Ibid.*, p. 20.

Não é difícil compreender o encanto que estas ideias exercem sobre muitas posições reformistas, que buscam força no prestígio do revolucionário italiano. É claro que Gramsci não assume de maneira explícita estas últimas derivações de seus seguidores, uma vez que estas rompem com o espírito que orienta suas preocupações: as vias da revolução no “Ocidente” – e não de sua simples reforma. Nestas derivações, entretanto, é plenamente evidente a defasagem que existe entre as soluções teóricas oferecidas por Gramsci e suas reais preocupações. Suas propostas conduzem a concepções como as mencionadas. Por isso, o resgate de seu pensamento revolucionário deve ser feito a partir de uma visão crítica às suas próprias formulações<sup>12</sup>.

Uma vez que a luta pelo poder é definida no nível da direção, a disputa pela hegemonia assume um papel central. O impreciso discurso de Gramsci também apresenta dificuldades neste terreno. Quando fala de classes dominantes ou classes hegemônicas, não fica claro se está se referindo à burguesia ou ao proletariado. A própria concepção de hegemonia apresenta diferenças substanciais caso trate de uma ou do outro.

Efetivamente, e tal e qual aponta Perry Anderson, “o conceito de hegemonia de Gramsci (...) contém um perigo potencial” já que esse termo, “surgido na Rússia para definir a relação entre o proletariado e o campesinato em uma revolução burguesa, foi trasladado por Gramsci para descrever a relação entre a burguesia e o proletariado em uma ordem capitalista consolidada na Europa Ocidental”. Anderson prossegue, chegando ao cerne do problema: “embora na Rússia o termo pudesse esgotar a relação entre

---

<sup>12</sup> “A dívida que todo marxista contemporâneo tem com Gramsci só pode ser saldada analisando seus escritos com a seriedade de um verdadeiro espírito crítico”. Perry Anderson, “Las antinomias...”, *op. cit.*, p. 52.

proletariado e campesinato, já que se tratava de uma aliança entre classes não antagônicas, o mesmo nunca poderia ser certo, por exemplo, na Itália ou na França no que se refere à relação entre burguesia e proletariado, que é inerente a um conflito entre classes *antagônicas*, baseado em dois modos de produção adversários. Ou seja, a dominação capitalista ocidental compreendia necessariamente a coerção, para além do consenso”<sup>13</sup>. Portanto, quando Gramsci propõe a necessidade do proletariado de se transformar em classe hegemônica *antes* da conquista do poder, surge uma série de perguntas. A primeira: está se fazendo alusão a um tipo de hegemonia igual àquela mantida pela burguesia, isto é, uma direção não apenas sobre os aliados, mas, também, sobre classes a ela antagônicas como o proletariado e o campesinato? Se é assim, é possível, por parte do proletariado, alcançar uma hegemonia dessa natureza sobre classes antagônicas? E, se é possível, pode ser alcançada *antes* da conquista do poder?

A resposta para estas perguntas não encontra uma direção unívoca na obra de Gramsci, já que, além da indeterminação sobre qual seria a classe à qual se refere quando fala de alcançar a hegemonia, o autor também propõe distintas concepções sobre a noção de hegemonia. Existem efetivamente em sua obra formulações nas quais a concepção de hegemonia se estabelece sobre a base de uma dialética entre o consenso e a coerção, questão que levou alguns autores a indicarem a semelhança com Lenin nesse terreno<sup>14</sup>.

<sup>13</sup> *Ibid.*, p. 33 (destacado no original).

<sup>14</sup> Pode-se conferir, como exemplos, a afirmação de José Aricó no prólogo à edição publicada pela Ed. Juan Pablo sobre as *Notas sobre Maquiavelo*, bem como o ensaio de Atilio Borón e Oscar Cuéllar, “Apuntes críticos sobre la concepción idealista de la hegemonía”, *Revista Mexicana de Sociología*, n. 4, México, Unam, out-dez.de 1983.

Assim, por exemplo, Gramsci sustenta que “o exercício ‘normal’ da hegemonia, no terreno clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de formas variadas, sem que a força suplante muito o consenso, ou melhor, procurando obter que a força pareça apoiada no consenso da maioria (...)”<sup>15</sup>.

Contudo, o fundamental em Gramsci no que se refere à apresentação da hegemonia se refere às noções de direção e consenso. A preocupação central de sua obra parte justamente da constatação sobre a capacidade da burguesia de dominar com consenso, de se estabelecer sobre a base da direção do conjunto das classes sociais.

É por ser esta concepção a predominante que autores como Buci Glucksmann podem indicar que “a hegemonia não se identifica em absoluto com a força. A hegemonia de uma classe em um processo histórico não é imposta, mas conquistada através de uma política de alianças que abre uma perspectiva para o conjunto da sociedade, fazendo-a ‘avançar’”<sup>16</sup>.

As indeterminações presentes na noção de hegemonia, unidas à definição de guerra de posições – estratégia longa e penosa, de trincheira em trincheira, para alcançar a direção da sociedade – como linha central de luta, constituem um rico embasamento para todas as posições que fazem das formas parlamentares o eixo fundamental de sua atividade “rupturista”<sup>17</sup>.

<sup>15</sup> *Notas sobre Maquiavelo...*, *op. cit.*, p. 135.

<sup>16</sup> Cristine Buci-Glucksmann, *Gramsci y el Estado*. México: Siglo XXI, 1978, p. 9. Em geral, trata-se de um livro escrito de maneira confusa e que, mais que esclarecer, dificulta a compreensão dos problemas que busca resolver.

<sup>17</sup> Anderson afirma que, desta concepção de Estado, derivam-se as posições social-democratas da esquerda. Acreditamos que a mesma também alimenta correntes marxistas de conotação reformista.

## **Segunda versão: o Estado como sociedade política mais sociedade civil**

A preocupação em demonstrar que o Estado “Ocidental” não é apenas coerção, mas também consenso, encontra nesta visão uma nova resposta.

Para definir as novas funções estatais, Gramsci propõe como solução a extensão dos limites do Estado, que passa a se identificar com o conjunto do sistema de dominação: já não abarca apenas a sociedade política, mas incorpora também a sociedade civil. Nas palavras de Gramsci, “Estado é igual a sociedade política mais sociedade civil, isto é, hegemonia revestida de coerção”<sup>18</sup>.

A necessidade de ampliar o campo estatal parte, neste enfoque, do fato de que *Gramsci situa as funções do consenso exclusivamente na sociedade civil*. No entanto, é discutível que o consenso seja uma tarefa que compete apenas à sociedade civil, ou que apenas nela resida. Não se trata de negar seu papel nesse sentido, contudo a anuência aos projetos dominantes no capitalismo democrático é obtida fundamentalmente pela ação do próprio Estado, pelo caráter que a democracia representativa assume como modalidade de dominação e por seus efeitos “ideológicos” sobre as distintas classes.

---

<sup>18</sup> *Notas sobre Maquiavelo...*, *op. cit.* p. 165. É importante destacar que, na frase prévia à citação, Gramsci indica que “na noção geral de Estado entram elementos que também são comuns à noção de sociedade civil”, ou seja, busca limitar o campo do Estado incluindo apenas certa parte da sociedade civil e não o seu conjunto, como tende a ocorrer ao final com a formulação que encerra nosso argumento. No entanto, o que se está fazendo é estender a noção de Estado, ainda que seja apenas sobre certos elementos da sociedade civil. A questão é assumir que o Estado também é consenso, mas sem ampliá-lo para a sociedade civil, problema que abordaremos mais adiante.

Como bem se apontou, “a forma fundamental do Estado parlamentar ocidental – a soma jurídica de seus cidadãos – é o eixo dos aparatos ideológicos do capitalismo”<sup>19</sup>. Isto é assim pois, ainda que todo sistema de classes busque o acordo dos dominados, sob o capitalismo esse acordo é obtido com base na apresentação de todos os indivíduos – os cidadãos – como iguais, escondendo as desigualdades que operam a partir da base material, na relação dos mesmos frente aos meios de produção. Por isso, a especificidade do consenso obtido pelas classes dominantes no capitalismo “é que adota a forma fundamental de uma crença por parte das massas de que são *elas que exercem, definitivamente, sua autodeterminação*. Não se trata, portanto, da aceitação da superioridade de uma classe dirigente reconhecida (ideologia feudal), mas da crença na igualdade democrática de todos os cidadãos no governo de uma nação; ou, colocado de outra maneira, da incredulidade na existência de uma classe dirigente”<sup>20</sup>.

Assim, *a especificidade do Estado “Ocidental” não reside apenas em possuir o monopólio da coerção, mas também na capacidade de gerar consenso, de dirigir. Essa capacidade está presente em sua modalidade democrático-parlamentar, embora esta não esgote todas as instâncias que geram consenso na sociedade. Portanto, para compreender a combinação coerção-consenso, não é necessário estender os limites do Estado para a sociedade civil.*

A equivocada solução gramsciana abre, entretanto, uma linha de reflexão de importância vital, referente à diversificação da atividade estatal. De fato, desde o pós-guerra e devido a

<sup>19</sup> Perry Anderson, “Las antinomias ...”, *op. cit.*, p. 23.

<sup>20</sup> *Ibid.*, p. 23. (destacado no original).



necessidades que partem particularmente do aspecto econômico, os estados capitalistas tenderam a estender suas funções na sociedade, tanto no âmbito propriamente produtivo (realizando, por exemplo, investimentos em empresas) quanto nos serviços sociais (apoando a educação, a seguridade social, a moradia). Como resultado deste processo, produziu-se uma ampliação da atividade estatal, conformando-se o Estado de Bem-estar – social ou fordista, segundo os termos empregados por distintas escolas –, o que deu margem a uma disputada reflexão sobre o papel do Estado na economia.

Essa expansão estatal foi realizada sem afetar o desdobramento de canais de expressão das classes dominadas e, na verdade, fortalecendo – no caso dos países capitalistas desenvolvidos – esse desdobramento, com o auge de partidos políticos, dos meios de comunicação etc. Em outras palavras, o crescimento da atividade econômica e das funções sociais do Estado não se deu em detrimento da sociedade civil. O Estado cresceu, mas também se expandiu o raio de expressão das classes e da sociedade civil.

No âmbito propriamente econômico, a gestão estatal complementou as debilidades das classes proprietárias de capital, incapazes de realizar grandes investimentos ou, ainda, sem disposição de investir em áreas de rentabilidade nula ou duvidosa. O keynesianismo impulsionou estas tendências, que não significaram um abarcamento da sociedade civil pelo Estado.

Esta forma de “extensão” estatal não tem nada a ver com aquela outra na qual o crescimento dos limites estatais se dá efetivamente à custa de toda a sociedade civil. É isso que ocorre, por exemplo, nos regimes ditatoriais, nos quais a partir do Estado se passa a controlar os meios de comunicação, a educação, os sindicatos, os partidos políticos e as igrejas.

Uma boa exemplificação destas duas formas distintas de “extensão” estatal é a sociedade chilena na segunda metade do século XX, com um forte peso da atividade estatal salvaguardando os instrumentos de expressão “civil” das classes durante o período democrático até o governo de Salvador Allende (1973), e, por outro lado, o que ocorreu posteriormente sob o regime ditatorial, no qual o Estado absorveu parte substancial da chamada sociedade civil<sup>21</sup>.

Os elementos mencionados tornam patentes os problemas apresentados pela “extensão” teórica do campo estatal sobre a sociedade civil. Em primeiro lugar, não permite analisar a diversidade de situações históricas nas relações específicas estabelecidas entre Estado e sociedade civil. Se assumirmos como pressuposto que o Estado inclui a sociedade civil, não podemos diferenciar as particularidades que existem, neste plano, entre as formas democráticas e as formas ditatoriais no capitalismo.

Um aspecto específico das modalidades democráticas de dominação é a autonomia obtida pela sociedade civil em relação ao Estado. O Estado faz parte do sistema de dominação, é seu núcleo central, mas nesse sistema outros elementos também cumprem um papel de destaque, elementos que, com a conceitualização gramsciana, denominamos sociedade civil. O sistema de dominação é, então, a articulação entre Estado e sociedade civil<sup>22</sup>.

---

<sup>21</sup> Realizamos a análise deste último período em “Estado y dominación en Chile”, *Cuadernos Políticos*, n. 36, México, Ed. Era, 1983. Para uma caracterização do capitalismo e da organização social e política no Chile, remetemos ao nosso trabalho *Raíces de la democracia en Chile*. México: Era-UAM, 1990.

<sup>22</sup> Para a diferenciação entre Estado e sistema de dominação, ver Ruy Mauro Marini, “La pequeña burguesía y el problema del poder”, em *El reformismo*

No plano teórico, é importante assumir as diferenças entre estes elementos, ainda que em certas conjunturas uma concentração de funções do Estado tenda a se dar, como indicamos por exemplo no caso das ditaduras militares. Definir como “Estado” as instâncias da sociedade civil favorece, por outro lado, a indeterminação dos centros reais da dominação, o que impede uma hierarquização da luta política, dentro de uma estratégia de poder. Assim, frente a um Estado tão extenso, supõe-se que qualquer luta o alcança e se converte diretamente em confronto pelo poder político, seja essa luta por cargos municipais, parlamentares, nos meios de comunicação, no aparato educacional, religioso etc.<sup>23</sup> A luta política pode se dar em todos os âmbitos societários, mas assume uma marca particular em relação ao Estado, uma vez que este é a condensação fundamental do poder político. A gestação de um poder externo ao Estado capitalista nas experiências históricas de revolução demonstra essa questão.

É seguindo a linha de pensamento de Gramsci que Althusser e, posteriormente, Poulantzas desenvolvem a noção de “aparatos ideológicos de Estado”<sup>24</sup>.

---

*y la contrarrevolución: estudios sobre Chile*. México: Editorial Era, 1977. Ver também o capítulo II da primeira parte do presente livro.

<sup>23</sup> A reflexão de Buci-Glucksmann vai por essa linha, ao indicar que, a partir do momento em que o Estado já não se limita apenas à esfera do governo e da dominação (o que Gramsci denomina Estado no sentido restrito), mas sim se apoia nos diferentes aparatos de hegemonia da sociedade civil e política, (...) convertem-se em um aspecto da luta política em seu conjunto toda luta de massas das forças da cultura, bem como as lutas das mulheres no aparato social e familiar. Ver *Gramsci y el Estado*, *op. cit.*, p. 9.

<sup>24</sup> Louis Althusser, *Ideología y aparatos ideológicos de Estado*, Comité de Publicaciones de los alumnos de la Escuela Nacional de Antropología, México, 1975. Nessa obra, Althusser afirma: “Gramsci é, até onde sabemos, o único que avançou pelo caminho que aqui tomamos. Ele teve esta ideia singular de que o Estado não se reduzia ao aparato (repressivo), abarcando, como ele

A preocupação desses autores é a mesma que aquela do revolucionário italiano: o Estado é mais que simples coerção nos regimes democráticos capitalistas. A ideia de um Estado que alcança consensos entre os dominados é explicada indicando-se que o mesmo não constitui apenas aparatos de coerção, mas também aparatos ideológicos. Aqui, a noção de aparatos ideológicos (de Estado) assume o lugar do conceito de sociedade civil da formulação gramsciana, contudo os problemas teóricos e políticos introduzidos são similares.

### **Terceira versão: o Estado como sociedade civil**

“A direção do desenrolar histórico” - indica Gramsci - “pertence às forças privadas, à sociedade civil, que é também Estado, ou melhor, *que é o próprio Estado*”<sup>25</sup>.

Se, nas duas versões anteriores, o aspecto coercitivo do Estado tende a se subordinar ao papel deste como direção consensual, nesta versão aquele aspecto desaparece totalmente, constituindo-se o Estado-consenso. A dominação do capital é exercida exclusivamente pela hegemonia.

Na segunda visão, é o Estado que avança sobre a sociedade civil, ganhando, com isso, em termos da capacidade de direção e de consenso. Aqui, ao contrário, é a sociedade civil que avança sobre o Estado, de modo que este perde qualquer conotação coercitiva.

A conotação classista do Estado fica diluída, já que o avanço da sociedade civil implica a capacidade das distintas classes de nele impor sua marca. O Estado, portanto, é assu-

---

dizia, certo número de instituições da sociedade civil: a igreja, as escolas, os sindicatos etc.”. *Op. cit.* p. 26.

<sup>25</sup> *Notas sobre Maquiavelo..., op. cit.*, p. 164 (ênfase nossa).

mido como uma entidade neutra sob o ponto de vista social, capaz de se preencher por diversos conteúdos de classe. As posições dominantes no Estado dependeriam da capacidade de hegemonia que cada classe alcance, já que o mesmo constitui um território que pode ser conquistado por distintos interesses. O processo de conquista do poder se reduz, assim, à capacidade do proletariado e de seus aliados de *encurralar* os interesses da burguesia e de ir estabelecendo sua marca no interior do Estado.

### **A modo de conclusão**

Entre Estado – visto como relação – e sociedade civil existe uma dialética na qual ambos negam-se a si mesmos, fazendo de si outro. A dominação de classe, inerente ao Estado, é assumido por sua vez por instituições da sociedade civil, na qual a escola, as igrejas, os meios de comunicação e a família se constituem como espaços privilegiados de recriação das próprias relações de dominação na sociedade capitalista e não apenas da ideologia das mesmas. Assim, *a sociedade civil se nega e se faz Estado* no sentido relacional de dominação e poder de classe.

Por outro lado, o Estado capitalista também se nega, faz de si mesmo outro, como sociedade civil, quando coloca em marcha processos que conformam comunidade, geram consenso e se apresentam como uma instância que arbitra a luta de classes. A democracia liberal – sustentada na figura da igualdade entre os cidadãos, na qual um voto é igual a outro qualquer, o que fratura a divisão classista entre proprietários dos meios de produção e os agrupamentos sociais despojados dos mesmos – talvez constitua um dos processos de maior relevância em termos da gestação de comunidade imaginária,

com um enorme peso no que se refere a consensuar a ordem prevalecente na organização da vida em comum sob capitalismo.

A insistência em enfatizar a distinção entre Estado e sociedade civil faz sentido, entretanto, para ressaltar as diferenças em termos do poder político presente nestas instâncias, que se diluem – quando não se subvertem – em diversas leituras, como aquela que predomina sobre a obra de Gramsci. Como se pode apreciar, surgem diversas dificuldades ao assumir acriticamente as concepções gramscianas para a análise da democracia capitalista e de sua superação em uma nova hegemonia. Os problemas abertos pelo revolucionário italiano seguem sendo importantes para a definição de uma estratégia política que busque alcançar uma nova ordem social, socialista e democrática. A solução, porém, não parece se aproximar pela via de uma leitura linear de seus escritos. A real contribuição de Gramsci para a teoria revolucionária ainda está por ser decodificada.

# XI. A SOCIEDADE CIVIL E A QUESTÃO DO PODER E DA REVOLUÇÃO

## **Introdução**

Poucos conceitos são mais empregados em nossos dias que o de sociedade civil. Esse fenômeno não se apresenta apenas na academia: sua utilização também se tornou lugar comum na imprensa e nos demais meios de comunicação.

A multiplicação da convocatória desse conceito se soma à pluralidade social e política de seus convocantes: organizações empresariais e eclesiásticas, partidos políticos de todos os espectros, exércitos rebeldes ou governos conservadores.

Diante de tal ecumenismo, cabe perguntar se atores tão díspares estão falando da mesma coisa e se recorrer à noção de sociedade civil não deixa lugares na sombra, espaços nos quais se produziriam as convergências.

Nas linhas subsequentes apresentaremos alguns problemas associados ao mais recorrente uso da noção de sociedade civil e a relação entre os mesmos e a questão do poder<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> A leitura do interessante artigo de Norbert Lechner “La (problemática) invocación de la sociedad civil”, em *Perfiles Latinoamericanos*, n. 5, Flacso-México, dezembro de 1994, foi um estímulo adicional para a decisão de

## Gramsci na América Latina

A invocação da sociedade civil se generalizou desde meados dos anos 1970 na América Latina. Isso foi resultado do “descobrimento” de Antonio Gramsci e da popularização de muitas de suas concepções, utilizadas de distintas – e inclusive contraditórias – maneiras. Ao conceito de sociedade civil<sup>2</sup>, podem se somar os de hegemonia, bloco no poder, guerra de posições e guerra de movimento.

Não se trata de um dado menor o fato de que, à época do referido “descobrimento”, contava-se em castelhano apenas com versões fragmentadas de sua obra. Gramsci era, nesse momento, um autor desconhecido – e talvez ainda siga sendo. Vários elementos convergem para esta situação.

Sua produção teórica foi objeto dos mais variados “ordenamentos”, geralmente de acordo com os interesses políticos em jogo<sup>3</sup>. Nesse quesito, Gramsci compartilhou, assim, os

---

escrever este trabalho. Seguindo uma linha que parte pelo menos dos anos 1980, a reflexão de Lechner é perpassada pela preocupação com a “integração da ordem social”. Como em seus trabalhos anteriores, neste os interesses sociais ao redor dos quais essa nova ordem poderia ser construída também não são explicitados. Sua visão do Estado como “reino da razão”, acredito, encontra-se na raiz dos limites de sua reflexão.

<sup>2</sup> Não desconhecemos o fato de que a noção de sociedade civil vem de longa data e tem fontes de distintas origens na teoria e filosofia política. No entanto, é com “os usos” de Gramsci que ela se populariza e é na visão desse autor que bebem muitas de suas versões atuais.

<sup>3</sup> Basta um exemplo para evidenciar essa questão: Gramsci escreve seus 33 cadernos do cárcere entre 1929 e 1937, os quais são “ordenados” tematicamente por Palmiro Togliatti e por um grupo de especialistas do Partido Comunista italiano e são publicados seis volumes, em italiano, entre o final dos anos 1940 e o início dos anos 1950, rompendo a sequência histórica dos escritos. Apenas em 1975 suas obras completas foram publicadas em italiano respeitando a ordem histórica de sua produção. Em espanhol, é a partir dos anos 1960 que ganhou força a difusão da obra de Gramsci, ainda que apenas alguns de seus textos, como *Notas sobre Maquiavelo, sobre política y sobre el Estado moderno* e *El materialismo histórico y la filosofía de Benedetto Croce*. Em 1950, a editora



mesmos problemas de outros grandes do pensamento marxista, como Lenin, Trotsky, Rosa Luxemburgo e o próprio Marx.

As condições nas quais sua obra foi produzida são outro elemento que alimenta sua condição de autor desconhecido. Gramsci não se propôs a escrever textos de ciência política. Buscava, em geral, responder problemas políticos específicos. Trata-se, portanto, de materiais que apresentam uma grande dispersão temática e uma fragmentação tal que é difícil descobrir o fio que ajuda a encontrar o caminho nos labirintos de sua reflexão.

Além disso, seus trabalhos fundamentais – em número e conteúdo – foram redigidos na prisão, de modo que empregam um vocabulário elíptico visando a vencer a censura que lhe era imposta.

Por último, e não menos importante, Gramsci estava pensando em problemas novos e – como todo autor de vanguarda – realiza essa reflexão com a bagagem de um vocabulário velho, motivo pelo qual, além de arejar a discussão e abrir novos horizontes, seu discurso apresenta armadilhas difíceis de resolver.

Nos anos 1970, conflui uma série de significativos acontecimentos que nos dão algumas chaves para a compreensão do *tipo de recuperação* de Gramsci que seria feita na América Latina.

Na primeira metade daquela década, ocorreu uma série de golpes militares no cone sul da América Latina (Bolívia, Uruguai, Chile) que se somam ao golpe militar iniciado em 1964 e prolongado em 1968 no Brasil, em uma onda que alcança a Argentina em 1976.

---

Lautaro publicara *Cartas desde la cárcel*, um material que foi de difícil acesso e que reunia fragmentos da obra de Gramsci.

Esses golpes militares, que – entre outras consequências – põem fim ao andamento de projetos políticos progressistas, propiciam o começo de uma reflexão “a partir da derrota”<sup>4</sup>, na qual o questionamento do paradigma marxista – que de alguma maneira foi um dos principais sustentáculos teóricos e ideológicos desses projetos – abre passagem para a busca por novos horizontes de reflexão. Gramsci será uma das fontes de inspiração no início dessa nova reflexão.

Na Europa, por outro lado, cruzam-se dois processos que repercutirão significativamente na América Latina. Um deles é o crescente questionamento do socialismo nos países do Leste, particularmente em sua condição de regimes burocratizados e antidemocráticos, o que estimulou a busca por propostas teóricas e políticas que permitisse superar essas deformações. Ligado ao processo anterior, ganha lugar um outro, que pretende construir uma proposta de socialismo democrático para o mundo capitalista desenvolvido, sendo o chamado eurocomunismo sua expressão mais acabada. É na Itália, na Espanha e na França que essa corrente política alcança seu maior desenvolvimento, bebendo da obra de Gramsci.

É um momento em que o entusiasmo por este autor leva à afirmação de que “Gramsci é o Lenin do Ocidente”, dando por sentado que a reflexão de Lenin só seria pertinente para

---

<sup>4</sup> Dentro de um contexto teórico que criticamos em outro ensaio (Ver “La democracia ordenada”, no livro *Las dos caras del espejo. Ruptura y continuidad en la sociología latinoamericana*. México: Triana, 1995), Lechner aponta que um dos méritos dos intelectuais de esquerda ao pensar “a partir da derrota” teria sido propor a democracia “como a tarefa central da sociedade”. Em *Los patios interiores de la democracia*. México: FCE, 1990, p. 36.

as nações atrasadas – o chamado “Oriente” em algumas interpretações gramscianas<sup>5</sup>.

A força política e teórica que o eurocomunismo ganha na Europa Ocidental caminha no sentido inverso à perda de vigor por parte das organizações que exigem uma nova ordem social na América Latina, pelo menos nas nações do Cone Sul. Por isso, não deixa de ser paradoxal que, apesar da derrota de uma das propostas mais avançadas para alcançar o socialismo por vias legais – com o derrocamento do governo de Salvador Allende no Chile, em 1973 –, também na América Latina volte à vida, por algum tempo, uma estratégia que acredita ser possível obter a hegemonia através da luta eleitoral.

Esta situação pode ser explicada pelo forte peso intelectual de correntes europeias na reflexão latino-americana. Gramsci era a fonte de inspiração de uma das principais correntes neomarxistas europeias e, assim, foi recuperado por partidos políticos e por um número considerável de intelectuais latino-americanos<sup>6</sup>.

<sup>5</sup> É interessante destacar aqui que outros autores buscam evidenciar que não existe ruptura entre Gramsci e Lenin. Ver por exemplo o Prólogo a *Notas sobre Maquiavelo, sobre política y sobre el estado moderno*. México: Juan Pablo Editores, 1975. Ali, José M. Aricó afirma, por exemplo, que não têm sentido e constituem uma tosca deformação “as tentativas de alguns revisionistas contemporâneos (... de fazer os conceitos de hegemonia e de ditadura do proletariado aparecerem como contraditórios ou excludentes, apresentando o primeiro como sendo inerente a uma forma particular de conquista do poder, que corresponde às sociedades mais desenvolvidas – ao Ocidente – e ao segundo como sendo mais adequado às sociedades mais atrasadas, por exemplo, o Oriente” (p. 18). A ideia de comparar Gramsci a Lenin também não escapou a Juan Carlos Portantiero. O autor afirma que Gramsci é “um dos líderes socialistas mais lúcidos que o século ofereceu, comparável a Lenin e superior a Lenin em muitos aspectos”. “Los usos de Gramsci”, *Cuadernos de Pasado y Presente* n. 54, México, 1977, p. 13.

<sup>6</sup> Uma interpretação interessante – embora discutível em muitos pontos – sobre esse processo pode ser encontrada em José Aricó, *La cola del diablo. Itinerario de Gramsci en América Latina*. Caracas: Ed. Nueva Sociedad, 1988.

Após os golpes militares no Cone Sul, os centros universitários mexicanos se converteram no principal receptáculo da onda migratória de pesquisadores de ciências sociais provenientes daquela região.

Para os efeitos do tema do qual aqui nos ocupamos, é interessante destacar a presença de um significativo número de cientistas sociais com distintos graus de ligação ao pensamento gramsciano – particularmente argentinos – como Juan Carlos Portantiero, José Aricó, José Nun e Emilio de Ipola.

A sociologia e a ciência política europeia tiveram uma enorme influência na Argentina até os anos 1970, tendo sido nesse país que muitos autores do chamado “marxismo esquecido” (como Rosa Luxemburgo, George Lukács, Nicolai Bukharin, entre outros) começaram a ser editados na América Latina. Era nesse país, por sua vez, que Gramsci era mais conhecido, de modo que os intelectuais argentinos cumpriram um papel destacado em seu “descobrimento” para o restante da região.

O gramscianismo obteve significativa audiência na América Latina. Por algum tempo, sua convocatória esteve de mãos dadas com a preocupação sobre uma nova ideia de revolução e de socialismo.

Propostas como a de alcançar hegemonia por vias consensuais, que questionavam a noção clássica de revolução pela via da destruição do Estado; ou a de amplas alianças de classe e participação da sociedade civil – frente à noção de partidos classistas e de vanguarda – são alguns dos elementos que os autores gramscianos divulgavam com o fim de pensar em uma nova ordem social capaz de superar os erros que eram atribuídos à visão leninista sobre a revolução e seus sujeitos.

Após o descenso de muitas correntes marxistas nos anos 1980 – e, dentro delas, do gramscianismo – são abandonados

no discurso acadêmico muitos dos conceitos “duros” dessa teoria, tais como classes sociais, luta de classes, exploração, poder e revolução. Outros sobrevivem – como o de sociedade civil –, e o fazem ganhando crescente autonomia em relação às fontes intelectuais que lhes deram vida.

Os “usos de Gramsci” perderam vigência na América Latina e na Europa, sendo esse autor relegado da mesma maneira que outras vertentes do marxismo, com a queda do muro de Berlim, a desintegração da União Soviética e o retorno do capitalismo na Europa do Leste que acentuaram o questionamento sobre as utopias defendidas pelas diversas correntes marxistas.

### **A sociedade civil como fronteira**

Dentro das ambiguidades e da multiplicidade de ideias que o termo sugere<sup>7</sup>, existem particularmente dois processos na América Latina que alimentam a demanda por recorrer ao conceito de sociedade civil: o surgimento, no cenário político, de novos e antigos movimentos sociais e a exigência de redução dos espaços de ação dos regimes militares instaurados no Cone Sul, bem como de outras formas de autoritarismo em outros países da região. Nos dois casos, a noção de sociedade civil invoca o espaço social e as instituições que estão fora do Estado. Essa é a compreensão de Perry Anderson ao destacar: “o termo ‘sociedade civil’ segue sendo um conceito prático-indicativo necessário para designar todos aqueles mecanismos e instituições que ficam fora das fronteiras do sistema estatal propriamente dito. Em outras palavras, sua função consiste

<sup>7</sup> No artigo de Lechner “La (problemática) invocación de la sociedad civil”, *op. cit.*, faz-se um amplo inventário das diversas acepções de sociedade civil.

em traçar uma linha de demarcação indispensável dentro das superestruturas político-ideológicas do capitalismo”<sup>8</sup>.

A partir desta perspectiva, a sociedade civil é assumida como “algo” diferente do Estado.

Tal visão não deixa de se apoiar em um problema real. Uma das características dos regimes autoritários, quaisquer que sejam seus traços, é a vocação dos mesmos para controlar e/ou se apropriar das instituições de educação, das igrejas, dos meios de comunicação etc. – espaços e territórios que correspondem à sociedade civil.

De maneira esquemática, se poderia dizer que, quanto mais o Estado avança sobre a sociedade civil, mais autoritário é o regime político. Já veremos, contudo, que um maior espaço e autonomia da sociedade civil não resulta, sem nada mais, em maior democracia – embora ofereça melhores condições para sua cristalização.

### **Uma entidade heterogênea**

Um tema que geralmente é tratado por alto ao se invocar a sociedade civil é o fato desta constituir uma entidade heterogênea, na qual convivem interesses sociais e políticos distintos e contraditórios. Por isso, quando se exige o reforço da sociedade civil, junto ao fortalecimento das organizações progressistas (sindicais, políticas, eclesiásticas, culturais etc.), também se está convocando, para uma maior presença na sociedade, os monopólios televisivos, os organismos empresariais, as hierarquias conservadoras da Igreja etc.

---

<sup>8</sup> “Las antinomias de Antonio Gramsci”, *Cuadernos Políticos*, n. 13, México, jul.-set., 1977, p. 27 (trechos destacados no original).

A partir de uma visão da sociedade como entidade plural, que tem que resgatar suas diferenças, isso, em princípio, não tem nada de mal. Ao contrário, pode-se destacar suas virtudes. No entanto, para se constituir em um elemento real da democratização, o pluralismo não tem que estar em luta com a equidade, uma vez que, dentro da heterogeneidade de interesses sociais e políticos presentes nas entidades que listamos, não é difícil perceber que a capacidade dos distintos setores sociais e de suas organizações para difundir seus pontos de vista e impor seus interesses é absolutamente desequilibrada.

Essa é uma das razões pelas quais uma maior autonomia da sociedade civil, sem nada mais, não significa maior democracia nem maior capacidade de expressão por parte dos diferentes autores que a conformam. Junto à autonomia, deve-se propiciar maior justiça na repartição das vozes nesse conglomerado tão desigual. Caso contrário, e enquanto isso não se der, a autonomia obtida pela sociedade civil – certamente saudável e necessária – tenderá simplesmente a amplificar os desequilíbrios que a mesma apresenta, favorecendo quem tem proeminência, quando menos, sobre os meios de comunicação.

Um exemplo de leituras sociais distintas que a exigência por “mais sociedade civil” pode assumir em função de interesses sociais contraditórios é o fato de que a mesma signifique, para certos setores do capital, “menos Estado”. Tal demanda é entendida como a regulação do funcionamento da economia pelas leis do mercado, colocando fim ao que tais setores qualificam como empecilhos provenientes de Estados interventores e de bem-estar. O discurso neoliberal foi um dos principais porta-vozes dessa forma de “ampliação” da sociedade civil nos últimos tempos, processo este que multiplicou a exclusão, do mercado, de enormes segmentos sociais.

Na lógica da economia, a exigência por “mais Estado” por parte destes segmentos sociais não é necessariamente uma vontade de voltar ao passado, como comumente se entende<sup>9</sup>. Também pode ser a convocatória para uma nova situação, partindo da consideração de que o Estado não pode deixar de lado tarefas sociais que o mercado – nas condições nas quais opera atualmente – nunca poderá resolver<sup>10</sup>. Além disso, esta exigência permite que a discussão sobre os interesses sociais presentes no Estado seja colocada na mesa.

Quando enfatizada sobre o campo político, a demanda por “menos Estado” tem sido – ao contrário da visão já mencionada – discurso preferencial de setores sociais alheios ao capital, para os quais a ingerência sobre o campo da sociedade civil, por parte de um Estado em conluio com interesses sociais minoritários, restringe as possibilidades de democratização.

Recapitulando algumas ideias apresentadas até aqui, podemos indicar o seguinte:

1. A sociedade civil define uma fronteira em relação aos limites do Estado.
2. Esta fronteira é móvel, para um lado ou outro, em momentos históricos específicos.
3. No que se refere à política, um Estado será mais autoritário na medida em que invada mais os espaços da sociedade civil.

<sup>9</sup> Lechner destaca a nostalgia pela “sociedade tradicional” presente em algumas convocatórias para o fortalecimento da sociedade civil. Ver “La (problemática) invocación...”, *op. cit.*

<sup>10</sup> Chama a atenção que esta ideia – desprezada pelo discurso neoliberal – ganha força em fóruns e organismos internacionais e na política de governos que não poderiam de nenhuma maneira serem qualificados como populistas ou populares.



4. A exigência de maior espaço político e autonomia para a sociedade civil se inscreve na luta pela democratização da sociedade.

5. Na sociedade civil se fazem presentes interesses sociais distintos e contraditórios.

6. A autonomia da sociedade civil frente ao Estado é um passo no caminho da democratização, mas não resolve as disparidades quanto à capacidade dos diferentes setores sociais expressarem seus pontos de vista, divulgarem suas visões de mundo, proporem seus projetos de país e de sociedade.

7. A sociedade civil é, portanto, um território de aguda disputa social e política. Sua invocação não deve supor interesses homogêneos, mas, ao contrário, deve reconhecer a enorme heterogeneidade e as desigualdades de todo tipo que a atravessam.

### **O desencanto com o Estado**

A partir dos anos 1990, a invocação da sociedade civil se associa a um novo processo: o desencanto com a democracia, com os políticos e com a política, diante da incapacidade dos governos civis de solucionar as demandas mais imediatas, como emprego, maiores salários e a superação da pobreza e da extrema pobreza em geral, bem como de recriar laços sociais e políticos que restituam “a comunidade perdida” (nas palavras de Lechner)<sup>11</sup> e freiem a desintegração social intrínseca ao individualismo fomentado pelas políticas neoliberais.

---

<sup>11</sup> Ver “La búsqueda de la comunidad perdida. Los retos de la democracia en América Latina”, *Sociológica*, n. 19, maio-ago., 1992. UAM-Azcapotzalco, México.

Esse desencanto com a política e com os políticos se estendeu também para o Estado. A exigência de fortalecer a sociedade civil é, assim, uma convocatória para a “ação coletiva não estatal”. Lechner indica que “a retração do Estado” associada a essa postura dificulta “a articulação social”<sup>12</sup>, ao passo em que vê no Estado um fator de integração, de modo que destaca os aspectos negativos desse processo. Contudo, no atual sentimento antiestatista predomina o rechaço às promessas não cumpridas pelo imaginário construído ao redor das transições democráticas e se estimula a busca por respostas em ações sociais que dão as costas ao Estado.

Existe um antiestatismo que deve preocupar: é aquele que espera resolver desde fora do Estado – ou ignorando-o – as transformações político-institucionais e evita, portanto, a ideia de sua modificação.

Também deve preocupar a convocatória para uma nova integração social a partir do Estado que deixa de lado os interesses sociais que nele se cristalizam<sup>13</sup>, remetendo-nos às velhas ideias de um Estado que não se contamina pelas contraditórias disputas de classe.

### **A subestimação do Estado**

Em situações nas quais segmentos importantes da população decidem tomar em suas mãos responsabilidades que antes delegavam a outros e dão as costas ao Estado, desenvolve-se uma grande imaginação e se despertam capacidades sociais e políticas insuspeitáveis. No entanto, também se deve chamar a atenção para o fato de que as transformações a favor da de-

---

<sup>12</sup> “La (problemática) invocación...”, *Op. cit.*, p. 13.

<sup>13</sup> Proposta presente em diversos ensaios de Lechner.

mocratização da sociedade, cedo ou tarde, devem enfrentar a tarefa de reestruturar o Estado. Isso significa que os projetos democratizadores que buscam o fortalecimento da sociedade civil devem encarar a transformação do Estado. A ideia de “menos Estado” e “mais sociedade civil” não pode ser interpretada, portanto, em uma linha que menospreze o interesse político pelo Estado, dando por sentado que será na sociedade civil que se resolverão tarefas que a ele compete resolver.

Em outras palavras, a convocatória para recuperar para a sociedade civil espaços roubados ou apropriados pelo Estado não pode levar à ideia de que a sociedade civil, enquanto tal, termine ocupando o lugar do Estado no âmbito político-institucional. O que, sim, pode ocorrer – em momentos excepcionais – é que a politização da sociedade civil leve a criar condições para a gestação de um novo Estado. No entanto, quando isso ocorre, a sociedade civil ou parte dela renuncia à sua condição para se converter no eixo de uma nova institucionalidade estatal.

Por mais móveis e deléveis que possam ser os limites entre o Estado e a sociedade civil em determinados momentos, eles não podem deixar de ser considerados. Caso contrário, pode-se cair em ilusões sobre a sociedade civil que dão origem a, pelo menos, duas posturas teóricas com derivações políticas discutíveis, que têm como denominador comum a subestimação do Estado: uma delas assume que a sociedade civil terminará tirando o lugar do Estado, ou ocupando-o, em seu avanço; a outra supõe que o avanço de projetos democráticos na sociedade civil terminará modificando o Estado. Definitivamente, em ambos os casos, tudo se define na sociedade civil<sup>14</sup>.

---

<sup>14</sup> Enfatizar este aspecto não significa diminuir a importância das lutas sociais e políticas no campo da sociedade civil. Trata-se simplesmente de mostrar os limites desse processo.

## **Sociedade civil e poder político**

Nos dois casos, subjaz uma ideia específica de poder: erroneamente se dá por sentado que existe uma linha de continuidade entre o poder da sociedade civil e o poder do Estado, porque estaríamos diante de fenômenos da mesma natureza.

Isso nos introduz em um ponto da maior importância: as vinculações entre a sociedade civil e o poder político. O tema se complica, pois, se a noção de sociedade civil convoca distintas interpretações, o mesmo ocorre com a noção de poder.

Para apresentar alguns problemas relevantes, consideraremos duas concepções polares sobre o poder e o Estado, bem como as implicações que daí se despreendem no que se refere à ideia de um fortalecimento da sociedade civil e da transformação da sociedade.

Em um dos casos, propõe-se que existe uma clara distinção entre Estado e sociedade civil e quanto às funções políticas que ambas as instâncias cumprem, do ponto de vista da dominação. O Estado se assume como o cume de um sistema de dominação, sendo a sociedade civil o outro componente desse sistema. O centro do poder político reside no Estado, que monopoliza as tarefas coercitivas. A sociedade civil, ao contrário, tem um papel-chave no âmbito da conquista de consensos<sup>15</sup>.

Essa distinção não implica desconhecer que em um regime democrático o Estado também exerce tarefas centrais no âmbito do consenso, ao ganhar legitimidade através da ideologia e dos mecanismos da disputa eleitoral. A noção de que cada cidadão vale um voto constitui o principal elemento para sustentar a ideia de igualdade e de autogoverno da so-

---

<sup>15</sup> Desenvolvemos essas questões mais amplamente na primeira parte deste livro.

cidade, ocultando com um véu as diferenças no campo da economia, no qual nos encontramos, por exemplo, com o indivíduo-porteiro de uma indústria e o indivíduo-proprietário, situação que mostra – pelas relações do poder econômico com o Estado e com os meios de comunicação – que os votos de um e do outro cidadão não são iguais e não valem o mesmo. Isto é, sob a fórmula da democracia liberal, o Estado ganha legitimidade e consensos a partir do imaginário de governo de todos e de igualdade que projeta no grosso da população, e porque permite ocultar as desigualdades sociais que provêm da economia.

Nesta concepção, se reconhece que as instituições da sociedade civil podem exercer coerção, mas são de natureza distinta à do Estado, e sua função central no sistema de dominação sob fórmulas democráticas é a de alimentar o consenso. Assim, o Estado liberal democrático exerce coerção e consenso, na medida em que a sociedade civil é fundamentalmente geradora de consensos<sup>16</sup>.

A essa visão se contrapõe outra, na qual as fronteiras entre Estado e sociedade civil se diluem, bem como suas funções. O poder é entendido como um elemento que se exerce e se expressa em diversos planos da sociedade, tanto nas instituições do Estado quanto da sociedade civil. A coerção e o consenso não têm espaços específicos, desenvolvendo-se e se aplicando em instituições diversas e a partir destas. A formulação apresentada por Juan Carlos Portantiero em seu livro *Los usos de Gramsci*, é esclarecedora nesse aspecto.

---

<sup>16</sup> Uma discussão interessante sobre tais temáticas pode ser encontrada no ensaio de Perry Anderson “Las antinomias de Antonio Gramsci”, *op. cit.*

Portantiero assume que em Gramsci o Estado é a combinação entre coerção e consenso, como resultado da articulação entre sociedade civil e sociedade política. Assim, aponta que

integram o Estado capitalista, como ‘trincheiras’ que o protegem das ‘irrupções catastróficas do elemento econômico imediato’, o conjunto de instituições vulgarmente chamadas ‘privadas’, agrupadas no conceito de sociedade civil e que correspondem à função de hegemonia que o grupo dominante exerce na sociedade.

E agrega: “Família, igreja, escolas, sindicatos, partidos, meios de comunicação, estes são alguns dos organismos definidos como espaço no qual a hegemonia de uma classe se estrutura, mas no qual também se expressa o conflito social”.

Arremata sua argumentação com o seguinte: “*as instituições da sociedade civil são o cenário da luta política de classes, o campo no qual as massas devem desenvolver a estratégia da guerra de posições*”<sup>17</sup>.

O poder, por sua vez, é concebido de uma forma particular: “a estratégia da guerra de posições implica uma modificação dos instrumentos da ação política. O pressuposto é de que *o poder* não se ‘toma’ de assalto, pois não está concentrado em apenas uma instituição, o Estado-governo, mas *está disseminado numa infinidade de trincheiras*”<sup>18</sup>.

É a partir dessa visão sobre o Estado e o poder que se justifica, para Portantiero, a teoria da revolução de Gramsci como guerra de posições<sup>19</sup>.

<sup>17</sup> *Op. cit.*, p. 18 (ênfase nossa).

<sup>18</sup> *Ibid.*, p. 20 (ênfase nossa). Cabe ainda destacar que o argumento procura justificar a ideia de uma conquista gradual do poder, trincheira por trincheira, contrapondo isso à ideia de “assalto” ao poder.

<sup>19</sup> *Ibid.*, p. 56.

Sob essas premissas, a ruptura política assume uma modalidade específica:

A revolução é, portanto, um processo social, no qual o poder se conquista através de uma sucessão de crises políticas cada vez mais graves, nas quais o sistema de dominação vai se diluindo, perdendo apoios, consenso e legitimidade, enquanto as forças revolucionárias concentram crescentemente sua hegemonia sobre o povo, acumulam forças, ganham aliados, mudam, finalmente, as relações de força<sup>20</sup>.

O primeiro elemento que se destaca é que Portantiero assume de Gramsci uma das, pelo menos, três visões que este oferece de Estado<sup>21</sup>: como combinação e soma da sociedade política (ou Estado em seu sentido restrito) e a sociedade civil.

A mais imediata consequência dessa definição é que o Estado perde seus limites e sua centralidade em relação ao poder ao se ampliar para as instâncias da sociedade civil. O poder já não se concentraria no Estado, mas estaria disseminado e atomizado nas diversas instituições e relações presentes na sociedade política e na sociedade civil.

A fragmentação do poder e a suposta preeminência do consenso na dominação em sociedades democráticas, que repousaria na sociedade civil, é o que sustenta que a luta pelo poder deva se dar fundamentalmente nas instituições desta última, conforme afirma Portantiero, como detenção ou controle gradual das diversas trincheiras que a conformam.

A revolução, por sua vez, torna-se um processo imperceptível. Vai se somando poder e, de repente, em algum ponto não especificado, produz-se uma mudança na correção de forças da sociedade e se conforma a nova hegemonia.

---

<sup>20</sup> *Ibid.*, p 20.

<sup>21</sup> Ver o capítulo X do presente livro.

Esta perspectiva defendida pelo gramscianismo se nutriu e se renovou ultimamente, a partir de novos ângulos, com as propostas de Michel Foucault. Neste sentido, por exemplo, afirma que “o poder está em toda parte; não porque englobe tudo, mas porque provém de todos os lugares”<sup>22</sup>. Temos assim um poder que se atomizou e se fragmentou de tal forma que impede sua identificação, para ser combatido, e uma hierarquização, para definir uma estratégia.

### **Conclusões: a diferenciação entre poder e poder político**

O primeiro problema que se deriva dessas visões é que estas não fazem a necessária diferenciação entre poder em si mesmo – dominação que pode ser exercida em instâncias da sociedade civil (em relação de casal, entre pai e filho, entre educador e educando, na religião, através dos meios de comunicação etc.) – e poder político – que se exerce em e a partir do Estado e que tende a dar conta fundamentalmente da relação de dominação entre classes e frações de classes. Aqui fica evidente a necessidade de diferenciar ambos os tipos de processos.

O segundo problema, derivado do anterior, é que se assume que a autonomia, a força e o poder alcançados na sociedade civil constituem degraus de apenas um e único poder, que culmina no Estado. *Supõe-se que existe uma linha de continuidade entre o poder da sociedade civil e o poder o Estado*, pois se entende que a natureza do poder é a mesma em uma e em outra instância, na medida em que não existem fronteiras que fixem limites entre elas. Assim, o processo de ruptura política no Estado – chame-se isso de revolução ou como se queira – desaparece do horizonte ou se torna um processo

---

<sup>22</sup> *História de la sexualidad*. México: Siglo XXI, 1977, p. 113.



imperceptível, como resultado de uma acumulação gradual de força na sociedade civil, que acaba modificando as correlações de forças no Estado e na sociedade como um todo<sup>23</sup>.

A diferenciação entre poder e poder político não ignora a importância da luta política na sociedade civil para ganhar autonomia, para que avancem os projetos e posições dos setores democráticos e que estes avanços repercutem no Estado. Mas entende que a força acumulada neste processo não resolve o problema da ruptura. Consolidar ou transformar essa força em poder político segue sendo uma tarefa que exige passos específicos em relação ao Estado.

O desencanto com as sociedades socialistas e a posterior queda dos governos na Europa do Leste aumentaram os questionamentos sobre a noção de revolução e suas formas históricas. Mas *estes questionamentos não resolvem o problema de que as rupturas políticas seguirão ocorrendo*, de modo que se torna necessário pensar as formas plausíveis e possíveis que elas podem assumir, com a perspectiva de alcançar um socialismo de novo tipo, que terá que ser democrático. Isso exige assumir com espírito crítico muitas propostas que – como a convocatória ao fortalecimento da sociedade civil, de significativa importância – trazem problemas como aqueles aqui apontados.

---

<sup>23</sup> Além de Portantiero, outro bom exemplo dessa ideia de revoluções “imperceptíveis” está em Ludolfo Paramio, que assinala que, por mais doloroso que seja, devemos abandonar a hipótese revolucionária de Marx e que esta postura “nos permite falar de um socialismo factível, de um socialismo que, de fato, já está se formando diante dos nossos próprios olhos sem que sejamos capazes de reconhecê-lo”. Assim, com um passo de mágica, a revolução desapareceu do horizonte, permitindo-nos inclusive nos ver no reino do socialismo. E tudo isso sem nem perceber! Ver *Tras el diluvio. La izquierda ante el fin de siglo*. México: Siglo XXI, 1989, p. 44.



## Bibliografía

- AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer. El poder soberano y la nuda vida*. Valencia: Pre-textos, 1998.
- AGUILAR CAMÍN, Héctor. Lectura de la democracia mexicana. Una entrevista, *in: Nexos* n. 137, México, 1989.
- ALCÁNTARA SÁEZ, Manuel. *Gobernabilidad, crisis y cambio*. México: Fondo de Cultura Económica, 1995.
- ALVATER, Elmar. Estado y capitalismo: notas sobre algunos problemas del intervencionismo estatal, *in: Cuadernos Políticos* n. 9, México, jul.-set. 1976.
- \_\_\_\_\_ e MAHNKOPF, B. *Las limitaciones de la globalización*. México: Siglo XXI, CEIICH-Unam, 2002.
- ALTHUSSER, Louis. *Ideología y aparatos ideológicos de Estado*, Comité de Publicaciones de los alumnos de la Escuela Nacional de Antropología, México, 1975.
- AMIN, Samir. *Los desafíos de la mundialización*. México: Siglo XXI, CEIICH-Unam, 1997.
- \_\_\_\_\_; ARRIGHI, G.; FRANK, A. G. e WALLERSTEIN, I. *Dinámica de la crisis global*. México: Siglo XXI, 1983.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo, *in: SADER, E. (org.). Pós-neoliberalismo. As políticas sociais e o Estado Democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- \_\_\_\_\_. Las antinomias de Antonio Gramsci, *in: Cuadernos Políticos* n. 13, México: Editorial Era, jul.-set., 1977.

- ANTUNES, Ricardo. Al final ¿Quién es la clase trabajadora hoy? *in: Herramienta* n. 36, Buenos Aires, out. 2007.
- ARANCIBIA, Juan. La reforma del sistema de pensiones y el ahorro interno, *in: OSORIO, Saúl y RAMÍREZ, Berenice* (coord.). *Seguridad o inseguridad social: los riesgos de la reforma*. México: Triana-Unam, 1997.
- ARCOS, Xavier e GINER, S. *La gobernabilidad. Ciudadanía y democracia en la encrucijada mundial*. Madri: Siglo XXI, 1993.
- ARICÓ, José. *La cola del diablo. Itinerario de Gramsci en América Latina*. Caracas: Nueva Sociedad, 1988.
- \_\_\_\_\_. Prólogo al libro de Antonio Gramsci, *Notas sobre Maquiavelo, sobre política y sobre el Estado moderno*. México: Juan Pablos editor, 1975.
- ASSADOURIAN, Carlos S. *et al.*, Modos de producción en América Latina. *Cuadernos de Pasado y Presente* n. 40, Córdoba, 1973.
- ÁVALOS, Gerardo e HIRSCH, Joachim. *La política del capital*. México: UAM-Xochimilco, 2007.
- BAGÚ, Sergio, *et al.* Teoría marxista de las clases sociales. *Cuadernos de Teoría y Sociedad*. México: UAM-Iztapalapa, 1983.
- BAMBIRRA, Vania. *El capitalismo dependiente latino-americano*. México: Siglo XXI, 1974.
- BANCO MUNDIAL. *El Estado en un mundo en transformación*. Informe sobre el desarrollo mundial 1997, Washington, 1997.
- BARBA, Carlos; HORCASITAS J. L. B. e HURTADO, J. (compiladores). *Transiciones a la democracia en Europa y América Latina*. México: Flacso-Porrúa, 1991.
- BASAVE, Jorge. *Los grupos de capital financiero en México (1974-1995)*. México: Ed. El Caballito-IIEc-Unam, 1996.
- BAUMAN, Zygmunt. *En busca de la política*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001.
- \_\_\_\_\_. *La globalización. Consecuencias humanas*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1999.
- BRAUDEL, Fernand. *La dinámica del capitalismo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.
- BELL, Daniel. *Las contradicciones culturales del capitalismo*. Madri: Alianza Editorial, 1977.

- BOBBIO, Norberto. El modelo iusnaturalista, *in*: BOBBIO, N. e BOVERO, Michelangelo. *Orígenes y fundamentos del poder político*. México: Grijalbo, 1990.
- \_\_\_\_\_. Marx, el Estado y los clásicos, *in*: Norberto Bobbio: *el filósofo y la política*, antología preparada por José Fernández Santillán. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.
- \_\_\_\_\_. Max Weber y los clásicos, *in*: Norberto Bobbio: *el filósofo y la política*, antología preparada por José Fernández Santillán. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.
- \_\_\_\_\_. *La teoría de las formas de gobierno en la historia del pensamiento político*. México: Fondo de Cultura Económica, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Liberalismo y democracia*. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Thomas Hobbes*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.
- \_\_\_\_\_. Gramsci y la concepción de la sociedad civil, *in*: PIZZORNO, A. *et al.*, Gramsci y las ciencias sociales. *Cuadernos de Pasado y Presente* n. 19 (2ª ed. ampliada), Córdoba, 1972.
- BORÓN, Atilio. La transición hacia la democracia en América Latina: problemas y perspectivas, *in*: *Modernización económica, democracia política y democracia social*. Centro de Estudios Sociológicos. México: El Colegio de México, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Estado, capitalismo y democracia en América Latina*. Buenos Aires: Ed. Imago Mundi, 1991.
- \_\_\_\_\_. Filosofía política y crítica de la sociedad burguesa: el legado teórico de Karl Marx, *in*: \_\_\_\_\_. (compilador). *La Filosofía Política moderna. De Hobbes a Marx*. Buenos Aires: Clacso-Eudeba, 2000.
- \_\_\_\_\_. La selva y la polis. Interrogantes en torno a la teoría política del zapatismo, *in*: *Chiapas* n. 12. México: Era-IIIEc-Unam, 2001.
- \_\_\_\_\_. Poder, “contra-poder” y “antipoder”. *Notas sobre un extravío teórico político en el pensamiento crítico contemporáneo*. Ponencia al V Encuentro Internacional de Economistas sobre Globalización y Problemas del Desarrollo, La Habana, Cuba, 10 a 14 de fevereiro de 2003.
- \_\_\_\_\_. e CUÉLLAR Oscar. Apuntes críticos sobre la concepción idealista de la hegemonía. *Revista Mexicana de Sociología*, n. 4, México: Unam, out.-dez. 1983.

- BOVERO, Michelangelo. La naturaleza de la política. Poder, fuerza, legitimidad, in: *Revista Internacional de filosofía política* n. 10, Madri, dez. 1997.
- BUCI-GLUCKSMANN, Christine. *Gramsci y el Estado*. México: Siglo XXI, 1978.
- BUJARIN, Nicolai. La economía mundial y el imperialismo. *Cuadernos de Pasado y Presente* n. 21, Córdoba, 3ª ed., 1976.
- CAMOU, Antonio. Gobernabilidad y democracia en México. Avatares de una transición incierta. *Nueva Sociedad*, n. 128, Caracas, nov.-dez. 1993.
- \_\_\_\_\_. Gobernabilidad y Democracia. *Cuadernos de Divulgación de la cultura democrática* n. 6, Instituto Federal Electoral, septiembre; México, 1995.
- CARDOSO, Fernando H., ¿Althusserianismo o marxismo? A propósito del concepto de clases sociales en Poulantzas, in: *Las clases sociales en América Latina*. ZENTENO Raúl Benítez (coord.). México: Siglo XXI, 1973.
- \_\_\_\_\_. e FALETTO Enzo. *Dependencia y desarrollo en América Latina*. México: Siglo XXI, 1969.
- CARNOY, Michel. *El Estado y la teoría política*. México: Alianza Editorial, 1993.
- CASTELLS, Manuel. *La era de la información. Economía, sociedad y cultura*. Madri: Alianza, 1997.
- CASTELO, Rodrigo. O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano, in: *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.
- CAVAROZZI, Marcelo. Más allá de las transiciones. Reflexiones sobre el largo plazo en la política latinoamericana, in: BARBA, C.; HORCASITAS, J. L. B. y HURTADO, J. (compiladores). *Transiciones a la democracia en Europa y América Latina*. México: Flacso-Porrúa, 1991.
- Centro de Estudios Sociológicos. *Modernización económica, democracia política y democracia social*. México: El Colegio de México, 1993.
- CEPAL. *El Pacto fiscal. Fortalezas, debilidades, desafíos*. Santiago, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Transformación productiva con equidade*. Santiago, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Balance preliminar de la economía latino-americana*. Santiago, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Panorama de la economía de América Latina*. Santiago. 1996.

- \_\_\_\_\_. *Globalización y desarrollo*. Santiago. 2002.
- COHEN, Jean e ARATO Andrew. *Sociedad civil y teoría política*. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.
- CROZIER, Michel. *Estado modesto, Estado moderno. Estrategia para el cambio*. México: Fondo de Cultura Económica, (2ª ed.), 1992
- \_\_\_\_\_, HUNTINGTON S. e WATANUKI J. La gobernabilidad de la democracia. Informe del Grupo Trilateral sobre la gobernabilidad de la democracia al Comité Ejecutivo de la Comisión Trilateral. Cide, México, *Cuadernos Semestrales Estados Unidos* n. 2-3, 1977.
- DEGREGORI, C. I. Etnicidad, modernidad y ciudadanía. El aprendizaje de brujo y el curandero chino, *in: Modernización económica, democracia política y democracia social*. México: El Colegio de México, 1993.
- DORNBUSCH, R. e EDWARDS S. (comps.). *The Macroeconomics of Populism in Latin America*. Chicago, University of Chicago Press, 1991. (Publicado en castellano, Serie de Lecturas n. 75 de *El Triestre Económico*).
- Dos SANTOS, Theotonio. *Imperialismo y dependência*. México: Editorial Era, 1978.
- DUSSEL, Enrique. Lo político y la democracia, *in: Redefinir lo político*, *in: AVALOS, Gerardo (coord.)*. México: Universidad Autónoma Metropolitana-Xochimilco, 2002.
- ECHEVERRÍA, Magdalena e URIBE Verónica. *Condiciones de trabajo en sistemas de subcontratación*. Organización Internacional del Trabajo (OIT), Santiago, 1998.
- FAJNZYLBER, Fernando. Industrialización en América latina. De la 'caja negra' al 'casillero vacío'. *Cuadernos de la Cepal* n. 60, Santiago, 1989.
- FARFÁN, Rafael. Del paradigma político de la transición. Estudio crítico de un modelo de análisis político. *Sociológica* n. 30, UAM-Azcapotzalco, México, jan.-abr. 1996.
- FERREIRA, Carla; OSORIO Jaime e LUCE Mathias (orgs.). *Padrão de reprodução do capital*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- FERRER, Aldo. América Latina y la globalización. *Revista de la Cepal*, n. extra, Santiago, 1998.
- FIGUEROA, Adolfo. Equidad, inversión extranjera y competitividad internacional. *Revista de la Cepal*, n. 65, Santiago, agosto 1998.
- FOUCAULT, Michel. *Historia de la sexualidad I*. México: Siglo XXI, 1977.

- \_\_\_\_\_. *Defender la sociedad*. Bueno Aires: Fondo de Cultura Económica, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Seguridad, territorio, población*. México: Fondo de Cultura Económica, 2006.
- FRANK, André Gunder. *Capitalismo y subdesarrollo en América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1970.
- \_\_\_\_\_. *La acumulación mundial, 1492-1789*. Madri: Siglo XXI, 1979.
- GARCÍA, Pío; CUEVA Agustín; MARINI Ruy Mauro e DOS SANTOS, Theotonio. La cuestión del fascismo en América Latina. *Cuadernos Políticos* n. 18, México, out.-dez. 1978.
- GARRETÓN, Manuel Antonio. Aprendizaje y gobernabilidad en la redemocratización chilena. *Nueva Sociedad* n. 128, Caracas, nov.-dez. 1993.
- \_\_\_\_\_. e ESPINOZA Malva. ¿Reforma del Estado o cambio en la matriz sociopolítica? El caso chileno. *Perfiles Latinoamericanos* n. 1, México: Flacso, dez. 1992.
- GERMANI, Gino. *Política y sociedad en una época en transición*. Buenos Aires: Paidós, 1966.
- GEREFFI, Gary. Las cadenas productivas como marco analítico para la globalización. *Problemas del Desarrollo* n. 125, Instituto de Investigaciones Económicas, Unam, México, abr.-jun. 2005.
- GIACOMÁN, E. M. Las exportaciones como factor de arrastre del desarrollo industrial. La experiencia del Sudeste de Asia y sus enseñanzas para México. *Comercio Exterior* v. 38, n. 4, México, abr. 1988.
- GILLY, Adolfo. *La revolución interrumpida*. México: Editorial Era, 1994.
- GIOVANNI, B. de. *La teoría política de las clases sociales en El capital*. Madri: Siglo XXI, 1984.
- GRAMSCI, Antonio. *Notas sobre Maquiavelo, sobre política y sobre el Estado moderno*. México: Juan Pablo editores, 1975.
- HELD, David. *La democracia y el orden global*. Barcelona: Paidós, 1977.
- \_\_\_\_\_. Ciudadanía y autonomía, in: *La Política* n. 3. Barcelona: Paidós, out. 1997.
- HARDT, Michael e NEGRI Antonio. *Imperio*. Buenos Aires: Paidós, 2002.
- HIRSCH, Joachim, Observaciones teóricas sobre el Estado burgués y su crisis, in: POULANTZAS, Nicos. *La crisis del Estado*. Barcelona, Editorial Fontanella, 1977



- \_\_\_\_\_. Aparato de Estado y reproducción social: elementos para una teoría del Estado burgués, *in: Críticas de la economía política* n. 12/13. México: Ediciones El Caballito, 1979.
- \_\_\_\_\_. *El Estado nacional de competência*. México: UAM-Xochimilco, 2002.
- HOLLOWAY, John. El Estado y la lucha cotidiana, *in: Cuadernos Políticos* n. 24. México: Editorial Era, abr.-jun. 1980.
- \_\_\_\_\_. Debates marxistas sobre el Estado en Alemania Occidental y en la Gran Bretaña, *in: Críticas de la economía política* n. 16/17. México: Ediciones El Caballito, jul.-dez. 1980.
- \_\_\_\_\_. La lucha de clases es asimétrica. *Chiapas* n. 12. México: Era, IIEc-Unam, 2001.
- HOLLOWAY, John. *Cambiar el mundo sin tomar el poder. El significado de la revolución hoy*. Buenos Aires: Herramienta-UAP, 2002.
- HUNTINGTON, Samuel. *La tercera ola. La democratización a finales del siglo XX*. Buenos Aires: Paidós, 1994.
- KLIKSBERG, Bernardo (compilador). *El rediseño del Estado*. México: Fondo de Cultura Económica-INAH, 1994.
- LACLAU, Ernesto. *Política e ideología en la teoría marxista*. México: Siglo XXI, 1980.
- LANDER, Edgardo. La utopía del mercado total y el poder imperial. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, v. 8, n. 2, Caracas, maio-ago., 2002.
- LAURIN-FRENETTE, Nicole. *Las teorías funcionalistas de las clases sociales*. Madri: Siglo XXI, 1976.
- LECHNER, Norbert. La (problemática) invocación de la sociedad civil. *Perfiles Latinoamericanos* n. 5, Flacso-México, dez. 1994.
- \_\_\_\_\_. *Los patios interiores de la democracia*. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.
- \_\_\_\_\_. La búsqueda de la comunidad perdida. Los retos de la democracia en América Latina. *Sociológica* n. 19, UAM-Azcapotzalco, México, maio-ago. 1992.
- \_\_\_\_\_. La reforma del Estado y el problema de la conducción política. *Perfiles Latinoamericanos* n. 7, Flacso, México, dez. 1995.
- \_\_\_\_\_. *Cultura política y gobernabilidad democrática*. México: Instituto Federal Electoral, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Estado y política en América Latina*. México: Siglo XXI, 1981.

- \_\_\_\_\_. Las transformaciones de la política. *Revista Mexicana de Sociología* n. 1, Instituto de Investigaciones Sociales, Unam, México, 1996.
- \_\_\_\_\_. La política ya no es lo que fue. *Nueva Sociedad* n. 144, Caracas, jul.-ago. 1996.
- LECOURT, Dominique (et al.). *Disparen sobre Foucault*. Buenos Aires: Ediciones El cielo por asalto, 1993.
- LENIN, Vladimir I. Prólogo a *La economía mundial y el imperialismo*. N. Bujarin. *Cuadernos de Pasado y Presente* n. 21, Córdoba, 1976.
- \_\_\_\_\_. El imperialismo, fase superior del capitalismo, in: *Obras escogidas*, tres tomos, t. III, Moscou: Editorial Progreso, s/f.
- \_\_\_\_\_. Una gran iniciativa. *Obras Escogidas*, três tomos, t. III. Moscou: Editorial Progreso, 1961.
- LINZ, Juan. *La quiebra de las democracias*. México: Alianza Editorial Mexicana y Conaculta, 1990.
- LUCE, Mathias. Brasil: ¿Nueva clase media o nuevas formas de superexplotación de la clase trabajadora?, in: *Razón y Revolución*, n. 25. Buenos Aires, jul. 2013.
- LUHMANN, Niklas. *Sociedad y sistema: la ambición de la teoría*. Barcelona: Paidós, 1990.
- MACPHERSON, C. B. *La teoría política del individualismo posesivo*. Madri: Editorial Fontanella, 1970.
- LUKÁCS, Georg. *Lenin-Marx*. Buenos Aires: Gorla, 2005.
- MANDEL, Ernest. *El capitalismo tardío*. México: Editorial Era, 1972.
- MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctica de la dependencia*. México: Editorial Era, 1973.
- \_\_\_\_\_. El ciclo del capital en la economía dependiente, in: OSWALD Ursula (coord.). *Mercado y dependência*. México: Nueva Imagen, 1979.
- \_\_\_\_\_. *El reformismo y la contrarrevolución (estudios sobre Chile)*. México: Editorial Era, 1976.
- \_\_\_\_\_. La lucha por la democracia en América Latina. *Cuadernos Políticos* n. 44. México, jul.-dez. 1985.
- \_\_\_\_\_. Razón y sinrazón de la sociología marxista, in: BAGÚ, Sergio (et al.). *Teoría marxista de las clases sociales. Cuadernos de Teoría y Sociedad*, UAM-Iztapalapa, México, 1983.
- MARSHALL, T. S. Citizenship and Social Class. *Class, Citizenship and Social Development*. Nueva York: A. Doubleday Anchor Book, 1965.

- MARTÍNEZ PEINADO, Javier. Globalización: elementos para el debate, *in*: ESTAY, Jaime; GIRÓN, Alicia e MARTÍNEZ, Osvaldo (coords.). *La globalización de la economía mundial*. México: Porrúa, 1999.
- MARX, Karl. Manifiesto Comunista, *in*: MARX-ENGELS. *Obras escogidas*, três tomos, t. I. Moscou: Editorial Progreso, 1980.
- \_\_\_\_\_. Prólogo de la Contribución a la Crítica de la Economía política, *in*: MARX-ENGELS. *Obras escogidas*, três tomos, t. I. Moscou: Editorial Progreso, 1980.
- \_\_\_\_\_. *El Capital*. México: Fondo de Cultura Económica, 1946.
- \_\_\_\_\_. *El Capital*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1975.
- \_\_\_\_\_. *Capítulo VI (Inédito)*. México: Siglo XXI, 1973.
- \_\_\_\_\_. El 18 brumario de Luis Bonaparte, *in*: MARX-ENGELS. *Obras escogidas*, três tomos, t. I, Moscou: Editorial Progreso, 1980.
- MARX-ENGELS. *Obras escogidas*, três tomos, t. I, Moscou: Editorial Progreso, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Teorías sobre la plusvalía*, três volumes. México: Fondo de Cultura Económica, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (borrador)*, 1857-1858, v. I e II. Buenos Aires: Siglo XXI, 1971.
- MEIKSINS WOOD, Ellen. *Democracia contra capitalismo*. México: Siglo XXI, 2000.
- MERQUIOR, José Guilherme. *Foucault o el nihilismo de la cátedra*. Breviarios del Fondo de Cultura Económica n. 464, México, 1988.
- MILIBAND, Ralph. *El Estado en la sociedad capitalista*. México: Siglo XXI, 1970.
- \_\_\_\_\_. *Marxismo y política*. Madri: Siglo XXI, 1978.
- \_\_\_\_\_; POULANTZAS, Nicos y LACLAU, Ernesto. *Debates sobre el Estado capitalista*. Buenos Aires: Ed. Imago Mundi, 1991.
- MOORE, Stanley. *Crítica de la democracia capitalista*. México: Siglo XXI, 1971.
- MORIN, Edgar. *Introducción al pensamiento complejo*. Barcelona: Gedisa, 1998.
- O'DONNELL, Guillermo. Estado, democratización, ciudadanía. *Nueva Sociedad* n. 128. Caracas, nov.-dez. 1993.
- \_\_\_\_\_. Otra institucionalización. *La Política* n. 2, Barcelona, 2º semestre 1996.

- \_\_\_\_\_. Ilusiones sobre la consolidación. *Nueva Sociedad* n. 144, Caracas, 1996.
- \_\_\_\_\_. ; SCHMITTER, Philipe y WHITEHEAD, Laurence. *Transiciones desde un gobierno autoritario*. Buenos Aires: Paidós, 1988.
- OHMAE, Kemichi. *El fin del Estado-nación*. Santiago: Editorial Andrés Bello, 1997.
- OIT. *La reubicación internacional de la industria*. Ginebra, 1995.
- OLVERA, Alberto (coord.). *La sociedad civil. De la teoría a la realidad*. Centro de Estudios Sociológicos. México: El Colegio de México, 1999.
- OPAZO, J. E. Ciudadanía y democracia. La mirada de las ciencias sociales, in: *Metapolítica* n. 15, México, jul.-set. 2000.
- OSORIO, Jaime. Estado y dominación en Chile. *Cuadernos Políticos*, n. 36, México: Editorial Era, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Raíces de la democracia en Chile*. México: Editorial Era-UAM, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Despolitización de la ciudadanía y gobernabilidad*. Departamento de Relaciones Sociales. México: UAM-Xochimilco, 1997.
- \_\_\_\_\_. La democracia ordenada, in: *Las dos caras del espejo. Ruptura y continuidad en la sociología latinoamericana*. México: Triana Editores, 1995.
- \_\_\_\_\_. La nueva economía exportadora latinoamericana. Estudio sobre Chile y México. *Argumentos*, n. 32/33. División de ciencias sociales y humanidades. UAM-Xochimilco. México, abr.-ago. 1999.
- \_\_\_\_\_. *Fundamentos del análisis social. La realidad social y su conocimiento*. México: Fondo de Cultura Económica-UAM-Xochimilco, 2001.
- \_\_\_\_\_. Sobre las recetas para salir del subdesarrollo. *Política y Cultura* n. 17. Departamento de Política y Cultura, UAM-Xochimilco, México, primavera 2002.
- \_\_\_\_\_. *Explotación redoblada y actualidad de la revolución*. México: Itaca-UAM, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Estado, biopoder, exclusión. Análisis desde la lógica del capital*. Barcelona: Anthropos-UAM, 2012.
- PARAMIO, Ludolfo. *Tras el diluvio. La izquierda ante el fin de siglo*. México: Siglo XXI, 1989.
- PEREIRA, Carlos. *Sobre la democracia*. México: Ed. Cal y Arena, 1990.
- PÉREZ SOTO, Carlos. *Desde Hegel. Para una crítica radical de las ciencias sociales*. México: Itaca, 2009.

- PETRAS, James. Centralidad del Estado en el mundo actual. *Rebelión. La página de Petras*, (<www. rebelion.org/petras.htm>), 26 de maio 2001.
- \_\_\_\_\_. El Imperialismo: pasado, presente y futuro. *Rebelión. La página de Petras*, 30 de março 2000.
- \_\_\_\_\_. El fin del mito de la globalización. *Rebelión. La página de Petras*, 25 de janeiro 1999.
- \_\_\_\_\_. ¿Quién gobierna el mundo? México, *La Jornada*, 31 de maio 2002, p. 32.
- \_\_\_\_\_. El fin del mito de la globalización. *Rebelión. La página de Petras*, 25 de janeiro 1999.
- PORTANTIERO, Juan Carlos. Los usos de Gramsci. *Cuadernos de Pasado y Presente* n. 54. México, 1977.
- PORTELLI, Huges. *Gramsci y el bloque histórico*. México: Siglo XXI, 11ª ed., 1985.
- POULANTZAS, Nicos. *Poder político y clases sociales en el Estado capitalista*. México: Siglo XXI, 1969.
- \_\_\_\_\_. *Estado, poder y socialismo*. México: Siglo XXI, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Las clases sociales en el capitalismo actual*. Madri: Siglo XXI, 1976.
- PRZEWORZKY, Adam. *Democracia sustentable*. Buenos Aires: Paidós, 1998.
- RANCIÈRE, Jacques. *El desacuerdo: política y filosofía*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1996.
- ROUX, Rhina. La política de los subalternos, in: AVALOS Gerardo (coord.). *Redefinir lo político*. México: Universidad Autónoma Metropolitana, unidad Xochimilco, 2002.
- \_\_\_\_\_. *El Príncipe mexicano. Dominación y comunidad en el Estado posrevolucionario*. Tesis doctoral. Facultad de Ciencias Políticas y Sociales, Unam, México, 2003.
- SALVADORI, Massimo. Estados y democracia en la era de la globalización: desde el Estado soberano absoluto al Estado 'administrativo', in: PORRÚA, Salvadori, et al. *Un Estado para la democracia*. México: Friedrich Ebert, Instituto de Estudios para la Transición Democrática, 1997.
- SANTI, Paolo. El debate sobre el imperialismo en los clásicos del marxismo, in: Teoría marxista del imperialismo. *Cuadernos de Pasado y Presente* n. 10, Córdoba, 1971.

- SARTORI, Giovanni. *Teoría de la democracia*. México: Alianza universidad, 1989.
- \_\_\_\_\_. *La política. Lógica y método en las ciencias sociales*. México: Fondo de Cultura Económica, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Elementos de teoría política*. Madri: Alianza Editorial, 1999.
- SAXE-FERNÁNDEZ, J., e PETRAS, J. Petras. *Globalización, Imperialismo y Clase social*. Buenos aires: Editorial Lumen, 2001.
- SERRANO, Enrique. Reflexiones en torno al concepto de lo político, in: AVALOS Gerardo (coord.). *Redefinir lo político*. México: UAM-X, 2002.
- SONNTAG, Heinz Rudolf e VALECILLOS, Héctor (compiladores). *El Estado en el capitalismo contemporáneo*. México: Siglo XXI, 1977.
- STIGLITZ, Joseph. Lo que aprendí de la crisis económica mundial, in: *Momento Económico* n. 108, México: Instituto de Investigaciones Económicas, Unam, mar.-abr. 2000.
- THERBORN, Göran. *¿Cómo domina la clase dominante?* Madri: Siglo XXI, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Ciencia, clase y sociedad. Sobre la formación de la sociología y del materialismo histórico*. Madri: Siglo XXI, 1980.
- TOMASSINI, Luciano. *Estado, gobernabilidad y desarrollo*. Serie de monografías del BID, Washington, D.C, 1993.
- TORRES RIVAS, Edelberto. La nación: problemas teóricos e históricos, in: LECHNER, Norbert (ed.). *Estado y política en América Latina*. México: Siglo XXI, 1981.
- \_\_\_\_\_. La democracia latinoamericana en la fragua, in: *Modernización económica, democracia política y democracia social*. Centro de Estudios Sociológicos. México: El Colegio de México, 1993.
- VACCA, Giuseppe. Discurriendo sobre socialismo y democracia, in: BOBBIO, N. et al. *¿Existe una teoría marxista del Estado?* México: Univ. de Puebla, 1980.
- VALLESPÍN, Fernando. *El futuro de la política*. Madri: Taurus, 2000.
- VARELA, Gonzalo. Niklas Luhmann en México, in: *Estudios Sociológicos* n. 30, Centro de Estudios Sociológicos. México: El Colegio de México, set.-dez. 1992.
- VERGARA, R. Nuevos modelos de crecimiento: una revisión de la literatura y algunos elementos para una estrategia de desarrollo, in: *Estudios Públicos* n. 43, Santiago, 1991.

- VIDAL-VILLA, José M. Mundialización de la economía versus Estado-nación: cambio tecnológico y migraciones, *in: Investigación Económica* n. 205, Unam, jul.-set. 1993.
- \_\_\_\_\_. *Mundialización*. Barcelona: Icaria, 1998.
- VILAS, Carlos. La reforma del Estado como cuestión política, *in: Política y Cultura* n. 8, Departamento de Política y Cultura, UAM-Xochimilco, México, 1997.
- \_\_\_\_\_. ¿Globalización o imperialismo? *in: Estudios Latinoamericanos* n. 14. México: Cela-Unam, jul.-dez. 2000.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *El moderno sistema mundial*. México: Siglo XXI, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Conocer el mundo, saber el mundo*. México: Siglo XXI; CEIICH-Unam, 2001.
- WEBER, Max. Los tipos de dominación, *in: Economía y Sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica, 1944.
- \_\_\_\_\_. Estamentos y clases, *in: Economía y sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica, 1944.
- ZIZEK, Slavoj. *Repetir Lenin*. Madrid: Akal, 2004.